

Elos bilaterais luso-castelhanos na perceção do Império Português

Carlos Manuel da Silva Paiva Neves

Dissertação de Mestrado em História do Império Português

Setembro de 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em História do Império Português, realizada sob
a orientação científica de Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa

À Esperança que me deu a luz.

AGRADECIMENTOS

A gratidão profundamente sentida é um reconhecimento da importância que os outros têm nos nossos percursos de vida. A interação e influência nasce regularmente das afinidades que sentimos por quem nos rodeia de forma direta ou indireta. E essas são uma presença constante que estimulam o nosso trabalho através das mais variadas configurações. Mas muitas vezes, aqueles com quem discordamos, assumem um efeito muito particular na formulação dos nossos raciocínios e na maturação dos nossos pensamentos. Naturalmente começamos por agradecer o trabalho realizado pelos autores que são referenciados na presente dissertação, lembrando em tantas ocasiões, as condições de pesquisa tão adversas que suportaram, sem o acesso às redes de conhecimento e às tecnologias de informação que constituem elementos facilitadores para a operacionalização das tarefas do investigador.

Agradecemos também a todos os membros da Associação Cristóvão Colon e particularmente a Carlos Calado, João Brandão Ferreira e Julieta Marques. A todos, mesmo aqueles com quem mantemos divergências concetuais, mas reconhecendo o valor do contraditório e a importância desta postura na elaboração do processo da crítica científica para que possamos progredir no caminho com uma base mais sólida. A Carlos Calado e a João Brandão Ferreira não poderíamos deixar de reconhecer os estímulos promovidos pelos longos debates, em torno da relação de Cristóvão Colon com Portugal e com os portugueses. Foi a construção desta dialética que conformou a divulgação desses factos históricos através de palestras realizadas junto de instituições académicas, de investigação e de cultura. Da assunção deste compromisso ia crescendo um sentimento de responsabilidade, respeito e estima por tais instituições, que obrigava a adotar mais criteriosamente os princípios do discurso histórico e que acabou por conferir uma maior maturação ao presente trabalho. Agradecemos também a tais instituições a confiança depositada nesses momentos de apresentação das comunicações, referindo a Academia Portuguesa da História, a Academia de Marinha, a Academia da Força Aérea, a Universidade Católica do Porto, a Comissão Portuguesa de História Militar, a Universidade de Évora, a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Casa dos Açores em Lisboa, a Academia de Ciências de Lisboa e tantas outras associações e coletividades que souberam demonstrar o seu gosto pela História da Expansão e dos Descobrimentos.

Um agradecimento especial a Julieta Marques, uma amiga que goza de um autodidatismo incansável, na senda da cultura e história de Portugal e com quem mantemos uma correspondência permanente, debatendo, confrontando e procurando a verosimilhança da História.

Ao frei Henrique Rema, franciscano e académico da Academia Portuguesa da História, que desde longa data nos abriu o seu espírito, sempre com uma enorme vontade de servir, a quem recorremos em várias ocasiões para obter orientações sobre a história do movimento franciscano em Portugal e para a tradução de pequenos textos em latim. O nosso agradecimento e profundo reconhecimento pelo exemplo da sua conduta, bondade, de investigador incansável e pela permanente disponibilidade de bem servir os outros e a sociedade.

A João Perestrelo agradecemos a abertura que nos concedeu na casa-mãe desta família, a quinta do Hespanhol localizada nas proximidades de Torres Vedras, e as conversas profícuas e estimulantes sobre a relação entre os Perestrelas e os Noronhas. Lembramos que João Perestrelo segue na linha genealógica descendente de João Lopes Perestrelo (1459-1504) que foi capitão da nau Fradesa ou Batecabelo na armada de Vasco da Gama à Índia em 1502 e portanto foi também contemporâneo de Cristóvão Colon.

Para finalizar, não esquecemos a Sónia de Carvalho pela motivação, conselhos transmitidos, a persistência contagiante na prossecução deste objetivo, a disponibilidade em ouvir os nossos desabafos, a companhia nos momentos mais complicados e a confiança que sempre nos transmitiu.

Privilegiamos a demonstração dos nossos sentimentos de gratidão e de vontade essenciais para a prossecução de novas pesquisas.

Elos bilaterais luso-castelhanos na percepção do Império Português

Carlos Manuel da Silva Paiva Neves

RESUMO

As movimentações estratégicas que interferiram na delimitação das áreas de influência atlântica de Portugal e de Castela, nos finais de Quatrocentos, foram determinadas num quadro bilateral de política de sigilo. O conceito de esfericidade da Terra estava interiorizado pelos cosmógrafos de Portugal e de Castela. O conhecimento náutico e geográfico assentava basicamente na experiência apoiada na observação e nos registos que foram definindo os contornos e as proporções marítimas e terrestres do globo, sem fundamentação científica.

O período relativo à percepção do Império Português (1485-1502) caracterizou-se por uma intensificação de movimentações interativas promovidas pelos dois reinos ibéricos que visaram a disputa pela rota do Oriente, após 1492. No âmbito da sistematização dos elos bilaterais luso-castelhanos que interferiram no processo gestacional dos Impérios Ibéricos, a ação do almirante Cristóvão Colon assume particular influência. As suas concepções geográficas e o seu pensamento ideológico-espiritual estimulavam uma vontade obstinada na busca de uma passagem para Oriente através do Ocidente. D. João II procurou obter vantagem estratégica em defesa do plano da Índia, no contexto dos conhecimentos, experiência e ações de Cristóvão Colon ao serviço dos Reis Católicos.

A análise ao documento *El Memorial Portugués de 1494* assume uma particular preponderância no quadro da formação dos Impérios Ibéricos. Dirigido à rainha Isabel a Católica foi descoberto em 1992 pelos investigadores István León-Borja e Katalin Klimes-Szmik, no *Archivo General de Simancas*. O memorialista português aconselhava a rainha Isabel a abandonar os projetos das Índias Ocidentais descobertas por Cristóvão Colon, enfatizava as riquezas e o comércio de África e designava o rei D. João II como tirano. Após a morte de D. João II, Cristóvão Colon perseguiu o seu sonho de encontrar uma passagem para o Oriente, imbuído por uma predestinação de pendor messiânico, que se foi conformando na mente do almirante, semelhante aquela que foi germinando no pensamento do rei D. Manuel I.

PALAVRAS-CHAVE: Cristóvão Colon, D. João II, D. Manuel I, Noronhas, *El Memorial Portugués de 1494*, Promontório Prasso, grau meridiano, messianismo, Espírito Santo.

ABSTRACT

The strategic movements that interfered in the delimitation of Portuguese and Castilian Atlantic areas, by the end of the fifteenth century, were determined within a bilateral conjuncture of secrecy policy. The spherical Earth concept was generally accepted by the Portuguese and Castilian cosmography. The nautical and geographic knowledge layed basically in the experience based on the observation and on the records that were made, which stated the maritime and terrestrial boundaries without scientific validation.

The period that we call the perception of the Portuguese Empire (1485-1502) was characterized by an intensification of interactive movements forwarded by Portugal and Castile that aimed the Eastern route dispute, after 1492. Regarding the systematization scope of Portuguese-Castilian bilateral links connected with the gestation of the Iberian empires, the actions taken by the admiral Christopher Colon had quite a particular influence. His geographical concepts, ideological and spiritual thinking had stimulated an obstinate will to find a passage to the East through the West. The Portuguese king John II had sought for strategic benefits in defense of India's plan, within the context of Christopher Colon's knowledge, experience and actions while serving the Catholic Kings.

The analysis of *El Memorial Portugués de 1494* document assumes particular preponderance. This document was written to queen Isabel the Catholic and it has been found in 1992 by the researchers István León-Borja and Katalin Klimes-Szmik, in the *Archivo General de Simancas*. The Portuguese memorialist encouraged queen Isabel to abandon the projects of the West Indies, which were discovered by Christopher Colon, to reinforce the African wealth and commerce and to consider king John II as a tyrant. After king John's II death, Christopher Colon pursued his dream of finding a passage to

the East, lead by messianic predestination that was developing in the mind of the admiral, similar to the one that was germinating in king Manuel's thinking.

KEYWORDS: Christopher Colon, King John II, King Manuel I, Noronhas, *El Memorial Portugués de 1494*, Promontorium Prassum, degree of longitude, messianism, Holy Spirit.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: O epistema náutico e geográfico nos finais do séc. XV	16
I. 1. A perceção do espaço atlântico: alcançar o Promontório Prasso.....	28
I. 2. A preponderância estratégica das viagens latitudinais sobre as longitudinais no Atlântico: a garantia do plano da Índia.....	35
I. 3. A perceção de um império territorial e de um império marítimo: de Tordesilhas a Ciguare.....	51
Capítulo II: <i>El Memorial Português de 1494</i> : a outra perceção dos impérios.....	65
II. 1. Os fundamentos imbricados do memorialista.....	65
II. 2. Redes familiares na confluência borgonhesa de Trastâmara e Avis	72
II. 3. O sonho, o malogro e as profecias das Índias Ocidentais	90
Capítulo III: Messianismo joaquimita na matriz religiosa portuguesa na transição dos séculos XV e XVI	96
III. 1. A influência do franciscanismo em Portugal nos séculos XV e XVI	104
III. 2. Comparação dos messianismos colonino e manuelino	108
Conclusão	116
Bibliografia	121
Glossário	137
Lista de Figuras	141
Lista de Quadros.....	142
Apêndice A: Dados de navegação da primeira viagem de Cristóvão Colon	i
Apêndice B: Texto transliterado do <i>El Memorial Português de 1494</i>	v

LISTA DE ABREVIATURAS

AGI – Archivo General de Indias

AHP – Arquivo Histórico Português

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

APS – Archivos de Protocolos de Sevilla

BAE – Biblioteca de Autores Españoles

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CHAM – Centro de História de Além-Mar – Centro de Humanidades

DGA/TT – Direção-Geral dos Arquivos/Torre do Tombo

GPT – General Purpose Technology

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda

ELoS BILATERAIS LUSO-CASTELHANOS NA PERCEÇÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Introdução

(...) i lo que tengo andado hy visto i ssabido aquesto de aquestas Indias de poniente fue hu es enganho i mostrança falssa del enemigo para ocupar a Vuestras Altezas en elho i con gasto de dineros i de guentes (...)¹

A ação de política interna e externa dirigida nos reinados de D. João II, de D. Manuel I e dos Reis Católicos constituiu uma importante fonte embrionária para a definição dos Impérios Português e Castelhana. Elegem-se nesta configuração, os acontecimentos relativos à viagem de Bartolomeu Dias ao Cabo da Boa Esperança, em 1488, as missões de Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã ao Oriente, entre 1487 e 1491, a viagem de Cristóvão Colon² ao Novo Mundo, em 1492, e as negociações estratégicas que culminaram na assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494. Juntam-se também, a viagem de Vasco da Gama de 1497-98 e a missão de Pedro Álvares Cabral, em 1500, que abriram o Império Português a Oriente.³ Sem retirar a primazia da ação política de D. João II, na prossecução do plano da Índia, dando continuidade ao projeto delineado por seu tio-avô, o infante D. Henrique, releva-se no entanto, que nos últimos anos do século XV, dois homens empreenderam uma mudança no equilíbrio mundial: Cristóvão Colon e o rei D. Manuel I de Portugal.⁴

O conhecimento marítimo ao longo da década de 1487-1497 assentava já nos princípios de uma ciência náutica que estava a emergir, fundamentada na observação cuidada, em busca do conhecimento dos ventos, das correntes marítimas, dos portos, da

¹ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL [BNP], Reservados, Cód. 2912 A, Edição fac-símile do

² Adota-se a denominação «Colon» ou «Colom», em latim, seguindo a documentação coeva, não constituindo objeto da presente dissertação, a análise e argumentação aos apelidos «Colombo» versus «Colon»; Cf. Ricardo Beltrán y ROZPIDE, *Cristobal Colón y Cristoforo Colombo*, Estudio Critico Documental, Real Academia de la Historia, Secretario General de la Real Sociedad Geográfica, Segunda Edición, Madrid, Imp. del Patronato de Huérfanos de Intendencia é Intervención Militares, 1921, pp. 41-44; Cf. Bula *Inter caetera* de Alexandre VI, dirigida aos Reis de Castela, Aragão, Sicília e Granada in João Martins da Silva MARQUES, *Descobrimientos portugueses*, vol. III (1461-1500), Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971, p. 385; Cf. João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, p. 341.

³ João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), *A armada de Pedro Álvares Cabral. Significado e protagonistas*, in *Descobridores do Brasil: Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 23-26.

⁴ Jean AUBIN, *Le Latin et L'astrolabe, Études inédites sur le règne de D. Manuel I, 1495-1521*, vol. III, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, p. XXV.

adequação das técnicas de navegação, da constatação de outros domínios meteorológicos e do reconhecimento das outras geografias físicas e humanas⁵, tudo isto, demandado pela institucionalização de uma política sigilosa, quer com D. João II, quer com D. Manuel I. Paralelamente, convirá também evidenciar a especificidade dos grandes palcos marítimos, onde a percepção do Império Português se foi desenrolando: o Atlântico e o Índico.⁶ Apesar de ser escassa a documentação das viagens marítimas referente ao período em análise, o estado da arte da dita ciência náutica emergente permite determinar que o conhecimento dos regimes dos ventos e correntes oceânicas do Atlântico foi adquirido prudentemente ao longo do tempo, através das viagens aos Açores, a partir do segundo quartel do século XV, da execução da volta do Sargaço, das rotas de Cristóvão Colon, e da viagem de regresso de Bartolomeu Dias, qual navegador, encontrou dificuldades específicas que obrigaram ao estudo de uma rota indireta para contornar o vento pelo mar largo, no Atlântico Sul.⁷ De uma forma geral, a historiografia considera que Colon afirmou que as Índias Ocidentais eram a Ásia, mas Moura Braz lembra que não está absolutamente provado que o navegador acreditasse nesta constatação geográfica, tal como não acreditavam os navegadores portugueses.⁸ Se neste período, ainda não é concludente a maturidade dos conhecimentos náuticos, já configurados com os princípios científicos, mas sem dúvida que seguiram uma orientação metodológica fundamentada na observação e nos registos sistematizados. Deste modo, se pode explicar a demora de 50 anos entre as passagens dos cabos Bojador e Boa Esperança e os dez anos entre as viagens de Bartolomeu Dias e de Vasco da Gama.⁹

Os portugueses aspiravam alcançar os portos do Malabar e as terras da pimenta,

⁵ Luís de ALBUQUERQUE, *Ciência e experiência nos Descobrimentos portugueses*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Edição sob os auspícios do Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Lisboa, 1983, p. 121.

⁶ Veja-se a especificidade do Índico em relação ao Atlântico, na hipótese evidenciada com a descoberta do Roteiro de Sofala, nas seguintes obras: T. A. CHUMOVSKY, *Três Roteiros Desconhecidos de Ahmad Ibn Madjid, O Piloto Árabe de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960; Costa BROCHADO, *O Piloto Árabe de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1959; Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990, pp. 630-636.

⁷ Carlos Viegas Gago COUTINHO, *De como o plano português da Índia levou ao descobrimento da América*, Memória apresentada ao Congresso Internacional de Geografia de Lisboa, Lisboa, Sociedade Astória Limitada, 1949, pp. 5-8.

⁸ Moura BRAZ, *A Náutica dos Descobrimentos. Colectânea de artigos, conferências e trabalhos inéditos do almirante Gago Coutinho*, Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa, 1951, p. 263.

⁹ Carlos Viegas Gago COUTINHO, *De como o plano português da Índia levou ao descobrimento da América*, pp. 8-9.

enquanto Castela, ensaiava viagens no Novo Mundo, em busca também, de uma passagem para o Oriente¹⁰. Na prossecução destes objetivos, entre 1487 a 1500, foram-se sucedendo as viagens promovidas pelos dois reinos ibéricos na disputa do Atlântico, contextualizadas nos princípios de dois tratados diplomáticos: Alcáçovas e Tordesilhas. A viagem de Bartolomeu Dias insere-se assim, numa lógica de garantir o acesso ao Atlântico Sul, tendo como consequência natural a primeira expedição de Cristóvão Colon.¹¹ De facto, a primeira viagem de Colon provocou uma profunda agitação no relacionamento entre Portugal e Castela, que somente viria a ser clarificado, com a assinatura do Tratado de Tordesilhas.¹² Pela importância que esta viagem assume no quadro das relações bilaterais entre Portugal e Castela, é preponderante analisar qualitativa e quantitativamente, todo o conteúdo do diário da mesma, na perspetiva da sua coerência, intencionalidade das informações e do perfil dos conhecimentos náuticos que concorreram para esta disputa diplomática que visou a superioridade no Atlântico. Nesse desenvolvimento pretende-se demonstrar a adoção da antiga língua portuguesa pelo navegador, o registo deturpado de léguas navegadas nos catorze dias que antecederam a sua chegada a Guanahani (San Salvador), o difícil relacionamento com os irmãos Pinzón e a atribulada passagem pela ilha de Santa Maria, em fevereiro de 1493. Este período entre março de 1493 e junho de 1494, enquadra-se num momento histórico particularmente exigente para as aspirações lusas, no qual Castela alcança uma grande capacidade negociadora, que culmina naquele acordo diplomático¹³, onde «se atam e desatam os misteriosos fios deste obscuríssimo capítulo da história universal».¹⁴ O Tratado de Tordesilhas constituiu-se como um referencial para a manutenção da paz

¹⁰ Ilídio do AMARAL, *Sobre descobertas europeias do Novo Mundo e primeiros contactos humanos no século XV e XVI*, in Francisco Ribeiro da SILVA (ed.), *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 146-147.

¹¹ Luís Adão da FONSECA, *Reis de Portugal, D. João II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, p. 119.

¹² Ibidem, p. 7.

¹³ João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*: Carta de dois de julho de 1494, de Ratificação do 1º Tratado de Tordesilhas, de sete de junho de 1494, por parte dos Reis de Castela e Aragão e do Príncipe D. João, seu filho primogénito e herdeiro, pp. 453-455; Carta de dois de julho de 1494, de Ratificação do 2º Tratado de Tordesilhas, de sete de junho de 1494, por parte dos Reis de Castela e Aragão e do Príncipe D. João, seu filho primogénito e herdeiro, pp. 455-456; Carta de cinco de setembro de 1494, de Ratificação do 1º Tratado de Tordesilhas, de sete de junho de 1494, por parte do Rei de Portugal, pp. 457-458; Luís Adão da FONSECA e José Manuel Ruiz ASENSIO (coord.), *Corpus Documental del Tratado de Tordesilhas*, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, Valladolid, 1995, pp. 190-194: «A aprovação do Tratado de Tordesilhas apenas ocorreu em 24 de janeiro de 1506, já em pleno reinado de D. Manuel I, através da bula *Ea quae pro bono pacis*, cujo documento autoriza o Arcebispo de Braga e o Bispo de Viseu a confirmarem este acordo diplomático.» Esta bula era necessária no quadro de toda a Cristandade.

¹⁴ Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. III, p. 636.

entre os dois reinos ibéricos¹⁵ e que vai manter a separação concetual e administrativa dos dois impérios, mesmo no período da união das Coroas (1580-1640)¹⁶. Por um lado, D. João II foi impelido a entrar nas negociações, após a concretização do projeto insistente de Cristóvão Colon ao serviço dos Reis Católicos, tendo o monarca português, habilmente, retirado os devidos benefícios estratégicos.¹⁷ Adicionalmente, aquele mesmo projeto constituiu-se como origem, para Castela impulsionar o seu interesse pelo Atlântico.¹⁸ A política de sigilo dos descobrimentos executada por D. João II é reveladora de uma sagacidade e clarividência, assentes num acervo de informações e conhecimentos geográficos que tão zelosamente soube encobrir.¹⁹ O período compreendido entre 1483 e 1494 constituiu-se como orientador das grandes linhas estratégicas que viriam a definir a posse do Império Português no Oriente, num contexto jurídico internacional de *mare clausum*, onde a política do secretismo assumiu maiores dimensões com o estado de guerra e com a subida ao trono de D. João II.²⁰

Segundo José Amado Mendes, no âmbito da historiografia dos Descobrimentos e da Expansão de Quatrocentos, existe uma convergência praticamente unânime da parte dos seus autores. Já no capítulo da decadência da nação, as abordagens aparecem bastante diversificadas, com relevo para as posições de Alexandre Herculano que identifica precisamente o absolutismo no reinado de D. João II, como o início desse declínio.²¹ Esta posição não se encontra partilhada pela historiografia contemporânea, conforme vem referido por Luís Adão da Fonseca, que aponta este reinado como o início da Modernidade em Portugal.²²

Considera-se pertinente proceder a um estudo, tomando como referência o documento do *El Memorial Portugués de 1494*, que enquadre as conexões interferentes

¹⁵ István Szászdi LEÓN-BORJA, *Las paces de Tordesillas en peligro – Los refugiados portugueses y el dilema de la guerra*, in Ana Maria Carabias Torres (coord.), *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansión colonial*, Ediciones Universidad de Salamanca, 1996, pp. 117-132.

¹⁶ Sanjay SUBRAHMANYAM, *Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Iberian Overseas Empires, 1500–1640*, Bloomington, American Historical Review, December 2007, p. 1360.

¹⁷ João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), José Damião RODRIGUES e Pedro Aires OLIVEIRA, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, p. 79.

¹⁸ Luís Filipe THOMAZ, *De novo o Colombo Português*, Revista Brotéria nº 182, 2016, p. 35.

¹⁹ Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. III, p. 636.

²⁰ João Paulo Oliveira e Costa (coord.), José Damião RODRIGUES e Pedro Aires OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 77.

²¹ José Amado MENDES, *Caminhos e problemas da historiografia portuguesa*, in Luís Reis TORRAL, José Amado MENDES e Fernando CATROGA, *História da História em Portugal, Da historiografia à memória histórica*, Lisboa, Temas e Debates, 1998, p. 29.

²² Luís Adão da FONSECA, *Reis de Portugal, D. João II*, p. 8.

na definição do Império Português. Aquele documento foi dirigido à rainha D. Isabel, a Católica, e foi descoberto pelos investigadores István Szaszdi León-Borja e Katalin Klimes-Szmik, o qual tinha passado despercebido até março de 1992, guardado no *Archivo General de Simancas*, e graças ao seu conteúdo, é possível extrapolar sobre as razões que levaram a rainha Católica a manter as pazes com o reino de Portugal.²³

Em 1964, o biólogo Peter Brian Medawar, agraciado com o prémio Nobel da Medicina em 1960, afirmou que as hipóteses do método científico têm um carácter imaginativo e inspirativo, como se fossem aventuras do espírito.²⁴ Sem beliscar o próprio método científico que caracteriza a História como ciência social e humana, também ela nos deixa espaço para que o espírito se aventure. O ressurgimento das novas fontes parece constituir-se como um motor que mobiliza e dinamiza esse espírito na busca das entrelinhas que continuam plasmadas no passado. Tal como Jean-Didier Wolfromm afirmou: «a nossa curiosidade sobre as coisas do passado não tem fim».²⁵ Segundo este princípio perfilam-se as hipóteses de trabalho que desde logo aparecem condicionadas pelo elenco historiográfico, também ele conformado pelas suas próprias perspetivas em cada tempo da História.

Conforme analisaremos, as nossas hipóteses de trabalho encontram-se contextualizadas na política de sigilo que foi concretizada nos finais do século XV, nas relações luso-castelhanas. Esta conjuntura histórica encaixa na leitura de Fátima Bonifácio, quando refere a existência de alguns historiadores que reclamam a clarificação de uma História «escondida, invisível e profunda», incapaz de se revelar pela superficialidade da narrativa, mas que resultará de um trabalho de revisão crítica, cuja tarefa está atribuída aos historiadores especializados.²⁶ Longe deste estatuto, procuraremos acima de tudo, seguir uma metodologia o mais isenta possível de paixões que pudessem desvirtuar as verosimilhanças do passado. Também aqui, temos presente o estímulo intrínseco à mensagem deixada por João Paulo Oliveira e Costa, no jornal Expresso, do dia 22 de abril de 2017, anunciando que «falta um estudo desapassionado sobre Cristóvão Colombo». Por muito que se tenha escrito sobre este período histórico, são evidentes as diferentes perspetivas da parte dos investigadores, no que respeita à

²³ István Szászdi LEÓN-BORJA, *Las paces de Tordesillas en peligro*, pp. 117-118.

²⁴ Estelle M. PHILLIPS e Derek PUGH, *Como preparar um Mestrado ou Doutoramento*, Mem Martins, Lyon Multimedia Edições, 1998, p. 27.

²⁵ Jacques LE GOFF, Le Roy LADURIE, George DUBY (et. al.), *A Nova História*, Lisboa, Edições 70, 1991, p. 68.

²⁶ M. Fátima BONIFÁCIO, *Apologia da História Política*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, p. 9.

argumentação em torno da relação entre Cristóvão Colon e D. João II.

Temos consciência que o processamento das hipóteses de trabalho, em História, não passa pela formulação de um modelo econométrico, rigoroso, frio, calculista, como é apanágio da investigação avançada em algumas ciências sociais e humanas no presente. Não buscamos um antídoto para um exagerado pirronismo da História. Mas procuramos estar atentos ao pensamento e ação ética dos construtores das fontes. Recordamos que Marc Bloch enunciou que do «puro e simples fingimento, até o erro inteiramente voluntário, há muitos níveis. Quanto mais não fosse, em razão da fácil metamorfose pela qual a patranha mais sincera se transforma com a colaboração das circunstâncias em mentira».²⁷

Por muito que se tenha escrito sobre este período histórico, são evidentes as diferentes perspectivas, preconceitos e paixões da parte de muitos investigadores, no que respeita à argumentação em torno da relação entre Cristóvão Colon e D. João II. A respeito desta evidência, François Furet lembrava que a História é uma disciplina com escassez de exatidão, promovendo as discordâncias entre historiadores do mesmo ofício, sobre a análise do que é científico.²⁸ José Mattoso vem ajudar-nos nestas reflexões, considerando que a História é «a representação de representações», balanceada entre o positivismo e a constatação de vestígios e de representações capazes de decodificar a realidade.²⁹ No campo da formulação das hipóteses, existe porém, a expectativa sobre o percurso da pesquisa que se pode considerar também como uma hipótese, enquadrada no princípio da inexistência de uma observação inequivocamente imparcial.³⁰

Feitos estes balizamentos formulam-se duas hipóteses de trabalho. A primeira atribui o estatuto de espião a Cristóvão Colon, ao serviço de D. João II. Num artigo publicado em 1935, Armando Cortesão avançou com a tese de que Cristóvão Colon foi um agente secreto ao serviço de D. João II.³¹ No início da década de 1950, Alexandre

²⁷ Marc BLOCH, *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002, p. 102. [Consultado em 19/5/2017]. Disponível em

<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/bloch-m-apologia-da-historia.pdf>; Marc BLOCH, *Introdução à História*, 2ª Edição (crítica), Mem Martins, Publicações Europa-América, 2010.

²⁸ M. Fátima BONIFÁCIO, *op. cit.*, pp. 44-45.

²⁹ José MATTOSO, *A escrita da História*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002, p. 28.

³⁰ Estelle M. PHILLIPS e Derek PUGH, *op. cit.*, p. 27.

³¹ Armando CORTESÃO, *Espionagem dos Descobrimentos*, Separata «Vida Contemporânea», 1935 in, Francisco Contente DOMINGUES, *Colombo e a política de sigilo na historiografia portuguesa*, Série Separatas, nº 232, Lisboa, Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, 1992, p. 9.

Gaspar da Naia veio acentuar a exploração desta hipótese.³² Manuel Ballesteros Gaibrois ao ensaiar uma interpretação do *El Memorial Portugués de 1494*, situando-o temporalmente antes do Tratado de Tordesilhas e do regresso de Colon da primeira viagem, designou aquele documento como uma *trama lusitana*, no contexto das negociações da delimitação das áreas de expansão de Castela e Portugal, quando já se sabia que nem tudo era grandiosidade nas ilhas descobertas a Ocidente.³³ No quadro do encontro ocorrido entre D. João II e Cristóvão Colon, em Vale do Paraíso³⁴, Joaquim Veríssimo Serrão afirmou que o monarca tudo faria para corresponder à amizade dos Reis Católicos, D. Fernando e D. Isabel. Adiantou também que segundo o diário da primeira viagem de Colon, D. João II sentia gosto pelo êxito da travessia do Atlântico ao Novo Mundo, mas logo aproveitou o momento para reivindicar as terras então descobertas, ao abrigo do clausulado no Tratado de Alcáçovas (1479-1480). O ilustre historiador admitiu a possibilidade do almirante ser um agente duplo, embora como adianta, o navegador não tenha acedido a qualquer proposta de D. João II.³⁵

A segunda hipótese pondera que D. João II retirou benefício estratégico das competências e da obstinação de Cristóvão Colon em chegar ao Oriente pelo Ocidente. Na esfera desta hipótese, Luís Filipe Thomaz refuta a tese do agente secreto e conclui que Cristóvão Colon prestou um péssimo serviço ao monarca de Portugal.³⁶ Ainda neste domínio, João Paulo Oliveira e Costa é perentório em afirmar que a hipótese de Cristóvão Colon servir D. João II como espião, para dissuadir o reino de Castela da rota da Índia, não tem qualquer verosimilhança, dado que o navegador proporcionava aos Reis Católicos uma nova possibilidade de disputarem o espaço atlântico, em busca de uma alternativa para acesso aos mercados do Oriente.³⁷ E, segundo István León-Borja e Katalin Szmik, a política de sigilo seguida por D. João II, parece inexplicável face ao

³² Alexandre Gaspar da NAIA, *D. João II e Cristóbal Colón: factores complementares na consecução de um mesmo objectivo*, Coimbra: Coimbra Editora, 1951; Alexandre Gaspar da NAIA, *Cristóbal Colón: instrumento da política portuguesa de expansão ultramarina*, Coimbra, Coimbra Editora, 1950.

³³ István Szászdi LEÓN-BORJA e Katalin KLIMES-SZMIK, *op. cit.*, pp. 10-11.

³⁴ Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1993, p. 491: «Não coincide na totalidade o informe do almirante com o dos cronistas Resende, Crónica e Miscelânea, cap. CLXV, p. 241, e Pina, Chronica, cap. LXVI, pp. 184-186. Não se desenvolve a matéria, por ela receber o adequado tratamento no nosso estudo «O encontro de Vale do Paraíso (9 a 11 de Março de 1493). Hipóteses, dúvidas e certezas, Sevilha, 1992 (no prelo).»

³⁵ Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Discurso por ocasião dos 500 anos da visita de Cristóvão Colon a Vale do Paraíso*, Vale do Paraíso, Azambuja, seis de março de 1993.

³⁶ Luís Filipe THOMAZ, *Cristóvão Colón. Português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?*, in *Anais de História de Além-mar*, XVI, Universidade Nova de Lisboa, 2015, pp. 518-532.

³⁷ João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), José Damião RODRIGUES e Pedro Aires OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 79.

cordial acolhimento que fez a Cristóvão Colon que estava oferecendo os projetos de expansão atlântica a Castela, tal como o acesso a informações das quais dependia o desenvolvimento das explorações marítimas lusitanas. Estes historiadores afirmam que se trata de um engano meticulosamente concebido pelo Príncipe Perfeito, que dava ao navegador, «uma de cal e outra de areia».³⁸ Trata-se claramente de uma temática passível de perspectivas de análise diferenciadas, que exige uma abordagem holística e interdisciplinar de várias áreas confluentes com a História dos Descobrimentos, que se propõe realizar na presente dissertação. Assim, o objetivo deste trabalho consiste em demonstrar a existência de duas fases distintas, no âmbito das relações do almirante Cristóvão Colon com Portugal e os portugueses, no período relativo à emergência do Império Português (1485-1502). Uma primeira fase caracterizada pela garantia da rota marítima da Índia, que culminou com o acordo de Tordesilhas, onde o rei D. João II soube retirar vantagem estratégica dos conhecimentos, experiência e conquistas alcançados pelo navegador. E uma segunda fase, em pleno reinado de D. Manuel I, caracterizada por uma obstinação e predestinação de Cristóvão Colon na busca de uma passagem para o Oriente através do Ocidente, onde se vai conformando uma ideologia espiritual de pendor messiânico, transversal ao pensamento do navegador e do próprio rei D. Manuel I. Dando seguimento a esta metodologia formula-se o referencial para a sistematização do trabalho, traduzido pela seguinte questão: De que modo se configuraram os elos bilaterais luso-castelhanos, relacionados com as movimentações do almirante Cristóvão Colon no espaço ibérico, no período relativo à percepção do Império Português?

Assume-se de certa forma o enfoque desta dissertação nas interações e conexões de Cristóvão Colon com Portugal e os portugueses, não somente porque viveu em Porto Santo e chegou a S. Jorge da Mina, mas sobretudo porque este ambiente excitante e exótico, envolto em grandes projetos, que enriqueceu a sua experiência, e cuja etapa portuguesa conformou a sua mentalidade, possibilitando o descobrimento quando se estabelece em Castela.³⁹

A historiografia relativa a Cristóvão Colon tem uma das suas principais

³⁸ István Szászdi LEÓN-BORJA e Katalin KLIMES-SZMIK, *op. cit.*, p. 50.

³⁹ Consuelo VARELA, *Cristobal Colón. Textos y documentos completos*, 2ª Edición, Madrid, Alianza Editorial, 1989, pp. XXV-XXVI.

referências nos trabalhos do padre dominicano Bartolomé de Las Casas⁴⁰ (1562), Martín Fernandez de Navarrete⁴¹ (1825) e Washington Irving⁴² (1828). Mas foi a partir das comemorações do 4º Centenário da Descoberta das Américas, em 1892, que a produção historiográfica se propagou com maior intensidade, e neste âmbito, destacam-se os trabalhos de Ángel Altolaguirre y Duvalé⁴³, Henry Harrisse⁴⁴ e Paul Gaffarel⁴⁵, estes em 1892. Seguiram-se Henry Vignaud⁴⁶ (1901), Samuel Eliot Morison⁴⁷ (1944) e Charles Verlinden⁴⁸ (1979).

Apesar deste trabalho não enquadrar qualquer problemática sobre as origens do navegador, não deixa de constituir uma questão crucial no quadro da incompatibilidade do casamento entre um mercador de origens humildes e a filha de Bartolomeu Perestrelo, o capitão da ilha de Porto Santo e membro da nobreza da Casa de Viseu. As regras matrimoniais desse tempo mostram a impossibilidade de um casamento entre um plebeu e uma nobre, pelo que a origem de Cristóvão Colon é amplamente duvidosa.⁴⁹

Ao fim de alguns anos de pesquisa, damos conta de uma tendência para a proliferação de obras que se tornam repetitivas ou o surgimento de versões com carácter mais romanceado, fundadas na imaginação literária dos seus autores. Talvez levassem demasiado à letra a visão transmitida por François Furet, que considerou a necessidade

⁴⁰ Bartolomé de LAS CASAS, *Historia de las Indias*, ahora por primera vez dada a la luz por el Marqués de la Fuensanta del Valle y D. José Sancho Rayón, Publicação original: Madrid, Imprenta de Miguel Ginesta, 1875, Publicação virtual: Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007. [Consultado em 20/11/2016]. Tomo 1 disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc542p8>; Tomo 2 disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc1g0n9>; Tomo 3 disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmewq020>.

⁴¹ Martín Fernandez de NAVARRETE, *Coleccion de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los Españoles*, tomo I, *Viajes de Colon: Almirantazgo de Castilla*, Madrid, La Imprenta Real, 1825.

⁴² Washington IRVING, *History of the life and voyages of Christopher Columbus*, Vol. I-IV, Paris, A. e W. Galignani, 1828.

⁴³ Ángel de Altolaguirre y DUVALE, *Llegada de Cristóbal Colón a Portugal*, Tomo 21, Madrid, Real Academia de la Historia, 1892, pp. 481-492.

⁴⁴ Henry HARRISSE, *Christophe Colomb devant l'histoire*, Paris, H. Welter, 1892.

⁴⁵ Paul GAFFAREL, *Histoire de la découverte de l'Amérique depuis les origines jusqu'à la mort de Christophe Colomb*, Vol. I e II, Paris, Arthur Rousseau, 1892.

⁴⁶ Henry VIGNAUD, *La Lettre et la Carte de Toscanelli sur la route des Indes par l'Ouest ; Adressés en 1474 au Portugais Fernam Martins et transmises plus tard a Christophe Colomb. Étude Critique sur l'authenticité et la valeur de ces documents et sur les sources des idées cosmographiques de Colomb*, Paris, Ernest Leroux, 1901.

⁴⁷ Samuel Eliot MORISON, *Cristóvão Colombo almirante do Mar-Oceano*, Lisboa, Editorial Notícias, 1993.

⁴⁸ Charles VERLINDEN, *Christophe Colomb et Barthélemy Dias*, Lisboa, Academia da Ciências de Lisboa, Instituto de Altos Estudos, 1979.

⁴⁹ João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), José Damião RODRIGUES e Pedro Aires OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 78; João Paulo Oliveira e COSTA in Francisco Contento Domingues (dir.), *Novo Dicionário da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores e Associação para o Desenvolvimento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016, pp. 289-293.

do novo historiador de «inventar as suas fontes, que geralmente não são apropriadas, tal como existem, ao seu tipo de curiosidades».⁵⁰ Dada a própria natureza do tema e a sua apetência para conviver com o mistério, pode-se confundir regularmente, a História com a literatura. É a História encantada pelas emoções. A História busca no passado a sequência das causas e dos efeitos, que de acordo com Alain Boureau, por vezes tem que se habituar a conviver com uma forte indeterminação dessa relação.⁵¹

Sanjay Subrahmanyam defende o regresso aos momentos históricos definidos por Bartolomeu Dias e Cristóvão Colon, no quadro das relações de proximidade entre Portugal e Castela, quando os conspiradores contra D. João II, encontraram refúgio na corte de Castela, ficando expostos ao tráfico de informações, determinantes para a ação da política externa.⁵² Subrahmanyam acabou por impulsionar o objetivo desta pesquisa, orientado para a prospeção desses elos bilaterais luso-castelhanos, que se constituíram fundamentais na perceção dos Impérios Ibéricos. Sem esta motivação acrescida parecia existir uma convicção de que praticamente não haveria mais a escrever sobre o período que trespassa os reinados de D. João II e de D. Manuel I.

Adicionalmente, José Mattoso também estimula o trabalho do investigador em História, afirmando que este «está sempre a descobrir no passado longínquo e recente o mesmo e o outro, a identidade e a variância, a repetição e a inovação».⁵³ Ainda assim, torna-se necessário ter presente no exercício da investigação, a consciência dos riscos associados, numa busca balanceada entre as demonstrações do óbvio e do invulgar. Esta consciência permite orientar os critérios para uma pesquisa que se pretende harmonizada, procurando identificar os conceitos não triviais, de quem aspira encontrar as respostas certas e não de quem sabe antemão, as respostas certas.⁵⁴ Não tanto a aspiração de procurar a exatidão das respostas neste labor da História mas sobretudo encontrar as pontes de ligação verosimilhantes.

Destacam-se no âmbito desses elos luso-castelhanos, alguns representantes da Casa de Bragança, com especial relevo para D. Álvaro de Portugal, fundador da *Casa*

⁵⁰ François FURET, *L'Atelier de l'histoire*, Paris, Flammarion, 1982, pp. 76-77, in M. Fátima BONIFÁCIO, *op. cit.*, p. 29.

⁵¹ Alain BOUREAU, *Prépositions pour une histoire restreinte des mentalités*, Annales, Économies, Sociétés, Civilisations, n° 6, 1989, p. 1492, in M. Fátima BONIFÁCIO, *op. cit.*, p. 46.

⁵² Sanjay SUBRAHMANYAM, *art. cit.*, p. 1364.

⁵³ José MATTOSO, *op. cit.*, p. 68.

⁵⁴ Estelle M. PHILLIPS e Derek PUGH, *op. cit.*, p. 63.

*de la Contratación*⁵⁵, e de uma das casas de grande linhagem, o condado de Gelves⁵⁶, que manteve sempre relações privilegiadas com Cristóvão Colon. O autor do memorial português de 1494, também evocou a figura de D. Álvaro de Bragança, referindo-se então, ao presidente do Conselho de Sua Alteza, a rainha D. Isabel, fornecendo informações do ouro de S. Jorge da Mina.⁵⁷ Para além do exílio de D. Álvaro de Bragança, é também importante analisar o estabelecimento em Sevilha de outros dois irmãos do duque de Bragança: D. Afonso, conde de Faro e D. João, marquês de Montemor-o-Novo.⁵⁸ Merecem também relevo: Bartolomeu Marchioni na qualidade de financiador das armadas portuguesas e as suas conexões com Juanoto Berardi apoiante financeiro de Cristóvão Colon; Diego Méndez de Segura que foi criado de Cristóvão Colon e de seu filho Diogo Colon, da confiança do grupo da marquesa de Montemor-o-Novo, D. Isabel de Noronha e de D. Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor; Isaac Abravanel judeu sefardita originário de Sevilha, que foi condenado à morte no processo da conspiração contra D. João II; Juan Perez e António de Marchena, frades franciscanos da confiança da rainha Isabel a Católica, relacionados com Cristóvão Colon em Castela; e ainda o cardeal D. Jorge da Costa, conhecido como Alpedrinha, referido pelo memorialista por ocasião da embaixada enviada ao Papa Inocêncio VIII, liderada por Vasco Fernandes de Lucena.

As fontes relacionadas com a sua estada em Portugal são praticamente inexistentes, mas o seu conhecimento marítimo e cartográfico, em associação com a colonização portuguesa da Madeira, veio pelo menos da parte dos seus parentes Perestrelo.⁵⁹ Subrahmanyam destaca também o significado histórico do encontro entre D. João II e Colon, no regresso da primeira viagem ao Novo Mundo, antes de regressar a Castela e dar a boa nova aos Reis Católicos⁶⁰ e no quadro das questões bilaterais, na primeira fase do projeto castelhano das Caraíbas, até 1510, regista também a presença

⁵⁵ István Szászdi LEÓN-BORJA, *Los portugueses y la fundación de la Casa de la Contratación sevillana el año de 1503, La huella de don Alvaro de Portugal*, O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 2005. pp. 283-324; Antonio Acosta RODRIGUEZ, Adolfo González RODRIGUEZ, e Enriqueta Vila VILAR, *La Casa de La Contratación y La Navegación entre España y Las Indias*, Universidad de Sevilla, Fundación El Monte, Sevilla, 2003; Juan GIL, *El exilio portugués en Sevilla – De los Braganza a Magallanes*, Sevilla, Fundación Cajasol, 2009.

⁵⁶ Juan GIL, *op. cit.*, p. 38.

⁵⁷ BNP, Reservados, Cód. 2912 A, fol. 12; BNP Reservados, Cód. 2913 A, p. 123 (transliterado).

⁵⁸ Juan GIL, *op. cit.*, p. 25; Para complementar o estudo de Juan Gil sugere-se o trabalho de Mafalda de Sousa Machado Soares da CUNHA, *A Casa de Bragança 1383-1483, Linhagem, Parentesco e Poder*, Évora, Universidade de Évora, Departamento de História e Arqueologia, 1988.

⁵⁹ Sanjay SUBRAHMANYAM, *art. cit.*, p. 1365.

⁶⁰ Ibidem.

de portugueses intervenientes neste projeto.⁶¹

As posições historiográficas dos países ibéricos, assumem uma tendência nacionalista, sendo raro o historiador espanhol que dedica mais do que uma pequena parte da sua atividade ao estudo do Império Português, assim como um historiador português que se dedique ao estudo do Império Castelhana, a não ser exceccionalmente, como se constata na historiografia portuguesa e espanhola que se dedica ao estudo dos impérios ibéricos no quadro da monarquia dual⁶² e na obra de António Galvão⁶³. Este ponto é crucial na fundamentação da metodologia bibliográfica seguida na presente dissertação, na medida em que se identificam elos bilaterais significativos para a compreensão do período relativo à definição dos impérios ibéricos, e particularmente na perceção do Império Português (1485-1502). Julga-se que essa metodologia assume um conjunto de elementos bem identificados com os conceitos da História Global e da Idade Moderna, focalizados na necessidade da integração das histórias que determinaram as configurações dos impérios ibéricos e na intercomunicação dessas redes imperiais transoceânicas.⁶⁴ Sob outra perspetiva, reforça-se a pretensão de seguir uma abordagem assente num quadro de interdisciplinaridade, que represente acima de tudo, uma desnaturalização do conhecimento, ou seja, a adoção da tomada de consciência permanente para os constrangimentos intelectuais e institucionais, de modo a que sejam desenvolvidas diferentes formas de estruturação e de representação do conhecimento.⁶⁵

O cunho de interdisciplinaridade que se pretende difundir nesta dissertação engloba também o estudo das relações familiares dos grupos de alta nobreza, dado que a rainha D. Isabel, a Católica, descende diretamente da Casa de Bragança, sendo neta de D. Isabel de Bragança, filha de D. Afonso I, Duque de Bragança. Conforme já foi referido não constitui qualquer intenção desta dissertação, conjecturar sobre as origens de Cristóvão Colon, julga-se no entanto fundamental, explicar também as relações

⁶¹ Henry H. KEITH, *New World Interlopers: The Portuguese in the Spanish West Indies, from the Discovery to 1640*, The Americas 25, no. 4 (1969): 360–371, in Sanjay SUBRAHMANYAM, *art. cit.*, p. 1365.

⁶² Sanjay SUBRAHMANYAM, *art. cit.*, pp. 1363-1365.

⁶³ António GALVÃO, *Tratado dos Descobrimentos*, Direção de Luís de Albuquerque, transcrição em português atual por Ana Mónica Rogado DOMINGUES, Publicações Alfa, Lisboa, 1989. Esta obra fala de Hernán Cortés, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque e Cristóvão Colon, conforme notado por Sanjay SUBRAHMANYAM, *art. cit.*, p. 1363.

⁶⁴ Sanjay SUBRAHMANYAM, *art. cit.*, pp. 1362-1365.

⁶⁵ Joe MORAN, *Interdisciplinarity*, 2ª edição, London, Routledge, 2010, pp. 180-181.

familiares que direta ou indiretamente estão ligadas à família de Colon, pelo ramo de sua esposa, D. Filipa Moniz Perestrelo, concretamente, as conexões em torno das famílias da Casa Real, da Casa de Bragança, dos Perestrelo, dos Noronha e dos Meneses.⁶⁶

Paralelamente, importa proceder ao estabelecimento de um quadro de correspondência entre o conteúdo do *El Memorial Portugués de 1494* e outros congéneres, que estão presentes nos documentos deixados por Cristóvão Colon, concretamente enquadrados na experiência de navegação, na conceção geográfica do mundo, no conhecimento das riquezas da Guiné e de S. Jorge da Mina e a obtenção do tão pretendido ouro para a reconstrução do Templo, à imagem do rei Salomão. O autor do memorial deixa transparecer a sua ligação às correntes messiânicas. A análise da componente espiritual-religiosa enquadra-se também na perspetiva metodológica interdisciplinar, uma vez que as pressuposições ideológicas intrínsecas, como o joaquimismo e a tomada da Santa Casa de Jerusalém, estão presentes em escritos de Afonso de Albuquerque e de Cristóvão Colon⁶⁷, para além da fidelização de D. Afonso V e de D. Manuel I ao tema da cruzada mística. A larga permanência de Cristóvão Colon em Portugal teve uma influência na formação do messianismo colonino,⁶⁸ e de forma análoga, também D. Manuel I expressava um messianismo traduzido na vontade de organizar a tomada da Terra Santa e perseguia o sonho de um título imperial.⁶⁹ O estudo de Luís Filipe Thomaz sobre a ideia imperial manuelina é fundamental para enquadrar a mentalidade messiânica transversal a D. Manuel I e a Cristóvão Colon.⁷⁰

Este movimento joaquimista ajusta-se a uma visão milenarista, onde se identifica a era do Espírito Santo como a idade da fraternidade universal. O milenarismo que de acordo com José Mattoso, é «a crença segundo a qual está para vir uma convulsão que altera profundamente a sociedade em que vivemos, destruindo-a pelas suas bases, para ao mesmo tempo inaugurar um período de mil anos de prosperidade, de paz e de

⁶⁶ Juan GIL, *op. cit.*, pp. 487-494.

⁶⁷ Sanjay SUBRAHMANYAM, *art. cit.*, p. 1365.

⁶⁸ Alain MILHOU, *Colón y su mentalidad mesiánica en el ambiente franciscanista español*, Valladolid, Casa-Museo de Colón, Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, 1983, p. 436.

⁶⁹ João Paulo Oliveira e COSTA, *Reis de Portugal, D. Manuel I*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2005, p. 175.

⁷⁰ Luís Filipe F. R. THOMAZ, *L'idée impériale manuéline* in Jean Aubin (org.), *La découverte, le Portugal et L'Europe*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Braga, Barbosa e Xavier Limitada, 1990.

justiça».⁷¹ Também Cristóvão Colon considerava essa prosperidade fraterna universal, ao crer no ecletismo do Espírito Santo, capaz de atuar nos Cristãos, Muçulmanos, Judeus e em muitos de outras seitas.⁷² A esta última temática do messianismo joaquimista, pretendemos dedicar certo cuidado, pois como refere José Mattoso, a metafísica produz-lhe desorientação, face às generalizações e abstrações demasiado amplas, que causam hesitação quanto à sua aplicação.⁷³

Na perspetiva intrínseca ao pensamento ideológico de Cristóvão Colon, destacam-se as obras de August Kling e Delno C. West, Alain Milhou e Francisco Alvarez Seisdedos, fundamentais para a compreensão dessas dimensões, as quais permitem estabelecer pontes com o pensamento espiritual português vigente na época, identificado com o culto do Espírito Santo. De facto, as preposições ideológicas não separavam em nada os portugueses e os castelhanos, nos seus projetos de construção dos impérios em 1500.⁷⁴ As ideias apocalípticas do joaquimismo, a conquista de Jerusalém, a busca das minas de ouro e das especiarias para financiamento deste projeto estão bem presentes no pensamento de Colon.⁷⁵ O almirante tinha uma fixação em buscar o ouro nas Índias Ocidentais e assim daria aos monarcas Católicos as condições materiais para o cumprimento da profecia de Joaquim da Fiori e avançar para a reconquista de Jerusalém em prol da reconstrução do Monte de Sião.⁷⁶

As ideias de Joaquim da Fiori foram interpretadas pelos franciscanos observantes, o culto do Espírito Santo em Portugal foi apoiado pela rainha Santa Isabel, e outros temas estão presentes na ação de D. Manuel I e do seu eleito veiculador do messianismo joaquimista, Afonso de Albuquerque, quais mortes remeteram «para as calendas gregas os projetos de intervenção no Mar Roxo, destruição da Casa de Meca e recuperação da de Jerusalém».⁷⁷ A presença deste comportamento messiânico, em finais

⁷¹ José MATTOSO, *op. cit.*, p. 227.

⁷² Delno C. WEST e August KLING, *The Libro de las profecias of Christopher Columbus*, Gainesville, University of Florida Press, 1991, p. 106; Alain MILHOU, *op. cit.*, p. 93.

⁷³ José MATTOSO, *op. cit.*, p. 11.

⁷⁴ Consuelo VARELA e Juan GIL (ed.), *op. cit.*, p. 181, in Sanjay SUBRAHMANYAM, *art. cit.*, p. 1365.

⁷⁵ Consuelo VARELA e Juan GIL (ed.), *op. cit.*, p. 101.

⁷⁶ Serge GRUZINSKI, *What time is it there? American and Islam at the dawn of modern times*, Cambridge, Polity Press, 2010, p. 117.

⁷⁷ Luís Filipe F. R. THOMAZ, *L'idée impériale manuéline*, pp. 104-105.

da Idade Média, nas ideias de Cristóvão Colon, tal como na ideologia do rei D. Manuel I⁷⁸ constitui uma das temáticas centrais na condução da presente dissertação.

Sob o ponto de vista metodológico, pretende-se ressaltar os princípios do discurso histórico, evocados por José Mattoso a partir do pensamento do historiador e filósofo polaco, Krzysztof Pomian. Em primeiro lugar, os factos devem ser contextualizados no tempo, considerando que a sua conexão entre si é determinada pelo seu posicionamento diacrónico; em segundo, procurar obter provas que confirmem estados de verosimilhança, e finalmente, que esses testemunhos sejam de carácter documental, não sendo fundamentados na observação pessoal dos factos.⁷⁹

⁷⁸ Luís Filipe F. R. THOMAZ, *Descobrimentos e Evangelização – Da Cruzada à missão pacífica*, in Actas do Congresso Internacional de História, Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas, vol. I: *Cristandade Portuguesa até ao século XV*. Evangelização Interna, Ilhas Atlânticas e África Ocidental. Universidade Católica Portuguesa. Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos portugueses. Fundação Evangelização e Culturas, Braga, 1993, p. 88.

⁷⁹ José MATTOSO, *op. cit.*, p. 94.

Capítulo I: O epistema náutico e geográfico nos finais do séc. XV

(...) A tudo isto acresce a esperança bem fundada de explorar o Golfo Árábico, onde reinos e povos que habitam a Ásia, mal conhecidos de nós por notícias muito incertas, praticam escrupulosamente a fê santíssima do Salvador, dos quais, a dar crédito a experimentados geógrafos, já a navegação portuguesa se não encontra senão a alguns dias de viagem. Efectivamente, descoberta já uma parte enormíssima da costa africana, chegaram os nossos o ano passado [1484] até perto do Promontório Prasso, onde começa o golfo Árábico; foram explorados os rios, praias e todos os portos que desde Lisboa, numa extensão de mais de 45 centenas de milhares de passos [4500 milhas italianas, ou seja, 1125 léguas portuguesas⁸⁰], estão enumerados com exactíssima observação do mar, das terras e dos astros (...)⁸¹

No último quartel do século XV considera-se que o estado da arte da ciência náutica, ainda não tinha sido impregnado pelos princípios da revolução científica que viria a despontar no século XVI. Nos anos 30 de Quinhentos, Pedro Nunes avançou com a preponderância da geometria como fator essencial para o sucesso das navegações portuguesas, em detrimento da coragem, ousadia, engenho, intuição marítima ou heroicidade dos navegadores portugueses.⁸² Pedro Nunes pretendia patentear a maturidade da ciência náutica submetida aos princípios das ciências matemáticas, sem com isso querer menosprezar o dotado perfil psicológico da gesta de navegadores lusos. Nos primórdios do século XVI ainda impera o valor da experiência numa perspectiva da prática, sobre uma ciência em expansão, que viria a despontar com os princípios modernos da experimentação, com D. João de Castro e Garcia de Orta.⁸³ Conforme se testemunha nos escritos de Leonardo da Vinci, Duarte Pacheco Pereira e de Cristóvão Colon, todos coetâneos, a experiência deve ser entendida como uma vivência exercitada. Aquele vulto do Renascimento afirmou que a «sperienza la quale è maestra vera»⁸⁴, o Aquiles Lusitano expressou que a «experiência é madre das cousas por ela soubemos radicalmente a verdade»⁸⁵ e o almirante do mar Oceano privilegiou o saber empírico ao declarar que «allegamos más grande enseñanza de aquello que

⁸⁰ Joaquim Rebelo Vaz MONTEIRO, *Uma viagem redonda da carreira da Índia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985, p. 464.

⁸¹ Oração de Obediência de Vasco Fernandes de LUCENA, em 11 de dezembro de 1485, dirigida a Inocêncio VIII, in Abel Fontoura da COSTA, *As portas da Índia em 1484*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1936, p. 80.

⁸² Henrique LEITÃO, *Ars e ratio: A náutica e a constituição da ciência moderna*, in Maria Isabel Vicente Maroto y Mariano Esteban Piñeiro (coords.), *La Ciencia y el Mar*, Valladolid, 2006, p. 191.

⁸³ Luís de ALBUQUERQUE, *Ciência e experiência nos Descobrimentos portugueses*, pp. 121-122.

⁸⁴ Joaquim Barradas de CARVALHO, *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no «Esmeraldo de Situ Orbis»*, São Paulo, Coleção Revista de História, 1968, pp. 129-130.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 123.

deprendemos por nuestra propia espirenzia»⁸⁶. Naturalmente que este conceito de experiência deve ser encarado sob diferentes perspectivas, desde Quatrocentos até aos nossos dias, de acordo com Lucien Febvre. Este historiador refere que nos nossos dias, a experiência é entendida como uma técnica assaz familiar aos especialistas dos laboratórios, que exige uma ação premeditada e calculada para verificação de uma hipótese formulada previamente. Comparativamente, Lucien Febvre releva que para aqueles homens, a experiência era o propósito de provar, observar, registar, um acontecimento ou ocorrência produzido por si mesmo, sem uma intervenção ou vontade particular externa.⁸⁷ Era uma experiência fundada na ausência de protocolos. A arte de navegar compunha-se então por duas partes, sendo uma fundada nas ciências matemáticas que sustentavam as regras e os procedimentos de navegação, e a outra fundamentada na experiência e na observação dos navegadores, critérios essenciais para a definição de derrotas, distâncias, morfologia das costas marítimas, correntes e monções.⁸⁸

Contudo é importante reter que o espírito renascentista, característico do século XV, trouxe inovações consideráveis que fariam antever o fulgor científico que viria a despontar no século seiscentista. No quadro dessas inovações contam-se o advento da imprensa de Gutenberg, as viagens transoceânicas, a invenção da pólvora para a artilharia e a multiplicidade das manifestações artísticas, como exemplos mais representativos.⁸⁹

As embarcações foram a tecnologia primordial no processo da mundialização ibérica que promoveram as redes de miscigenação iniciadas no século XVI e que Serge Gruzinski diferencia do conceito contemporâneo de globalização económica e financeira.⁹⁰ O seu impacto tecnológico e socioeconómico é comparável ao advento da fibra ótica que acelerou as redes comunicacionais do século XX, sendo como filamentos de tecnologia que concretizaram, a partir do século XV, a ida e o retorno das gentes, das

⁸⁶ Alain Milhou, *op. cit.*, p. 94.

⁸⁷ Lucien FEBVRE, *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle (La Religion de Rabelais)*, Paris, 1947, p. 477, in Joaquim Barradas de CARVALHO, *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no «Esmeraldo de Situ Orbis»*, p. 127.

⁸⁸ Manuel PIMENTEL, *Arte de Navegar*, comentada e anotada por Armando Cortesão, Fernanda Aleixo e Luís de Albuquerque, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1969, pp. 41-42 in Henrique LEITÃO, *Ars e ratio: A náutica e a constituição da ciência moderna*, in María Isabel Vicente Maroto y Mariano Esteban Piñeiro (coords.), *La Ciencia y el Mar* Valladolid, 2006, p. 207.

⁸⁹ Frances GIES e Joseph GIES, *Cathedral, Forge and Waterwheel, Technology and Invention in the Middle Ages*, New York, Harper Collins Publishers, 1994, p. 237.

⁹⁰ Serge GRUZINSKI, *Les quatre parties du monde*, Paris, Éditions de La Martinière (Points, Histoire), 2004.

mensagens, das mercadorias, das artes, das línguas desconhecidas, das novas crenças e espiritualidades, das outras consciências, dos outros afetos, das outras culturas. Será que os manipuladores diretos e indiretos dessa tecnologia, ou seja, os navegadores e construtores navais tinham consciência do alcance dessas dimensões? Serge Gruzinski responde que nesse tempo, os navegadores bascos, andaluzes, galegos e portugueses viviam ainda imbuídos noutros horizontes, construídos nos ventos, nos naufrágios e nas tempestades.⁹¹

No campo do desenvolvimento científico da náutica, devem-se evidenciar as limitações existentes no rigor dos procedimentos para a medição da longitude, o domínio dos efeitos da variação da declinação magnética na cartografia, bem como, a adoção de procedimentos que interpretassem eficazmente os conceitos de ortodromia e loxodromia. Estes apenas foram tratados cientificamente, pelo matemático português Pedro Nunes, no seu *Tratado em defensam da carta de marear*, em 1537. É importante sublinhar que a definição do ponto cartográfico que identifica a posição rigorosa do navio, com a marcação da latitude e da longitude, somente viria a ser alcançada no século XVIII, quando foi inventado o cronómetro por John Harrison.⁹²

A problemática da medição rigorosa das longitudes viria a traduzir-se numa dificuldade acrescida na determinação da linha de demarcação das 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. Os Reis Católicos sempre demonstraram empenhamento neste assunto, mesmo após a assinatura do Tratado de Tordesilhas, como testemunham as instruções transmitidas ao seu lugar-tenente D. Juan de la Nussa, em finais de 1494, para obter um parecer fundamentado sobre o traçado da linha de demarcação, da parte do cosmógrafo catalão Jaume Ferrer de Blanes. Na carta de 27 de janeiro de 1495, Ferrer oferece-se para ir depor aos Reis Católicos, adiantando que poderia até deslocar-se a Cabo Verde, mas os monarcas não entenderam os seus argumentos, os quais não acrescentaram conteúdo geográfico e náutico aos conhecimentos existentes.⁹³ Esta dificuldade aparece ainda evidenciada, em pleno período da união das Coroas ibéricas, quando João Baptista Lavanha confrontou os argumentos do cosmógrafo-mor das Índias Ocidentais, Andrés García de Céspedes, com o rigor que o estado da arte permitia, sobre a localização das ilhas Molucas relativamente ao meridiano oriental de Tordesilhas. O

⁹¹ Ibidem, p. 144.

⁹² Luís de ALBUQUERQUE, *Ciência e experiência nos Descobrimentos portugueses*, p. 42.

⁹³ John Boyd THACHER, *Christopher Columbus, his life, his works, his remains as revealed by original printed and manuscript records*, vol. II, New York and London, G. P. Putman's Sons, 1903, p. 189.

raciocínio de Lavanha estava bastante elaborado para a época, considerando que as Molucas estavam a poente da costa ocidental da ilha de Gilolo, quase dois graus, e como esta ilha estava localizada a um grau e 40 minutos do hemisfério oriental da Coroa de Portugal, Lavanha concluía que as Molucas localizavam-se a mais de três graus dentro da demarcação de Portugal.⁹⁴

Em termos comparativos com o estado da arte nos finais do século XV torna-se ainda mais evidente a dificuldade na representação da imagem do mundo, a qual se revela bastante incoerente. Por exemplo, as cartas-portulano vão sendo objeto de maior rigor no registo de conteúdos geográficos, mas quedam-se pela representação espacial e funcional.⁹⁵ Analise-se o conjunto de mapas referenciais para a época, representados na Figura 1, concluindo-se que o perfil do continente de África, levou cerca de 43 anos para se assemelhar àquele que se conhece atualmente, desde o mapa de Fra Mauro até ao de Cantino. Porém, parece ter ocorrido um retrocesso no que respeita à representação espacial do istmo do Suez, o qual aparece mais que duplicado em extensão, em relação ao ilustrado nos mapas de Fra Mauro e de Henricus Martellus, conforme já tinha sido notado por Teixeira da Mota. De acordo com as cartas náuticas do Mediterrâneo há muito que se sabia da proximidade entre o delta do Nilo e o extremo setentrional do Mar Roxo.⁹⁶ Importa sublinhar que era através do delta do Nilo que convergiam as redes comerciais oriundas do mar Vermelho, a partir de Alexandria com destino aos mercados de Génova e de Veneza. Vitorino Magalhães Godinho refere que é a partir dos portos de Alexandria que são carregadas as naus com mercadorias de grande relevância para os Venezianos, Genoveses, Ragusanos e também de outros pontos da Europa, como foram os casos de Flandres, Inglaterra e Portugal.⁹⁷

Estas repúblicas italianas viviam do comércio das especiarias provenientes do Oriente, tendo sofrido um rude golpe quando as tribos turcas errantes interromperam o abastecimento desses produtos, no primeiro quartel do século XV. Tornava-se crucial encontrar alternativas a essas redes comerciais tradicionais que ligavam o Oriente à

⁹⁴ Francisco Paulo Mendes LUZ, *Um parecer inédito do cosmógrafo João Baptista Lavanha sobre as Molucas e o Tratado de Tordesilhas*, separata de Garcia de Orta, vol. III, nº 1, Lisboa, Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1965, p. 75.

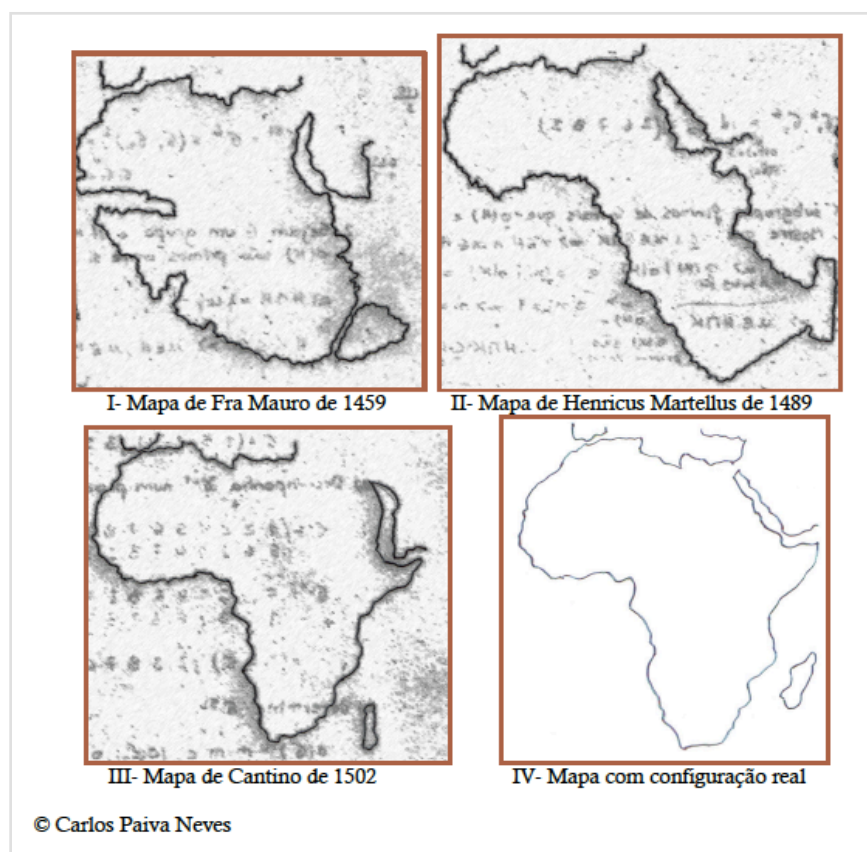
⁹⁵ Francisco Contente DOMINGUES, *A Travessia do Mar Oceano, A Viagem ao Brasil de Duarte Pacheco Pereira*, Parede, Tribuna da História, 2011, p. 67.

⁹⁶ Avelino Teixeira da MOTA, *A viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de D. João II*, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Outubro-Dezembro, Lisboa, 1958, p. 311.

⁹⁷ Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Editora Arcádia, 1963, p. 538.

Europa. Foi por esta ocasião que o infante D. Pedro, o das Sete Partidas, estabeleceu contactos em Veneza e Florença com as famílias Foscaris e Medicis e ainda com Paolo del Pozzo Toscanelli, todos intervenientes no comércio das especiarias e deste modo interessados numa rede alternativa isenta de contratempos e de intermediários indesejáveis.⁹⁸ São identificadas algumas fontes que referem a notícia, de que no âmbito desta viagem do infante D. Pedro, a Veneza, foi trazido para Portugal um mapa-mundo e mais tarde em 1459, terá sido enviado para Portugal, um outro mapa-mundo, requisitado ao famoso cosmógrafo Fra Mauro, monge camaldulense do Mosteiro de São Miguel de Murano, localizado junto a Veneza.⁹⁹

Figura 1 – Comparação dos perfis cartográficos do continente de África



Com o início da construção do império marítimo português, a partir de 1502, era conveniente desmobilizar aquela rede comercial que então rivalizava com a nova rede marítima. Evoluindo de Fra Mauro para Henricus Martellus verifica-se assim, um salto

⁹⁸ Júlio GONÇALVES, *Motivos portugueses no planisfério de Fra Mauro*, Separata das Memórias, Classe de Letras, tomo VII, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1961, pp. 8-9.

⁹⁹ António Ribeiro dos SANTOS, *Memórias sobre dois antigos Mappas Geográficos do Infante D. Pedro e do Cartório de Alcobaça* in *Memórias de Litteratura Portuguesa*, 2ª Edição, Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1856, pp. 275-304 in Saúl António GOMES, *Reis de Portugal, D. Afonso V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 166.

significativo da latitude do extremo sul de África, como consequência direta da viagem de Bartolomeu Dias que pretendia demonstrar a ligação entre o Atlântico e o Índico.¹⁰⁰ Havendo conhecimento que os informes cartográficos derivavam do progresso das navegações portuguesas, observa-se que no período de treze anos, entre o mapa de Martellus e o de Cantino, o contorno do cabo da Boa Esperança aparece configurado em consonância com a rota que percecionou o Império Português. O que se pode analisar de imediato no mapa de Martellus, não é tanto essa ligação entre os dois oceanos no hemisfério sul, mas uma interrupção dessa conexão, uma vez que a configuração territorial penetra a orla sul do mapa. Trata-se da representação de um erro de coordenada que poderia estar enquadrado na política de sigilo de D. João II, no sentido de fazer crer a Cristóvão Colon, que a viagem para a Índia pelo cabo da Boa Esperança era muito mais extensa, havendo possibilidade da divulgação do mapa de Martellus ter sido promovida por parte de Cristóvão ou Bartolomeu Colon em defesa dos seus argumentos para a realização da viagem pelo Ocidente.¹⁰¹ Neste enquadramento, não se torna tarefa fácil balizar as possíveis fontes cartográficas que sustentaram o projeto das Índias Ocidentais de Cristóvão Colon, mas Ilaria Caraci, Nuñez de las Cuevas e Kenneth Nebenzahl convergem em considerar determinante o mapa de Henricus Martellus.¹⁰²

Esta possibilidade de erros cartográficos intencionais não constitui uma mera conjectura, como se pode avaliar em outra situação relativa à localização do penedo de S. Pedro, na região equatorial do Atlântico. Esta entidade geográfica foi representada na cartografia, até ao século XVIII, com um desvio de 84 léguas, o que motivou um estreitamento da longitude do Atlântico, com repercussões favoráveis para Portugal, no posicionamento da linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas. Sobre este tópico, Teixeira da Mota e Luís de Albuquerque, consideraram que este erro, contemplou aspetos técnicos, que já tinham sido desenvolvidos por D. João de Castro, no Roteiro de Lisboa a Goa, mas também ponderaram as razões inerentes de natureza política.¹⁰³

Interessa pois determinar o estado da arte dos conhecimentos náuticos e geográficos em finais do século XV, partilhados pelos cosmógrafos ibéricos, para se

¹⁰⁰ Francisco Contente DOMINGUES, *op. cit.*, p. 67.

¹⁰¹ Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. III, p. 626.

¹⁰² Maria Fernanda ALEGRIA, *Fontes Cartográficas de Cristóvão Colombo. O mito e a realidade in Las relaciones entre Portugal y Castilla en la Época de los Descubrimientos y la Expansión Colonial*, Ana Maria Carabias (coord.), Salamanca, Universidad de Salamanca, 1994, pp. 156-157.

¹⁰³ Joaquim Rebelo Vaz MONTEIRO, *O «Propositado» encurtamento da largura do Atlântico nas cartas portuguesas do século XVI*, Separata da Universidade de Coimbra, Vol. XXIV, Coimbra, 1970, pp. 9-10.

enquadrar e correlacionar o epistema com os factos históricos, principalmente aquele que impulsionou a formalização dos impérios ibéricos, ou seja a divisão do mundo através do Tratado de Tordesilhas. Neste contexto, apela-se a uma outra questão importante, relacionada com a forma e a dimensão da Terra, as quais constituíram uma centralidade nos argumentos de Cristóvão Colon. De acordo com os testemunhos científicos de Kretschmer (1926), de Randles (1980, 1985) e de Luís de Albuquerque (1989), este problema não estava completamente solucionado, o que certamente influenciou no pensamento geográfico de Cristóvão Colon e dos seus contemporâneos dos finais do século XV.¹⁰⁴ Importa no entanto clarificar que quanto à forma, os sintomas da esfericidade da Terra eram correntes nas fontes da época, mas esta noção não estava completamente resolvida. Afinal este conceito já vinha desde a Antiguidade, patente no famoso trabalho de Eratóstenes, em Alexandria e Assuão, para a determinação do raio da Terra, no século III a. C., que revela a primeira experiência conhecida com tal finalidade, cujo resultado oferece uma elevada fiabilidade, se forem tomados em consideração alguns critérios de cálculo, como por exemplo, a estimativa grosseira da distância entre aquelas duas cidades.¹⁰⁵ Na carta de 27 de janeiro de 1495, dirigida aos Reis Católicos, Jaime Ferrer referindo-se ao raciocínio sobre a delimitação de Tordesilhas, afirma que enviaria a Suas Altezas uma forma mundi em plano, com a representação dos dois hemisférios.¹⁰⁶ Também Duarte Pacheco Pereira cita algumas vezes, no seu *Esmeraldo de situ orbis*, o Tratado da Esfera de Sacrobosco, onde evidencia a circularidade do equador, no Capítulo 10 do Livro II: «e esta terra é muito vezinha do círculo da equinocial, da qual os antigos disseram que era inabitável e nós por experiência achamos o contrário».¹⁰⁷ Acerca da esfericidade da Terra, Cristóvão Colon escreveu que as autoridades e as experiências de Ptolomeu e de outros davam conta dessa demonstração, como por exemplo os eclipses da Lua, mas a sua interpretação conduzia a uma forma não completamente redonda, assemelhando-se a uma pera, onde na haste se localizava o Paraíso terrenal.¹⁰⁸

As questões da dimensão e da proporção da Terra estavam ainda longe de

¹⁰⁴ Maria Fernanda ALEGRIA, *art. cit.*, p. 150.

¹⁰⁵ John Brian HARLEY e David WOODWARD, *The history of cartography*, vol. I, *Cartography in prehistoric, ancient and medieval Europe and the Mediterranean*, Chicago, University of Chicago, 1987, p. 155.

¹⁰⁶ John Boyd THACHER, *op. cit.*, p. 190.

¹⁰⁷ Joaquim Barradas de CARVALHO, *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no «Esmeraldo de Situ Orbis»*, p. 64.

¹⁰⁸ Bartolomé de LAS CASAS, *op. cit.*, tomo 2, pp. 278-279, in Maria Fernanda ALEGRIA, *art. cit.*, p. 155.

rigorosidade como se pode avaliar pelo conteúdo do Quadro 1, no qual se apresentam os valores para o grau meridiano ou terrestre em diferentes épocas. Este valor é determinante para a ciência náutica, interferindo diretamente na discussão da delimitação prevista no Tratado de Tordesilhas. Esta análise tem sido muito focalizada, quase em exclusivo, na perspectiva da sua influência no espaço do Atlântico e poucas vezes no contexto do hemisfério português do Extremo Oriente. Quando os portugueses se aproximaram do Promontório Prasso e adquiriram a ideia da extensão em longitude da Ásia, a deslocação de 270 léguas para oeste da linha de partilha com Castela teria de garantir a D. João II, a influência no Atlântico Sul e simultaneamente nas regiões de interesse no Índico.¹⁰⁹ Decorre desta análise que o estado da arte dos conhecimentos geográficos ao tempo de D. João II não permitiam de modo algum, uma exatidão do referencial de posição do limite dessas regiões no Extremo Oriente. Mas o epistema existente configurava plenamente a ponderação deste problema na mentalidade científica dos cosmógrafos de Portugal e de Castela.

Ressalta da análise do Quadro 1 que todas as fontes apresentam um erro por defeito para os valores do grau meridiano adotado, o que significa que todos admitiam a circunferência terrestre equinocial menor do que é na realidade. Duarte Pacheco Pereira adotou um valor com um erro menor, retomado apenas no século XVII por Manuel Pimentel¹¹⁰, não se conhecendo com rigor, os critérios que levaram aquele navegador a tal conclusão. Merece também ser sublinhado que desde os tempos de Bartolomeu Dias e de João de Lisboa, o valor seguido era de 16,66 léguas, e logo nos princípios do século XVI, foi adotado pelos portugueses o valor de 17,5 léguas, de acordo com as escalas constantes no mapa de Cantino (1502), cujo valor permaneceu até ao século XVIII.¹¹¹

¹⁰⁹ Avelino Teixeira da MOTA, *art. cit.*, p. 312.

¹¹⁰ Francisco Contente DOMINGUES, *Colombo e a política de sigilo na historiografia portuguesa*, p. 10.

¹¹¹ Abel Fontoura da COSTA, *A Marinharia dos Descobrimentos*, 3ª Edição, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1960, p. 214.

Quadro 1 – Valores do grau meridiano ou terrestre

Fonte	Légua (1)	Sistema Métrico	Erro (%)
Ciência Moderna (1)	18,75	111111	-
Eratostenes (285-195 a.C.) (2)	18,73	110887	-0,2
Ptolomeu (séc. II) (2)	15,63	92500	-17
Alfragano (séc. X) (2)	14,17	83857	-25
Abul Hassan (séc. XI) (2)	16,66	98627	-11
Bartolomeu Dias (1450-1500) (3)	16,66	98627	-11
Duarte Pacheco Pereira (1465-1533) (4)	18,00	106560	-4
Cristóvão Colon (?-1506) (5)	14,17	83857	-25
Amerigo Vespucci (1454-1512) (2)	17,50	103600	-7
João de Lisboa (c. 1470-1525) (6)	16,66	98627	-11
Sebastião Caboto (1476-1557) (2)	17,50	103600	-7
Pedro Nunes (1502-1578) (6)	17,50	103600	-7
Manuel Pimentel (1650-1719) (6)	18,00	106560	-4

Fontes: (1) Joaquim Rebelo Vaz MONTEIRO, Uma viagem redonda da carreira da Índia, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985, p. 464: «antiga medida de comprimento portuguesa(...) a légua portuguesa mede 5920 m, ou seja, 4 milhas italianas de 1480 m e porque o valor do grau é de 111,111 km a que corresponde 18,75 léguas por grau(...)»; (2) Abel Fontoura da COSTA, A Marinharia dos Descobrimentos, 3ª Edição, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1960, pp. 212-215; (3) Bartolomeu Dias e o valor do grau terrestre, in Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, vol. II, Lisboa, 1961, pp. 299-300, in Luís de ALBUQUERQUE, Ciência e experiência nos Descobrimentos Portugueses, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Edição sob os auspícios do Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Lisboa, 1983, p. 32; (4) Duarte Pacheco PEREIRA, Esmeraldo de situ orbis, Livro I, Cap. 2º; (5) Juan MANZANO y MANZANO, Colón y su secreto, El predescubrimiento, 3ª Edición, Madrid, Instituto de Cooperacion Iberoamericana, Ediciones de Cultura Hispánica, 1989, pp. 269-270; (6) Joaquim Barradas de CARVALHO, Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, pp. 732-733; Quadro elaborado por Carlos Paiva Neves.

Fontoura da Costa considerou que não havia lugar para dúvidas quanto ao uso por parte de portugueses e castelhanos do valor de 16,66 léguas para o grau terrestre, coincidindo com o grau do árabe Abul Hassan, com a ressalva de que o valor do grau peninsular era menor do que o deste, pela razão da milha italiana (1480 m) ser menor do que em relação à milha árabe (2164 m).¹¹²

Não obstante, pretende-se distinguir deste quadro, o grau meridiano adotado por Cristóvão Colon, cujo valor é de 56,66 milhas ou 14,17 léguas portuguesas, pois como se irá demonstrar no capítulo seguinte, através da análise ao diário da sua primeira viagem ao Novo Mundo, este navegador seguiu o valor de 5920 metros para cada légua, correspondendo a quatro milhas italianas, de 1480 metros cada. Este aspeto é importante, pois exclui a utilização da milha árabe de 2164 ou de 1973 metros, por

¹¹² Ibidem, p. 213.

Cristóvão Colon, conforme já tinha sido apontado por Armando Cortesão (1969) e Ilaria Caraci (1990).¹¹³ Apesar deste valor apresentar o maior erro em relação aos restantes valores constantes no quadro, o mesmo aparece repetidamente nas apostilhas de um dos seus livros de cabeceira, a *Imago Mundi* do cardeal Pierre d'Ailly:

Apostilha 4: «Cada grau corresponde a 56 milhas $\frac{2}{3}$, isto é 14 léguas e 23 passos», Raccolta, P. I, vol. 3, p. 69; Apostilha 28: «Cada grau tem 56 milhas $\frac{2}{3}$ e assim a circunferência da Terra tem 20.400 milhas», Idem, P. I, vol. 2, p. 71; Apostilha 30: «Nota que cada grau, no Equador, realmente corresponde a 56 milhas $\frac{2}{3}$ », Idem, p. 71; Apostilha 31: «Corresponde cada grau a 56 millas $\frac{2}{3}$ e isto é a verdade, o resto são palavras», Idem, ibidem, p. 71; Apostilha 490: «Nesta nota marginal Cristóvão Colon declara que adotou a medida do grau terrestre seguida pelo cosmógrafo árabe Alfragano, tomando-a não diretamente da obra deste autor, mas da *Imago Mundi* de Pierre d'Ailly, como provam as apostilhas precedentes, sem dar qualquer advertência que as milhas árabes de Alfragano eram maiores (1.973,50 metros) que as italianas empregadas por Colon (de 1.477, 50 metros). Com esta avaliação do grau terrestre, os 360° da circunferência equinocial totalizavam 20.400 milhas.», Idem, P. I, vol III, p. 82; Apostilha 491: «Um grau equivale a 56 milhas $\frac{2}{3}$ e a circunferência terrestre corresponde a 5.100 léguas; isto é a verdade», Ibidem.¹¹⁴

Destas apostilhas realça-se a nº 490, a qual sobre o valor do grau de 56,66 milhas adotado por Cristóvão Colon, acrescenta que o mesmo encontrou o mestre José Vizinho e outros, enviados pelo rei D. João II com a finalidade de medir o círculo equinocial.¹¹⁵ Colon teve contactos próximos com Vizinho, especificamente em 1485, declarando que esteve presente no momento em que o cosmógrafo deu conta a D. João II, dos resultados das medições da altura do Sol em toda a Guiné.¹¹⁶

Apesar do erro considerável do grau meridiano de Colon, o parecer do cosmógrafo Jaume Ferrer sobre a delimitação de Tordesilhas que motivou o apelo dos Reis Católicos em 28 de fevereiro de 1495, toma como referencial a experiência e o conhecimento de Cristóvão Colon, que em matéria de navegação, o considerou mais capacitado do que qualquer outro. Nesse parecer técnico, Jaume Ferrer recorreu à navegação do almirante das Índias, evocando por sua vez, o capítulo V, do Livro Oitavo de *Situ Orbis* de Ptolomeu.¹¹⁷ Esta fonte considerava que a reta circunferência da Terra que passa pela equinocial, ou seja o seu perímetro, media 180.000 estádios, à razão de

¹¹³ Maria Fernanda ALEGRIA, *art. cit.*, p. 159.

¹¹⁴ Juan Manzano y MANZANO, *Colón y su secreto, El predescubrimiento*, 3ª Edición, Madrid, Instituto de Cooperación Iberoamericana, Ediciones de Cultura Hispánica, 1989, pp. 269-270.

¹¹⁵ Consuelo VARELA, *Cristobal Colón. Cartas y documentos completos*, p. 11.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ John Boyd THACHER, *op. cit.*, p. 194; João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, p. 465; Luís de ALBUQUERQUE, (dir.), Francisco Contente DOMINGUES, e Maria da Graça PERICÃO, *Tratado de Tordesilhas e outros documentos*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 86-90.

500 estádios por grau, e contando oito estádios por milha, resultavam 22.500 milhas. Para melhor compreensão da sequência das operações aritméticas, identificam-se os seguintes cálculos intermédios, muito simples: $180.000 \text{ estádios} / 360 \text{ grau} = 500 \text{ estádios por grau}$; $500 \text{ estádios por grau} / 8 \text{ estádios por milha} = 62,5 \text{ milhas}$; $62,5 \text{ milhas} \times 360 \text{ grau} = 22.500 \text{ milhas}$; $22.500 \text{ milhas} / 4 \text{ milhas por légua} = 5625 \text{ léguas}$; $5625 \text{ léguas} / 360 \text{ grau} = 15,63 \text{ léguas por grau}$. Como se pode observar neste trecho, o valor considerado para o grau meridiano é de 15,63 léguas, valor este algo diferente do que vem frequentemente referido nas apostilhas de Colon que é de 14,17 léguas. Sublinha-se que o fator de conversão de quatro milhas por légua é objeto de três citações neste parecer de Jaume Ferrer de Blanes, facto que torna também inequívoca a utilização da milha italiana pelas autoridades da náutica em Castela e portanto a antiga légua portuguesa de 5920 m também já era considerada no contexto ibérico.

Refere-nos Fontoura da Costa que este tema sobre o valor do grau meridiano foi objeto de muito debate no âmbito da Junta de Badajoz, em 1524, devido à posse das ilhas Molucas. Os Espanhóis argumentavam um valor menor para o grau meridiano, em defesa da inclusão das ditas ilhas no seu hemisfério, ao passo que os portugueses alegavam um valor maior pelas mesmas razões. Apesar destas divergências, os navegadores Sebastião de Caboto e Amerigo Vespucci, ambos ao serviço do imperador Carlos V, acabaram por concordar em utilizar o mesmo valor 17,5 léguas que os marinheiros portugueses e castelhanos usavam comumente.¹¹⁸ É conveniente assumir que em Castela, o valor do grau era bastante disperso, como vem referido por Andrés Garcia de Céspedes, porque uns consideravam 15 léguas espanholas, outros 16 léguas, o mais comum 17,5 léguas, outros 18 léguas e outros ainda valores maiores.¹¹⁹

Em finais do século XV o epistema geográfico estava ainda configurado pelo legado ptolemaico. A Geografia de Ptolomeu tinha sido introduzida no Ocidente por volta de 1410, com cinco edições desde 1475 até 1490.¹²⁰ Estava presente nas conceções geopolíticas de D. João II, conforme vem referido por João de Barros, no âmbito da descoberta do reino do Benim, após o regresso da primeira viagem de Diogo Cão, em 1484. O cronista escreve que o rei D. João II, juntamente com os seus cosmógrafos, recorreram a Ptolomeu para obterem toda a descrição de África, a

¹¹⁸ Andrés Garcia de CÉSPEDES, *Regimiento de Navegación*, pp. 149-150, in Abel Fontoura da COSTA, *A Marinharia dos Descobrimentos*, p. 215.

¹¹⁹ Andrés Garcia de CÉSPEDES, *Regimiento de Navegación*, p. 171.

¹²⁰ Maria Fernanda ALEGRIA, *art. cit.*, p. 151.

localização do reino de Preste João e também do Promontório Prasso, conhecimentos estes que determinaram o envio de navios e missões por terra, aspirando o descobrimento da Índia.¹²¹ De facto, antes de 1460, as informações geográficas disponíveis eram inerentes à geografia ptolemaica, mas quando ocorre o contacto com o mapa de Fra Mauro, uma espécie de inovação cartográfica para a época, a navegação em direção ao Índico ficava mais apetecível para os portugueses. A transição dos conhecimentos ptolemaicos para outras fontes cartográficas posteriores não se faria bruscamente, porque tanto em Portugal como em Castela, as referências a Ptolomeu continuariam ainda visíveis por muito tempo, como é constatado nos argumentos do cosmógrafo espanhol Andrés Garcia de Céspedes, nos princípios do século XVII, uma vez mais sobre a posição das Molucas. Apesar de tudo, convém precisar que a presença da geografia ptolemaica nas orientações geopolíticas de D. João II focalizava-se apenas na sua nomenclatura, porque a lição de Ptolomeu absorveu a experiência dos Árabes, através do empreendimento cartográfico de Fra Mauro.¹²² O mapa de Ptolomeu continha uma imperfeição capital que se foi dissipando com a contínua percepção do espaço Atlântico pelos portugueses: a Taprobana estava aprisionada no seio do oceano Índico. Foi inequivocamente Fra Mauro, aquele cartógrafo que primeiro ousou sulcar a velha concepção ptolemaica, representando o Índico de mãos dadas com o Atlântico.¹²³ A toponímia ptolemaica tem correspondência com aquela que muito provavelmente Pêro da Covilhã recolheu na sua missão ao Oriente, quando buscava informações sobre as redes comerciais das especiarias mais preciosas, existentes no Índico. Por exemplo, segundo Ptolomeu, o meridiano de 160° passa sobre a *Aurea Chersonesus* onde se localizam Malaca, as ilhas Molucas e Banda, corresponderiam às *Insulae Satyrorum*, situadas no meridiano de 170°, a sul de *Sinus Magnus*, perto do Equador.¹²⁴ Ainda se identificam outros topónimos ptolemaicos que aparecem frequentemente na documentação coeva portuguesa e espanhola, como são os casos do limite norte da zona habitada no paralelo de *Thule* (63°N), a sul a região de *Agesimba*¹²⁵ e o *Promontório Prasso*, e em termos de longitude, entre as ilhas Afortunadas, as atuais Canárias no

¹²¹ João de BARROS, *Da Ásia*, Lisboa, Regia Officina Typographica, 1778, Década I, liv. III, cap. IV, pp. 183-184, in Avelino Teixeira da MOTA, *art. cit.*, pp. 304-305.

¹²² Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. III, p. 596.

¹²³ Júlio GONÇALVES, *art. cit.*, p. 6.

¹²⁴ Armando CORTESÃO, *A Carta de Marear em 1487 entregue por D. João II a Pêro da Covilhã*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Comunicação apresentada na sessão da classe de Ciências em três de maio de 1973, pp. 173-174.

¹²⁵ Abel Fontoura da COSTA, *Às portas da Índia em 1484*, fig. 7: Agesimba aparece representada através de um paralelo na latitude 23°S e também uma localidade com o mesmo nome, situada na latitude 32°S.

extremo oeste, a região de *Sera* identificada com a atual cidade de *Hanoi* e *Catigara* no extremo leste.¹²⁶

Foram assim destacados os componentes do modelo epistémico geográfico e náutico, considerados fundamentais em finais do século XV, exercitando sempre que possível, as pontes desse conhecimento no contexto dos reinos ibéricos. Seguidamente, será feita uma análise ao progresso das navegações atlânticas que proporcionaram aos portugueses uma ampla percepção desse espaço e que conduziu à abertura da porta para o Índico, aqui designada por Promontório Prasso.

I. 1. A percepção do espaço atlântico: alcançar o Promontório Prasso

Como foi visto anteriormente, a toponímia do Promontório Prasso é declaradamente de índole ptolemaica e foi certamente aquela que mais permaneceu e influenciou o pensamento estratégico do rei D. João II. Depois da inovação do mapa de Fra Mauro, o Promontório Prasso constitui-se no topónimo que sobrevive e em torno do qual se iria projetando o domínio sobre o Atlântico. As restantes designações geográficas orientais legadas por Ptolomeu, não teriam mais sentido nas orientações da política joanina e tal como é testemunhado na Oração de Obediência de Vasco Fernandes de Lucena, de 11 de dezembro de 1485 e o relato de João de Barros sobre Benim e Ogané demonstram a importância do Promontório Prasso no pensamento geográfico de D. João II.¹²⁷ Refere o Dr. Vasco de Lucena que os portugueses alcançaram as proximidades do Promontório Prasso em 1484, onde começa o golfo Árábico, cujas riquezas e glórias decorrentes da exploração dessas terras iriam contribuir para o engrandecimento do povo cristão e sobretudo da Santa Igreja.¹²⁸

São muitas as incertezas quanto ao que foi sucedendo em termos das navegações atlânticas, desde a assinatura do Tratado de Alcáçovas até à firmação do Tratado de Tordesilhas, acordos estes que salvaguardaram a visão prospetiva do império marítimo português. Apesar da transição do acordo que reconheceu definitivamente o direito a Castela do arquipélago das Canárias, para o do meridiano a 370 léguas para poente de Cabo Verde, a gestão do Império Português saía mais reforçada. Mas antes do Tratado de Alcáçovas não se deve esquecer o conflito entre Portugal e Castela, de 1475

¹²⁶ John Brian HARLEY e David WOODWARD, *op. cit.*, p. 184.

¹²⁷ Avelino Teixeira da MOTA, *art. cit.*, p. 310.

¹²⁸ Abel Fontoura da COSTA, *As portas da Índia em 1484*, p. 80.

a 1479, sobretudo a disputa do espaço atlântico, onde os portugueses eram frequentemente acometidos nas suas possessões e no comércio, e neste período, sem qualquer dúvida, o monopólio português em África sofreu enormes prejuízos,¹²⁹ em cujo contexto a ilha de Santiago chegou a estar em poder dos castelhanos.¹³⁰ No ano que marcou o fim desse conflito luso-castelhano, em 1479, o príncipe D. João mandou armar uma frota que tomou como capitães Jorge Correa e Mem Palha, para irem a S. Jorge da Mina resgatar uma armada castelhana que por ali fazia comércio de muito ouro e de outras mercadorias. Deles fizeram cativos até Lisboa que por condição do acordo das pazes de Alcáçovas, os libertaram, assim como o ouro que foi levado para Beja e dele se fez mercê aos embaixadores de Castela que se deslocaram a Moura no âmbito das Terçarias.¹³¹ O interesse estratégico pelos mares da Guiné era vital para a consecução da política ultramarina. Lembra Damião Peres que mesmo depois do acordo clausulado em Alcáçovas-Toledo foram decretados poderes específicos aos capitães dos navios enviados à Guiné pelo rei de Portugal, por intermédio da carta régia de 6 de abril de 1480. Determinava essa carta que fossem combatidos os navios estrangeiros encontrados nessa região e uma vez vencidos que não os fizessem prisioneiros, mas fossem de imediato deitados ao mar para morrerem naturalmente e servirem assim de bom exemplo.¹³²

Como D. João II já se ocupava da política ultramarina enquanto príncipe é natural que toda esta conjuntura desfavorável a Portugal, fosse moldando o pensamento estratégico do futuro rei. A sua grande linha de orientação converge para a materialização do principal objetivo da política ultramarina, que era sem dúvida, alcançar o Promontório Prasso, para que assim prosseguisse a operacionalização do plano da Índia. Essa contextualização insere-se numa prática constante e assaz raciocinada de uma conduta de sigilo, capaz de coordenar, gerir e atuar com diferentes agentes internos e externos.

A referência ao feito de Bartolomeu Dias em 1488 não aparece nas crónicas de

¹²⁹ Peter RUSSEL, *Fontes documentais castelhanas para a história da expansão portuguesa na Guiné nos últimos anos de D. Afonso V*, Lisboa, Do Tempo e da História, 1971, pp. 25-27, in Fernando CASTELO-BRANCO, *Problemática do Tratado de Tordesilhas*, Anais da Academia Portuguesa da História, II Série, vol. 22, Lisboa, 1973, p. 48.

¹³⁰ Fernando CASTELO-BRANCO, *art. cit.*, p. 48.

¹³¹ Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, in José Corrêa da Serra, Coleção de Livros Inéditos de História Portuguesa dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, tomo I, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, pp. 597-598.

¹³² Damião PERES, *Os Descobrimentos Portugueses*, 2ª edição, Porto, Vertente, 1960, p. 174; João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, pp. 211-212.

Rui de Pina nem de Garcia de Resende, homens tão próximos de D. João II mas em contraponto é dada relevância ao descobrimento das Antilhas de Castela,¹³³ pelo navegador Cristóvão Colon. Esta revelação nas crônicas induz claramente, a preponderância e prioridade que eram dadas ao feito do almirante de Castela por parte de D. João II, em detrimento do alcance e significado estratégico da viagem de Bartolomeu Dias ao Promontório Prasso que se transformou na Boa Esperança. Os cronistas resguardaram esta informação cumprindo assim os desígnios joaninos, mas Duarte Pacheco Pereira, no *Esmeraldo de Situ Orbis* e Cristóvão Colon, em duas apostilhas da *Imago Mundi* e da *História rerum ubique gestarum* não esconderam tão grandioso acontecimento. Refere Duarte Pacheco Pereira que passaram a chamar cabo da Boa Esperança ao promontório cuja costa contornava para norte e nordeste, fazendo a rota a caminho da Etiópia sob o Egipto, em direção ao golfo Arábico e dali para a Índia.¹³⁴ As duas apostilhas anotadas em dois dos livros de cabeceira de Colon fazem uma menção muito clara e precisa sobre o regresso a Lisboa de três caravelas capitaneadas por Bartolomeu Dias. Vem referido que em 1488 esta navegação acrescentou 600 léguas ao que já era conhecido, até ao promontório que passou a designar-se por cabo da Boa Esperança, presumivelmente identificado com Agesiimba, o qual distava de Lisboa 3100 léguas, localizado a 45° além do Equador.¹³⁵ Esta ocorrência de capital importância para o projeto de D. João II aparece também revertida cartograficamente no mapa de Henricus Martellus de 1489, através de uma legenda que infere claramente o alcance da viagem de Bartolomeu Dias.¹³⁶

Não fará muito sentido que este feito fosse irrelevante para os cronistas e desse modo o tivessem relegado para segundo plano. Lembra-se que no caso de Rui de Pina, o seu estatuto não era apenas de cronista, acompanhando muito de perto os atos cruciais da política joanina, como são os casos da sua representação como secretário na embaixada e obediência ao Papa Inocêncio VIII, juntamente com D. Pedro de Noronha,

¹³³ Rui de PINA, *Chronica d'El Rey Dom João II*, in Coleção de Livros Inéditos de História Portuguesa dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, tomo II, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, por José Corrêa da Serra, Secretário da mesma Academia e Sócio de várias outras, 1792, pp. 177-180; Garcia de RESENDE, *Chronica que tracta da vida e grandíssimas virtudes e bondades, magnânimo esforço, excelentes costumes & manhas, & claros feytos do Christianissimo Dom João ho Segundo deste nome*, Lisboa, Impressa em Casa de Simão Lopez, 1596, foll. xcviij-xcvij.

¹³⁴ Duarte Pacheco PEREIRA, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, p. 189, in Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. III, p. 600.

¹³⁵ Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. III, pp. 600-601; Consuelo VARELA, *Cristobal Colón. Cartas y documentos completos*, pp. 11-12.

¹³⁶ Luís Adão da FONSECA, *Reis de Portugal, D. João II*, p. 98.

mordomo-mor de D. João II e o letrado Vasco Fernandes de Lucena¹³⁷ e em outra embaixada aos Reis Católicos, em 15 de agosto de 1493, acompanhado por Pedro Dias, antes da assinatura da Bula Papal de Alexandre VI, *Dudum siquidem*. Nesta embaixada preparativa do que viria a constituir-se pelo Tratado de Tordesilhas, Pedro Dias e Rui de Pina declararam a possibilidade de serem encontradas ilhas e terra continental no Atlântico, entre Cabo Verde e o Cabo da Boa Esperança, terras mais ricas do que as da Guiné e de S. Jorge da Mina.¹³⁸ Tendo os Reis Católicos tido conhecimento deste teor, através dos representantes portugueses desta embaixada, escrevem de seguida, uma carta a Cristóvão Colon, datada de 5 de setembro de 1493, expressando aquelas informações e rogando-lhe por resposta urgente, no sentido de se ajustar a bula.¹³⁹

É fundamental conectar a sequência de acontecimentos que conduziram até ao Tratado de Tordesilhas e aqui é conveniente associar a disponibilização oficial desta informação, como consequência da viagem de Bartolomeu Dias ocorrida cinco anos antes e simultaneamente a viagem de Cristóvão Colon às Antilhas de Castela, cujo regresso foi marcado por um episódio atribulado na ilha de Santa Maria¹⁴⁰ e pela entrevista concedida por D. João II¹⁴¹ ao navegador do Novo Mundo, em março de 1493. Estes episódios serão objeto de maior desenvolvimento no próximo capítulo, na medida em que estão direta e indiretamente correlacionados com os objetivos estratégicos de D. João II. O monarca estaria cada vez mais convicto do desvelamento além do Promontório Prasso e também interessado em persuadir os Reis Católicos na perseguição das Índias de Castela, conforme foi literalmente expresso pelo autor do *El Memorial Portugués de 1494*, sobre o que tinha sabido e visto no âmbito do empreendimento das Índias de Poente, qual projeto foi um engano e exterioridade falsa do inimigo para ocupar os Reis Católicos com gasto de gentes e de dinheiro.¹⁴² Paralelamente, refira-se que a atitude estratégica de D. João II nunca excluiu os direitos pelas terras descobertas e a descobrir por Cristóvão Colon, de acordo com o que vem manifestado na carta de poder e procuração aos embaixadores que representaram

¹³⁷ Rui de PINA, *Chronica d'El Rey Dom João II*, p. 66.

¹³⁸ John Boyd THACHER, *op. cit.*, pp. 119-120; Rui de PINA, *Chronica d'El Rey Dom João II*, p. 179.

¹³⁹ Martin Fernandez de NAVARRETE, *op. cit.*, tomo I, pp. 364-365, in Luís Filipe THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1998, p. 164 (Nota 59).

¹⁴⁰ Rebecca CATZ, *Cristóvão Colombo nos Açores*, Lisboa, Academia de Marinha, 1991; Jacinto MONTEIRO, *O episódio colombino da ilha de Santa Maria, nas suas implicações com o descobrimento da América*, Ponta Delgada, Oficina Tipográfica do Diário dos Açores, 1969.

¹⁴¹ Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, pp. 490-491.

¹⁴² BNP, Reservados, Cód. 2912 A, fol. 5; BNP Reservados, Cód. 2913 A, p. 121 (transliterado).

Portugal nas negociações de Tordesilhas.¹⁴³

D. João II perseguia uma política de dissimulação e sempre que era adequado, esse propósito foi manifestado através dos canais diplomáticos com a Santa Sé, como aconteceu junto do Papa Inocêncio VIII, no contexto da embaixada liderada por Vasco Fernandes de Lucena, em finais de 1485, evocando as mais recentes conquistas marítimas na cercania do Promontório Prasso. Nesta altura como é sabido não tinha ainda sido alcançado o tão ambicionado promontório mas D. João II era consciente deste presumido engano, cuja informação operacional era pouco provável de ser confirmada por quem quer que fosse.¹⁴⁴ Diogo Cão foi o pioneiro das viagens que visaram a descoberta do Promontório Prasso, relevando-se que outras missões com o mesmo fim poderiam ter sido realizadas, as quais permanecem desconhecidas, tal como se desconhece com o rigor histórico, a cronologia das viagens de Diogo Cão.¹⁴⁵ Na segunda viagem deste navegador, muito provavelmente em 1485-1486, dá-se continuidade à exploração da costa africana, que conduziu à perscrutação da angra de João de Lisboa, a qual acabou por ser confundida com o Promontório Prasso.¹⁴⁶

D. João II detinha as informações necessárias para crer que os navios portugueses tinham alcançado em 1484 as proximidades do Promontório Prasso e com mais algumas informações complementares estava consciente da breve concretização do plano da Índia. Entretanto, ocorreu neste período a submissão da célebre proposta de Cristóvão Colon a D. João II, para que o plano da Índia fosse executado através do Ocidente.¹⁴⁷ Face à progressão favorável do projeto do Príncipe Perfeito em alcançar o Promontório Prasso, duas consequências foram verificadas: a rejeição da proposta de Colon e o investimento em ações complementares com vista à consecução do plano rumo ao Índico.

Dessas ações destacam-se três missões iniciadas em 1487, as quais só podem ser entendidas como partes integrantes de uma estratégia amplamente gizada por D. João II. Referem-se à viagem de Bartolomeu Dias para finalmente alcançar a ligação entre o Atlântico e o Índico, o périplo terrestre de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva, para

¹⁴³ Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. III, p. 704.

¹⁴⁴ Giuliano MACCHI, *L' avventura definitiva. Un secolo di viaggi e scoperte portoghesi* in «Quaderni portoghesi», 1978, pp. 21-48 in Carmen M. RADULET, *As viagens de Diogo Cão: um problema ainda em aberto*, Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXXIV, Coimbra, 1988, p. 115.

¹⁴⁵ Abel Fontoura da COSTA, *Às portas da Índia em 1484*, p. 124.

¹⁴⁶ Carmen M. RADULET, *As viagens de Diogo Cão: um problema ainda em aberto*, p. 114.

¹⁴⁷ Abel Fontoura da COSTA, *Às portas da Índia em 1484*, pp. 43-44.

reconhecimento do Mar Roxo e sua ligação à Índia e ainda a viagem de Fernão Dulmo para prosseguir uma rota no Ocidente do Atlântico. Sublinha-se o impacto da viagem de Bartolomeu Dias ao cabo da Boa Esperança que motivou em D. João II, um desinteresse praticamente definitivo pelo projeto de Cristóvão Colon, apesar do monarca continuar a manter o interesse na questão das Antilhas ou na busca da tão procurada ilha das Sete Cidades. Charles Verlinden anotou que Fernão Dulmo foi nomeado por diploma real em 24 de julho de 1486, com prerrogativas para descobrir a ilha das Sete Cidades, dando continuidade às viagens que os portugueses empreenderam desde os anos 50 quatrocentistas. Porém, esta missão estava enquadrada num contexto exclusivamente individual, sem o apoio financeiro da Coroa, tal como aconteceu com a designação de Fernão Teles, em 1474, para prosseguir essas viagens.¹⁴⁸ A leitura de Charles Verlinden sobre a preterição ao projeto de Colon e a anuência para as viagens de Fernão Dulmo oferece muita verosimilhança: Diogo Cão abriu as portas do Índico em 1484, facto que motivou a recusa da proposta de Colon e em contrapartida, o financiamento para a descoberta da ilha das Sete Cidades foi garantido pelo próprio Fernão Dulmo, juntamente com João Afonso do Estreito, ao passo que Cristóvão Colon pretendia o financiamento da Coroa.¹⁴⁹

Segundo Juan Gil, não é plausível que Colon tenha ido para Castela por volta de 1484, quando se assistia à fuga dos nobres envolvidos na conspiração contra D. João II mas defende que tivesse tomado o mesmo destino que aqueles cavaleiros exilados, pelo facto do monarca de Portugal lhe ter enviado uma carta em 20 de março de 1488,¹⁵⁰ como uma espécie de salvo-conduto. O tratamento que D. João II dirige a Cristóvão Colon, «nosso especial amigo em Sevilha», pode à priori indiciar uma relação de muita confiança e proximidade. Identifica-se também este tratamento na carta que o cardeal de Castela e arcebispo de Toledo, Pedro González de Mendoza, dirige ao cosmógrafo catalão Jaume Ferrer de Blanes, em 26 de agosto de 1493, em nome dos Reis Católicos. Este documento refere que «nuestro especial amigo» fosse a Barcelona, munido de mapa-mundo e de outros instrumentos relacionados com a cosmografia para dar parecer sobre a posição da linha de demarcação atlântica que estava na mesa das negociações luso-castelhanas.¹⁵¹ Parece que este tratamento era uma forma de elevado

¹⁴⁸ Charles VERLINDEN, *art. cit.*, pp. 27-31; Carta de doação régia, donatário, Fernão Teles, 28 de janeiro de 1474 ou 1475 in João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, pp. 136-138.

¹⁴⁹ Charles VERLINDEN, *art. cit.*, pp. 32-33.

¹⁵⁰ Consuelo VARELA e Juan GIL, *op. cit.*, p. 143 in Juan GIL, *op. cit.*, p. 162.

¹⁵¹ John Boyd THACHER, *op. cit.*, pp. 189-209.

reconhecimento que os remetentes demonstravam pelas competências técnicas e conhecimentos cosmográficos dos destinatários, algo determinante nesta época repleta de dúvidas e incertezas quanto às variantes morfológicas da esfericidade terrestre.

O teor desta carta manifesta por um lado, o reconhecimento que D. João II tem pelas competências de Colon, deixando transparecer por outro, a existência de receios fundados nas consequências da justiça régia que muito provavelmente foram evocadas na carta escrita por Colon mas cujo documento se desconhece.¹⁵² Acentua-se a vontade do rei em garantir a vinda de Colon a Portugal, a sua estadia e regresso, sem qualquer receio da justiça, precisamente no quadro do período em que D. João II congregou todos os esforços para agir em diversas frentes e para levar a cabo o plano da Índia. Nesse tempo, já Cristóvão Colon se movimentava em Castela para dissuadir os Reis Católicos, no apoio ao seu projeto de navegação para Oriente através do Ocidente.

As missões de Bartolomeu Dias, Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva, Fernão Dulmo e João Afonso do Estreito iriam revolucionar o epistema geográfico oriundo da tradição cartográfica ptolemaica, a que se juntam sem qualquer dúvida, as viagens de Cristóvão Colon ao serviço dos Reis Católicos. Importa também esclarecer que, quando foram publicadas as primeiras edições da Geografia de Ptolomeu, sobretudo em Itália e na Alemanha, também já se conheciam os novos desenvolvimentos cartográficos decorrentes dos descobrimentos portugueses. Mas nesse tempo, África e o Atlântico ainda apareciam representados nessas edições, com traços eminentemente ptolemaicos.¹⁵³ A partir do início dos anos 80 quatrocentistas, até à publicação do mapa de Cantino em 1502, o ritmo das explorações foi deveras marcante, o que certamente provocou muita apreensão na mentalidade dos editores e cartógrafos, a braços com a inovação dos novos conteúdos geográficos que foram rompendo gradualmente com o epistema de Ptolomeu. Entre o regresso de Diogo Cão, quando fez o reconhecimento da foz do rio Congo e a oitava edição de 1507, da Geografia de Ptolomeu, a definição dos contornos marítimos e continentais atlânticos e africanos sofreu o seu maior impulso no

¹⁵² Cf. 20 [de Março de 1488], Avis, Carta régia, em forma de salvo-conduto, a Cristóvão Colombo, para a sua vinda a Portugal e regresso a Castela, em resposta à que ele dirigiu ao Monarca [D. João II], in João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, pp. 341-342, in Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, p. 300; Juan GIL, *op. cit.*, p. 162; Luís Filipe THOMAZ, *Cristóvão Colón. Português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?*, p. 530.

¹⁵³ Armando Zuzarte CORTESÃO, *Cartografia portuguesa e a Geografia de Ptolomeu*, Lisboa, Comunicação apresentada à Classe de Ciências em sessão de oito de outubro de 1964, pp. 7-8.

percurso da humanidade.¹⁵⁴

O final do século XV assistiu à construção dos pilares fundamentais que viriam a sustentar a edificação dos impérios ibéricos, numa corrida pela supremacia estratégica entre as viagens latitudinais e longitudinais no Atlântico. No contexto das primeiras elegem-se as viagens portuguesas que conduziram à ligação entre o Atlântico e o Índico, de 1484 a 1498, nas segundas objetivam-se particularmente, as viagens sob o comando do almirante Cristóvão Colon, patrocinadas pelos Reis Católicos. Todas as viagens visaram alcançar o Oriente, subentendendo-se que o epistema da esfericidade da Terra permitiu mais tarde a realização da viagem de circum-navegação idealizada por Fernão de Magalhães e concretizada por Sebastião del Cano em 1522, quando os portugueses já tinham alicerçado o seu império no Índico. Interessa pois proceder seguidamente, à análise dessa busca de supremacia estratégica no espaço atlântico protagonizada por D. João II e pelos Reis Católicos que culminou com a assinatura do Tratado de Tordesilhas.

I.2. A preponderância estratégica das viagens latitudinais sobre as longitudinais no Atlântico: A garantia do plano da Índia

Com a assinatura do Tratado de Alcáçovas em 4 de setembro de 1479 alcança-se um objetivo de capital importância para o reconhecimento da soberania das conquistas portuguesas, em terras descobertas e por descobrir, ficando salvaguardada a jurisdição sobre o reino de Fez, em Marrocos, arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo-Verde. Este tratado dividia as áreas de influência de Portugal e de Castela, sendo que os castelhanos admitiram a pertença da Coroa portuguesa, de todos os territórios a sul das ilhas Canárias, particularmente o monopólio português do comércio em S. Jorge da Mina e do golfo da Guiné, reconhecendo deste modo, a grande capacidade naval dos portugueses.¹⁵⁵ Não obstante este acordo, não se pode afirmar que o interesse da Coroa portuguesa quanto às viagens atlânticas para o Ocidente tenha sido abandonado completamente. Em 28 de janeiro de 1474, através de carta de doação régia de quaisquer ilhas achadas no mar oceano, identifica-se a concessão que era dada a Fernão Teles, de terras a descobrir para além das ilhas Floreiras, que tinham sido descobertas

¹⁵⁴ Ibidem, p. 9.

¹⁵⁵ João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II*, in *Mare Liberum*, nº 17, Junho de 1999, p. 68.

por Diogo de Teive e seu filho João de Teive. De acordo com a carta, subentende-se por um lado que estas viagens não foram financiadas pela Coroa portuguesa mas antes um reconhecimento por mercê dos serviços e remunerações a expensas do próprio Fernão Teles. De outra parte fica bem patenteado o interesse quase obstinado da política expansionista de D. Afonso V pelos territórios da Guiné com a marca influente de seu filho, o príncipe D. João.¹⁵⁶

Em carta de 10 de novembro de 1475 focaliza-se novamente a proteção dos territórios nos mares da Guiné e inclui-se no quadro das ilhas a descobrir, povoadas ou não povoadas, a ilha das Sete Cidades. Considera-se relevante reforçar a ideia de que estas viagens para o Ocidente e sobretudo as implícitas na colonização dos Açores fundamentam a escola portuguesa de navegação no alto mar,¹⁵⁷ sendo natural que a sucessão da descoberta das ilhas açorianas, estimulasse ainda mais, o ímpeto aventureiro dos navegadores portugueses, após as descobertas das ilhas do Corvo e das Flores. Esta manifestação já vinha patenteada nos tempos do infante D. Henrique que aspirava descobrir terras desconhecidas no *Oceano Ocidental* para além das que vinham descritas por Ptolomeu, acabando por observar essas ilhas a 300 léguas para lá de *Finis Terrae*, onde encontraram muitos milhafres ou açores.¹⁵⁸

Neste contexto, aparece a referência à ilha das Sete Cidades que segundo algumas fontes, como é o caso de Bartolomé de Las Casas, a associa à ilha Antília, em conformidade com a tradição portuguesa, constante na suposta carta de Paolo del Pozzo Toscanelli dirigida a um desconhecido cónego de Lisboa, chamado Fernando Martins, a qual teria influenciado a realização das viagens de Cristóvão Colon para Ocidente.¹⁵⁹ Esta segunda carta que tem como donatário, Fernão Teles, vem também confirmar o plano conceptualizado pelo infante D. Henrique e reforça a prioridade no investimento das viagens latitudinais, demonstrando o intento preponderante da Coroa quanto aos mares da Guiné.¹⁶⁰

De forma breve, convirá tecer alguns argumentos sobre os conselhos de Paolo Toscanelli, no âmbito da realização das viagens longitudinais dirigidas a Cipango, presentes na presumível carta datada de 25 de junho de 1474, dirigida ao cónego de

¹⁵⁶ João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, p. 137.

¹⁵⁷ Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. II, p. 445.

¹⁵⁸ Diogo Gomes de CINTRA, *Descobrimento das ilhas dos Açores*, in Arquivo dos Açores, vol. 1, p. 79.

¹⁵⁹ Carlos da Silva TAROUCA, *A tragédia de um precursor português de Cristóvão Colombo*, Revista Brotéria, vol. 33, Agosto/Setembro, Lisboa, Brotéria, 1941, pp. 147-148.

¹⁶⁰ Carlos da Silva TAROUCA, *art. cit.*, pp. 144-145.

Lisboa, Fernando Martins.¹⁶¹ Esta questão apareceu descrita pela primeira vez, na História das Índias, de Bartolomé de Las Casas, na versão escrita ou revista de 1552, na forma de uma tradução espanhola, sem que o seu autor fosse nomeado e paralelamente, o próprio Cristóvão Colon nunca mencionou esta ocorrência.¹⁶² Os cronistas Rui de Pina e Garcia de Resende nada referem sobre Toscanelli, nem fazem menção a qualquer correspondência na chancelaria de D. Afonso V, acerca de uma nova rota em direção às Índias Orientais.¹⁶³ Esta correspondência dirigida ao cónego Fernando Martins de Lisboa, também é desconhecida em Itália, quer seja na documentação de Toscanelli, quer através de referências que possam ter sido evocadas pelos sábios e eruditos da época. Estes conheciam direta ou indiretamente Paolo del Pozzo Toscanelli, como por exemplo, Basílio Bessarion (1403-1472), Francesco Berlinghieri (1440-1501), Marsilio Ficino (1433-1499), Guiliano Dati (1445-1523), Vespasiano da Bisticci (1421-1498), Zaccaria Lilio (1452-1522), Cristoforo Landino (1424-1504), Léon Battista Alberti (1404-1472), Nicolau Maquiavel (1469-1527), Agnolo Poliziano (1454-1494), Pico della Mirandola (1463-1494) e Beroaldo el Vecchio (1453-1505).¹⁶⁴

No âmbito da historiografia portuguesa contemporânea também se constata poucas referências acerca da correspondência entre Cristóvão Colon e o cónego Fernando Martins de Lisboa. Merecem menção, o trabalho amplamente detalhado de António Domingues de Sousa Costa (1990), uma citação de Luís Filipe Thomaz que expressa a resposta de Toscanelli, a reconstituição de Kretschmer (1926) do mapa do florentino, utilizado por Luís de Albuquerque (Figura 2)¹⁶⁵ e a consequente interpretação geográfica da carta de Toscanelli a Fernando Martins, no que concerne à distância entre Lisboa e Quinsai, na China, da autoria de Maria Fernanda Alegria.

Conforme representado na Figura 2, essa distância entre Lisboa e Quinsai era cerca de um terço do perímetro total, ou seja, resultava em 120°, que eram divididos em 26 *espacios* de 250 milhas cada, o que corresponde a 6500 milhas, cuja distância era muito inferior àquela que foi avaliada por Cristóvão Colon, entre Lisboa e o cabo da Boa Esperança, num total de 3100 léguas ou 12400 milhas (considerando a antiga légua

¹⁶¹ Alexander von HUMBOLDT, *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*, tradução de Luís Navarro y Calvo, Caracas, Monte de Avila, 1992, pp. 53-62.

¹⁶² Henry VIGNAUD, *op. cit.*, p. 33.

¹⁶³ *Ibidem*, pp. 41-42.

¹⁶⁴ *Ibidem*, pp. 44-48.

¹⁶⁵ Luís de ALBUQUERQUE, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Alfa, 1983, p. 113, in Maria Fernanda ALEGRIA, *art. cit.*, p. 149.

formação científica bem sustentada em Medicina e Teologia que prestou serviço ao rei de Portugal, D. Afonso V, qual destinatário da carta de 1474 de Paolo Toscanelli.¹⁷⁰

Não se considera de forma alguma este assunto com cariz despiciendo, pois conforme se tem verificado, existiu um interesse institucionalizado pelas viagens a poente do arquipélago dos Açores, em busca da suposta ilha das Sete Cidades, promovidas pela iniciativa privada, quer no reinado de D. Afonso V, quer no de D. João II, vontade essa também expressa pelo duque de Viseu, D. Manuel I, futuro rei de Portugal. De acordo com o que já foi analisado anteriormente, ainda se desconheciam muitas fronteiras terrestres e marítimas, sendo plausível que a Coroa de Portugal pretendesse agir em diversas frentes, em prol da concretização do plano da Índia. A ilha das Sete Cidades foi objeto de doação régia, por D. João II, em carta de 3 de março de 1486, ao donatário Fernão Dulmo, relevando-se o facto do financiamento ser garantido pelo próprio.¹⁷¹ Em outra carta de 24 de julho de 1486 é reconhecido por D. João II o contrato e doação entre Fernão Dulmo e João Afonso do Estreito, para o descobrimento de ilhas e terra firme, a expensas próprias, em direção ao Ocidente.¹⁷²

Em concordância com o que foi exposto anteriormente, as missões marítima e terrestre promovidas por D. João II em 1487 e 1488 indiciam que o monarca pretendia propor a Colon, em 20 de março de 1488, a continuidade da missão incumbida a Fernão Dulmo para descobrir ilhas e terra firme a Ocidente, no contexto de um modelo de financiamento privado. Como este não estava garantido e também não era essa a intenção de Cristóvão Colon, houve lugar à submissão de uma proposta, em princípios de 1489, a Henrique VII de Inglaterra, pelo irmão Bartolomeu Colon.¹⁷³ A partir deste período, até à morte de D. João II, assiste-se a um incremento da dinâmica diplomática luso-castelhana que garantisse as zonas de influência no Atlântico pretendidas pelos dois reinos ibéricos. Torna-se conveniente sinalizar que o conhecimento da configuração da esfera terrestre estava a ser gradualmente desvelado, subsistindo ainda

¹⁷⁰ Ibidem, p. 257; Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis* VI (Lisboa, 1974), nº 1980 (dez de novembro de 1461), nº 2006 (29 de julho de 1462), nº 2013 (30 de outubro de 1462), nº 2021 (28 de janeiro de 1463), nº 2069 (23 de fevereiro de 1464), nº 2079 (16 de setembro de 1464); VII (Lisboa, 1978), nº 2440 (1 de julho de 1472), nº 2571 (dez de novembro de 1474), nº 2675-2676 (cinco de abril de 1476), nº 2755 (24 de julho de 1477), nº 2830-2831 (21 de março de 1480); VIII (Lisboa, 1981), nº 2992 (30 de outubro de 1483); in António Domingues de Sousa COSTA, *op. cit.*, p. 243.

¹⁷¹ João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, p. 317.

¹⁷² Ibidem, p. 327.

¹⁷³ Charles VERLINDEN, *art. cit.*, p. 37-38; Ver também James Alexander WILLIAMSON, *The voyages of the Cabots and the English Discovery of North America under Henry VII and Henry VIII*, London, Argonaut Press, 1929, pp. 159-184.

neste final de século XV, muitas dúvidas sobre esses labirintos terrestres sulcados nos mares que buscavam a rota otimizada para o Oriente. Nos primórdios do século XVI, Duarte Pacheco Pereira recorda os debates intensos levados a efeito no reino de Portugal sobre a melhor rota para alcançar as terras das especiarias, quer na direção longitudinal, quer na direção latitudinal do Atlântico.¹⁷⁴ O assunto não era consensual porque uns defendiam a descoberta das *Etiópias da Guiné e das Índias* ao longo da costa africana e outros argumentavam que se atravessasse o golfo até encontrar alguma terra, porque se encurtaria o caminho.¹⁷⁵

A viagem de Bartolomeu Dias durou 16 meses e 17 dias, tendo partido de Lisboa em finais de julho ou na primeira quinzena de agosto de 1487.¹⁷⁶ A primeira viagem de Colon durou 62 dias desde Palos de la Frontera, em três de agosto de 1492, até Guanahani a 12 de outubro do mesmo ano, incluindo uma passagem pela ilha Gomera nas Canárias. Na viagem de regresso saiu do golfo das Flechas a 16 de janeiro de 1493 e chegou a Lisboa a quatro de março de 1493, num total de 48 dias.¹⁷⁷ Face às implicações que esta viagem teve no quadro do equilíbrio geopolítico ibérico-atlântico e sendo simultaneamente um elemento preponderante na perceção do Império Português passa-se de seguida à análise dos seus aspetos mais significativos.

O diário da primeira viagem de Cristóvão Colon realizada entre o dia três de agosto de 1492 até ao dia 15 de março de 1493 é baseado numa versão transcrita pelo frei Bartolomé de Las Casas (1484-1566), cujo assunto foi apenas retomado no século XIX pelo historiador Martín Fernández de Navarrete (1765-1844) quando redescobriu o documento do cronista da história das Índias.¹⁷⁸ Trata-se de um documento com bastante detalhe que possibilitou a elaboração de um quadro que congrega 130 registos de navegação (Apêndice A), permitindo uma análise sistematizada à coerência da informação relativamente ao sistema de unidades das distâncias assinaladas. No percurso de ida, de três de agosto até 11 de outubro de 1492, registam-se 46 dados de navegação, onde 43 designam a unidade légua e apenas três referem a unidade milha e respectiva conversão em légua, sendo que uma destas é relativa à velocidade da

¹⁷⁴ Malyn NEWITT, *A History of Portuguese Overseas Expansion 1400-1668*, New York, Routledge, 2005, p. 46.

¹⁷⁵ Joaquim Barradas de CARVALHO, *Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, 1991, p. 353.

¹⁷⁶ João de BARROS, *op. cit.*, p. 191-192 in Abel Fontoura da COSTA, *Às portas da Índia em 1484*, p. 31 (Nota 60).

¹⁷⁷ Martín Fernandez de NAVARRETE, *op. cit.*, tomo I, pp. 3-22 e pp. 139-161.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 1.

caravela. O somatório dos registos entre estas duas datas é de 1153 léguas, referindo no dia dois de novembro de 1492 que navegou desde a ilha de Ferro 1142 léguas, apesar de descrever no diário, no dia 15 de janeiro de 1493 que estas Índias estavam a menos de 400 léguas das ilhas Canárias. A um de outubro de 1492, o piloto disse que navegaram 568 léguas a oeste e o menor valor que Cristóvão Colon mostrava às gentes era de 584 léguas. A distância verdadeira que julgava e guardava era de 707 léguas mas segundo o diário foram totalizadas até esta data 714 léguas. Na viagem de regresso a Castela, a partir do golfo das Flechas, desde 16 de janeiro de 1493 até três de março, identificam-se 61 registos relativos a distâncias navegadas, onde 42 designam a unidade milha e respetiva conversão em légua.

No enquadramento dos conhecimentos náuticos da época explanados anteriormente, conclui-se sem qualquer dúvida que Cristóvão Colon utilizava o valor da antiga légua portuguesa, composta por quatro milhas romanas de 1480 m cada. Num total de 50 registos de milhas convertidas em léguas observa-se que 40 deles coincidem rigorosamente com 5920 m, o valor da antiga légua portuguesa (Apêndice A). Esta conclusão diverge do estudo de Francisco Contente Domingues que considera outro erro adotado por Cristóvão Colon para a milha marítima, sem precisar o valor ponderado pelo navegador.¹⁷⁹ A par desta análise, atente-se ao comportamento explicitado pelo navegador, sobre a informação das léguas navegadas transmitida à tripulação e aquela que foi efetivamente registada. Entre os dias 26 de setembro e dez de outubro de 1492, período que antecedeu a sua chegada a Guanahani, no dia 11 de outubro, Colon desvirtuou essa informação, ao longo desses catorze dias consecutivos, totalizando um diferencial de 109,5 léguas portuguesas (cerca de 648 km), conforme os dados constantes no Quadro 2. Subentende-se desta atitude que tratando-se da descoberta oficial do Novo Mundo, Cristóvão Colon pretendesse guardar sigilo sobre o seu conhecimento da navegação para este novo território e paralelamente deixa a ideia de que não foi a primeira vez que navegou para estas regiões. Poder-se-á extrapolar que este procedimento foi determinado intencionalmente para que a tripulação não desistisse da viagem. Todavia, relembra-se que navegavam conjuntamente neste expedição, dois experientes capitães castelhanos, os irmãos Pinzón, Martín Alonso e Vicente Yáñez.

¹⁷⁹ Francisco Contente DOMINGUES, *Colombo e a política de sigilo na historiografia portuguesa*, p. 10.

Quadro 2 – Distância navegada e relatada à tripulação na primeira viagem de Cristóvão Colon

Dia	Distância navegada	Distância relatada à tripulação
26/Set	31	24
27/Set	24	20
28/Set	14	13
29/Set	24	21
30/Set	14	11
01/Out	25	20
02/Out	39	30
03/Out	47	40
04/Out	63	46
05/Out	57	45
06/Out	40	33
07/Out	23	18
08/Out	11,5	11,5
09/Out	31,5	17
10/Out	59	44
Totais	503	393,5
Fonte: Consuelo Varela, Textos y Documentos completos, 2ª Edição, Madrid, Alianza Editorial, 1989, pp. 25-28; Elaborado por Carlos Paiva Neves		

O rei D. João II estaria informado e avisado das rotas possíveis do regresso de Cristóvão Colon que forçosamente teria de passar ou pela Guiné ou por Cabo Verde ou pela Madeira ou ainda pelas ilhas dos Açores, tendo ordenado que o prendessem e assim o enviassem a Portugal.¹⁸⁰ O rei de Portugal privilegiava a sua rede de informadores, ao ponto de estender essas fontes ao seio do Conselho dos Reis Católicos, mesmo quando se tratavam de assuntos classificados de secretos, D. João II acabaria por tomar conhecimento deles.¹⁸¹ É corrente afirmar-se que Colon foi arrastado para Lisboa por uma tempestade, tal como tinha ocorrido na ilha de Santa Maria.¹⁸² De facto, o relato do diário referente ao dia quatro de março de 1493, descreve que Colon reconheceu a serra de Sintra, decidindo entrar no porto de Lisboa, porque não tinha alternativa perante a tempestade que se tinha abatido nas imediações da vila de Cascais. Também é referido

¹⁸⁰ Bartolomé de LAS CASAS, *op. cit.*, tomo 1, p. 451, in Jacinto MONTEIRO, *art. cit.*, p. 13.

¹⁸¹ Bartolomé de LAS CASAS, *op. cit.*, tomo 2, pp. 18-19; Garcia de RESENDE, *op. cit.*, fol. xcviij.

¹⁸² Bailey W. DIFFIE e George D. WINIUS, *A Fundação do Império Português, 1415-1580*, vol. 1, Lisboa, Vega, Limitada, 1989, p. 197.

que o almirante escreveu neste mesmo dia ao rei de Portugal, que se encontrava a nove léguas de Lisboa, atestando que os reis de Castela determinaram que entrasse nos portos de sua Alteza para que se soubesse que não vinha da Guiné mas das Índias Ocidentais.¹⁸³

João de Barros descreve que a seis de março de 1493 foi transmitido ao rei D. João II que Cristóvão Colon tinha chegado ao porto de Lisboa, vindo da ilha de Cipango, donde trazia muito ouro e riquezas. Como o rei conhecia Colon e sabia pelo rei de Castela que havia sido enviado a este descobrimento, mandou-lhe rogar que viesse ao lugar de Vale de Paraíso, junto do Mosteiro de Nossa Senhora das Virtudes, para saber aquilo que o navegador achara.¹⁸⁴ Inicialmente, o rei D. João II parece ter recebido alguma repugnância pelo feito do descobridor porque os relatos deste excediam sempre o que o monarca pensava ser a verdade, em prol do enaltecimento da sua descoberta. D. João II confrontou o navegador com a violação do Tratado de Alcáçovas, uma vez que as terras descobertas lhe pertenciam. Cristóvão Colon contestou o protesto do monarca, entendendo que ao abrigo da capitulação de 1479, os Reis Católicos apenas lhe tinham transmitido para que não fosse a S. Jorge da Mina nem a toda a Guiné.¹⁸⁵

Nessa encoberta entrevista sabe-se que D. João II acabara por defender Cristóvão Colon, prestando-lhe honras e mercês.¹⁸⁶ Antes da entrevista, julga-se relevante anotar que no dia cinco de março de 1493, encontraram-se frente a frente, no Restelo, os dois principais agentes que desbravaram as rotas marítimas para a edificação dos dois impérios ibéricos, precisamente Cristóvão Colon e Bartolomeu Dias. O navegador português disse ao almirante de Castela que entrasse no batel para ir prestar contas aos servidores do rei D. João II, sobre o descobrimento das ilhas de Cipango e da Antília.¹⁸⁷

Sobre este regresso de Cristóvão Colon em março de 1493, D. João II demonstrou alguma inquietude quando saiu de Vale do Paraíso com destino a Torres Vedras. A 20 de março, o rei D. João II passa por Aldeia Gavinha, perto de Alenquer,

¹⁸³ Martín Fernandez de NAVARRETE, *op. cit.*, tomo I, pp. 161-162.

¹⁸⁴ João de BARROS, *op. cit.*, pp. 245-246.

¹⁸⁵ Martín Fernandez de NAVARRETE, *op. cit.*, tomo I, pp. 164, in István Szászdi LEÓN-BORJA, *El origen de la armada de Vizcaya y el Tratado de las Alcáçovas*, nº 26, Logroño, Fundación Dialnet, Universidad de La Rioja, Historia, Instituciones, Documentos, 1999, p. 554.

¹⁸⁶ Rui de PINA, *Chronica d'El Rey Dom João II*, p. 178.

¹⁸⁷ Martín Fernandez de NAVARRETE, *op. cit.*, tomo I, pp. 162-163.

perseguido em sua memória pela visita de Cristóvão Colon, permanecendo na região de Torres Vedras, desde o final de março até finais de setembro, sendo plausível que fosse no convento do Varatojo de devoção franciscana, mandado construir pelo seu pai, D. Afonso V.¹⁸⁸

O plano da Índia de D. João II é demonstrativo de uma profunda concetualização estratégica, tal como se tem vindo a reforçar. A intenção inerente ao plano português no descobrimento das terras ocidentais viria a ser denunciada no tratado luso-espanhol de 1494¹⁸⁹, apesar da historiografia mais recente, considerar que as negociações de Tordesilhas, não justificam unicamente o conhecimento prévio das terras de Santa Cruz.¹⁹⁰ Paralelamente é importante elucidar que Cristóvão Colon, apesar de ter afirmado que as Índias Ocidentais eram a Ásia, não está definitivamente provado que o navegador cresse nessa concretização geográfica, com riquezas e descrições tão afastadas dos relatos das viagens de Marco Polo, constituindo-se como um engodo para os Reis Católicos, que evidentemente pretendiam expandir o seu reino para terras ultramarinas.¹⁹¹

No âmbito deste quadro estratégico e no decurso da boa nova trazida por Cristóvão Colon, em março de 1493, vai-se assistir a uma intensa troca de correspondência entre os Reis Católicos e o navegador, assim como as intervenções papais de Alexandre VI, num espaço temporal que vai de maio a setembro de 1493. O papa Alexandre VI, os Reis Católicos e Cristóvão Colon manifestam ao longo desses cinco meses, uma convergência de vontades em garantir para Castela, as ilhas e terras remotas e desconhecidas das bandas ocidentais.

Logo após dois meses do regresso de Colon é demonstrativo o comportamento de ansiedade que reinava na Santa Sé, de Alexandre VI, a avaliar pela sucessão de bulas que são emitidas sobre o mesmo assunto, durante 1493. Em três de maio de 1493, foi emitida a primeira bula Papal, *Inter caetera I*, reconhecendo o domínio aos Reis Católicos, das ilhas e terras então descobertas pelo dileto filho Cristóvão Colon, tal como já tinha sido concedido ao rei de Portugal, também por via apostólica, as partes de

¹⁸⁸ Luís Adão da FONSECA, *Reis de Portugal, D. João II*, p. 31.

¹⁸⁹ Carlos Viegas Gago COUTINHO, *De como o plano português da Índia levou ao descobrimento da América*, p. 10.

¹⁹⁰ Luís Adão da FONSECA, *Pedro Álvares Cabral, uma viagem*, Lisboa, 1999, pp. 45-48, in João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), *A armada de Pedro Álvares Cabral*, p. 27.

¹⁹¹ Moura BRAZ, *op. cit.*, pp. 263-264.

África, na Guiné, S. Jorge da Mina e outras ilhas do Atlântico.¹⁹² No mesmo dia, nova bula é dirigida aos Reis Católicos, a *Eximiae devotionis*, que vem reforçar o domínio daquelas terras situadas nas regiões ocidentais, pelos soberanos de Castela e Aragão, desde que não interferissem com a jurisdição de algum reino cristão, como acontecia com os domínios referidos na bula anterior sujeitos a Portugal.¹⁹³ Apenas decorrido um dia, em quatro de maio de 1493, Roma decretou nova bula, a *Inter caetera II*, como aditamento às bulas anteriormente emitidas sobre este assunto. É a primeira vez que uma bula estabelece uma linha imaginada desde o pólo ártico até ao antártico, a 100 léguas a ocidente das ilhas conhecidas por Açores e de Cabo Verde, para além da qual não deveriam ser embargadas quaisquer ilhas ou terras firmes que se encontrassem nas bandas das Índias Ocidentais.¹⁹⁴ Este clausulado pontifício, decorre sem dúvida, do conhecimento náutico e geográfico e da experiência que Cristóvão Colon tem no contexto das navegações atlânticas. Porém, deve-se assinalar que o referencial das ilhas dos Açores e de Cabo Verde anunciam as fragilidades inerentes à complexa questão da medição da longitude. A ilha mais ocidental de Cabo Verde é Santo Antão que fica na longitude da ilha de S. Miguel nos Açores e esta dista da ilha do Corvo, cerca de 90 léguas (antiga légua portuguesa de 5920 m, valor também adotado por Colon, conforme já foi explanado). Não obstante, o texto definitivo do clausulado de Tordesilhas não referir a linha de delimitação de 370 léguas em relação aos Açores, continuaria a ser pretexto para alguma discussão, em face da imprecisão do local exato do referencial no arquipélago de Cabo Verde.¹⁹⁵ Aconteceu ainda, a quarta bula dirigida aos Reis Católicos, a *Dudum siquidem*, datada de 26 de setembro do mesmo ano, no dia imediatamente a seguir à partida de Colon para a sua segunda viagem ao Novo Mundo. Esta bula veio colocar dificuldades às conquistas portuguesas operadas nos mares do sul, uma vez que o Papa Alexandre VI, ampliou a doação e concessão de todas as ilhas e terras firmes, quer estivessem a ocidente ou a oriente, merecendo ser registada esta passagem da bula.¹⁹⁶

A posição pontifícia demonstrada nestes seis meses pelo Papa Alexandre VI revela claramente um favorecimento dos interesses castelhanos que divergindo

¹⁹² João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, pp. 378-380.

¹⁹³ Ibidem, pp. 383-384.

¹⁹⁴ Ibidem, pp. 388-390.

¹⁹⁵ Luís de ALBUQUERQUE (dir.), Francisco Contento DOMINGUES, e Maria da Graça PERICÃO, *op. cit.*, p. 83.

¹⁹⁶ João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, p. 419.

materialmente das orientações portuguesas, acaba por se identificar com o princípio da delimitação do espaço atlântico que culminaria no acordo da linha divisória posicionada a 370 léguas de Cabo Verde.¹⁹⁷

Paralelamente às quatro bulas que foram dirigidas aos Reis Católicos, durante apenas seis meses, também foram enviadas sete cartas pelos soberanos de Castela a respeito de Cristóvão Colon, onde se testemunha a emergência na preparação e partida da sua segunda missão ao Ocidente. A rede de informações não estava somente agilizada da parte da Coroa de Portugal, certamente que esta manifestação era recíproca da parte da Coroa castelhana. Como se pode testemunhar através da carta de dois de maio de 1493, os Reis Católicos agradecem ao duque de Medina Sidónia pela notícia transmitida sobre a armada de D. Francisco de Almeida, que o rei de Portugal tinha preparado para enviar às terras descobertas por Colon.¹⁹⁸

O duque de Medina Sidónia era portanto um nobre muito próximo dos Reis Católicos, tal como o era de Cristóvão Colon, ao referir-se a ele, em 18 de janeiro de 1493, quando o mar apareceu coberto de atuns, pensando que se deslocavam em direção às almadras do duque de Conil e de Cádiz, mais conhecido por duque de Medina Sidónia, um dos primeiros protetores de Cristóvão Colon em Castela, qual nobre detinha concessões régias para a pesca do atum.¹⁹⁹ Regista-se também que ao tempo, o duque de Medina Sidónia era D. Juan de Guzmán que fomentou o casamento de sua filha D. Leonor com D. Jaime, 4º duque de Bragança, cuja celebração acabou por ocorrer em 11 de setembro de 1500, em pleno reinado de D. Manuel I.²⁰⁰ Daqui se pode inferir a proximidade deste nobre castelhano com a Casa de Bragança.

Em outra carta de 20 de maio de 1493 é feito reconhecimento público da condição de almirante, Vice-rei e Governador das Índias descobertas, expressando a todos os navegantes, súbditos, vassalos e naturais que os Reis Católicos pretendiam cumprir o capitulado com o rei de Portugal e como tal, que ninguém fosse à Mina nem ao trato respetivo, sob pena de confiscação dos bens em nome da Coroa.²⁰¹

¹⁹⁷ Luís Adão da FONSECA, *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*, Lisboa, Edições Inapa, 1991, p. 49.

¹⁹⁸ João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, p. 373.

¹⁹⁹ Consuelo VARELA, *Cristobal Colón. Cartas y documentos completos*, p. 119.

²⁰⁰ António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo V, Coimbra, Atlântida Livraria Editora Lda., 1948, p. 284.

²⁰¹ João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, pp. 394-395.

D. João II teria já reservada a operacionalização de uma armada a cargo de D. Francisco de Almeida para ser enviada às terras descobertas por Colon, em resposta a uma outra de Castela, conhecida por armada de Vizcaya. A armada portuguesa não chegou a sair de Lisboa, face às informações trazidas por um mensageiro dos Reis Católicos, chamado Ferreira ou Herrera que requereu a D. João II que a suspendesse até se determinar a que reino caberiam as ditas terras.²⁰² Em carta de um de junho de 1493, tendo conhecimento da vontade do monarca português, em enviar a armada de D. Francisco de Almeida, os Reis Católicos pedem logo que sejam mantidos informados de forma contínua.²⁰³ Um mensageiro castelhano levou também informações desta intenção de D. João II, tendo regressado a Castela, no início de junho de 1493, dado que no dia 12 foi enviada uma carta pelos Reis Católicos a Cristóvão Colon, sobre a intenção do rei de Portugal enviar uma armada a ilhas e terras descobertas no Ocidente, ordenando-lhe que aprontasse a sua segunda partida para o Novo Mundo.²⁰⁴

Para se avaliar a amplitude das movimentações estratégicas luso-castelhanas, pela supremacia no espaço atlântico, refira-se que aquela armada de Vizcaya começou logo a ser concebida, no momento das negociações das Capitulações de Santa Fé.²⁰⁵ A primeira ação que desencadeou a formação da armada da Vizcaya ocorreu em setembro de 1492.²⁰⁶ Os soberanos de Castela e Aragão estavam bem cientes da conjuntura política, das capacidades e das movimentações de D. João II, temendo que qualquer decisão menos oportuna, pudesse pôr em causa as pazes de Alcáçovas-Toledo. O regresso de Colon do Novo Mundo agitou a rede de mensageiros no seio dos reinos ibéricos. Os Reis Católicos não estavam tão seguros da reação e das possíveis movimentações que D. João II traçara no seu plano. A prova disso aparece no dia 27 de julho de 1493, onde os monarcas de Castela confirmam as ordens já emitidas a Cristóvão Colon para constituir outra armada com o dobro dos navios, prevenindo a reação da armada de Portugal, ordenada por D. João II.²⁰⁷

Na carta de 18 de agosto de 1493, os Reis Católicos recomendam novamente e de forma veemente que Colon apressasse a sua partida, sem tocar o cabo de S. Vicente e

²⁰² Rui de PINA, *Chronica d'El Rey Dom João II*, p. 178.

²⁰³ João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, p. 395.

²⁰⁴ *Ibidem*, pp. 396-397.

²⁰⁵ István Szászdi LEÓN-BORJA, *El origen de la armada de Vizcaya y el Tratado de las Alcáçovas*, p. 552.

²⁰⁶ Miguel Ángel Ladero QUESADA, *La armada de Vizcaya (1492-1493): Nuevos datos documentales*, vol. 24, Madrid, Universidad Complutense, En La España Medieval, 2001, p. 365.

²⁰⁷ João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, p. 403.

sempre que possível se desvie da costa de Portugal para que não soubessem o caminho que levava, tendo em consideração que D. João II tinha enviado uma caravela desde a ilha da Madeira.²⁰⁸ Esta insistência na sua partida vem reforçada uma vez mais, na carta de cinco de setembro de 1493, dirigida ao arcebispo de Sevilha, D. Juan da Fonseca, demonstrando simultaneamente, a prontidão da armada da Vizcaya e uma preocupação com as movimentações da armada de Portugal.²⁰⁹

Também em cinco de setembro de 1493, Cristóvão Colon recebe duas cartas dos Reis Católicos. Em ambas as cartas, os monarcas ordenam que não demorasse a sua partida, nem por um instante e na primeira, enviaram-lhe uma transcrição de certo livro que Colon entregara aos soberanos, com classificação secreta para que os representantes portugueses não tomassem conhecimento do seu conteúdo.²¹⁰ A política de sigilo era evidente nas relações bilaterais luso-castelhanas. Na segunda carta de cinco de setembro de 1493, os Reis Católicos deixam transparecer que aquele livro secreto teria informações de índole geográfica e náutica, a avaliar pela suposta localização de umas ilhas e terras faladas por Colon e ainda pela sugestão de levar consigo, um bom astrólogo, como era o caso do frei António de Marchena.²¹¹

Este frade franciscano aparece recomendado pelos Reis Católicos a Cristóvão Colon, no momento dos preparativos para a segunda viagem ao Novo Mundo. Mas foi também o frade António de Marchena, conceituado pelos seus conhecimentos cosmográficos, quem recebeu o navegador no convento de *La Rabida*, em Huelva, no ano de 1485. Colon chegou a escrever que em todo o tempo que manteve contactos com os Reis Católicos para os convencer do seu empreendimento rumo às Índias pelo ocidente, houve marinheiros, pilotos, filósofos e todos os homens de sabedoria que consideraram a sua empresa falsa, exceto o frade António de Marchena.²¹² Outro frade deste convento de *La Rabida*, conhecido como Juan Pérez, associou-se também aos argumentos de Colon, em 1491, e foi determinante para que o projeto fosse aprovado pelos Reis Católicos. A influência deste frade franciscano junto dos monarcas de Castela era bastante credível, uma vez que tinha sido confessor da rainha Isabel, antes

²⁰⁸ Ibidem, pp. 407-408.

²⁰⁹ Ibidem, p. 416.

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ Ibidem, p. 418.

²¹² Consuelo VARELA, *Aproximación a los escritos de Cristóbal Colón*, Jornadas de Estudios, Canarias-America 3-4, 1984, p. 243, in Delno C. WEST e August KLING, *op. cit.*, pp. 56-57.

do frei Hernando de Talavera.²¹³ Os cronistas confundiram amiúde estes dois franciscanos do convento de *La Rabida*, ao ponto de Alonso Remon, da Ordem de *Nuestra Señora de la Merced*, congregar os dois nomes num só, como Juan Perez de Marchena, mas que sem dúvida, se referia a António de Marchena. Refira-se o recurso que Colon fez às reconhecidas competências do frei António de Marchena no campo da cosmografia, depois de D. João II não o ter ouvido como o navegador desejara.²¹⁴

Numa carta escrita por Cristóvão Colon à rainha Isabel, a Católica, pode-se testemunhar a ligação a frei Juan Pérez, a sua obstinação pelo empreendimento das Índias, projetando uma ideologia de cruzada que visava a recuperação da Santa Casa de Jerusalém. Esta carta não está datada e encontra-se incompleta por mutilação do documento mas Andrés Maria Mateo referencia-a como uma justificação sentimental para a realização da quarta viagem em 1502, demonstrando a proximidade que existia entre Colon e a rainha Isabel.²¹⁵ A atestar esta qualidade, Bartolomé de Las Casas assinalou que a rainha Isabel «fué siempre la que más que el Rey lo favoreció y defendió, y así el Almirante tenía en ella principalmente su esperanza».²¹⁶ O conteúdo deste documento é demonstrativo de uma manifestação ideológica espiritual persistente e da sua condição como probo servidor da Cristianíssima Rainha, como a chamava quando se lhe dirigia. Após sete anos da morte de D. João II e considerando o princípio da afirmação do Império Português no Oriente, em pleno reinado de D. Manuel I, as convicções e as intenções do almirante continuam incólumes, num grau incompatível com a sua condição de agente que esteve ao serviço do Príncipe Perfeito. O almirante declara expressamente à rainha Isabel, a Católica, que o tenha tão somente como seu servo, suplicando-lhe que não despreze os assuntos das Índias e de Jerusalém.²¹⁷ O almirante reconhece num fragmento de uma carta dirigida ao rei Católico, D. Fernando, em finais de 1505, que as suas relações com o rei D. João II, primeiro destinatário da proposta de execução do plano de descoberta do Novo Mundo, nunca foram ao encontro dos seus intentos. Colon afirmou que o rei D. João II entendia de descobertas mais do

²¹³ Delno C. WEST e August KLING, *op. cit.*, p. 57.

²¹⁴ Alonso REMÓN, *Historia General de la Orden de Nuestra Señora de la Merced Redención de Cautivos*, Tomo II. A la Magestad Catolica del Rey Nuestro Señor Filipe 4º, Madrid, 1633, fol. 89 r.

²¹⁵ Andrés Maria MATEO, *Colón y Isabel La Católica*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas y Universidad de Valladolid, Valladolid, Seminario de Estudios de Historia Moderna de Simancas, 1942, p. 111.

²¹⁶ Bartolomé de LAS CASAS, *op. cit.*, tomo 2, p. 512, in Andrés Maria MATEO, *op. cit.*, p. 111.

²¹⁷ Andrés Maria MATEO, *op. cit.*, p. 6.

que qualquer outro, mas durante catorze anos nunca conseguiu que o monarca de Portugal entendesse o alcance do seu empreendimento.²¹⁸

As viagens latitudinais de Diogo Cão, a missão de Pêro da Covilhã e de Afonso de Paiva e a viagem decisiva viagem de Bartolomeu Dias ao cabo da Boa Esperança constituem-se como missões que encerraram um ciclo e deram lugar a outro. Que viagens latitudinais de longa duração teriam sido realizadas, no entremeio dos dez anos entre a viagem de Bartolomeu Dias e a viagem de Vasco da Gama, no novo ciclo que se sucedeu? Vasco da Gama não preparou de todo uma aventura, porque o conhecimento do regime dos ventos e correntes do Atlântico e do Índico, apenas resultou pela repetição de viagens de reconhecimento que foram silenciadas pelas crónicas.²¹⁹

Pelos argumentos apresentados até ao momento, podem-se extrair duas grandes ideias. A primeira relaciona-se com a importância crucial da primeira viagem ao Novo Mundo, no contexto das viagens longitudinais atlânticas, enquadrada no conjunto de ações político-diplomáticas que iriam ser desencadeadas até à assinatura do Tratado de Tordesilhas. Analisando tecnicamente todas as ocorrências marítimas do século XV, particularmente a navegação no alto mar é possível provar que os portugueses não oficializaram a descoberta do Novo Mundo antes de Cristóvão Colon, tal como o fizeram nos Açores, porque não dispunham de conhecimentos necessários para tal concretização e Colon pode fazê-lo porque navegou com os portugueses.²²⁰ A segunda é intrínseca à preponderância estratégica das viagens latitudinais para a consecução do plano da Índia, não obstante D. João II ter demonstrado interesse estratégico nas viagens para o Ocidente. D. João II assumiu um estatuto interno e externo que soube privilegiar o conhecimento náutico e geográfico, as relações diplomáticas, as capacidades e competências dos seus mais diretos colaboradores, formais e informais. Neste quadro de proximidade formal e informal que D. João II deixou sobressair com Cristóvão Colon, levou alguns autores e investigadores a enveredarem pela tese do espião ou agente secreto ao serviço do rei de Portugal. Numa abordagem superficial a esta temática, qualquer investigador seria seduzido por esta hipótese. A sistematização e a correlação dos factos dissuadem a sua comprovação.

²¹⁸ Consuelo VARELA, *Cristobal Colón. Cartas y documentos completos*, p. 357, in António Domingues de Sousa COSTA, *op. cit.*, p. 236.

²¹⁹ Carlos Viegas Gago COUTINHO, *Influência que as primitivas viagens portuguesas à América do Norte tiveram sobre o Descobrimento das «Terras de Santa Cruz»*, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1937, p. 16.

²²⁰ Moura BRAZ, *op. cit.*, pp. 263-264.

Seguidamente propõe-se o desenvolvimento das ações e movimentações luso-castelhanas, no quadro da busca de posições estratégicas pela supremacia do espaço atlântico, desde a oficialização da descoberta do Novo Mundo em 1493, e suas implicações nas negociações do Tratado de Tordesilhas, até à derradeira viagem de Cristóvão Colon, em 1502, que confrontou definitivamente a incompatibilidade geográfica entre as Índias e a Índia.

I.3. A perceção de um império territorial e de um império marítimo: de Tordesilhas a Ciguare

Como foi explanado anteriormente, o período de quatro de março de 1493 que marca a chegada de Cristóvão Colon a Lisboa, até 26 de setembro do mesmo ano, dia do início da segunda viagem para as Índias Ocidentais, marcou profundamente o cenário das relações bilaterais luso-castelhanas e com a Santa Sé. Esta viagem que comportou uma armada de 17 navios foi considerada como um repto para as autoridades portuguesas, provocando uma paralisação nas negociações encetadas pelos dois reinos ibéricos.²²¹ Convém lembrar que neste período, as pazes alcançadas em Alcáçovas poderiam estar sob ameaça e apesar de no ano seguinte, se ter concretizado o Tratado de Tordesilhas, o quadro bilateral das relações luso-castelhanas não viria a sofrer alterações significativas, até à morte do rei D. João II. No contexto desse quadro, não é possível colocar de parte a conjuntura interna e o exílio de nobres portugueses que se foi constituindo em Sevilha, no decurso dos acontecimentos conspirativos contra D. João II, observados em 1483-84. Refira-se também que o resultado da primeira viagem de Cristóvão Colon, numa abordagem estritamente económica, não se demonstrou tão surpreendente como se possa pensar, apesar de potenciar argumentos que levariam a presumir, que o reino do Gran Khan não estava assim tão distante. Não descurando as motivações de natureza económica, o empenhamento demonstrado pelo Papa Alexandre VI, na consecução das viagens de Cristóvão Colon, acentava na convicção do triunfo da Fé, por intermédio de alianças entre a Europa cristã e o imperador mongol contra o sultão da Turquia, um objetivo inteiramente partilhado pelo plano de governação dos Reis Católicos.²²²

²²¹ Antonio Ballesteros BERETTA, *Cristóbal Colón y el descubrimiento de America*, tomo II, Barcelona, Salvat Editores, 1945, pp. 193-194, in Antonio Rumeu de ARMAS, *El Tratado de Tordesillas*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992, p. 141.

²²² István Szászdi LEÓN-BORJA, *Las paces de Tordesillas en peligro*, p. 118.

Poder-se-á pensar que as negociações que conduziram ao Tratado de Tordesilhas decorreram a bom ritmo e sem grandes inquietações, tomando como referência o tempo que mediou entre a partida de Cristóvão Colon para a segunda viagem e a assinatura do acordo em sete de junho de 1494. De facto, assim não foi, na medida em que as posições de Portugal e de Castela chegaram a disputar os mesmos interesses na África atlântica e mediterrânica. O processo de negociação que conduziu ao Tratado de Tordesilhas não se circunscreve apenas à delimitação atlântica de influência dos dois reinos ibéricos, inerente à distinta linha de 370 léguas a oeste de Cabo Verde. Existia uma importante fonte de discórdia a respeito dos direitos de pesca a sul do cabo Bojador, assim como estava bem presente o problema de sucessão da Coroa portuguesa.²²³ Este problema foi um dos principais temas levantados pelo memorialista do *El Memorial Portugués de 1494*, onde defendeu os direitos da rainha Isabel, a Católica, ao trono de Portugal, conforme desenvolvimento que será realizado mais adiante. No mesmo dia sete de junho de 1494 foi assinado um acordo autónomo de fronteiras relativo a África, onde se aditaram algumas cláusulas sobre as pescas e as incursões a cavalo em torno do cabo Bojador.²²⁴ O Tratado de Tordesilhas foi apenas ratificado pela Santa Sé em 24 de janeiro de 1506, pelo Papa Júlio II, pois o Papa Alexandre VI nunca tomou posição sobre esta matéria.²²⁵

Desde o Tratado de Alcáçovas que os Reis Católicos tinham visto reduzidas as suas aspirações sobre o reino de Fez e Guiné, e sobretudo, a extensão da costa africana entre os cabos de Guer e do Bojador, continuamente reivindicada pelos reis de Castela, João II, Henrique IV e os Reis Católicos, na lógica de uma ação militar inserida na empresa secular da Reconquista.²²⁶ Neste âmbito aparece outra bula alexandrina, a *Ineffabilis*, datada de 13 de fevereiro de 1495, cujo original se encontra arquivado em Simancas, na qual o Papa Alexandre VI concede aos Reis Católicos o domínio das terras do Norte de África para que fossem conquistadas ao infiel com a anuência da Santa Sé.²²⁷

Compreende-se que esta generalização dos territórios de África estava confinada às limitações prévias previstas no Tratado de Tordesilhas, ou seja, o reino de Tremecém

²²³ Luís Adão da FONSECA, *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*, p. 57.

²²⁴ Antonio Rumeu de Armas, *op. cit.*, p. 155.

²²⁵ John Boyd THACHER, *op. cit.*, p. 189.

²²⁶ Antonio Rumeu de ARMAS, *op. cit.*, pp. 151-152.

²²⁷ Ibidem, p. 165.

e as terras da Berbéria de Poente, desde o cabo Gué-Meça até ao cabo Bojador. Claramente, D. João II não ficou satisfeito com estas cláusulas e enviou o seu secretário Estevão Vaz a Madrid onde se encontravam os Reis Católicos, no início do mês de maio de 1495. O monarca português pretendia três concessões: que o limite sul do reino de Fez fosse fixado em Meça, que os castelhanos não cavalgassem abaixo do limite geográfico do Bojador, tal como renunciavam a pescar e navegar nessas costas e por último, pretendia definir claramente os limites de Melila e Cazaza para que não ocorressem mais dissensões. Em resposta, os Reis Católicos subscreveram apenas a última pretensão de D. João II.²²⁸

A questão do posicionamento da linha de demarcação de 370 léguas a oeste de Cabo Verde revelou-se um assunto demasiado complexo, ainda mais no quadro de uma política de sigilo que claramente se acentuou, após a assinatura do Tratado de Tordesilhas, conforme demonstra a ausência de documentação reportada à atividade náutica no Atlântico, desde o início da segunda viagem de Cristóvão Colon, em 25 de setembro de 1493, até à primeira armada de Vasco da Gama, que seguiu para a Índia, em oito de julho de 1497. Porém, os navios de Portugal não deixaram de fazer as suas viagens, até que D. João II fosse sucedido pelo seu primo, D. Manuel I, duque de Viseu, que no segundo ano do seu reinado alcançou o objetivo tão desejado dos portugueses, em gestação há 75 anos. João de Barros escreveu a propósito, «que assim o ordena aquela Divina Providência que uns plantem, e outros colham o fruto da planta».²²⁹ Neste intermédio, destaca-se uma carta dos Reis Católicos, datada de sete de maio de 1495, sobre a prorrogação do prazo clausulado no Tratado de Tordesilhas, para a realização da reunião entre peritos náuticos de Portugal e de Castela, com o objetivo de traçarem a dita linha de delimitação nas cartas de marear. Esta carta mostra uma preocupação premente da parte dos Reis Católicos, em torno da localização e marcação da linha de partição do espaço atlântico, sem cautela nem fingimento, como que diagnosticando os interesses dissimulados do rei D. João II pela garantia da rota da Índia.²³⁰

A experiência que os portugueses exercitavam há décadas na navegação do Atlântico Sul permitiu que paulatinamente fossem conhecendo o regime de ventos e correntes nessa região do Atlântico. Estes foram condicionalismos determinantes na perceção do império marítimo português, particularmente, a confrontação com as

²²⁸ Ibidem, p. 167.

²²⁹ João de BARROS, *op. cit.*, p. 262.

²³⁰ João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, pp. 467-469.

calmarias do golfo da Guiné, que conduziu os navegadores portugueses, na busca de uma rota otimizada entre Cabo Verde e o cabo da Boa Esperança, conhecida pela volta do Brasil.²³¹ Apesar de passar a vigorar o meridiano de Tordesilhas, na repartição das zonas de influência no Atlântico, tudo aponta para que o acordo de Alcáçovas-Toledo nunca deixasse de ser uma presença latente nas aspirações das navegações portuguesas no Atlântico Sul, assim como nos argumentos do autor do *Memorial de la Mejorada* de julho de 1497, como adiante se analisa. Como tal e avaliando pela documentação disponível, a primeira viagem de Vasco da Gama marcou um novo ciclo dinâmico das explorações atlânticas por parte de Castela, não obstante, serem incapazes de competir com a rota do Cabo. As tentativas de exploração de uma rota alternativa à do cabo da Boa Esperança, pelo Ocidente, apenas produziram efeito a partir de 1570, na sequência da expedição de Miguel López de Legazpi, com a criação da rede comercial no Pacífico que ligava Acapulco a Manila, conhecida pelo Galeão de Manila.²³² Poder-se-á afirmar que passados praticamente sessenta e cinco anos, o sonho colonino estava finalmente concretizado.

Para enquadrar o novo ciclo de explorações atlânticas, refira-se como eixo referencial, a primeira viagem de Vasco da Gama, marco crucial para a formalização do império marítimo português e uma série de viagens ao serviço de Castela e de Inglaterra, que se podem contextualizar na tal dinâmica competitiva pós-Tordesilhas, sem o recurso explícito ao mar alto do Atlântico Sul. Identificam-se essas viagens cujo denominador comum era a perscrutação das terras a Ocidente, alertando-se para o facto, de algumas delas serem ainda motivo de profundo debate, quanto ao seu verdadeiro alcance geográfico:

- O descobrimento de Giovanni Caboto, em 24 de junho de 1497, ao serviço de Henrique VII de Inglaterra, em busca da Ásia pelo Ocidente, seguindo a mesma ideia de Cristóvão Colon.²³³ Esta descoberta juntamente com a pressão dos armadores de Bristol e a necessidade de provisão de alimento para a população, veio transformar a rota do bacalhau numa questão de Estado, estimulando a Coroa inglesa a cofinanciar mais

²³¹ Fernando CASTELO-BRANCO, *art. cit.*, p. 48.

²³² Paulo Jorge Corino de Sousa PINTO, *No extremo da redonda esfera: Relações luso-castelhanas na Ásia, 1565-1640, Um Ensaio sobre os Impérios Ibéricos*, Tese de Doutoramento em Ciências Históricas, Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, 2010, pp. 262-294.

²³³ João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), José Damião RODRIGUES e Pedro Aires OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 88.

expedições marítimas;²³⁴ Giovanni Caboto chegara à Terra Nova assim como o fizeram Gaspar e Miguel Corte-Real e João Fernandes Lavrador, entre 1499 e 1502, ao serviço do rei de Portugal;²³⁵

- a terceira viagem de Cristóvão Colon, iniciada em 30 de maio de 1498, com destino a novas terras a Ocidente, onde alcançou a ilha de Trinidad e o golfo de Pária, na atual Venezuela;²³⁶

- a viagem de Amerigo Vespucci, ao serviço de Castela, navegando ao mesmo tempo que Alonso de Hojeda e Juan de la Cosa, a partir de Cádis, iniciada em 18 de maio de 1499, para exploração da costa de Pária. Em carta de 18 de julho de 1500, Amerigo Vespucci sustenta que depois de navegarem cerca de 400 léguas, ao longo da costa de Pária, concluíram que esta era terra firme, dos confins da Ásia da parte do Oriente e o princípio pela parte do Ocidente;²³⁷

- a viagem de Pedro Alonso Niño e Cristóbal Guerra, em junho de 1499, cuja exploração deu continuidade à que foi realizada por Cristóvão Colon na sua terceira viagem, onde alcançaram a Boca del Dragón;²³⁸

- as viagens de Vicente Yañez Pinzón e de Diego de Lepe, iniciadas respetivamente, em 18 de novembro e 18 de dezembro de 1499, as quais teriam percorrido cerca de 600 léguas entre o cabo de S. Agostinho e o golfo de Pária;²³⁹

- a exploração de Rodrigo de Bastidas e de Alonso Vélez de Mendoza, que foi objeto de duas novas capitulações assinadas pelos Reis Católicos, em cinco de junho de 1500. Estes documentos referem que o descobrimento das ilhas e terra firme das partes das Índias, que viessem a ocorrer, não incluíam as já descobertas por Cristóvão Colon, Cristóbal Guerra ou por outros navegadores com mandato dos monarcas e ainda aquelas que eram pertença do Sereníssimo Rei de Portugal, «nuestro muy caro e muy amado hijo»;²⁴⁰

²³⁴ Consuelo VARELA, *Las rutas marítimas: la ruta del bacalao*, in Maria da Graça M. VENTURA (coord.), *Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista*, Lisboa, Edições Colibri, 1996, p. 58.

²³⁵ A. R. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português*, vol. II, Lisboa, Guerra e Paz Editores, 2011, p. 201.

²³⁶ Martin Fernandez de NAVARRETE, *op. cit.*, tomo I, pp. 242-276.

²³⁷ Juan Manzano y MANZANO e Ana María Manzano FERNÁNDEZ-HEREDIA, *Los Pinzones y el descubrimiento de América*, tomo I, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1988, p. 216; Duarte LEITE, *Os falsos precursores de Álvares Cabral*, 2ª edição, Lisboa, Portugália Editora, 1941, pp. 21-58.

²³⁸ Juan Manzano y MANZANO e Ana María Manzano FERNÁNDEZ-HEREDIA, *op. cit.*, tomo I, p. 396.

²³⁹ Ibidem, pp. 299-300; Duarte LEITE, *op. cit.*, pp. 69-140.

²⁴⁰ Demetrio Ramos PÉREZ, *Audacia, negócios y política en los viajes españoles de descubrimiento y rescate*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1981, pp. 431-432, in Juan Manzano y MANZANO e Ana María Manzano FERNÁNDEZ-HEREDIA, *op. cit.*, tomo I, pp. 263-264.

- a quarta viagem de Cristóvão Colon, iniciada em 11 de maio de 1502, que explorou a região do istmo de Veragua;²⁴¹
- a viagem de Vicente Yañez Pinzón e de Juan Díaz de Solís em 20 de julho de 1508, para exploração da atual Honduras e região da península do Yucatán no atual México.²⁴²

Importa realçar duas ordens de razões no âmbito destas expedições. Uma, sem dúvida, relacionada com a sondagem de regiões a noroeste da linha de delimitação de Tordesilhas que intersetava a norte a imensa massa continental conhecida atualmente como América do Sul. Outra, relativa ao regresso de Alonso Hojeda e Vicente Yañez Pinzón em 1501, cujas expedições representaram um ultraje aos privilégios conseguidos por Cristóvão Colon.²⁴³ Apesar dos condicionalismos era fundamental assinalar a localização da linha de influência de Tordesilhas com os métodos de aferição da longitude disponíveis, num contexto de busca de supremacia da informação, quanto às expedições atlânticas empreendidas pelos dois reinos ibéricos. Neste âmbito assinala-se a viagem de Duarte Pacheco Pereira, em 1498, à região compreendida entre o Maranhão e o delta do Amazonas, da qual não existem razões para duvidar da sua realização.²⁴⁴ Enquadrava-se nitidamente numa lógica de referenciação da linha de delimitação de Tordesilhas, processo requerente de duas operações que verificassem a interseção a norte e a sul do território de Santa Cruz.²⁴⁵ Duarte Pacheco Pereira foi o navegador que adotou o valor do grau meridiano com menor erro para a época, conforme já demonstrado. Também nesta linha de raciocínio é importante enunciar a segunda expedição em que participou Amerigo Vespucci, tudo indica sob o comando de Gonçalo Coelho, iniciada em Lisboa a 13 de maio de 1501, a qual teve como objetivo o reconhecimento da costa das terras de Santa Cruz,²⁴⁶ e deste modo, procurasse focalizar a delimitação de Tordesilhas na parte sul desse território. A importância desta expedição

²⁴¹ Martin Fernandez de NAVARRETE, *op. cit.*, tomo I, pp. 277-329.

²⁴² Juan Manzano y MANZANO e Ana María Manzano FERNÁNDEZ-HEREDIA, *op. cit.*, tomo I, pp. 475-482.

²⁴³ Consuelo VARELA e Isabel AGUIRRE, *Colombo, a queda do mito*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007, p. 62.

²⁴⁴ João Paulo Oliveira e COSTA, *Reis de Portugal, D. Manuel I*, p. 112; Francisco Contente DOMINGUES, *op. cit.*, p. 77.

²⁴⁵ Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. III, p. 723.

²⁴⁶ Max Justo GUEDES, *O descobrimento do Brasil e suas consequências. O descobrimento e as primeiras viagens de reconhecimento*, in, Luís de ALBUQUERQUE (dir.), *Portugal no Mundo*, vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 191.

resultou na publicação de um folheto traduzido em várias línguas, em diversas cidades europeias, com o testemunho de Amerigo Vespucci.²⁴⁷

A rota do cabo da Boa Esperança implicava uma demora prolongada ao longo da costa das terras de Santa Cruz, face aos condicionalismos físicos do Atlântico Sul. Na viagem de ida para a Índia, a aproximação da derrota a essa costa era notória, por uma questão de aproveitamento dos ventos e correntes, podendo ficar vulneráveis a eventuais ataques por parte das armadas de Castela, dada a proximidade das suas áreas de interesse, quando as frotas de Portugal já tinham experimentado uma longa navegação desde Portugal, apenas com a possibilidade de escala em Cabo Verde.²⁴⁸ Esta condição foi certamente considerada por D. João II e os seus colaboradores, na conceção do plano da Índia, caso contrário, o território de Santa Cruz nas mãos de Castela, significaria uma exposição permanente a ameaças dirigidas à navegação portuguesa para a África meridional, pondo em risco o potencial da rede comercial que viria a ligar a Europa ao Oriente, através da ligação do Atlântico ao Índico.²⁴⁹ D. João II obtinha assim a posse de um amplo espaço marítimo com a garantia de possuir, do outro lado do Atlântico, um ponto de apoio para a defesa da rota da Índia.²⁵⁰ Tal como Cristóvão Colon nas Antilhas, também Pedro Álvares Cabral não encontrou indícios civilizacionais na perscrutação do território de Santa Cruz. Apesar desta constatação, D. Manuel I manteve o interesse estratégico desta linha de costa ocidental, cujo silêncio foi intencional, em defesa do plano hegemónico no Atlântico Sul iniciado por D. João II.²⁵¹

Neste quadro das viagens realizadas na viragem para o século XVI, sondando a existência dessa massa continental a ocidente de África, existem fortes indícios que este era um *segredo de Polichinelo* e Pedro Álvares Cabral tal como Cristóvão Colon avistaram as ilhas de Cabo Verde, buscando o referencial para aferição da sua longitude, a partir do qual se calculavam as 370 léguas para ocidente, onde se encontrariam todas as terras pertencentes ao reino de Castela.²⁵² Face ao conhecimento que os portugueses já detinham das características do Atlântico Sul, a esquadra de Cabral ajustou-se aos

²⁴⁷ João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), José Damião RODRIGUES e Pedro Aires OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 113.

²⁴⁸ Fernando CASTELO-BRANCO, *art. cit.*, pp. 48-49.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 49.

²⁵⁰ Jaime CORTESÃO, *História de América*, tomo XXVI, Barcelona, Ed. Salvat, 1956, p. 127, in Fernando CASTELO-BRANCO, *art. cit.*, p. 50.

²⁵¹ João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), *A armada de Pedro Álvares Cabral*, p. 30.

²⁵² Carlos Viegas Gago COUTINHO, *Influência que as primitivas viagens portuguesas à América do Norte tiveram sobre o Descobrimento das «Terras de Santa Cruz»*, p. 13 e p. 17.

ventos que sopravam francamente de leste, no sentido de otimizar a sua viagem para a Índia, determinando assim, a derrota mais adequada para arribar a terra, não havendo argumentos que contrariem a intencionalidade do navegador, em buscar as terras de Santa Cruz.²⁵³ Após a oficialização da descoberta de Pedro Álvares Cabral, constata-se que o complexo processo de afirmação da rota do Cabo estava executado na sua plenitude, apesar de não ter demovido a Coroa de Castela em dar continuidade ao projeto perseguido por Colon. A ideia colonina sobre a configuração asiática da região de Pária foi mantida por todos os navegadores e capitães ao serviço dos monarcas Católicos, nas viagens de 1500-1501, ou seja, nomeiam-se Alonso Hojeda, Juan de la Cosa, Amerigo Vespucci, Yañez Pinzón, Diego de Lepe, entre aqueles que acreditavam que se dirigiam para as costas da Ásia.²⁵⁴ Nesta perspectiva, salientam-se ainda, a viagem de reconhecimento de Juan Díaz de Solís, em 1515, ao Rio de la Plata, onde foi morto pelos indígenas e a viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães em 20 de setembro de 1519, concluída ao comando de Juan Sebastian Elcano, em seis de setembro de 1522. Esta última viagem veio clarificar a geografia em torno de um novo e imenso oceano, que no quadro do Tratado de Tordesilhas, viria a fomentar outra contenda luso-castelhana sobre a questão das Molucas.²⁵⁵

Precisamente no mês em que Vasco da Gama inicia a sua primeira viagem para a Índia foi escrito um documento muito discutível mas simultaneamente assaz sugestivo, cuja autoria é atribuída a Cristóvão Colon, conhecido por *Memorial de la Mejorada* de julho de 1497.²⁵⁶ Globalmente o parecer constante neste documento refere que à luz da delimitação das áreas capituladas no Tratado de Tordesilhas, Portugal apenas tinha direito à área compreendida entre o Cabo da Boa Esperança e as 370 léguas para ocidente de Cabo Verde, e portanto, sem direito a entrar no oceano Índico. Sendo um documento discutível, não deixa de ser interessante que, cerca de sessenta anos mais tarde, seja referido numa carta de D. Duarte de Almeida para D. João III, anexando-lhe

²⁵³ Max Justo GUEDES, *art. cit.*, pp. 189-190; João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), *A armada de Pedro Álvares Cabral*, p. 27.

²⁵⁴ Juan Manzano y MANZANO e Ana María Manzano FERNÁNDEZ-HEREDIA, *op. cit.*, tomo I, p. 216.

²⁵⁵ João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), José Damião RODRIGUES e Pedro Aires OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 133.

²⁵⁶ Consuelo VARELA, *op. cit.*, p. 170: Trata-se de um documento publicado por Antonio Rumeu de Armas, («Un escrito desconocido de Cristóbal Colón: El Memorial de la Mejorada», Madrid, 1972, p. 50) para quem esta cópia é uma espécie de relatório reservado, escrito por Cristóvão Colon, para assessorar os Reis Católicos nas suas argumentações junto da Coroa de Portugal, face às violações das capitulações fundamentais previstas no Tratado de Tordesilhas; Luís Filipe THOMAZ, *Cristóvão Colón. Português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?*, p. 522.

uma cópia e sugerindo ao monarca: «(...) e ainda aquilo nom seja verdade como me parece todavia deve-o Vossa Alteza de mandar ver por cosmógrafos porque também os teólogos veem o Alcorão (...)».²⁵⁷

Em primeiro lugar, assinala-se a inverosimilhança da data do *Memorial de la Mejorada*, dado que em julho de 1497 foi o momento em que Vasco da Gama partiu de Lisboa com a sua armada para a Índia, incoerente com a afirmação do autor do documento que expressa inequivocamente no final, que o rei D. Manuel I navegou para além do cabo da Boa Esperança, na Arábia, Pérsia e Índia e ainda que tinha passado a raia da parte de poente.²⁵⁸ Independentemente da questão da datação do documento, que pode ter várias explicações, importa reter que o autor do mesmo, tudo indica que fosse Cristóvão Colon, reconhece o alcance do Oriente pelas navegações portuguesas face ao malogro das suas duas primeiras expedições ao Ocidente, em busca do ouro, riquezas e especiarias. Paralelamente, o texto faz menção ao cumprimento que o falecido rei D. João II fez de não passar o limite do cabo da Boa Esperança, facto que na interpretação do autor, não foi observado por D. Manuel I.²⁵⁹ O plano da Índia tinha sido bem guardado por D. João II e muito provavelmente, a sua doença mortal e as negociações de Tordesilhas, não permitiram antecipar a concretização desse plano. De facto, o argumento em causa expressa claramente a noção da esfericidade da Terra, dominada sem dúvida, pelos cosmógrafos e navegadores, constante na mesa de negociações de Tordesilhas, que permitiu definitivamente crer na possibilidade da navegação para o Oriente, fosse pelo levante ou pelo poente. Faltava no entanto, conferir experimentalmente a exequibilidade da circum-navegação.

Os projetos das Índias de Cristóvão Colon não estavam a correr de feição, em oposição ao sucesso que os portugueses empreendiam rumo ao Oriente.²⁶⁰ Em carta dirigida em 1500, à ama do príncipe D. Juan de Castela, de seu nome D. Juana de la Torre, quando regressava das Índias na condição de prisioneiro, o almirante expressa o seu estado emocional face ao desenrolar dos acontecimentos. Numa passagem dessa carta, declara-se como o autor do *Memorial de la Mejorada*, em qual documento

²⁵⁷ Gavetas da Torre do Tombo, IX, p. 203, in Vasco Graça MOURA, *Tratado de Tordesilhas*, Lisboa, Banco Bilbao Viscaya, 1994, p. 50.

²⁵⁸ Vasco Graça MOURA, *op. cit.*, p. 50.

²⁵⁹ Consuelo VARELA, *op. cit.*, pp. 170-176.

²⁶⁰ Alfredo Pinheiro MARQUES, *Portugal e o Descobrimento Europeu da América, Cristóvão Colombo e os portugueses*, 2ª Edição, Mem Martins, Círculo de Leitores, 1992, pp. 82-83.

identifica claramente a questão da repartição do mar e terra com os portugueses que declarou por escrito no mosteiro da Mejorada.²⁶¹

Esta carta extensa dirigida a D. Juana de la Torre foi escrita na caravela que levava Colon preso de Santo Domingo para Castela, sendo reveladora de um estado psicológico fragilizado, desmotivado e demonstrativo de alguma resignação. D. Juana de la Torre mereceu-lhe uma confiança particular, expressando que foi com muito amor que veio servir os Reis Católicos e que foi acusado falsamente e com malícia de pretender oferecer as Índias ao rei D. João II de Portugal, quando regressou da primeira viagem ao Novo Mundo.²⁶² Cristóvão Colon demonstrava assim a sua fidelidade aos Reis Católicos, porém é conveniente lembrar que após este episódio de ter regressado em algemas para Castela, que o rei D. Fernando e a rainha D. Isabel ordenaram a nomeação de todos os representantes de Colon nos negócios das Índias, com a condição de serem castelhanos de nascimento.²⁶³

Para reforço do papel representativo do sucesso do plano da Índia, num contexto estratégico ibero-atlântico, entenda-se a dimensão e o significado da segunda viagem de Vasco da Gama para a Índia, iniciada em abril de 1502. Esta constitui o referencial que marca o início da política de imperialismo marítimo português, cuja missão tinha como finalidade, impor a autoridade do rei de Portugal por intermédio de ações jurisdicionais e militares traduzidas pelo elevado poder naval de Portugal.²⁶⁴ O alcance desta crucial missão lusa foi desde logo bem interpretado pelos Reis Católicos, conforme testemunha uma troca de correspondência entre Cristóvão Colon e os monarcas. Na carta dirigida aos soberanos Católicos, em 26 de fevereiro de 1502, Colon requer autorização para passar pela ilha Hispaniola, no âmbito da preparação da sua quarta viagem a terras do Ocidente, em maio de 1502. Recebeu a resposta a 14 de março de 1502, ou seja, cerca de um mês antes da partida de Vasco da Gama, na qual os Reis Católicos demonstram a partilha de informação com o rei D. Manuel I, sobre as iminentes viagens que iriam realizar-se em direção a poente e a levante. Nela são manifestas as salvaguardas

²⁶¹ John Boyd THACHER, *op. cit.*, p. 429.

²⁶² Ibidem, pp. 424-425 e p. 428.

²⁶³ Consuelo VARELA e Isabel AGUIRRE, *op. cit.*, p. 46.

²⁶⁴ João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), José Damião RODRIGUES e Pedro Aires OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 92.

amistosas no caso destes distintos capitães se cruzarem em derrota comum, o que é revelador dos esforços de manutenção da paz ibérica.²⁶⁵

Na derradeira viagem de Cristóvão Colon existem todos os indícios, de finalmente, a sua conceção geográfica da Ásia, ter sofrido uma transformação significativa. Em carta de sete de julho de 1503 enviada aos Reis Católicos, Colon dava conta da existência das minas de ouro e de outras mercadorias de grande riqueza e valor. Mas sobretudo revela finalmente, a sua noção de ter atingido a massa continental do Novo Mundo e a proximidade a um outro mar separado por um istmo, se continuasse na direção de Veragua para Ciguare. O navegador comparou esta descrição geográfica com Fuenterrabia, no golfo da Biscaia, em relação a Tortosa, na costa do Mediterrâneo e ainda com Pisa, no mar da Ligúria, em relação a Veneza, no mar Adriático, conforme se ilustra mais amplamente, através da Figura 4 (adaptada de John Boyd Thacher, 1903).²⁶⁶ Segundo informações recolhidas por Cristóvão Colon, se evoluísse nove dias por esse istmo alcançaria outro mar e navegando mais dez dias atingiria a vizinhança do Ganges na Índia ou as proximidades da China, confirmando afinal, que o almirante poderia já não acreditar que tinha alcançado a costa da China de Marco Polo, de Ptolomeu ou de Pompónio Mela.²⁶⁷ Independentemente das suas conceções geográficas e da sua especulação quanto à longitude, na sua última viagem tem a confirmação de ter atingido um extenso continente.

Confrontado com esta certeza de estar perante um istmo, provavelmente que o seu ímpeto persistente em perseguir o tão desejado estreito tenha arrefecido e dado lugar ao objetivo secundário da viagem, que se traduzia na busca de ouro que alimentava o seu projeto espiritual da recuperação da Santa Casa de Jerusalém. A sua sofreguidão pelo ouro estava impregnada de motivações religiosas visíveis no seu franciscanismo.²⁶⁸ A sua esquadra passaria o Natal e o Ano Novo ancorada numa enseada com entrada para um canal chamado Huiva, donde pouco mais de quatro séculos, viria a ser construído o canal do Panamá, sem provavelmente imaginar, que teve nas suas mãos, o passe para o oceano Pacífico.²⁶⁹

²⁶⁵ John Boyd TACHER, *op. cit.*, pp. 574-575.

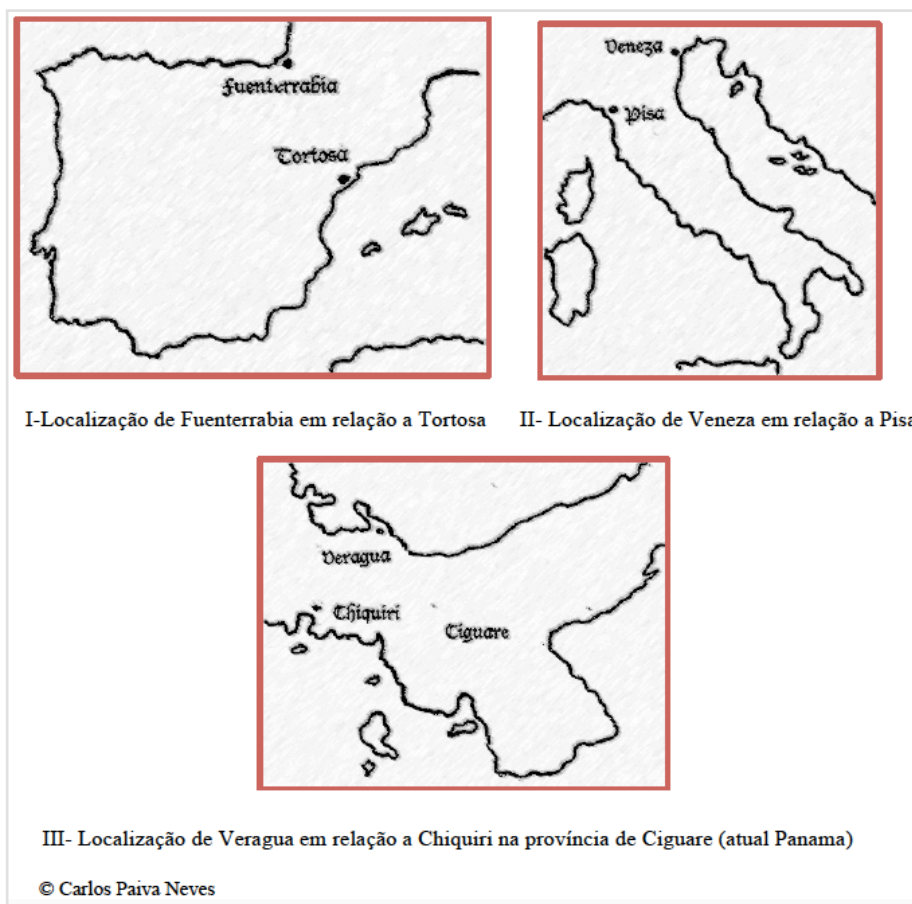
²⁶⁶ Martín Fernandez de NAVARRETE, *op. cit.*, tomo I, p. 299.

²⁶⁷ Ibidem, pp. 590-593.

²⁶⁸ Alain MILHOU, *op. cit.*, p. 113.

²⁶⁹ Samuel Elliot MORISON, *Cristóvão Colombo almirante do Mar-Oceano*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1962, pp. 365-366.

Figura 3 – O istmo de Ciguare: a percepção imperfeita do outro Oceano



A marcha da gestação dos impérios ibéricos demandava a ritmos bem diferenciados. A derradeira viagem de Cristóvão Colon perscrutava inquietamente uma passagem para o longínquo Oriente das especiarias, através da intrincada rede de ilhas, baías, estreitos, golfos e massa continental do Atlântico Centro-Occidental. A sua última missão foi um fracasso porque o tão almejado estreito que daria acesso à região das especiarias não tinha aparecido nessas costas do Novo Mundo e deste modo, o principal objetivo da sua quarta viagem revelou-se completamente malogrado.²⁷⁰ Evidentemente que as perspectivas das empresas marítimas dos portugueses e castelhanos não se focalizavam exclusivamente no desenvolvimento de novas redes promotoras do comércio de especiarias.²⁷¹ Havia também um ímpeto de aventura demandado pelo fulgor de conhecimento, tão característico dos ambientes renascentistas. Os Reis Católicos tinham confiado a Cristóvão Colon a descoberta das Índias e da extremidade

²⁷⁰ Juan Manzano MANZANO e Ana María Manzano FERNÁNDEZ-HEREDIA, *op. cit.*, tomo II, p. 18.

²⁷¹ Serge GRUZINSKI, *A Águia e o Dragão, Portugueses e Espanhóis na Globalização do século XVI*, Lisboa, Edições 70, Almedina, 2015, p. 81.

do Oriente, da China de Marco Polo, uma ideia imbuída na mente do navegador, a qual não deve ser dissociada da missão levada a cabo em 1515, pelo primo português de Colon, Rafael Perestrelo, que saindo de Malaca, desembarcava em Cantão e regressava a Lisboa em 1518, concluindo o ciclo da viagem marítima entre Portugal e a China.²⁷² Relembra-se que a conclusão desta viagem de Rafael Perestrelo ocorreu no ano anterior à partida de Fernão de Magalhães para aquela que viria finalmente encontrar o Extremo Oriente, navegando de Castela para Poente.

O império territorial castelhano estava a ser percecionado sem o comércio das especiarias, ao passo que o império marítimo português ia confirmando o seu estatuto de potência comercial no Levante. Como prova desta condição, em 1504, Veneza assistiu ao impacto negativo provocado pelas ações portuguesas levadas a efeito na boca do mar Roxo e no Índico que afetaram fortemente a sua rede comercial mediterrânica. Nesta conjuntura, Veneza intentou uma aproximação com o rei D. Manuel I para concretizar um acordo secreto com o reino de Portugal, por intermédio do judeu sefardita Isaac Abravanel.²⁷³ Face ao fracasso deste plano, Veneza entregou recursos militares ao sultão para responder às conquistas do monarca português. O rei Fernando, o Católico, estava a par destes movimentos mas assumiu uma atitude neutral, na expectativa de obter proveitos.²⁷⁴

Sobre Isaac Abravanel refira-se que Veneza foi o seu último retiro, depois de um longo período errante, marcado pela condenação à pena de morte, juntamente com o seu tio José Abravanel, no âmbito do processo das conspirações contra D. João II de 1485, por ambos terem emprestado dinheiro aos conspiradores.²⁷⁵ A família Abravanel era proveniente de Sevilha e alguns dos seus membros desempenharam funções na vida pública em Lisboa, como foi o caso de José Abravanel, em 1464.²⁷⁶ Este Abravanel tinha administrado financeiramente alguns bens de D. Diogo, duque de Viseu, irmão do rei D. Manuel I, facto que poderá explicar a escolha de Isaac Abravanel para mediar aquele processo diplomático entre Portugal e Veneza, com o objetivo de obter

²⁷² Ibidem, p. 80.

²⁷³ Jerónimo ZURITA, *Historia del rey Hernando el Catolico: de las Empresas e Ligas de Italia*, vol. V, cap. LXXX, Zaragoza, 1610, fol. 342, in Juan Manzano MANZANO e Ana María Manzano FERNÁNDEZ-HEREDIA, *op. cit.*, tomo II, p. 6.

²⁷⁴ Istvan Szászdi LEÓN-BORJA, *La Casa de la Contratación de Sevilla y sus hermanas indianas*, pp. 114-115; João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I*, p. 147.

²⁷⁵ Manuela MENDONÇA, *Problemática das conspirações contra D. João II*, Lisboa, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, vol. 5, 1984-85, p. 40.

²⁷⁶ Maria José Pimenta Ferro TAVARES, *Judeus e Conversos Castelhanos em Portugal*, Separata de Anales de la Universidad de Alicante, nº 6, Departamento de História Medieval, 1987, pp. 343-344.

consensos sobre o comércio mundial.²⁷⁷ Ainda é relevante o facto de D. Manuel I ter mandado pagar 800.000 reais ao cristão Henrique Fernandes Abravanel, herdeiro de seu avô Ya Abravanel e de seu tio Judá Abravanel, como resgate de dívidas que tinham sido deixadas pelo duque de Viseu.²⁷⁸ Certamente que estes membros da família Abravanel detinham um conhecimento profundo dos circuitos financeiros europeus e neste contexto, identifica-se uma relação de confiança com um grande investidor dos projetos ultramarinos de Portugal, concretamente, o florentino Bartolomeu Marchioni. Isaac Abravanel e mestre Moisés Latam creditaram 200 ducados de câmara, em 1475, em nome de Afonso Rodrigues, estudante em Perúcia, cujo intermediário foi Bartolomeu Marchioni.²⁷⁹ Este florentino iniciou a sua ação em Portugal, ainda no reinado de D. Afonso V e participou no financiamento das armadas da Índia, nos primórdios do século XVI.²⁸⁰ No final do século XV, na Europa e particularmente nas repúblicas italianas de Génova, Florença e Veneza tinha aumentado a curiosidade e interesse pelo que acontecia na Península Ibérica relativamente à expansão.²⁸¹ Neste período, a colónia italiana era a mais significativa na Península Ibérica, não só por ser a mais numerosa como aquela que tinha maior robustez financeira.²⁸²

Seguidamente, apresenta-se uma análise ao documento que ficou conhecido como *El Memorial Português de 1494* (Apêndice B), graças ao esforço dos investigadores István León-Borja e Katalin Klimes-Szmik, considerada uma peça documental coeva, essencial para a explanação do presente tema e cujas referências são praticamente inexistentes na historiografia portuguesa.

²⁷⁷ Benzion NETANYAHU, *Dom Isaac Abravanel, Estadista e Filósofo*, Coimbra, Tenacitas, 2012, pp. 131-132.

²⁷⁸ ANTT, Corpo Cronológico, parte 1ª, maço 10, nº 165, in Maria José Pimenta Ferro TAVARES, *art. cit.*, p. 345.

²⁷⁹ Virginia RAU, *Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV*, in *Do Tempo e da História*, vol. V, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1972, pp. 87-88, in Maria José Pimenta Ferro TAVARES, *art. cit.*, p. 345.

²⁸⁰ João Paulo Oliveira e COSTA, *Reis de Portugal, D. Manuel I*, p. 173.

²⁸¹ *Ibidem*, p. 68.

²⁸² Consuelo VARELA, *Retrato de un hombre*, Madrid, Alianza Editorial S. A., 1992, p. 123; Ver também Nunziatella ALESSANDRINI, *Os Italianos na Lisboa de 1500 a 1680: das hegemonias florentinas às genovesas*, Tese de dissertação de doutoramento em História Moderna, Universidade Aberta, vol. I, 2009.

Capítulo II: *El Memorial Portugués de 1494: a outra percepção dos impérios*

(...) El terçero titulo de adquirir hy eredar hy ssanto hy verdadero, es tomar la tierra e ssenhorio all tirano e malo [D. João II] i dar i fazer vengança dell a los por ell injustamente oprimidos hy perseguidos, hy aver a lo tal tirano [D. João II] hy quebrantador de la ley, hy de la justiçia hy verdat que es Dios hy ssu enemigo que le ell lhama por propio enemigo hy rrestituir a los por el injustamente tratados hy perseguidos i rrobados en lo ssuyo i darles vengança dell i tomarle la tierra que ssenhorea i tiraniza i ponelha en justiçia, de aquesto esta lhena toda nuestra Sagrada Escritura (...)²⁸³

II. 1. Os fundamentos imbricados do memorialista

O memorialista demonstra ser natural de Portugal, por sua própria confissão e denota claramente uma proximidade com os membros da Casa Real, dotado de amplos conhecimentos sobre a geografia da época, dos assuntos internos de Portugal e da atividade exploratória dos portugueses em terras de África.²⁸⁴ É fundamental desde já referenciar que este documento não se encontra datado nem assinado, sendo contudo exequível, extrapolar sobre a natureza do seu autor e a sua contextualização temporal. Trata-se de um manuscrito dirigido à rainha Isabel a Católica e evidencia que o seu autor é um português desagradado com o seu rei D. João II. O memorialista demonstra desejos de vingança e uma grande revolta contra o monarca português, em nome daqueles que foram perseguidos, oprimidos e destituídos dos seus bens, claramente relacionados com a Casa de Bragança.²⁸⁵

Ainda como príncipe, o filho do rei D. Afonso V foi testemunhando o poder ascendente dos grandes senhores do reino, com especial relevo para o duque de Bragança que não viu com bons olhos o projeto político joanino posto em prática a partir de 28 de agosto de 1481.²⁸⁶ Não é de descartar a simpatia que D. João II nutria com a regência de seu avô materno, o infante D. Pedro, de cuja governação já tinham sido opositores os membros da Casa de Bragança e que acabou com o desfecho de Alfarrobeira. Para contextualização do quadro emocional que conformou a educação do príncipe D. João, assinala-se também a morte prematura de sua mãe, D. Isabel de Coimbra, filha do infante D. Pedro. Neste sentido, aceita-se a influência que exerceu a

²⁸³ BNP, Reservados, Cód. 2912 A, fol. 38; BNP Reservados, Cód. 2913 A, p. 131 (transliterado).

²⁸⁴ István Szászdi LEÓN-BORJA, *Las paces de Tordesillas en peligro*, pp. 118-119.

²⁸⁵ BNP, Reservados, Cód. 2912 A, foll. 39-42; BNP Reservados, Cód. 2913 A, pp. 132-133 (transliterado).

²⁸⁶ Maria Helena da Cruz COELHO, *O Final da Idade Média*, in José TENGARRINHA (org.), *História de Portugal*, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração e Editora Universidade Estadual Paulista, Lisboa, Instituto Camões, 2000, pp. 19-20.

sua tia D. Filipa, filha do infante D. Pedro e portanto irmã de D. Isabel de Coimbra para que o príncipe D. João vingasse a morte do seu avô, mostrando inclusivamente ao seu sobrinho, a camisa ensanguentada que D. Pedro vestia quando foi morto na batalha de Alfarrobeira.²⁸⁷ Ao avivar estas memórias, D. Filipa promovia a dor e fomentava o ódio, na busca de discórdia entre o príncipe D. João e o duque, procurando o desejado castigo para a Casa de Bragança.²⁸⁸ Esta condenação chegaria em junho de 1483 com a decapitação do 3º duque de Bragança e no ano seguinte seria morto D. Diogo, duque de Viseu, pelas próprias mãos do rei D. João II, aureolado por uma imagem de Messias consubstanciada no lema «por sua ley e por sua grey».²⁸⁹ Humberto Baquero Moreno referiu que o júri que decidiu a condenação do duque de Bragança poderia eventualmente ter levado em consideração as condições que obedeciam a um desejo de vingança pela morte do infante D. Pedro em Alfarrobeira. No entanto este historiador adiantou que esta leitura não corresponde aos factos, apesar de aceitar que esse pensamento poderia estar dissimulado na mente de D. João II.²⁹⁰

Convém estabelecer que os principais conspiradores contra D. João II, D. Diogo seu cunhado e D. Fernando II, 3º duque de Bragança eram representantes das duas famílias mais poderosas do reino, respetivamente descendentes do duque de Viseu, D. Fernando, filho do rei D. Duarte, e de D. Afonso de Bragança, filho bastardo de D. João I.²⁹¹ As circunstâncias que levaram D. João II a encetar este processo persecutório estão relacionadas com a correspondência que o duque de Bragança mantinha com os Reis Católicos, através da qual se veiculavam informações contrárias à política dirigida por D. João II.²⁹² Os assuntos versados nesta troca de correspondência estão diretamente relacionados com a dissolução do tratado das Terçarias, com a integração do reino de Portugal no reino de Castela e com a revelação do segredo da Mina,²⁹³ sendo que estes

²⁸⁷ Manuela MENDONÇA, *Problemática das conspirações contra D. João II*, p. 31.

²⁸⁸ António Caetano de SOUSA, *op. cit.*, tomo V, 1948, p. 244, in Manuela MENDONÇA, *Problemática das conspirações contra D. João II*, p. 31.

²⁸⁹ Maria Helena da Cruz COELHO, *O Final da Idade Média*, pp. 25-26.

²⁹⁰ Humberto Baquero MORENO, *A conspiração contra D. João II, O julgamento do Duque de Bragança*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pp. 50-51.

²⁹¹ Manuela MENDONÇA, *Problemática das conspirações contra D. João II*, p. 33.

²⁹² Rui de PINA, *Chronica d'El Rey Dom João II*, pp. 42-52, in Manuela MENDONÇA, *Problemática das conspirações contra D. João II*, p. 33.

²⁹³ ANTT, Gaveta 2, maço 2, nº 2, publicado por Anselmo Braamcamp FREIRE, *As conspirações no reinado de D. João II*, AHP, vol. I, Lisboa, 1903, in Humberto Baquero MORENO, *A conspiração contra D. João II, O julgamento do Duque de Bragança*, p. 50.

dois últimos tópicos constituem uma centralidade na mente do memorialista, sobretudo a cobiça das riquezas de S. Jorge da Mina.²⁹⁴

O comportamento do memorialista insere-se numa perspetiva feudal, onde o que importava eram as alianças com aqueles que partilhavam dos mesmos interesses, independentemente da fidelidade que deveriam devotar ao seu monarca. Estas famílias estabelecem uma relação muito estreita com os Reis Católicos, na prossecução de objetivos particulares, despidos da ideia de nacionalismo.²⁹⁵

Do memorial ressaltam três ideias centrais: a dissuasão dos projetos das Índias de Cristóvão Colon e da conquista de Melila; incentivo à conquista do reino de Fez e consequentemente, da obtenção de proveitos decorrentes do comércio da Guiné; e finalmente, a explanação das razões histórico-jurídicas para o direito ao trono lusitano, da rainha Isabel, e a argumentação intrínseca à tirania de D. João II.²⁹⁶ O memorialista demonstra um conhecimento aprofundado sobre as atividades dos portugueses na região da Guiné e no Norte de África, assumindo a sua vasta experiência como navegador por todas as partes conhecidas à navegação, incluindo as paragens nórdicas, afirmando que esteve presente em Ceuta, facto que se justifica mais por razões militares do que por motivações comerciais.²⁹⁷ O documento denuncia claramente o fracasso do projeto de Cristóvão Colon, sob a perspetiva financeira, através do qual, D. João II dissimulou um permanente jogo de interesses para manter os Reis Católicos convencidos do sucesso e benefícios deste projeto.²⁹⁸ Neste capítulo, o memorialista teria as suas razões. Após 1496 perfilou-se uma oposição a Cristóvão Colon por parte das elites andaluzas, sobretudo comerciantes e homens esclarecidos.²⁹⁹ O projeto colonino não tinha ainda respondido aos interesses da conquista e às aspirações comerciais tão ansiadas pela escola de Castela e proliferavam as queixas silenciosas sobre os investimentos avultados aplicados neste projeto, cujo retorno era pouco expressivo até então.³⁰⁰ No quadro desta imbricação existe um facto assaz importante, relacionado com a atitude decidida de D.

²⁹⁴ BNP, Reservados, Cód. 2912 A, foll. 8-12; BNP Reservados, Cód. 2913 A, pp. 122-123 (transliterado).

²⁹⁵ Manuela MENDONÇA, *Problemática das conspirações contra D. João II*, p. 33.

²⁹⁶ István Szászdi LEÓN-BORJA e Katalin KLIMES-SZMIK, *op. cit.*, pp. 10-11.

²⁹⁷ Ibidem, p. 25.

²⁹⁸ Ibidem, pp. 101-102.

²⁹⁹ Demetrio Ramos PÉREZ, *Las elites andaluzas ante el descubrimiento colombino: La acogida en el retorno y la crítica sobre lo descubierto*, Granada, Excma. Diputación Provincial, 1983, pp. 50-51, in István Szászdi LEÓN-BORJA e Katalin KLIMES-SZMIK, *op. cit.*, p. 59.

³⁰⁰ Andrés BERNÁLDEZ, *Historia de los Reyes Católicos*, cap. 131, in Martín Fernández de NAVARRETE, *op. cit.*, tomo I, p. LXVII e Andrés Maria MATEO, *op. cit.*, p. 100.

Álvaro de Bragança de tomar conta das rendas e dos assuntos das Índias, em finais de 1502, fornecendo um parecer favorável para que se fizessem as viagens de descobrimento à costa das Pérolas.³⁰¹ Este facto vem demonstrado na carta de Cristóbal Guerra, navegador e comerciante espanhol, dirigida a D. Álvaro de Portugal, em 28 de setembro de 1503, dando conta da capitulação que determinava a viagem à região compreendida entre a foz do rio Orinoco e a baía de Santa Marta na atual Colômbia. O autor deste documento expressa claramente a sua preocupação sobre a desmotivação e pouca atratividade que estas viagens representavam para as gentes de Andaluzia.³⁰² Cristóbal Guerra esperava a influência de D. Álvaro de Bragança para animar as gentes Andaluzas a participarem nesta viagem.³⁰³

No alvorecer do século XVI, o ritmo da afirmação do império castelhano contrastava com o sucesso da construção do império marítimo português. O plano estratégico no Índico, sob a direção do rei D. Manuel I, a partir de 1502, evoluía segundo duas orientações: alicerçar o comércio das especiarias e controlar as redes comerciais dos muçulmanos.³⁰⁴ No que respeita à estratégia relativamente ao Novo Mundo, depois de 1500, assistiu-se à destituição de Cristóvão Colon do cargo de Vice-rei para ter início um novo ciclo diretivo sob a responsabilidade de Nicolás de Ovando.³⁰⁵ Este comendador veio substituir no cargo de governador, Francisco de Bobadilla, conforme nomeação real de três de setembro de 1501, com amplos poderes administrativos e sob apertado controlo das autoridades reais, no contexto de uma conjuntura muito difícil que se vivia na ilha Hispaniola.³⁰⁶ Anos mais tarde, o rei Fernando, o Católico, viria a expressar o seu desagrado com a governação de Cristóvão Colon, referindo explicitamente a ausência de proveitos provenientes dessa ilha, através de carta real de 23 de fevereiro de 1512,³⁰⁷ dirigida a Diogo Colon, filho do almirante e de Filipa Moniz Perestrelo.

Sobre a argumentação da data do documento atribuída pelos historiadores István

³⁰¹ Juan GIL, *op. cit.*, p. 30.

³⁰² Martín Fernandez de NAVARRETE, *op. cit.*, tomo II, 1859, pp. 325-328.

³⁰³ AGI, Patronato Real 26, R. 3, in Juan GIL, *op. cit.*, p. 47 (Nota 66).

³⁰⁴ João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), José Damião RODRIGUES e Pedro Aires OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 106.

³⁰⁵ Juan GIL, *op. cit.*, pp. 30-31.

³⁰⁶ Esteban Mira CABALLOS, *Nicolás de Ovando y los orígenes del sistema colonial español, 1502-1509*, Centro de Altos Estudios Humanistas y del Idioma Español, Santo Domingo, Patronato de la Ciudad de Santo Domingo, 2000, p. 42.

³⁰⁷ Real Cédula a Diego Colón, Burgos, 23 de fevereiro de 1512, AGI, Indiferente General 418, L. 3, ff. 249v-252, in Esteban Mira CABALLOS, *op. cit.*, p. 42.

León-Borja e Katalin Klimes-Szmik, não merece qualquer objeção porque os factos correlacionados apontam para critérios verosímeis e coerentes. Quanto à potencial autoria do documento, atribuída por aqueles investigadores, a D. Pedro de Noronha, mordomo-mor de D. João II, os factos já não oferecem uma firmeza argumentativa. O memorialista demonstra uma total revolta para com o monarca, classificando-o de tirano e incitando a comportamentos de vingança em defesa daqueles que foram injustiçados pelo rei de Portugal. Em primeiro lugar, sob o ponto de vista cronológico, o ano de 1494 atribuído ao memorial não é compatível com a documentação que aponta o ano de 1492 para a morte de D. Pedro de Noronha. Este nobre exerceu o cargo de mordomo-mor de D. João II, comendador da Ordem de Santiago e do seu Conselho, até à sua morte, ocorrida em 1492.³⁰⁸ D. Pedro de Noronha desempenhou essas funções desde 20 de outubro de 1475, data determinada pelo recebimento de 20.000 reais brancos de tença, com início em janeiro de 1476.³⁰⁹ Depois de D. João II ter sido aclamado rei de Portugal, D. Pedro de Noronha mereceu a sua confiança que o manteve durante toda a sua vida como mordomo-mor, tendo ainda sido nomeado comendador-mor da Ordem de Santiago, em quatro de julho de 1487.³¹⁰ Em quatro de setembro de 1487, D. João II fez-lhe doação do senhorio da vila de Vilar Maior, intitulando-o seu muito amado sobrinho, o que demonstra a afeição que o monarca nutria por este nobre.³¹¹ Mas em 14 de fevereiro de 1492, D. Pedro de Noronha já seria falecido, conforme carta de doação da vila do Cadaval, a seu filho D. Martinho de Noronha, na qual vem referido: «D. Pedro de Noronha, meu sobrinho, que Deus haja, e nosso mordomo mor que foi».³¹² Apesar das razões bem sustentadas por Istvan León-Borja e Katalin Klimes-Szmik, na identificação de D. Pedro de Noronha como o melhor candidato para a autoria do documento, a incompatibilidade cronológica sobrepõe-se com evidência.

³⁰⁸ António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Desde a sua origem até o presente. Com as Famílias Illustres que procedem dos Reys e dos Sereníssimos Duques de Bragança*, tomo III, Lisboa, Joseph António da Sylva, 1737, p. 125.

³⁰⁹ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 6º, fl.95 v., in Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Livro Segundo, 2ª edição de Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921-1930, Lisboa, INCM, 1973, p. 78.

³¹⁰ ANTT, *Livro 4º de Místicos*, fl. 53 v., in Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Livro Segundo, pp. 78-79.

³¹¹ ANTT, *Chancelaria de D. João II*, livro 21º, fl. 35 v., in Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Livro Segundo, pp. 78-79.

³¹² ANTT, *Livro 10º da Estremadura*, fl. 131 v., in Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Livro Segundo, p. 79.

Segundo o referido memorial, D. Álvaro de Bragança estava a par dos acontecimentos, concretamente, da audiência feita ao Papa Inocêncio VIII, em 1485,³¹³ não constituindo grande motivo de admiração, na sua qualidade de presidente *do Consejo Real y Alcaide de los Reales Alcázares de Sevilla*.³¹⁴

O memorialista também confessa ter estado presente na audiência ao Papa Inocêncio VIII e na presença de D. Jorge da Costa, cardeal de Portugal.³¹⁵ Esta embaixada enviada ao Papa Inocêncio VIII, para além de D. Pedro de Noronha, contou também com a presença do Doutor Vasco Fernandes de Lucena, Rui de Pina, fidalgos, cavaleiros e outros membros da nobreza, qual comitiva apresentou uns pedidos em nome do rei D. João II que foram graciosamente satisfeitos, por intermédio de D. Jorge da Costa, servidor de confiança de Inocêncio VIII.³¹⁶ Segundo a crónica de Rui de Pina, no que concerne à composição desta embaixada, torna-se evidente que são vários os potenciais candidatos à autoria do *Memorial Português de 1494*.

O cardeal de Portugal, conhecido por cardeal Alpedrinha, também merece uma breve referência. D. Jorge da Costa desde cedo que tomou algum receio de D. João II, mesmo ainda quando este era príncipe, o que o motivou a partir para Roma em 1479 e nunca mais regressou ao reino.³¹⁷ De acordo com o testemunho de Duarte Nunes de Leão, na crónica do rei D. Afonso V, quando o então príncipe D. João passeava na marginal em Santos, juntamente com o 3º duque de Bragança e o cardeal D. Jorge da Costa, pediu conselho sobre a receção que deveria prestar a seu pai, o rei D. Afonso V.³¹⁸ O duque D. Fernando aconselhou-o então a recebê-lo como rei e como pai, ao que o príncipe respondeu com um lançamento brusco de uma pedra ao mar. Assistindo a este comportamento, o cardeal D. Jorge da Costa respondeu: «eu vos asseguro que ela não me dará na cabeça» e passado pouco tempo deu início ao seu périplo pela Cúria Romana.³¹⁹ O príncipe D. João nunca prestou muita satisfação com a personalidade de D. Jorge da Costa, nem tão pouco concordava com as reverências que seu pai D. Afonso

³¹³ BNP, Reservados, Cód. 2912 A, foll. 31-32; BNP Reservados, Cód. 2913 A, p. 129 (transliterado).

³¹⁴ István Szászdi LEÓN-BORJA, *La Casa de La Contratación de la Coruña en el contexto de la política regia durante el reinado de Carlos V*, La Coruña, Anuario da Facultade de Dereito da Universidade da Coruña, 12, 2008, p. 907.

³¹⁵ István Szászdi LEÓN-BORJA e Katalin KLIMES-SZMIK, *op. cit.*, p. 25.

³¹⁶ Rui de PINA, *Chronica d'El Rey Dom João II*, pp. 66-67.

³¹⁷ Humberto Baquero MORENO, *Uma carta do cardeal Alpedrinha ao Príncipe D. João sobre a situação política da Itália em 1480*, Separata da Revista de História, vol. I, Porto, Universidade Livre de Portugal, 1984, p. 9.

³¹⁸ Manuela MENDONÇA, *Problemática das conspirações contra D. João II*, p. 45.

³¹⁹ *Ibidem*.

V fazia a este prelado.³²⁰ Apesar de certa conflitualidade na relação entre D. João II e o cardeal Alpedrinha, regista-se a privança que este prelado gozou com os Papas Sixto IV, Inocêncio VIII, Alexandre VI e Júlio II, tendo sido relevante para a eleição de Inocêncio VIII, merecendo as seguintes palavras de Júlio II, no momento da posse da cadeira de S. Pedro: «Amigo esta cadeira a vós se devia e vós ma destes; eu serei Papa no nome e vós na realidade».³²¹ Pouco antes de sua morte, o rei D. João II consciente de um sentimento de arrependimento e no quadro de um ato de contrição, deixou escrito um pedido de perdão ao cardeal D. Jorge da Costa, à rainha D. Leonor, sua esposa e à infanta D. Beatriz, sua sogra.³²² Não constituindo objetivo desta dissertação o aprofundamento da vida e dos feitos do cardeal D. Jorge da Costa, releva-se o interesse do estudo desta figura, no contexto do período relativo à perceção do Império Português, particularmente nas negociações de Tordesilhas, cujos objetivos em prol dos interesses preconizados por D. João II contaram com a proteção inabalável do cardeal Alpedrinha, no seio da cúria papal.³²³

Paralelamente, o autor do memorial denuncia uma identidade com a antiga Casa de Borgonha, pelo desdém que expressa ao rei D. João I, fundador da dinastia de Avis, não obstante, demonstrar uma simpatia e proximidade com D. Álvaro de Bragança e com os membros da Casa de Bragança.³²⁴ Este nobre português foi o mais destacado e o mais brilhante da família de todos os nobres exilados em Castela.³²⁵ D. Álvaro de Bragança, inicialmente não foi considerado entre os suspeitos envolvidos na conspiração contra D. João II, de acordo com as crónicas de Garcia de Resende e de Damião de Góis. Mas desrespeitou as ordens régias, contrariando as indicações dadas pelo monarca português, de que não deveria estabelecer-se nem em Castela, nem em Roma mas permanecendo no reino vizinho, onde recebeu o senhorio de Gelves e a alcaidaria-mor de Sevilha, acabando por ser perseguido por D. João II.³²⁶ Apoiou o almirante Cristóvão Colon no diferendo que este teve com o comendador Francisco de Bobadilla quando este destituiu Colon dos seus cargos, em 1500. D. Álvaro de

³²⁰ Garcia de RESENDE, *op. cit.*, cap. XVIII, fl. x-xi.

³²¹ Humberto Baquero MORENO, *Uma carta do cardeal Alpedrinha ao Príncipe D. João sobre a situação política da Itália em 1480*, p. 9.

³²² Rui de PINA, *Chronica d'El Rey Dom João II*, pp. 191-192.

³²³ Manuela MENDONÇA, *D. Jorge da Costa "Cardeal Alpedrinha"*, Lisboa, Edições Colibri, 1991, p. 62.

³²⁴ István Szászdi LEÓN-BORJA e Katalin KLIMES-SZMIK, *op. cit.*, p. 23.

³²⁵ Juan GIL, *op. cit.*, p. 26.

³²⁶ Garcia de RESENDE, *op. cit.*, cap. XLIII, foll. xxvi v.-xxvij, in João Paulo Oliveira e COSTA, *O conde de Tentúgal e a linhagem dos Melos na política ultramarina manuelina*, in João Paulo Oliveira e COSTA, (org.), Vítor Luís Gaspar GOMES, (org.), *op. cit.*, p. 12.

Bragança, ficou de tal modo indignado pelo humilhante trato dado ao seu protegido, que chegou a ameaçar aquele cavaleiro da Ordem de Calatrava.³²⁷ Acresce-se ainda que este nobre foi cunhado da marquesa de Montemor-o-Novo, D. Isabel de Noronha, também exilada em Castela, onde ficou conhecida com o nome de D. Isabel Henriques. Esta nobre enfrentou solitariamente vários anos no desterro em Sevilha, mas permanece um mistério a sua residência definitiva nesta cidade.³²⁸ Entre as amigas de D. Isabel de Noronha ou Henriques, encontrava-se uma mulher chamada Briolanja Moniz, irmã de Filipa Moniz Perestrelo e portanto, cunhada de Cristóvão Colon. Não parece haver qualquer casualidade na movimentação do almirante nesse ambiente português em Sevilha.³²⁹ Excluindo a possibilidade de D. Pedro de Noronha, mordomo-mor de D. João II, ser o memorialista, não deixam de assumir particular interesse, as conexões da família Perestrelo com os Noronhas e por esta via relacionados com Cristóvão Colon. Esta rede de ligações familiares é ainda extensível à Casa de Viseu e de Bragança conforme desenvolvimento no subcapítulo que se segue.

II. 2. Redes familiares na confluência borgonhesa de Trastâmara e Avis

Neste quadro de interações relacionais que revelam, pelo menos, um profundo grau de confiança, toma especial significado histórico, a visita ao convento de Santo António da Castanheira,³³⁰ quando Cristóvão Colon foi prestar reverência e beijar as mãos de D. Leonor, em 11 de março de 1493, a pedido da rainha que havia enviado uma mensagem para que não partisse sem a visitar.³³¹ Este encontro ocorreu na presença do futuro rei D. Manuel I, de D. Martinho de Noronha e do 1º marquês de Vila Real, D. Pedro de Meneses ou Noronha, filho de D. Fernando Noronha, 2º conde de Vila Real.³³² D. Martinho de Noronha, filho de D. Pedro de Noronha, o mordomo-mor de D. João II acompanhou Cristóvão Colon nessa breve passagem por Lisboa e Vale do Paraíso, entre quatro e 11 de março de 1493. Foi este nobre que entregou a Colon, em oito de março

³²⁷ Bartolomé de LAS CASAS, *op. cit.*, tomo 3, p. 256, in Juan GIL, *op. cit.*, p. 162.

³²⁸ Juan GIL, *op. cit.*, p. 39.

³²⁹ Ibidem, p. 162.

³³⁰ Vítor Gomes TEIXEIRA, *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517)*, História, Património, Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa, Porto, Centro de Estudos Franciscanos, 2010, pp. 187-189.

³³¹ Martín Fernandez de NAVARRETE, *op. cit.*, tomo I, pp. 164-165.

³³² Consuelo VARELA e Juan GIL (ed.), *op. cit.*, pp. 136-137: «*El Duque era don Manuel, duque de Béjar, hermano de la Reina, que sería en 1495 Rey de Portugal; el Marqués, don Pedro de Noronha, marqués de Villarreal.*».

desse ano, o pedido de D. João II para que chegasse a Vale do Paraíso, sob o pretexto do tempo não ser favorável para prosseguir viagem na sua caravela.³³³ Assinala-se portanto, a presença dos Noronhas nesta estada de Colon, num ambiente tão particularmente restritivo, o que se pode explicar pelas relações familiares e pelo grau de confiança que era fundamental garantir. Esta proximidade afetiva entre a rainha D. Leonor e os Noronhas, pode ainda ser testemunhada através do diploma de 27 de abril de 1523, dois anos antes da morte da Rainha Velha. Neste documento é feita a doação da alcaidaria-mor de Óbidos a D. Jerónima de Noronha, filha de D. Diogo de Noronha³³⁴, comendador-mor da Ordem de Cristo e alcaide-mor de Óbidos, que foi filho de D. Pedro de Meneses, 1º marquês de Vila Real. Nele se pode observar a afetividade e a proteção que D. Leonor consagrou aos seus «muito prezados primos» Noronhas.³³⁵

Para se alcançar uma visão, o mais ampla possível destas redes familiares, convirá recuar ao tempo da formação da dinastia de Avis, assim como da dinastia de Trastâmara. É sob a alçada destas dinastias que se percecionam e afirmam os impérios ibéricos, que prosseguindo os seus próprios destinos, emergem ambas de relações ilegítimas. A dinastia de Trastâmara é um ramo colateral da antiga Casa de Borgonha, esta parcialmente representada no Quadro 3, onde se observam vários casamentos com a dinastia de Borgonha que vigorava em Portugal. É interessante analisar esta sucessão genealógica, desde Afonso IX de Leão, progenitor de Fernando III ou São Fernando, seguindo-se Afonso X, Sancho IV, Fernando IV, Afonso XI e Pedro I.³³⁶ Pois é precisamente sobre São Fernando que se pretende estabelecer uma relação focalizada com os Noronhas e Cristóvão Colon. A descendência masculina de D. Afonso

³³³ Consuelo VARELA, *Cristóbal Colón, Textos y documentos completos*, 2ª edição, 1984, p. 136, in Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, p. 490.

³³⁴ Felgueiras GAYO, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. VII, tomo XXI, Impressão do original manuscrito existente na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, Braga, Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941, p. 145; CHAM, *Genealogias*. [Consultado em 21/11/2016]. Disponível em

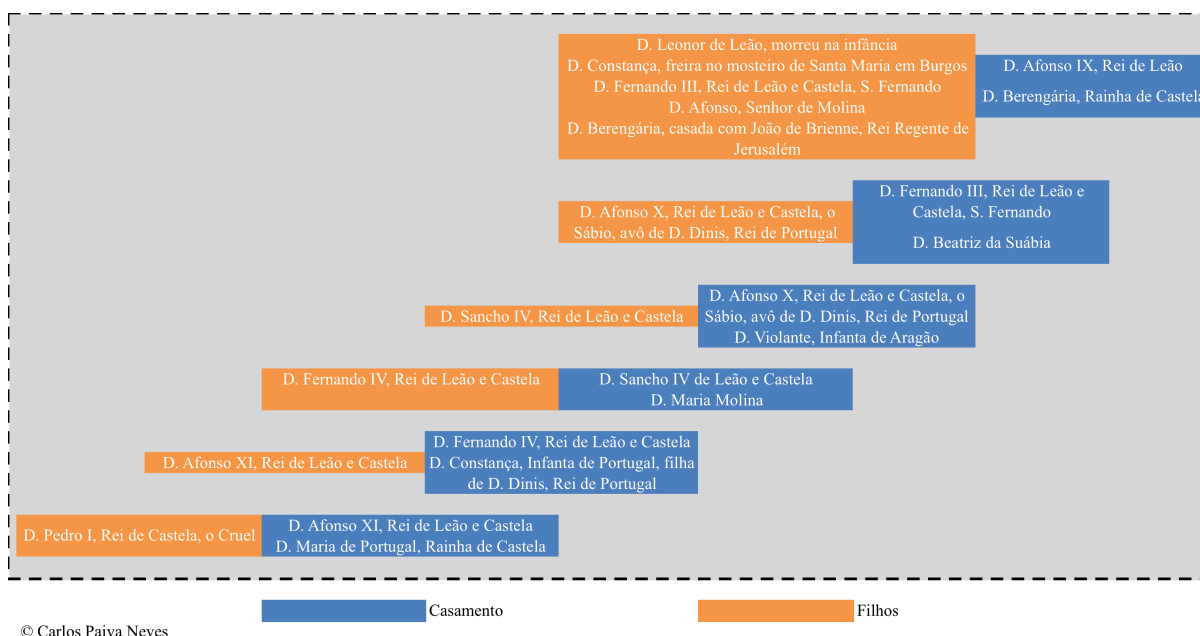
http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/GEN/P%Elginas/Pag_ANoronha/ANoronha13_Todo.htm

³³⁵ DGA/TT, *Chancelarias Régias, D. João III*, Livro 72, fl. 106, in Miguel Metelo de SEIXAS e João Bernardo GALVÃO-TELLES, *A pedra de armas do paço dos alcaides-mores de Óbidos: uma memória heráldica*, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos da Universidade Lusíada de Lisboa, Edição do Município de Arcos de Valdevez, 2001, p. 170. [Consultado em 29/3/2017]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/12619>

³³⁶ Julio Larios MARTIN, *Dinastias reales de España, Geografia politica y eclesiastica*, Madrid, Hidalguia, 1986, pp. 16-18; Maria João Violante BRANCO, *Reis de Portugal, D. Sancho I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 158 e pp. 314-315; José Augusto de Sotto Mayor PIZARRO, *Reis de Portugal, D. Dinis*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p. 307; Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *Reis de Portugal, D. Afonso IV*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p. 307.

Henriques, conde de Noreña e Gijón,³³⁷ que originou a linhagem dos Noronhas em Portugal, constitui-se portadora do mesmo cromossoma Y presente em São Fernando. Releva-se por este facto que a informação genética desta entidade celular mantém-se imutável de pai para filho, salvaguardadas as mutações que naturalmente vão sendo assimiladas.³³⁸ Deste modo, refira-se que a sucessão masculina de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, mantém esse carácter hereditário do rei Fernando III de Castela e Leão. Este monarca faleceu a 30 de maio de 1252, aos 53 anos de idade e foi canonizado a 16 de agosto de 1673, sendo conhecido por São Fernando, que juntamente com São Luís, rei de França e seu primo direito representam o modelo do cavaleiro medieval, cristão destemido e laborioso.³³⁹

Quadro 3 - Dinastia de Borgonha desde Afonso IX, rei de Leão (1188-1230), filho de D. Urraca de Portugal e neto de D. Afonso Henriques



© Carlos Paiva Neves

A dinastia da Trastâmara tem como fundador, Henrique II, filho bastardo do monarca Afonso XI de Leão e Castela, com sua amante Leonor de Guzmán. Após a ocorrência de uma guerra fratricida entre 1366 e 1369, o rei D. Pedro I foi violentamente assassinado, subindo ao trono de Castela e Leão, o seu meio-irmão

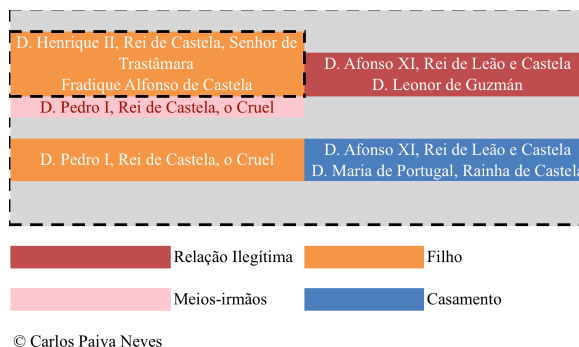
³³⁷ André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, *Uma linhagem ao serviço da «Ideia imperial manuelina», Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia*, in João Paulo Oliveira e COSTA (org.), Vítor Luís Gaspar RODRIGUES (org.), *op. cit.*, pp. 110-122; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Livro Primeiro, pp. 45-48.

³³⁸ Francisco CORTE-REAL e Duarte Nuno VIEIRA, *Princípios de Genética Forense*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 51.

³³⁹ José LEITE (org.) e António José COELHO (rev. e atualiz.), *Santos de Cada Dia*, vol. II, 4ª Edição, Braga, Editorial Apostolado da Oração, 2003, p. 125.

Henrique II de Trastâmara (Quadro 4).³⁴⁰ Henrique de Trastâmara chegou a acusar o seu meio-irmão, o rei Pedro I, de Leão e Castela, de agir como um tirano e traidor, afirmando mesmo que o monarca não era filho de Afonso XI mas de um judeu chamado Pedro Gil.³⁴¹

Quadro 4 – Nascimento da dinastia de Trastâmara



No âmbito deste Quadro 4 merece uma breve nota, o mestre de Santiago de Castela, D. Fradique Alfonso, irmão de Henrique II de Trastâmara, pela importância que assume a sua descendência de almirantes de Castela. D. Fradique Alfonso foi pai de D. Alfonso Henriques, almirante de Castela referenciado no documento I das *Cartas Preuilegios Cedula y otras Escrituras de Dõ xpoual Colon Almirãte Mayor del Mar Oçeano Visorey y Governador de las yslas y Tierra Firme*, vulgarmente conhecido por *Livro dos Privilégios*, que recebeu de seu tio D. João II de Castela, em 17 de agosto de 1416, poderes e jurisdição civil e criminal para o exercício do Almirantado de Castela.³⁴² D. Alfonso Henriques foi o fundador da linhagem dos Henriques da qual descende uma ilustre geração, como se comprova com o exemplo de seu filho D. Fradique Henriques, que também foi almirante de Castela e pai de D. Joana Henriques, mulher de D. João II de Aragão, de quem nasceu D. Fernando II, o Católico.³⁴³ Seguiu-se a D. Fradique Henriques, no comando do Almirantado de Castela, o seu filho D. Alonso Henriques de Quiñones.³⁴⁴ O referido documento I do *Livro dos Privilégios* é uma carta dos soberanos Católicos datada de 23 de abril de 1497 que conferiu a Cristóvão Colon e aos seus descendentes, os mesmos privilégios que foram

³⁴⁰ Julio Valdeón BARUQUE, *La dinastía de los Trastámara*, Madrid, Fundación Iberdrola, Ediciones El Viso, 2006, pp. 15-22.

³⁴¹ Ibidem, p. 22.

³⁴² John Boyd THACHER, *op. cit.*, pp. 538-539.

³⁴³ Duarte Nunes de LEÃO, *Cronicas DelRey Dõ Ioam de Gloriosa Memoria o I deste nome e dos Reys de Portugal o X e as dos Reys D. Duarte e D. Afonso o V*, cap. XXXIV, Lisboa, Antonio Alvarez Impressor DelRey, 1643, pp. 104-105.

³⁴⁴ Ibidem, p. 104.

reconhecidos ao almirante de Castela, D. Alfonso Henriques, na qualidade de almirante das ilhas e terras descobertas no Mar Oceano.³⁴⁵

A Henrique II sucederam-se outros monarcas que consolidaram a dinastia de Trastâmara no reino de Castela e Leão, seguindo-se João I (1379-1390), Henrique III (1390-1406), João II (1406-1454), Henrique IV (1454-1474) e Isabel I (1474-1504), observando-se a sua entronização na Coroa de Aragão, a partir de 1412, nos reinados de Fernando I (1412-1416), Afonso V (1416-1458), João II (1458-1479) e Fernando II (1479-1516).³⁴⁶ Alguns historiadores espanhóis qualificaram de «revolução Trastâmara», a política matrimonial que promoveu a unificação dos territórios espanhóis, sob o domínio da mesma família, num contexto de promoção de modernidade, tal como representou o casamento entre os Reis Católicos, Isabel I de Castela e Leão e Fernando II de Aragão.³⁴⁷

Veja-se nesta passagem do memorial, como o seu autor privilegia a sucessão de D. Isabel, a Católica, pela via da antiga Casa de Borgonha, ocultando a sua condição dinástica de Trastâmara, ramo nascido ilegítimamente, tal como o de Avis. Como se torna interessante analisar o raciocínio do memorialista, no contexto das alegações genealógicas, sem nunca referir o nome de Henrique II, fundador da dinastia de Trastâmara, reforçando a sucessão a partir do rei D. Pedro I de Castela, último monarca da dinastia borgonhesa de Castela. A mesma linha de pensamento é seguida quanto aos monarcas da dinastia de Borgonha de Portugal, mas dedicando espaço à ilegitimidade do fundador da dinastia de Avis, D. João I, para reafirmar a sua convicção quanto à legitimidade de D. Isabel, a Católica, ao trono de Portugal, pelo motivo do falecimento do rei D. Fernando, último monarca do ramo português da Borgonha.³⁴⁸

É bem patente o conhecimento que o autor do memorial detinha da sucessão das linhagens reais de Portugal e de Castela. Descreve essa linhagem iniciando em D. Pedro I de Castela que casou sua filha D. Constança com João de Gand, duque de Lencastre, progenitores de D. Catarina de Lencastre (meia-irmã de D. Filipa de Lencastre casada com D. João I de Portugal) que casou com Henrique III de Castela, pais de D. João II de Castela, que foi o progenitor de D. Isabel, a Católica, considerada pelo memorialista, a

³⁴⁵ John Boyd THACHER, *op. cit.*, p. 536.

³⁴⁶ Esteban Sarasa SÁNCHEZ, *Casa de Trastâmara*, in Miguel Artola GALLEGÓ (dir.), *Enciclopedia de Historia de España*, vol. IV, Diccionario biográfico, Madrid, Alianza Editorial, 1991, pp. 834-835.

³⁴⁷ *Ibidem*, p. 835.

³⁴⁸ BNP, Reservados, Cód. 2912 A, fol. 20; BNP Reservados, Cód. 2913 A, p. 91 e p. 126 (transliterado).

verdadeira herdeira e sucessora de todos estes legítimos.³⁴⁹ Atente-se como o memorialista demonstrou, por outro lado, profunda afinidade e apreço com um dos netos do fundador da dinastia de Avis, o rei D. Afonso V, sobre quem não se inibiu de evocar repetidamente, a sua santa glória.³⁵⁰

No reinado de João II de Castela assiste-se finalmente à condenação do válido real, Álvaro de Luna, em 1453, um facto determinante na solução do complexo processo de Trastâmara, aumentando as lutas senhoriais no reinado de Henrique IV para o poder real ganhar força e autoridade com Isabel, a Católica, cujo casamento com Fernando de Aragão vai permitir assistir à «emergência da moderna Espanha», conquistando o reino de Granada em 1492 e aprofundar a sua vocação atlântica.³⁵¹ O cariz bragantino está patente nas palavras do memorialista quando associou as tiranias de Álvaro de Luna com os atos da regência do infante D. Pedro, o avô materno de D. João II. Anteriormente a 1448, o infante das Sete Partidas auxiliou militar e diplomaticamente o influente condestável D. Álvaro de Luna.³⁵²

Henrique II de Castela teve um filho bastardo chamado Afonso Henriques que foi premiado com as vilas de Noreña e Gijón, como titular desse condado.³⁵³ Este filho bastardo demonstrou sempre uma certa rebeldia e grandes aspirações à Coroa de Castela, alimentando uma peleja com o seu meio-irmão, o rei João I de Castela, qual monarca ordenou a sua prisão de 1382 a 1391.³⁵⁴ Conforme já foi referido, Afonso Henriques fundou a linhagem dos Noronhas em Portugal, através do casamento com D. Isabel de Portugal, filha bastarda do rei D. Fernando I (ver Quadro 5). A sua ambição desmedida provocou a expulsão de Castela, vindo a refugiar-se em Portugal, onde foi benevolmente acolhido pelo seu tio, D. João I, fundador da dinastia de Avis.³⁵⁵ No âmbito deste quadro e antes de se avançar para as conexões com a fundação da dinastia avisina, sublinha-se ainda, a ligação familiar que os Noronhas estabeleceram com a Casa de Bragança, através do casamento de D. Constança de Noronha com D. Afonso,

³⁴⁹ Ibidem, foll. 21-22; Ibidem, p. 126 (transliterado); Complementado com a linhagem de D. Filipa de Lencastre, in Maria Helena da CRUZ, *Reis de Portugal, D. João I*, pp. 112-115 e Genealogia de D. Pedro I, in Catarina PIMENTA, *Reis de Portugal, D. Pedro*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, pp. 306-307.

³⁵⁰ BNP, Reservados, Cód. 2912 A, foll. 24-33; BNP Reservados, Cód. 2913 A, pp. 127-130 (transliterado).

³⁵¹ Saúl António GOMES, *op. cit.*, p. 33.

³⁵² Ibidem, p. 71.

³⁵³ Julio Valdeón BARUQUE, *op. cit.*, p. 35.

³⁵⁴ André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, *art. cit.*, p. 111.

³⁵⁵ Ibidem.

1º duque de Bragança.³⁵⁶ Esta ligação explica-se através de fortes motivações de natureza política, as quais tiveram o seu auge durante o período da regência do infante D. Pedro, com o objetivo de angariar maior influência da Casa de Bragança, junto da Coroa.³⁵⁷ Nesta linha de raciocínio aparece D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, associado a D. Afonso, duque de Bragança, com o propósito de anular o casamento entre a infanta D. Isabel, filha do regente D. Pedro, e D. Afonso V.³⁵⁸ Tal como seu irmão, D. Sancho de Noronha também viria a ser partidário de D. Afonso V na batalha de Alfarrobeira. Mas antes da realização das cortes de Torres Novas, em 1438, D. Sancho de Noronha participara numa conjura contra o infante D. Pedro que visava evitar a sua ascensão na condução do reino.³⁵⁹ Não restam dúvidas quanto à proximidade entre Noronhas e os Braganças, seja nas relações familiares, seja no posicionamento político que foi notório no apoio prestado a D. Leonor de Aragão, ao tempo da regência de D. Pedro.³⁶⁰

Ainda no âmbito do Quadro 5 identifica-se a referência a D. Diogo Henriques, que originou os Noronhas da ilha da Madeira, outro filho de D. Afonso Henriques, conde de Noreña e Gijón, e meio-irmão de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa.³⁶¹ No quadro das relações familiares e de proximidade que interessa focalizar nesta dissertação, Gaspar Frutuoso descreve que João Gonçalves da Câmara, chamado o *Porrinha*, casou com D. Maria de Noronha, filha de D. João Henriques que foi filho de D. Afonso Henriques, conde de Gijón e Noreña, este filho natural de D. Henrique II de Trastâmara.³⁶²

João Gonçalves da Câmara foi o 2º capitão do Funchal desde 1467 a 1501 passando a governação desta capitania para o seu filho Simão Gonçalves da Câmara, conhecido pelo *Magnífico*.³⁶³ Simão era inicialmente conhecido com o apelido de Noronha que mudou para Gonçalves da Câmara, por ordem de D. João II, na condição

³⁵⁶ Ibidem, p. 113.

³⁵⁷ Mafalda de Sousa Machado Soares da CUNHA, *A Casa de Bragança 1383-1483, Linhagem, Parentesco e Poder*, Évora, Universidade de Évora, Departamento de História e Arqueologia, 1988, p. 51.

³⁵⁸ Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. VIII, pp. 215-216, in Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, p. 898.

³⁵⁹ Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. X, pp. 217-218, in Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, p. 902.

³⁶⁰ André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, *art. cit.*, p. 114.

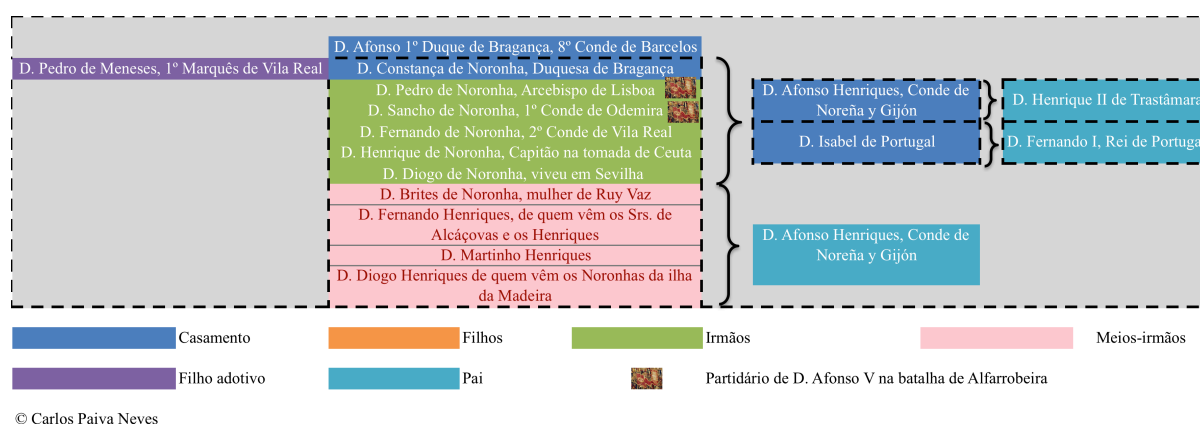
³⁶¹ Felgueiras GAYO, *op. cit.*, vol. VII, tomo XXI, p. 136.

³⁶² Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, Livro Segundo, p. 92; Nesta citação, Gaspar Frutuoso refere o nome de D. Diogo Henriques, em vez de D. Afonso Henriques, tratando-se claramente de um lapso.

³⁶³ Pedro Courelas da SILVA, *De Zarco a Simão da Câmara o Magnífico*, in João Paulo Oliveira e Costa (dir.), *A Nobreza da Expansão: Estudos Biográficos*, p. 111.

de herdeiro de João Gonçalves da Câmara, em concordância com o testemunho de Garcia de Resende.³⁶⁴ O apelido de Noronha da parte de sua mãe foi também adotado por outros irmãos seus: Manuel de Noronha, D. Mécia de Noronha, D. Filipa de Noronha, D. Maria de Noronha, D. Constança de Noronha e D. Isabel de Noronha.³⁶⁵ As três primeiras casaram com destacados membros da nobreza do continente, objetivo levado em conta por João Gonçalves da Câmara para alargar a sua esfera de influências, como foram os casos dos matrimónios entre D. Mécia de Noronha e D. Martinho de Castelo Branco, 1º conde de Vila Nova de Portimão, D. Filipa de Noronha com D. Henrique Henriques, Sr. de Alcáçovas e D. Maria de Noronha com D. Fernando Coutinho, marechal do reino.³⁶⁶

Quadro 5 – Ligação dos Noronha com a Casa de Bragança



Não causa assim admiração, o facto de Cristóvão Colon ter sido recebido com muito regozijo no Funchal porque aí era muito bem conhecido quando passou em 1498 no seguimento da sua terceira viagem às Índias Ocidentais.³⁶⁷ A proximidade familiar entre os Perestrelos e Noronhas da parte de sua esposa D. Filipa de Moniz Perestrelo e a convivência que experimentou na Madeira e no Porto Santo são motivos suficientes para atestar essa familiaridade.

Dando continuidade ao estudo deste período tão dinamizado pela percepção do Império Português é fundamental proceder à explanação das relações familiares em

³⁶⁴ Garcia de RESENDE, *op. cit.*, cap. LXXXVIII, p. 130, in André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, *art. cit.*, p. 113 (Nota 20).

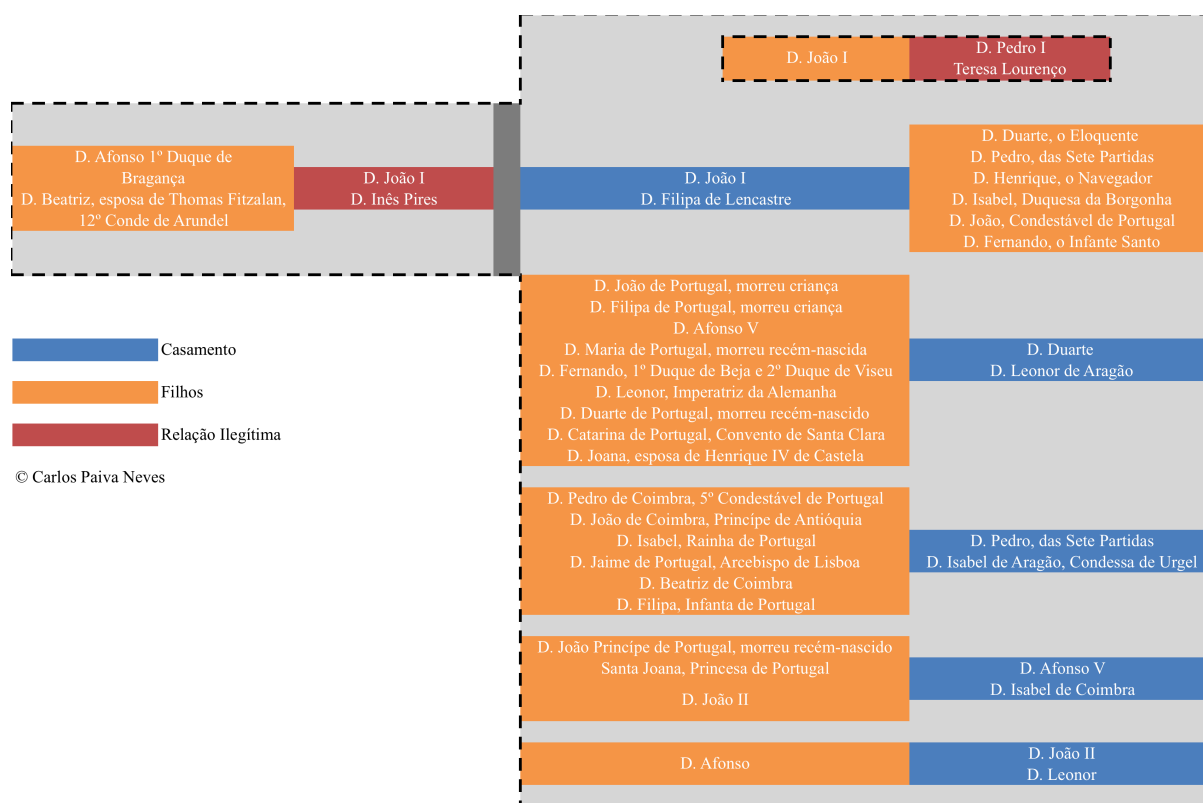
³⁶⁵ Maria Anita TEIXEIRA, *A Família e a Casa de João Gonçalves Zarco*, Funchal, Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”, 2008, p. 34.

³⁶⁶ Pedro Courelas da SILVA, *art. cit.*, in João Paulo Oliveira e Costa (dir.), *A Nobreza da Expansão: Estudos Biográficos*, pp. 89-90 e extra-texto III.

³⁶⁷ John Boyd THACHER, *op. cit.*, p. 374.

torno das famílias das Casas de Viseu e de Bragança, Meneses-Noronhas³⁶⁸ e Perestrelos que direta ou indiretamente estão ligadas à família de D. Filipa Moniz Perestrelo, esposa de Cristóvão Colon. E para completar este círculo de influências que configura o quadro político-social que viria a vigorar até à governação do rei D. João II, apresenta-se de forma sistematizada, a genealogia desde a fundação da dinastia de Avis e da Casa de Bragança, até ao reinado de D. João II (ver Quadro 6).³⁶⁹ Pretende-se deste modo, diferenciar a continuidade de Avis com a presença da Casa de Viseu, iniciada com o reinado de D. Manuel I.

Quadro 6 – Fundação da dinastia de Avis e da Casa de Bragança



A importância deste referencial da dinastia de Avis relaciona-se por um lado, com a distinção determinante que a Casa dos Noronhas angariou ao longo desse período dinástico³⁷⁰ e por outro, com o argumento da ilegitimidade da sucessão ao trono de

³⁶⁸ André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, *art. cit.*, p. 110: «(...) os Meneses de Vila Real, do ponto de vista linhagístico, devem ser considerados Noronhas (...)»; Juan GIL, *op. cit.*, pp. 487-494.

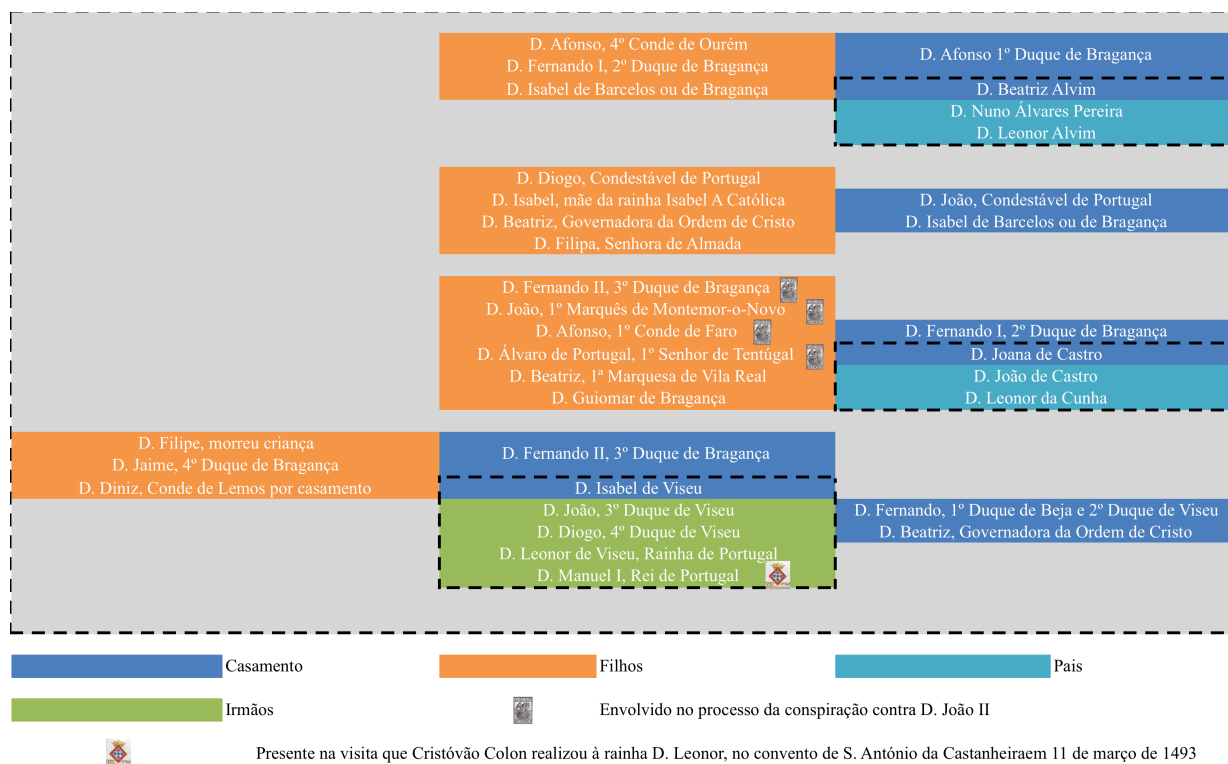
³⁶⁹ Maria Helena da Cruz COELHO, *Reis de Portugal, D. João I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, pp. 345-347; Saúl António GOMES, *op. cit.*, p. 364; Luís Adão da FONSECA, *Reis de Portugal, D. João II*, p. 317.

³⁷⁰ André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, *art. cit.*, p. 110.

Portugal, do Mestre de Avis, em defesa dos direitos de D. Isabel de Castela, Leão e Aragão, defendidos pelo autor do memorial.³⁷¹

No Quadro 7 estabelecem-se as ligações entre as Casas de Viseu e de Bragança³⁷², reafirmando-se os laços de sangue de D. Isabel, a Católica, com a Casa de Bragança. A duquesa de Bragança, D. Isabel de Viseu, prima em primeiro grau de D. Isabel a Católica, ao ficar viúva de D. Fernando, 3º duque de Bragança enviou os seus filhos, D. Filipe, D. Jaime e D. Dinis, para Castela. A relação especial entre a Infanta D. Beatriz, mãe da duquesa de Bragança e a rainha Católica, motivou um aconselhável pedido de asilo e proteção aos monarcas do reino vizinho.³⁷³

Quadro 7 – Ligações entre as Casas de Viseu e de Bragança



© Carlos Paiva Neves

Deste quadro realça-se também a descendência de D. Fernando I, 2º duque de Bragança com D. Joana de Castro, onde se identificam quatro irmãos bragantinos envolvidos no processo de conspiração contra D. João II: D. Fernando II, 3º duque de Bragança, D. João, 1º marquês de Montemor-o-Novo, D. Afonso, 1º conde de Faro e D.

³⁷¹ BNP, Reservados, Cód. 2912 A, foll. 36-38; BNP Reservados, Cód. 2913 A, p. 131 (transliterado).

³⁷² Adaptado a partir do esquema de círculos concêntricos sobre a rede de relações de parentesco de D. Fernando, 2º duque de Bragança, in Mafalda de Sousa Machado Soares da CUNHA, *op. cit.*, p. 48; André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, *art. cit.*, p. 172.

³⁷³ István Szászdi LEÓN-BORJA, *Las paces de de Tordesillas en peligro. Los refugiados portugueses y el dilema de la guerra*, p. 120.

Álvaro de Portugal. Conforme já foi objeto de desenvolvimento, este último nobre foi um elo bilateral luso-castelhano fundamental na percepção dos impérios ibéricos e um dos apoiantes de Cristóvão Colon em Castela.

A família Noronha e Meneses aparece tendencialmente reforçada nas ligações com a Casa de Bragança e com a família real, cujos matrimónios foram apenas extensíveis a outras duas famílias, os Castro e Melo.³⁷⁴ As ligações entre as famílias Noronha e Perestrelo não surgem muito explicitadas na historiografia mas este ramo da alta nobreza portuguesa, segundo os nobiliários, tem filhos de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, com Branca Dias Perestrelo e Isabel Perestrelo, familiares de Bartolomeu Perestrelo, o Velho, Senhor da ilha de Porto Santo, neto de Micer Gabriel Pallastrelli, originário de Placência na Lombardia (ver Quadro 8). Sobre a relação parental destas duas progenitoras dos Noronhas com Bartolomeu Perestrelo, os genealogistas não são unânimes. Uns referem que havia uma relação de irmandade entre os três, enquanto outros defendem que eram suas filhas, não sendo possível definir claramente este grau de parentesco. Importa contudo lealdar esta ligação consanguínea entre as famílias Perestrelo e Noronha, fundamental para entender a familiaridade que Cristóvão Colon teve com os Noronhas. Sob outro ponto de vista distingue-se também a posição social e o poder que foi reconhecido a Bartolomeu Perestrelo pela Casa de Viseu, cuja fidalguia e poder vêm atestados no código de Valentim Fernandes, por ocasião da posse da capitania de Porto Santo.³⁷⁵

Da análise deste Quadro 8 ressaltam ainda as relações de proximidade entre Noronhas, Perestrelas, Albuquerque e a Casa de Bragança.³⁷⁶ Nesta perspetiva

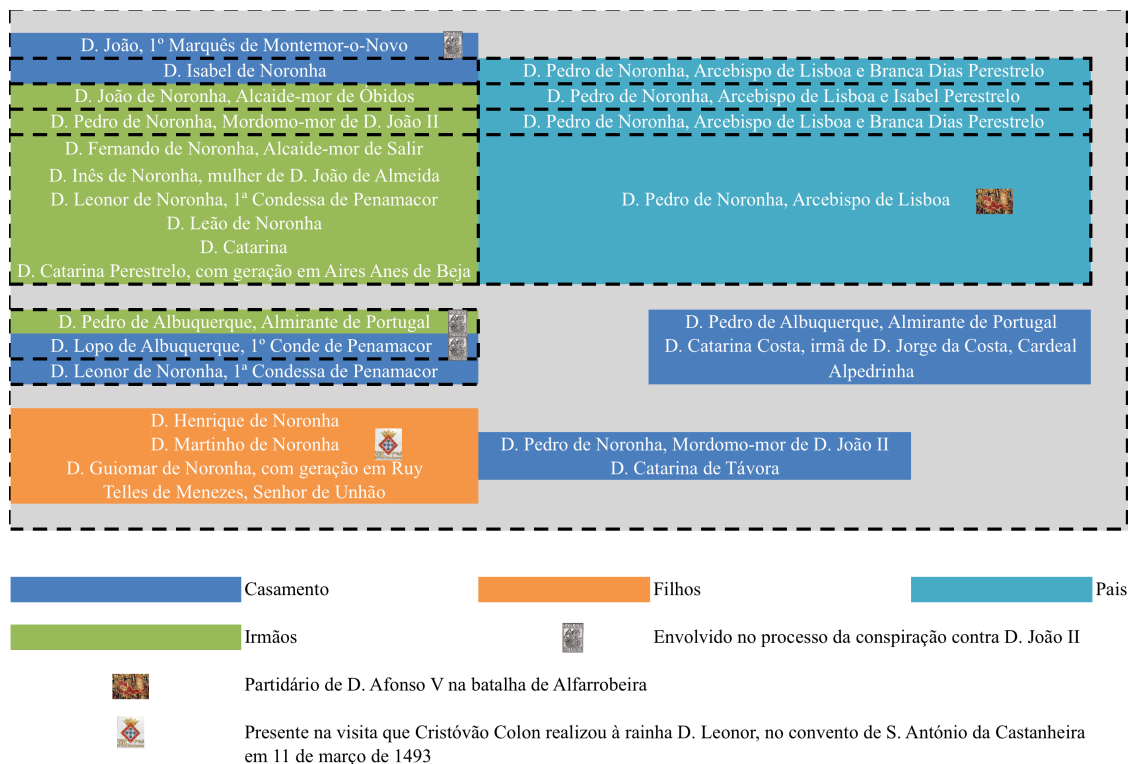
³⁷⁴ Mafalda de Sousa Machado Soares da CUNHA, *op. cit.*, p. 47.

³⁷⁵ Valentim FERNANDES, *Código*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 144-145.

³⁷⁶ Felgueiras GAYO, *op. cit.*, vol. VII, tomo XXI, p. 136; Segundo uma nota deste autor: «*Salazar diz D. Pedro de Noronha tivera estes filhos de D. Branca Dias Perestrello filha de Bartolomeu Perestrello Sr. Da Ilha de Porto Santo, e D. Branca Dias título de Perestrellos. Outros dizem os tivera de Izabel Perestrello filha de Felipe Perestrello e sua mulher Bertolina*»; Felgueiras GAYO, *op. cit.*, vol. VIII, tomo XXIII, p. 12: «*D. Izabel Pestrello de Mesq.ta am.^a de D. Pedro Arcebispo de Lx.^a ou Branca Dias Perestrello no tt.^o de Noronhas*»; Francis M. ROGERS, *The Obedience of a King of Portugal*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1958, p. 11: (...) *The Castilian monarch's illegitimate son Alfonso, Conde de Gijón y Noroña, married Fernando's illegitimate daughter Isabel. They were the parents of the archbishop, who had an illegitimate son, the ambassador [D. Pedro de Noronha], by Branca Dias Perestrelo. Overlooking the bastardry, we may conclude the ambassador and King John II were third cousins.* (...); Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, pp. 900-901: « (...) D. Pedro de Noronha teve diversos filhos. O mais velho, D. João de Noronha, desempenhou funções de alcaide-mor de Óbidos e era filho de Isabel, mulher solteira ao tempo do nascimento. Foi legitimado em 13 de agosto de 1444. O secundogénito, D. Pedro de Noronha, foi mordomo-mor de D. João II, comendador-mor da Ordem de Santiago e Senhor do Cadaval, sendo filho de Branca Dias também solteira quando de seu nascimento. Obteve legitimação na mesma data do seu irmão (...); BNP Reservados, Cód. 2913 A, p. 25; IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso V,

destaca-se o casamento de D. Isabel de Noronha com D. João, 1º marquês de Montemor-o-Novo que por essa via se tornou cunhado da distinta descendência de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa.³⁷⁷

Quadro 8 – Ligações entre os Noronhas, Perestrelos, Albuquerque e Casa de Bragança



© Carlos Paiva Neves

D. Isabel de Noronha constitui também um elo importante no círculo de influências no seio dos exilados portugueses em Sevilha, assim como da sua proximidade com Cristóvão Colon. Lembra-se, conforme já foi mencionado, que a irmã da esposa de Cristóvão Colon, Briolanja Moniz, desenvolveu uma grande amizade com a marquesa de Montemor-o-Novo, D. Isabel de Noronha. Esta nobre exilada em Sevilha foi executora testamentária de Briolanja Moniz e a filha desta, Ana Moniz, sobrinha de Cristóvão Colon, recebeu dote de D. Afonso, 1º conde de Faro, no contexto do matrimónio celebrado com um jurado de Sevilha, chamado Juan de Barahona.³⁷⁸

Livro 25º, fl. 9v, in Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Livro Segundo, pp. 151-152 e André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, *art. cit.*, p. 115, p. 170 e p. 172; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XVIII, p. 897: (...) *Era filho [D. Pedro de Noronha, mordomo-mor de D. João II] de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa e de Branca Dias Perestrelo.* (...).

³⁷⁷ André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, *art. cit.*, p. 121.

³⁷⁸ APS, I, 1525 [25] in Juan GIL, *op. cit.*, p. 162.

Do mesmo modo, o filho de D. Fernando I, 2º duque de Bragança tornou-se cunhado de D. Lopo de Albuquerque, 1º conde de Penamacor, casado com D. Leonor de Noronha. Refira-se o casamento de D. Pedro de Albuquerque, irmão do conde de Penamacor com D. Catarina Costa, irmã do cardeal D. Jorge da Costa, figura já anteriormente evocada pela sua importância nas relações com D. João II. Aqui também é possível identificar outro elo interessante, transversal ao grupo da marquesa de Montemor-o-Novo, D. Isabel de Noronha e a D. Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor, conhecido como Diego Méndez de Segura, sobre o qual pesaram fundadas suspeitas de ser um Mendes português.³⁷⁹ Este Diego Méndez de Segura foi criado de Cristóvão Colon e de seu filho Diego Colon, acompanhando o almirante na sua quarta viagem.³⁸⁰ Esta expedição sofreu dois naufrágios perto da Jamaica, merecendo da parte de Diego Méndez uma atitude corajosa que juntamente com outros brancos e índios, fizeram a travessia em duas pirogas até Santo Domingo para pedir socorro.³⁸¹ O seu envolvimento no círculo de confiança do conde de Penamacor e de Cristóvão Colon não oferece dúvidas, de acordo com o seu depoimento dirigido ao Conselho das Índias, em seis de dezembro de 1530.³⁸²

Importa mencionar que apesar de Diego Méndez de Segura referir que entrou ao serviço de Cristóvão Colon após a morte do conde de Penamacor, não existem referências documentais entre 1494 e 1502, este ano em que se conhece a sua participação na quarta viagem às Índias.³⁸³ Sobre o apelido de *Segura* refira-se que pode estar relacionado com o seu local de nascimento, sendo um nome geográfico que se encontra na Península Ibérica: Segura de León, perto de Fregenal de la Sierra, na província de Badajoz, Segura de Toro em Placencia, na província de Cáceres e em Portugal, Segura no concelho de Idanha-a-Nova, perto de Penamacor.³⁸⁴

De relevar também o envolvimento destes dois irmãos Albuquerque, juntamente com D. João, marquês de Montemor-o-Novo, no processo conspirativo contra D. João II.³⁸⁵ István León-Borja refere que o marquês de Montemor-o-Novo morreu envenenado

³⁷⁹ Juan GIL, *op. cit.*, p. 163.

³⁸⁰ L. A. VIGNERAS, *Diego Méndez, secrétaire de Christophe Colomb et le Comte de Penamacor*, Institut Français au Portugal, Nouvelle Série, Tome Trente, Amadora, Livraria Bertrand, 1969, p. 39.

³⁸¹ Ibidem.

³⁸² AGI, Justicia 2, foll. 253-254 in Juan GIL, *op. cit.*, p. 163 e L. A. VIGNERAS, *op. cit.*, p. 40.

³⁸³ L. A. VIGNERAS, *op. cit.*, p. 45.

³⁸⁴ Ibidem, p. 47.

³⁸⁵ Manuela MENDONÇA, *Problemática das conspirações contra D. João II*, p. 40: «Todas as sentenças estão traduzidas por Anselmo Braamcamp FREIRE, *As conspirações no reinado de D. João II*, Lisboa, AHP, vol. I, 1903; Rui de PINA, *Chronica d'El Rey Dom João II*, pp. 85-86.

em Sevilha pelos espiões que D. João II mantinha naquela cidade e o conde de Penamacor foi preso em Londres por mandato do rei de Portugal, morrendo também por envenenamento quando conseguiu passar para Castela.³⁸⁶ Garcia de Resende não especifica a causa de morte de D. Lopo de Albuquerque mas dedica um capítulo à sua prisão, no qual descreve a deslealdade deste nobre para com D. João II e a mudança de nome para *Pero Nunez* que se ocupava do trato e dos resgates na Guiné.³⁸⁷ A pedido de D. João II, o rei de Inglaterra mandou prender o conde de Penamacor no castelo de Londres e «depois com mudança que ho tempo traz foy solto da dita prisão e se veio a Barcelona onde el rey e rainha de Castela estauã ao tempo da entrega de Perpinhão e dahi se foi a Seuilha onde tinha sua mulher e filhos e dahi a poucos dias faleceo».³⁸⁸ Não deixa de ser interessante a relação entre este desserviço de D. Lopo de Albuquerque e a confiança que D. João II veio a depositar no seu filho D. Garcia de Albuquerque, nomeando-o como um dos seus representantes na embaixada enviada a Castela, para a negociação do tratado final que viria a ser assinado em Tordesilhas.³⁸⁹

Ainda no âmbito deste quadro, destaca-se D. Martinho de Noronha, filho de D. Pedro de Noronha, mordomo-mor de D. João II, o qual acompanhou toda a estada de Cristóvão Colon em Portugal, em março de 1493. Neste período, evidencia-se sob o ponto de vista do significado histórico, o encontro com D. João II em Vale de Paraíso e a visita que Colon realizou à rainha D. Leonor, no convento de S. António da Castanheira. Esta visita à rainha de Portugal reveste-se de um sentido muito particular, praticamente ausente na historiografia.

Para concluir esta rede de interligações familiares dedica-se atenção ao ramo dos Meneses ligado às Casas de Vila Real e de Bragança (Quadro 9). Também aqui é possível identificar o envolvimento de dois membros dos Meneses, no processo conspirativo contra D. João II. Tratam-se de D. Fernando de Meneses e D. Garcia de Meneses, bispo de Évora, irmãos de D. Henrique de Meneses casado com D. Guiomar de Bragança, filhos de D. Duarte de Meneses, 1º capitão de Alcácer-Ceguer, partidário de D. Afonso V na batalha de Alfarrobeira e netos de D. Pedro de Meneses, 1º conde de Vila Real.³⁹⁰ O cronista Garcia de Resende enuncia a condenação de D. Garcia de

³⁸⁶ BNP Reservados, Cód. 2913 A, p. 96.

³⁸⁷ Garcia de Resende, *op. cit.*, cap. LXXIII.

³⁸⁸ *Ibidem*.

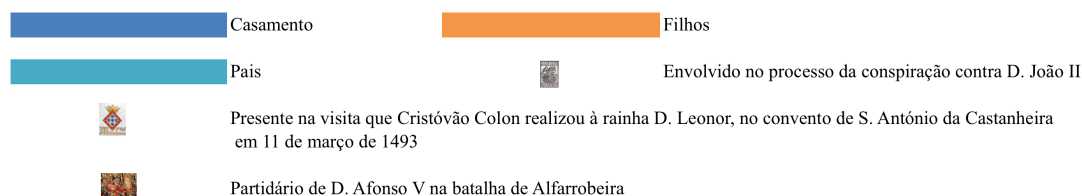
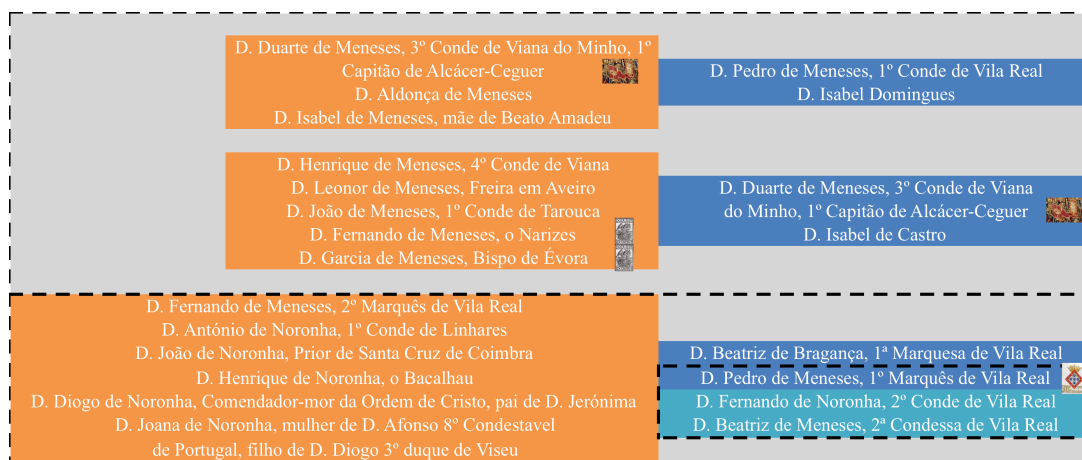
³⁸⁹ AHP, vol. III, p. 51, in Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. III, p. 701.

³⁹⁰ Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, p. 874 e p. 881.

Meneses e de seu irmão D. Fernando de Meneses, neste processo da conspiração, tendo o bispo de Évora sido levado preso pelo capitão Fernão Martins, quando o prelado se encontrava reunido com a rainha D. Leonor.³⁹¹

Finalmente, destaca-se neste quadro, o casamento de D. Pedro de Meneses ou Noronha com D. Beatriz de Bragança que mereceu a bênção e a proteção do rei D. Afonso V e de D. Fernando, 2º duque de Bragança e releva-se o estatuto de D. Pedro de Meneses como filho adotivo de D. Constança de Noronha, duquesa de Bragança que o tornou seu herdeiro universal.³⁹² Refira-se a ligação entre os Meneses e os Noronhas, através da união de D. Fernando de Noronha e D. Beatriz de Meneses, filha de D. Pedro de Meneses, 1º conde de Vila Real, que foram os progenitores de D. Pedro de Meneses ou Noronha, 1º marquês de Vila Real.³⁹³ D. Beatriz de Meneses foi meia-irmã de D. Duarte de Meneses e portanto tia dos conspiradores contra D. João II, D. Fernando e D. Garcia de Meneses.

Quadro 9 – Ligações entre os Meneses e as Casas de Vila Real e de Bragança



© Carlos Paiva Neves

³⁹¹ Garcia de RESENDE, *op. cit.*, capp. LI e LIII.

³⁹² André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, *art. cit.*, pp. 119-120.

³⁹³ Ibidem, p. 170.

A continuidade das ligações da Casa de Viseu com os Noronhas está ainda patente no casamento entre D. Afonso, 8º Condestável de Portugal e filho de D. Diogo de Viseu com D. Joana de Noronha.³⁹⁴

É no quadro deste círculo de influências que se julga importante a interpretação do significado histórico da visita que Cristóvão Colon fez à rainha D. Leonor. Para além da alta representação da Casa de Viseu que inclui também a presença do infante D. Manuel I, irmão da rainha, contou ainda com o reconhecimento da Casa de Vila Real através de D. Pedro de Meneses, 1º marquês de Vila Real e ainda com a presença do seu primo D. Martinho de Noronha.

Outro episódio merece ser destacado no quadro da proximidade de Cristóvão Colon com os Noronhas. No prelúdio da última viagem de Colon, no início de maio de 1502, a capitania de Arzila estava sitiada pelos Marroquinos e o navegador fez todos os possíveis para prestar auxílio aos portugueses.³⁹⁵ Sobre este episódio, Colon escreve uma carta a frei Gaspar de Gorrício, entre 20 e 25 de maio de 1502, encontrando-se nas Canárias: «Reverendo e muy devoto padre, el vento abal me detubo en Calis fasta que los moros çercaron a Arzila, e con él salí al sot tiempo que bine aqui en quatro días. Agora sigo mi viaje en nombre de la Santa Trindade y espero d'El la vitoria».³⁹⁶ Neste período estava nos destinos desta praça portuguesa do Norte de África, D. João de Meneses. Este fidalgo disputou a fatídica corrida com o príncipe D. Afonso que acabaria por conduzi-lo à morte.³⁹⁷ D. João de Meneses demonstrou embaraço pela morte do príncipe e fugiu para Castela, onde D. João II o mandou buscar.³⁹⁸ Também aqui se encontram ligações com a Casa de Vila Real, através da união de D. Henrique de Noronha, filho do 1º marquês de Vila Real, com D. Maria de Meneses, filha de D. Pedro de Meneses, 1º conde de Cantanhede e sobrinha de D. João de Meneses. Houve ainda outra união, entre D. Diogo de Noronha, também filho do marquês de Vila Real e de D. Joana de Meneses, sobrinha de D. Pedro de Meneses.³⁹⁹

Também D. Álvaro de Noronha, filho de D. Fernando de Noronha e de D. Constança de Castro estaria em serviço na guarnição de Arzila, desde 1498,

³⁹⁴ Ibidem, p. 168.

³⁹⁵ Serge GRUZINSKI, *What time is it there? American and Islam at the dawn of modern times*, p. 118.

³⁹⁶ Consuelo VARELA e Juan GIL (ed.), *op. cit.*, p. 316.

³⁹⁷ Garcia de RESENDE, *op. cit.*, cap. CXXXII, in Teresa LACERDA, *Os Meneses de Cantanhede e o projecto Manuelino*, in João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (ed.), *op. cit.*, p. 79.

³⁹⁸ Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana*, tomo II, vol. 2, p. 359, in Teresa LACERDA, *art. cit.*, p. 79.

³⁹⁹ Teresa LACERDA, *art. cit.*, p. 77.

desempenhando as funções de fronteiro, onde começou a sua carreira.⁴⁰⁰ É importante realçar que os fronteiros eram nomeados pelo rei para desempenharem essas funções nas praças marroquinas, durante um período determinado, como forma de angariarem competências e estatuto, na dependência dos respetivos capitães governadores dessas praças.⁴⁰¹ Em 1504, D. Álvaro de Noronha passou para a Índia juntamente com o seu irmão D. António de Noronha, na armada do primeiro Vice-rei D. Francisco de Almeida, tornando-se capitão de Cochim.⁴⁰² Este nobre distinto que adquiriu fama e honra no Norte de África, Quiloa, Mombaça e na Índia também acabou por vir a residir em Sevilha, por intrigas malquistadas com o rei D. Manuel I.⁴⁰³

Importa contextualizar que quando D. Manuel I assumiu os destinos do reino, como sucessor de D. João II desencadeou imediatamente o processo de recuperação e reabilitação da Casa de Bragança, assumindo esse ducado, D. Jaime, filho de D. Fernando II, 3º duque de Bragança e de D. Isabel de Viseu, irmã do monarca.⁴⁰⁴ No âmbito deste processo, D. Manuel I restituiu ainda o condado de Odemira a D. Sancho de Noronha, primo do rei D. Manuel I, filho de D. Afonso, conde de Faro e de D. Maria de Noronha e atribuiu o título de conde de Alcoutim a D. Fernando de Meneses, também primo de D. Manuel I, filho de D. Pedro de Meneses ou Noronha, 1º marquês de Vila Real e de D. Beatriz de Bragança.⁴⁰⁵ A Casa de Vila Real representava em finais do século XV, uma das maiores riquezas do reino, juntamente com o ducado de Bragança, o condado de Marialva e o ducado de Penela.⁴⁰⁶

Segundo André Teixeira existem fortes indícios para pensar que estes dois representantes da Casa de Vila Real tinham-se afastado das pretensões de D. João II, em deixar D. Jorge como seu sucessor do reino, a avaliar pela carta de sete de agosto de 1514, escrita por D. Fernando de Meneses a D. Manuel I, na qual manifestava que os

⁴⁰⁰ Juan GIL, *op. cit.*, p. 227.

⁴⁰¹ André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA e Nuno Fernandes de ATAÍDE, *Nunca Está Quedo Capitão de Safim*, in João Paulo Oliveira e COSTA, *A Nobreza e a expansão: Estudos biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000, p. 188.

⁴⁰² Juan GIL, *op. cit.*, p. 227.

⁴⁰³ António Caetano de SOUSA, *op. cit.*, tomo XII, parte II, 1954, p. 22, in Vasco RESENDE, *A sociedade da expansão na época de D. Manuel I. Mobilidade, hierarquia e poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente. Um estudo prosopográfico*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, p. 332.

⁴⁰⁴ Manuela MENDONÇA, *Recuperação da Casa de Bragança por D. Manuel I*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 139.

⁴⁰⁵ João Paulo Oliveira e COSTA, *O conde de Tentúgal e a linhagem dos Melos na política ultramarina manuelina*, in João Paulo Oliveira e COSTA, (org.), Vítor Luís Gaspar GOMES, (org.), *op. cit.*, p. 17.

⁴⁰⁶ Manuela MENDONÇA, *Recuperação da Casa de Bragança por D. Manuel I*, pp. 155-156.

prejuízos cometidos por D. João II eram por causa de D. Manuel I.⁴⁰⁷ Veja-se que já em março de 1493 se verifica a proximidade entre o titular da Casa de Vila Real, a rainha D. Leonor e o infante D. Manuel, duque de Beja, no convento de S. António da Castanheira para a receção a Cristóvão Colon. Constatase ainda esta ligação de D. Pedro de Meneses ou Noronha quando juntamente com D. Jaime auxiliaram D. Leonor na regência, por ocasião da deslocação que D. Manuel I fez a Castela.⁴⁰⁸ É interessante analisar que após a morte do marquês de Vila Real, em 1499, o seu filho D. Fernando de Meneses assumiu uma grande cumplicidade com D. Manuel I, ao ponto de acompanhar o rei a Santiago de Compostela em peregrinação.⁴⁰⁹ Mas nem tudo foi reluzente nesta relação entre o monarca e o 2º marquês de Vila Real. D. Fernando de Meneses mostrou-se indignado com a titulação de conde atribuída a D. Martinho de Castelo Branco, evocando esse merecimento para seu irmão D. António de Noronha, que por tal razão ameaçava exilar-se em Castela, como ocorreu com os membros da Casa de Bragança ao tempo de D. João II.⁴¹⁰ Recorde-se que D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa e tio-avô de D. Fernando de Meneses concretizou esse exílio em Castela.⁴¹¹ Sublinha-se a origem dos Noronhas desde o condado de Noreña e Gijón que em face de um processo político interno muito conturbado obrigou ao exílio definitivo em Portugal dos descendentes de D. Afonso Henriques, conde de Noreña e Gijón com D. Isabel de Portugal. A ameaça feita por D. António de Noronha enquadra-se neste espírito, ao afirmar que em Castela somente entrava para guerrear, mesmo que lhe concedessem o estatuto do seu bisavô, D. Afonso Henriques, conde de Noreña e Gijón.⁴¹²

É também nesta conjuntura que D. Álvaro de Bragança regressou a Portugal com a sua família, em 1496, vendo recuperado o seu reconhecido estatuto, apesar da restituição dos seus bens tivesse levado alguns anos até à sua plena concretização.⁴¹³

⁴⁰⁷ André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, *art. cit.*, p. 127.

⁴⁰⁸ Ibidem, p. 128.

⁴⁰⁹ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel, I*, cap. LXIII, in André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, *art. cit.*, p. 129.

⁴¹⁰ IAN/TT, Gaveta 18, maço 5, nº 1, *Carta de D. Fernando de Meneses, a sete de agosto de 1514*, in André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, *art. cit.*, p. 129.

⁴¹¹ Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. XL, pp. 261-262, in Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, p. 899.

⁴¹² IAN/TT, Gaveta 18, maço 5, nº 1, *Carta de D. Fernando de Meneses, a sete de agosto de 1514*, in André Pinto de Sousa Dias TEIXEIRA, *art. cit.*, p. 129.

⁴¹³ João Paulo Oliveira e COSTA, *O conde de Tentúgal e a linhagem dos Melos na política ultramarina manuelina*, p. 17.

Para melhor contextualização das referências do memorialista pretendeu-se elaborar um enquadramento do círculo de influências familiares de um elo bilateral luso-castelhano fundamental no período relativo à perceção do Império Português, denominado Cristóvão Colon, por via do seu casamento com Filipa Moniz Perestrelo. Neste âmbito foi determinante identificar as conexões dos trabalhos realizados por alguns investigadores de Portugal e de Espanha. Neste plano, entrecruzam-se os trabalhos de André Pinto Teixeira, «Uma linhagem ao serviço da Ideia imperial manuelina, Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia», de Mafalda Soares da Cunha, «A Casa de Bragança 1383-1483, Linhagem, Parentesco e Poder», de Juan Gil, «El exílio português en Sevilla – De los Braganza a Magallanes» e de István León-Borja e Katalin Klimes-Szmik, «El Memorial Portugues, Una alternativa al Tratado de Tordesillas». Como foi sendo desenvolvido, procurou-se identificar a interseção destas obras, sinalizando as ligações familiares e o predomínio entre os Noronhas, Perestrelas e as Casas de Viseu, de Vila Real e de Bragança. O subcapítulo seguinte é dedicado à análise da natureza e intencionalidade do memorialista, com ênfase para o seu argumento que considera a descoberta das Índias, em 1492, como um projeto dissimulado por D. João II, para divergir os Reis Católicos do plano estratégico atlântico.

II. 3. O sonho, o malogro e as profecias das Índias Ocidentais

Em face da morte do duque de Viseu, D. Diogo, às mãos de D. João II, compreende-se a profunda consternação que envolveu os membros da realeza ligados por laços familiares, quer em Portugal quer em Castela. Refira-se particularmente, D. Beatriz, mãe de D. Diogo, a rainha D. Leonor, sua irmã e a rainha Isabel a Católica, sua prima direita e com fortes ligações familiares e afetivas à Casa de Bragança. O grau de desolação foi tal, da parte dos Reis Católicos que a notícia manteve-se na dúvida por algum tempo, ao ponto de uns afirmarem que D. Diogo tinha sido morto e outros que fora condenado a prisão. Foi então que os monarcas Católicos enviaram a Portugal, como embaixadores ao rei de Portugal, D. Iñigo López Manrique, bispo de León e Mosén Gaspar Fabra, cavaleiro de Aragão para obterem a confirmação da morte ou da prisão do duque e se a morte fosse comprovada que consolassem a Infanta D. Beatriz.⁴¹⁴

⁴¹⁴ Hernando de PULGAR, *Crónica de Los Señores Reyes Católicos*, nº 70, Madrid, BAE, 1953, pp. 406-407, in István Szászdi LEÓN-BORJA, *Las paces de Tordesillas en peligro*, p. 124.

Os acontecimentos gerados neste período de 1483-1485 foram marcantes nas relações diplomáticas entre os dois reinos ibéricos, conferindo um reconhecimento da autoridade de D. João II, quer interna como externamente.

Aqueles membros da nobreza portuguesa revoltados com a subjugação do rei D. João II refugiaram-se em Sevilha e na corte dos Reis Católicos, detentores de informações vitais para a progressão dos projetos marítimos, onde se enquadra a configuração do memorialista. A incerteza dos resultados do projeto de Cristóvão Colon para o Ocidente não era de modo algum harmonizada com as pretensões dos nobres exilados portugueses, sabendo de antemão, da necessidade de afetar meios humanos, materiais e financeiros para suportar essa empresa sem garantias de sucesso.⁴¹⁵ Foi precisamente essa posição manifestada pelo memorialista no documento dirigido à rainha D. Isabel, classificando a exploração das Índias de Colon como uma manifestação falsa do inimigo para que os monarcas de Castela gastassem recursos neste empreendimento.⁴¹⁶

De acordo com tudo o que foi exposto até este momento, não foi possível identificar qualquer prova objetiva, material e substancial de que Cristóvão Colon tenha servido o rei D. João II num contexto de espionagem ou de agente duplo que visasse proteger a execução do plano estratégico da Índia. O almirante das Índias não aparece comprometido por alguma das partes envolvidas na perceção dos impérios ibéricos e a escassez de fontes levou alguns investigadores a congeminares elucubrações sobre este período de descobrimentos geográficos.⁴¹⁷ A convicção da existência de terras a Ocidente ficava mais vinculada experimentalmente com os encontros longitudinais que iam ocorrendo sucessivamente com as ilhas dos Açores. A perceção desse território era mais ancestral, subentendida no pensamento do filósofo estoico Séneca, anotado no *Libro de las Profecías* por Cristóvão Colon: «Virão os tempos tardios do mundo em que o mar oceano soltará o que está atado, uma grande terra se abrirá, um novo marinheiro como aquele que guiou Jasão, chamado Thyphis descobrirá um novo mundo e a ilha de Thule não será a última das terras».⁴¹⁸ A perseguição deste retrato mental na busca de terras a Ocidente está tão claramente exposta nas palavras de Eduardo Lourenço, numa dicotomia balizada entre o sonho colonino e a carência de pasmus, a que os

⁴¹⁵ István Szászdi LEÓN-BORJA, *Las paces de Tordesillas en peligro*, p. 128.

⁴¹⁶ BNP, Reservados, Cód. 2912 A, fl. 5; BNP Reservados, Cód. 2913 A, p. 121 (transliterado).

⁴¹⁷ István Szászdi LEÓN-BORJA, *Las paces de Tordesillas en peligro*, p. 117.

⁴¹⁸ SÉNECA, *VII Tragédia da Medeia*, in Cristóvão COLON, *Libro de las Profecías*, Madrid, Testimonio Compañía Editorial, 1984, fol. 59 v.; Delno C. WEST e August KLING, *op. cit.*, p. 226.

descobridores portugueses se iam conformando. Eduardo Lourenço comparou a génese das perspetivas que orientaram a descoberta do Novo Mundo e de Vera Cruz, considerando a primeira sob a direção do sonho encarnado por Cristóvão Colon, nascido na tradição das descobertas portuguesas e a segunda desprovida de qualquer ímpeto sonhador, porque havia já um século que os navegadores portugueses vinham materializando os seus sonhos, através do reconhecimento de toda a costa de África.⁴¹⁹

Como já foi avançado anteriormente, não se pode afiançar a autoria exata do documento memorial e não se pretende sequer conjecturar sobre os potenciais candidatos mas é possível estabelecer um quadro comparativo entre o seu conteúdo e outros congéneres, presentes nos escritos deixados por Colon, no que concerne à sua experiência de navegação. Tal como Colon, o memorialista também demonstra essas competências náuticas mas sustenta o seu pensamento geográfico na Sagrada Escritura, pondo em dúvida a redondeza do mundo. A sua visão geográfica denota uma raiz ptolemaica, defendendo que quanto mais navegassem para o Ocidente mais se afastariam do Oriente. Este argumento obedece a uma linguagem intrínseca ao Antigo Testamento, concretamente com as expressões *mano derecha* e *mano ssinietra* relacionadas com as tentações diabólicas, tal como vêm mencionadas no Primeiro Livro de Samuel 6-12.⁴²⁰ Esta ideia aparece metaforizada na seguinte expressão: «As vacas foram logo pelo caminho de Bet-Sames. Iam mugindo, sem se desviarem nem para a direita nem para a esquerda». O memorialista acreditava que o projeto das Índias era uma intervenção do diabo, sem fundamento na Sagrada Escritura.⁴²¹

A questão da forma e dimensão da Terra foi central no pensamento geográfico de Cristóvão Colon, assim como a distância à Europa e às Canárias dos territórios localizados no Atlântico Ocidental.⁴²² A sua obstinação pelo périplo a Ocidente acabou também por ser enformada através do estudo aprofundado da obra *Imago Mundi* do cardeal Pierre d'Ailly, na qual o navegador registou 898 apostilhas.⁴²³ Afirma Jaime Cortesão que comprovou a existência de alguns trechos desta obra na Crónica da Guiné de Gomes Eanes de Azurara, como por exemplo, a menção aos garamantes, etíópios, nubienses e índios porque a *Imago Mundi* era uma referência no tempo do infante D.

⁴¹⁹ Eduardo LOURENÇO, *A morte de Colombo, Metamorfose e Fim do Ocidente como Mito*, Lisboa, Gradiva, 2005, p. 44.

⁴²⁰ BNP, Reservados, Cód. 2912 A, pp. 141-142.

⁴²¹ BNP, Reservados, Cód. 2912 A, foll. 1-3; BNP Reservados, Cód. 2913 A, pp. 119-120 (transliterado).

⁴²² Maria Fernanda ALEGRIA, *op. cit.*, p. 150.

⁴²³ Delno C. WEST e August KLING, *op. cit.*, p. 24.

Henrique, sendo muito estranho que a passagem relativa à rota mais curta entre o final da Península Ibérica e o princípio das Índias, não tivesse sido analisada pelos colaboradores do infante.⁴²⁴

Tanto o memorialista como Cristóvão Colon apresentam evidências da sua grande experiência como navegadores. O autor do *El Memorial Portugués de 1494* revela essa sua faceta, com conhecimento presencial nas águas frias do Atlântico Norte.⁴²⁵ Comparando com o que escreveu Colon, na carta de 1501, dirigida aos Reis Católicos, a sua condição de excelente navegador é inquestionável: «De muy pequeña edad entré en la mar navegando, e lo he continuado fasta oy. La mesma arte ynclina a quien le prosigue a desear de saber los secretos d'este mundo. Ya pasan de XL años que yo voy en este uso: todo lo que fasta oy se navega, todo lo he andado».⁴²⁶ O memorialista e Cristóvão Colon são homens que conviveram no mesmo espaço-temporal histórico mas as suas posições no âmbito do projeto das Índias eram frontalmente antagónicas. O primeiro era um africanista convicto que considerava as Índias de Poente como uma mostrança falsa do inimigo e o segundo, um obstinado, predestinado, alumbrado, imbuído de uma força messiânica, confrontado entre as Índias e a Índia. Ambos tinham as suas razões malogradas a respeito de D. João II. O autor do memorial revoltado com a tirania do monarca e Colon desiludido com o facto de ao longo de catorze anos, o rei D. João II não ter compreendido e aceitado o seu projeto. István León-Borja considerou mesmo que Colon foi uma vítima inocente da política joanina.⁴²⁷

Uma vez correlacionados os factos, tudo aponta para uma ação criteriosamente concertada por D. João II, no quadro da execução do projeto colonino. O monarca soube manter um aparente interesse estratégico pelas terras a Ocidente, ao abrigo do Tratado de Alcáçovas, mas tanto D. João II como os Reis Católicos estavam cientes da iminência de um novo conflito diplomático que poderia colocar em causa o acordo de paz existente entre os dois Estados Ibéricos. Interessa pois considerar que logo após abril de 1494, havia uma crescente convicção entre os letrados de Castela de que as informações geográficas trazidas do Novo Mundo não correspondiam ao oceano Índico

⁴²⁴ Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. II, pp. 248-249.

⁴²⁵ BNP, Reservados, Cód. 2912 A, fl. 5; BNP Reservados, Cód. 2913 A, p. 121 (transliterado).

⁴²⁶ Alain Milhou, *op. cit.*, p. 92.

⁴²⁷ István Szászdi LEÓN-BORJA e Katalin KLIMES-SZMIK, *op. cit.*, p. 51.

nem à mítica ilha de Cipango.⁴²⁸ Apesar desta constatação, o projeto colonino tinha reacendido as rivalidades luso-castelhanas, temporariamente suspensas com o Tratado de Alcáçovas, abrindo as portas ao triunfo diplomático obtido em Tordesilhas.⁴²⁹ Do lado dos Reis Católicos urgia também decidir entre a guerra e a manutenção de paz. Optando pela segunda, os monarcas de Castela estavam cientes entre a renúncia do projeto colonino ou forçar as negociações com o rei D. João II, que deveria resultar num acordo satisfatório para ambas as partes.⁴³⁰

A africanidade do memorialista vem testemunhada numa outra passagem do seu documento, enaltecendo as riquezas e o ouro da Guiné e de S. Jorge da Mina e pretendendo convencer a rainha D. Isabel desta bem-aventurança, tal como o exemplo do rei Salomão que carregou os seus navios de ouro com o qual construiu o Templo.⁴³¹

Segundo Alain Milhou, o ouro tinha um valor místico e religioso na mente de Cristóvão Colon, assim como para uma corrente de franciscanos em pleno século XV, para além de representar um valor escatológico que anunciava a reunião de todos os povos em Jerusalém, intrínseco ao capítulo 60, 4-17 de Isaías referenciado pelo navegador no seu *Libro de las Profecias*.⁴³²

No trecho anterior da autoria do memorialista encontra-se correspondência com esta mentalidade de Colon, no tocante ao tema concreto das profecias relacionadas com a reconquista de Jerusalém: «La razón, que tengo de la restitución de la Casa Santa a la santa Yglesia militante, es la siguiente».⁴³³ Alain Milhou analisou o tema da recuperação da Cidade Santa e do Monte de Sião que constituiu uma centralidade no *Libro de las Profecias*.⁴³⁴ As minas de ouro tão ambicionadas por Colon não foram encontradas na sua terceira viagem, conforme tinha sido vaticinado por ele próprio mas na última viagem deparou-se com a descoberta de ouro na região de Veragua, atual Panamá e momentaneamente estabeleceu uma relação com as minas da famosa ilha de *Aurea Chersonesus* que tanta fama deram ao rei Salomão.⁴³⁵ Cristóvão Colon perseguiu esse objetivo imbuído numa obstinação providencial que se encontra amplamente

⁴²⁸ István Szászdi LEÓN-BORJA, *Las paces de Tordesillas en peligro*, p. 126.

⁴²⁹ Malyn NEWITT, *Portugal in European and World History*, London, Reaktion Books Ltd., 2009, pp. 62-63.

⁴³⁰ István Szászdi LEÓN-BORJA, *Las paces de Tordesillas en peligro*, p. 118.

⁴³¹ BNP, Reservados, Cód. 2912 A, fl. 18; BNP Reservados, Cód. 2913 A, p. 125 (transliterado).

⁴³² Alain MILHOU, *op. cit.*, p. 132.

⁴³³ Ibidem, p. 92.

⁴³⁴ Ibidem, p. 444.

⁴³⁵ Delno C. WEST e August KLING, *op. cit.*, p. 62.

retratada na *Lettera Rarissima*, escrita na ilha da Jamaica em sete de julho de 1503, dirigida aos Reis Católicos. Nesta carta o navegador demonstra a sua relação com a profecia de Joaquim da Fiori, explicitando que a reedificação de Jerusalém e do Monte de Sião deveria ser feita pelas mãos de cristãos à custa do ouro encontrado por aquele que deveria vir de Espanha.⁴³⁶ A mentalidade profética e messiânica de Colon ajustava-se aos princípios políticos e espirituais intrínsecos ao reinado dos Reis Católicos. Este estava imbuído de uma elevação nacionalista muito espiritualizada que se manifestava externamente através do seu programa político e pelo desejo da cruzada contra o infiel, caracterizados por uma predestinação da Providência.⁴³⁷

A dimensão religiosa presente na sociedade portuguesa do século XV e princípio do XVI tem uma focalização singular na presença paracletianiana de inspiração joaquimita, que foi germinando dentro de uma influência de matriz franciscana espiritual, desde D. João I e que se fez notar particularmente, no pensamento de Cristóvão Colon e de D. Manuel I. Esta temática é objeto de análise no capítulo que se segue.

⁴³⁶ John Boyd THACHER, *op. cit.*, p. 696.

⁴³⁷ Francis GUTTON, *La chevalerie militaire en Espagne L'Ordre de Calatrava*, Paris, 1955, in Miguel AVILES, *Corrientes de espiritualidade en España en la época de los Descubrimientos*, in Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época, vol. V, Espiritualidade e Evangelização, Porto, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1989, pp. 146-147.

Capítulo III: Messianismo joaquimita na matriz religiosa portuguesa na transição dos séculos XV e XVI

(...) Digo que el Espirito Santo obra en Christianos, Judíos, Moros, y en todos otros de toda seta, y no solamente en los sabios, mas en los ynorantes; que en mi tiempo yo he visto aldeano, que da cuenta del çielo y estrellas, y del curso d'ellas, mejor que otros, que gastaran dineros en ello; y digo que no solamente el Espirito Santo rebela las cosas de porvenir a las criaturas racionales, mas nos las amuestra por señales del çielo, del aire, y las bestias, quando le aplaz, como fue del boy, que fabló de Roma al tiempo de Julio Çésar y en otras muchas maneras que serían prolixas para desir, y muy notas para todo el mundo. (...) ⁴³⁸

A dimensão religiosa como móbil preponderante da expansão portuguesa foi uma posição assumida por Jaime Cortesão, a que chamou a mística dos Descobrimentos, interpretada pelos frades franciscanos que eram portadores de um evidente espírito de missão, envolto num proselitismo ardente dirigido aos infiéis. ⁴³⁹ Contudo, este autor reconhece que o «espírito laico confundiu as tendências da expansão económica com as da expansão religiosa», referindo que para as motivações da expansão geográfica, concorreram de forma ampla e complexa, um conjunto de fatores económicos, sociais e espirituais. ⁴⁴⁰

José Eduardo Franco e José Augusto Mourão consideram que Jaime Cortesão foi o primeiro historiador português a equacionar a influência do pensamento joaquimita, na cultura portuguesa, cujo movimento se difundiu no franciscanismo espiritual, fomentador da empresa dos Descobrimentos portugueses. ⁴⁴¹ Luís Filipe Thomaz analisou esta questão e claramente refere que não é legítimo apontar a motivação religiosa como exclusiva ou até a principal razão para ter desencadeado o processo da expansão portuguesa durante o século XV e início do XVI. Mas este autor também conclui que o fenómeno expansionista português não pode ser entendido sem o desejo de propagar a Fé, cuja motivação «constitui senão sua causa eficiente, pelo menos a sua

⁴³⁸ Delno C. WEST e August KLING, *op. cit.*, p. 106.

⁴³⁹ Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pp. 77-86.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, p. 97.

⁴⁴¹ José Eduardo FRANCO e José Augusto MOURÃO, *A influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa: Escritos de Natália Correia sobre a utopia da idade feminina do Espírito Santo*, Lisboa, Roma Editora, 2005, p. 101.

causa formal. É de facto, aquele desejo o que confere ao movimento a unidade ideológica»⁴⁴².

No quadro da análise desta temática identificam-se diversas fontes que se dedicam ao estudo do aparecimento de correntes messiânicas e milenaristas, com ênfase para o trabalho de Norman Cohn, que em face da profundidade tão envolvente do movimento joaquimita, considera o seu autor, Joaquim da Fiori (c. 1135-1202), como «o inventor do novo sistema profético, que haveria de ser o mais influente de todos os conhecidos na Europa até ao aparecimento do marxismo».⁴⁴³ Serge Gruzinski também não deixa de fazer referência a esta questão, naturalmente pela expressividade e importância que os messianismos e milenarismos têm a partir do século XVI, identificados nas ideias dos soberanos ibéricos, particularmente em torno de D. Manuel I, Carlos V e seu filho Filipe II.⁴⁴⁴ Também Luís Filipe Thomaz perscruta as ideias de Joaquim de Fiori interpretadas pelos franciscanos observantes,⁴⁴⁵ e refere a presença deste comportamento messiânico, em finais da Idade Média, nas ideias de Cristóvão Colon, tal como na ideologia do rei D. Manuel I.⁴⁴⁶

A historiografia atual é consensual relativamente à etapa formativa portuguesa que conformou, não apenas os conhecimentos de navegação do almirante Cristóvão Colon, mas também a sua personalidade e pensamento, nas relações que manteve com Portugal e os portugueses. Recentemente, no dia 27 de abril de 2016, a Academia Portuguesa da História promoveu a apresentação da obra em quarto volumes, intitulada *La herencia de Colón. Estudio de la colección documental de los mal llamados pleitos colombinos (1492-1541)*, um profundo trabalho desenvolvido por Anunciada Colón de Carvajal, da linhagem do ducado de Veragua e descendente de Colon, José Manuel Pérez-Prendes e Remédios Morán Martín. No discurso proferido pelo Prof. Pérez-Prendes foi sublinhado vivamente que a escolha da Academia Portuguesa da História para a apresentação desta obra inédita, só poderia ocorrer em Portugal, pelo facto de ter sido aqui que o navegador maturou os seus conhecimentos e a sua personalidade. A etapa portuguesa de Cristóvão Colon trespassa os reinados de D. Afonso V, D. João II, assistindo de perto às ações determinantes no reinado de D. Manuel I, quais períodos

⁴⁴² Luís Filipe F. R. THOMAZ, *Descobrimentos e Evangelização*, pp. 125-126.

⁴⁴³ Norman COHN, *Na senda do milénio – Milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1981, p. 89.

⁴⁴⁴ Serge GRUZINSKI, *Les quatre parties du monde*, p. 441.

⁴⁴⁵ Luís Filipe F. R. THOMAZ, *L'idée impériale manuéline*, p. 94.

⁴⁴⁶ Luís Filipe F. R. THOMAZ, *Descobrimentos e Evangelização*, p. 88.

estão caracterizados por um espírito de cruzada mística que aspirava a tomada da Santa Casa de Jerusalém, sobretudo os reportados a D. Afonso V e D. Manuel I. A longa permanência e ligação de Cristóvão Colon a Portugal teve a sua importância na formação da mentalidade messiânica.⁴⁴⁷

Para melhor contextualização desta temática é conveniente começar por sinalizar as definições dos conceitos de messianismo e de milenarismo e como tal recorreu-se ao Dicionário da História Religiosa de Portugal para identificação das ideias centrais. São conceitos fundamentados na vinda de um Messias e no advento de uma nova era correspondente ao Paraíso terrestre, que tiveram o seu desenvolvimento no seio da religião judaica explicitados nos escritos do profeta Isaías.⁴⁴⁸ São ideias salvíficas de uma comunidade que extravasam a cultura europeia, podendo o messianismo ser identificado em povos primitivos sem relação com o judaísmo ou o cristianismo, como se constata a título de exemplo, nos povos americanos pré-coloninos, nos povos da Oceânia, especificamente da Melanésia e na Guiné Holandesa.⁴⁴⁹

O messianismo de inspiração joaquimita aparece ligado ao culto do Espírito Santo que tanto se difundiu no século XV na Península Ibérica. Joaquim da Fiori considerava a história dividida em três períodos, em que cada um corresponde à era das Pessoas representadas na Santíssima Trindade, ou seja, o Antigo Testamento está para o reino do Pai, o Novo Testamento para o reino do Filho, e a *idade de ouro* estava associada à era do Espírito Santo, envolta num ambiente de contemplação e dirigida por monges perfeitos e justos.⁴⁵⁰ Esta configuração espiritual da idade do Espírito Santo apresentava-se no pensamento de Joaquim de Fiori, com o estatuto de reformadora, em reação ao avanço da secularização que destruía o monaquismo e para alcançar esse desiderato, propunha a adoção do Evangelho Eterno, anunciado por S. João no Apocalipse, numa tentativa de «reencontrar a pureza original do Cristianismo»⁴⁵¹.

De acordo com Moisés Espírito Santo é interessante lembrar que em 396 tinha sido convocado o concílio de Toledo, cujo objetivo principal era restabelecer a doutrina do Espírito Santo relativamente à Trindade, qual doutrina trinitária era deturpada pelos

⁴⁴⁷ Alain MILHOU, *op. cit.*, p. 436.

⁴⁴⁸ Carlos Moreira AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. J-P, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, p. 195.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, p. 196.

⁴⁵⁰ Luís Filipe F. R. THOMAZ, *Descobrimentos e Evangelização*, p. 108.

⁴⁵¹ José Eduardo FRANCO e José Augusto MOURÃO, *op. cit.*, pp. 46-47.

priscilianistas, corrente dominante na Galiza, na Lusitânia e além Pirenéus, tendo sido excomungada no concílio de Braga no ano de 567.⁴⁵² Estes consideravam o Espírito Santo como «o poder criativo e vivificador de Deus ou, num sentido mais animista, que também aflora na Bíblia, o sopro vital que anima as criaturas» e não como uma Pessoa em Deus.⁴⁵³ Poder-se-á perguntar, em que dimensão o pensamento de Prisciliano poderia ter influenciado o advento do joaquimismo e a sua implantação através da manifestação do culto do Espírito Santo em Portugal? Neste contexto relembra-se o que Moisés Espírito Santo referiu acerca do priscilianismo, particularizando como um movimento teológico libertário e sincrético, repassado de judaísmo, de mitraísmo, de cristianismo e de religião naturista, cujas heresias conseguiram sobreviver em alguns santuários e práticas aldeãs não controlados pelo clero.⁴⁵⁴

O priscilianismo propunha a igualdade entre os homens e mulheres no exercício das funções sacerdotais, constatando-se que as mulheres eram predominantes neste movimento.⁴⁵⁵ Comparativamente, identifica-se o culto do Espírito Santo do povo dos Açores com dominantes matriarcais, o que transfere para a Terceira Pessoa da Trindade uma determinada feminização, facto contrariado pela Igreja conforme as Constituições do Bispado de Angra de 1559, em que se exigia que não fosse nomeada uma imperatriz, requisito fundamental para a realização da festa dos Imperadores.⁴⁵⁶ Antonieta Costa no seu trabalho sobre o culto do Espírito Santo nos Açores aprofunda o relacionamento dos seus praticantes com o sagrado, onde afirma que este culto denota distanciamento dos preceitos do catolicismo.⁴⁵⁷ Se o priscilianismo tinha uma natureza religiosa bastante eclética, também se denota esta característica na identidade do Espírito Santo, como se pode aferir na ação que o Paráclito tem em cristãos, judeus, mouros e muitos de outras seitas, uma ideia manifestada por Cristóvão Colon.

Ultrapassando as ortodoxias teológicas, encontra-se o Espírito Santo na religião judaica, com a designação *Ru'ah ha-Kodesh* que coincidentemente tem o género feminino, apesar dos teólogos judaicos, sempre insistirem na sua diferenciação

⁴⁵² Moisés Espírito SANTO, *As origens do Cristianismo Português*, 1ª Edição, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1993, pp. 182-183.

⁴⁵³ Ibidem, p. 182.

⁴⁵⁴ Ibidem, p. 220.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 201.

⁴⁵⁶ José Eduardo FRANCO e José Augusto MOURÃO, *op. cit.*, pp. 181-182.

⁴⁵⁷ Antonieta COSTA, *O culto do Espírito Santo*, Lisboa, Ésquilo Edições & Multimedia, 2008, p. 23.

concetual, para se demarcarem do dogma da Santíssima Trindade do catolicismo, por este não ser aceite pelo judaísmo.⁴⁵⁸

Como se pode avaliar por esta definição, o Espírito Santo é literalmente traduzido por *Ru'ah ha-Kodesh* mas importa sublinhar que o conceito judaico que lhe está subjacente, nada tem a ver com o conceito do catolicismo. Esta expressão feminina tem um outro equivalente na tradição judaica e que se compara ao Espírito Santo joaquimita, designado por *Shekinah*, que significa precisamente o «sopro feminino de Deus que anima a vida», que juntamente com Metraton (anjo, na tradição judaica) transmitiram à tradição cristã, as imagens de Santa Maria e S. Miguel, precisamente os nomes dados às duas primeiras ilhas dos Açores.⁴⁵⁹ No contexto do tal ecletismo do Espírito Santo pode-se ainda identificar o seu homólogo no hinduísmo, designado por *Brama* e presente na obra intitulada *Upanishades*.⁴⁶⁰

Como se pode ver, a natureza teológica do Espírito Santo contém em si uma imensa complexidade e transversalidade a outras religiões, que conduziu Emmanuel Aegerter à formulação da seguinte questão: «Mais de quoi reconnaissons-nous alors que l'Esprit-Saint est le principe?». ⁴⁶¹ Partindo da sugestão apresentada por Aegerter, a explicação dogmática configurada pela religião católica, no âmbito da relação entre as três Pessoas da Santíssima Trindade e em termos muito simples, diz-nos que o Espírito Santo está bem referenciado como o princípio de todas as coisas.⁴⁶²

Este exercício impregnado de um profundo teor filosófico-teológico contém em si uma ideia bastante ancestral que fundamentava a existência de naturezas ocultas nas Sagradas Escrituras, cuja exegese tradicional não compreendia nem previa o desenvolvimento da História. Joaquim da Fiori parece ter-se convencido de que a resposta estava na *idade de ouro* sob a governação do Espírito Santo, capaz de decifrar e de profetizar o futuro da História. Norman Cohn oferece a sua visão sobre o advento da idade do Espírito Santo. Diz este historiador que a primeira idade era de terror, a segunda de fé e a terceira de amor, alegria e liberdade, que conduziria a sabedoria de

⁴⁵⁸ Encyclopaedia Judaica, vol. 14, Jerusalem, Keter Publishing House Ltd., 1971 pp. 364-366.

⁴⁵⁹ José Eduardo FRANCO e José Augusto MOURÃO, *op. cit.*, pp. 182.

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 191; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 33, pp. 464-465, Upanissades: «Livros sagrados da Índia que completam os Vedas no ponto de vista da explicação de doutrina, e onde se encontra o ponto de partida da filosofia indiana.

⁴⁶¹ Emmanuel AEGERTER, *Joachim de Flore, L'Évangile Éternel*, volume I, Paris, Les Editions Rieder, 1928, p. 159: «Mas que reconhecemos nós, então que o Espírito Santo é o princípio?».

⁴⁶² Ibidem, pp. 159-161.

Deus ao coração de todos os Homens.⁴⁶³ Acrescenta ainda que a era do Espírito Santo corresponderia ao *Sabbath*, o período de repouso da humanidade, sendo o mundo como um enorme convento pleno de monges meditativos enlevados numa devoção mística que duraria até ao Juízo Final.⁴⁶⁴

Tal como o priscilianismo foi rotulado de doutrina herética que acabou por ser excomungada, também o pensamento de Joaquim da Fiori poderia ter implicações potencialmente perigosas para a estrutura da teologia católica, no entanto «não tinha a consciência de ser heterodoxo nem qualquer desejo de subverter a Igreja». A divergência teológica de Joaquim da Fiori confrontava a visão de S. Agostinho que considerava já a concretização do *Reino de Deus* sobre a Terra, no instante em que a Igreja nasceu, não havendo necessidade de esperar outro milénio além daquele.⁴⁶⁵ Joaquim da Fiori apesar de respeitar as doutrinas da Igreja, vinha propor um novo tipo de milenarismo num sentido francamente secular, cujas especulações confirmaram a desaprovação da Igreja, sentida ainda nos nossos dias.⁴⁶⁶

Relembra Norman Cohn que a ideologia milenarista de Joaquim da Fiori ressurgiu nas teorias da evolução histórica da autoria de alguns filósofos idealistas alemães dos séculos XVIII e XIX. Para além de Schelling, Fichte, Hegel, evoca também Gotthold Ephraim Lessing, autor de uma peça teatral chamada *Nathan, o sábio*⁴⁶⁷ de 1779, cujo argumento desenvolve as relações entre um comerciante judeu chamado Nathan, o sultão Saladin e um cavaleiro templário e como conseguem harmonizar as suas diferenças no contexto do judaísmo, islamismo e cristianismo. É interessante notar que o mesmo argumento de Lessing foi transmitido por Cristóvão Colon, como já foi referido anteriormente. Ainda, em outra passagem da mesma carta, Colon faz novamente alusão ao alumbramento do Espírito Santo, cuja luz o atraiu para o desvelamento do Novo Mundo, sem muito aproveitar do conhecimento e das autoridades da marinharia, geometria, aritmética, cosmografia, história e filosofia.⁴⁶⁸

A doutrina do Espírito Santo foi rapidamente absorvida pelos frades observantes da Ordem de S. Francisco, pois o ideal de Joaquim de Fiori encaixava perfeitamente na

⁴⁶³ Norman COHN, *op. cit.*, p. 89.

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 90.

⁴⁶⁵ Ibidem.

⁴⁶⁶ Ibidem.

⁴⁶⁷ Gotthold Ephraim LESSING, *Nathan The Wise*, Third Edition, New York, Leypoldt & Holt, 1871.

⁴⁶⁸ Alain MILHOU, *op. cit.*, p. 93.

vivência que buscava a concretização da fraternidade concebida por Francisco de Assis. Foram os franciscanos espirituais que trouxeram à luz as profecias de Fiori, comprometidos com o princípio do seu mestre: viver em pobreza absoluta. Norman Cohn considera que os franciscanos espirituais foram os grandes intérpretes da escatologia de Joaquim da Fiori, podendo mesmo ser considerados como a nova ordem capaz de substituir a Igreja de Roma que lideraria a humanidade à vivência glorificadora da Idade do Paráclito.⁴⁶⁹

Jaime Cortesão identifica a manifestação do culto do Espírito Santo em D. João I e na Ínclita Geração e Duarte Pacheco Pereira escreveu nos princípios do século XVI, que os Descobrimentos na direção do infante D. Henrique, foram uma inspiração do Espírito Santo, «o qual alumiado da graça do Spirito Santo e mouido por diuinal mistério, com muitas e grandes despesas da sua fazenda e mortes de criados seus naturaes portugueses mandou descobrir».⁴⁷⁰ O próprio infante D. Henrique intimamente ligado a este culto, mandou por seu último desejo, rezar uma missa, em todas as igrejas que fundou em Ceuta, Alcácer, Restelo, Santa Catarina, Madeira, Porto Santo, Açores e Guiné, por devoção ao Espírito Santo.⁴⁷¹ Esta foi a orientação que repassou a mística da expansão marítima e como sublinhou Jaime Cortesão, os franciscanos espirituais gozavam de um misticismo exacerbado, que se foi moldando na cooperação com os príncipes laicos e com a promoção do culto do Espírito Santo, esta força espiritual cristã que inspirou o movimento franciscano em Portugal na preparação dos empreendimentos descobridores.⁴⁷² Neles tomavam parte os frades franciscanos que se tornaram os veículos da palavra de Cristo, intérpretes privilegiados de um ideal da expansão portuguesa, que consistia em «levar a Boa Nova a todas as gentes e tornar Jesus Cristo conhecido em todos os locais».⁴⁷³

Serge Gruzinski defende este papel para os franciscanos, referindo que nas suas fileiras, eles cultivam uma tradição milenarista de origem medieval, a qual se propaga pela América no despertar do seu apostolado.⁴⁷⁴ Acrescenta outra dinâmica que se verifica no século XVI, relativa à manifestação dos messianismos e milenarismos nas

⁴⁶⁹ Norman COHN, *op. cit.*, p. 91.

⁴⁷⁰ Duarte Pacheco PEREIRA, *Esmeraldo de situ orbis*, Reprodução anastática da edição crítica anotada por Augusto Epifânio da Silva Dias, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1975, p. 14 in Jaime CORTESÃO, *op. cit.*, Vol. II, p. 284.

⁴⁷¹ Jaime CORTESÃO, *op. cit.*, vol. II, p. 284.

⁴⁷² Jaime CORTESÃO, *op. cit.*, vol. I, p. 97.

⁴⁷³ Manuela MENDONÇA, *Franciscanismo dos Monarcas do século XV*, p. 152.

⁴⁷⁴ Serge GRUZINSKI, *Les quatre parties du monde*, p. 442.

visões globais do mundo e as perspetivas do seu futuro, concretamente no contexto da mundialização ibérica, que foi enriquecendo o imaginário, com o impulso das agitações que iam ocorrendo nos quatro cantos do mundo.⁴⁷⁵ Mas é conveniente sublinhar que em Portugal, já antes tinha sido operacionalizada uma rutura na mentalidade que esteve em curso desde o reinado de D. João I até ao de D. Manuel I. Com a coroação de D. João III são abandonados os projetos «manuelinos de ataque ao Império Mameluco pelo Mar Roxo, destruição da Meca e recuperação de Jerusalém, o adeus ao messianismo imperial de inspiração joaquimita e a opção por uma política mais pragmática e menos ideológica».⁴⁷⁶ Relembra-se que o projeto manuelino contemplava a libertação de Jerusalém, a destruição de Meca e da Turquia e o controlo do Egito.⁴⁷⁷ Nota-se que a partir de então e sobretudo quando foi criada a nova ordem religiosa, da iniciativa de Inácio de Loyola, que a Companhia de Jesus se tornou preferencial, em detrimento da mística franciscana, uma inovação da política joanina, que chamou os missionários jesuítas para o Oriente e Brasil.⁴⁷⁸

Os franciscanos foram a única ordem religiosa que marcou presença regular no Oriente português, até que se operou a chegada dos jesuítas em 1542.⁴⁷⁹ O pragmatismo de D. João III venceu o misticismo de seu pai, D. Manuel I. Importa ainda referir que os franciscanos permaneceram durante séculos em exclusividade no que diz respeito ao convívio pacífico com os muçulmanos e «mantiveram desde o século XIII uma missão em Marrocos e a custódia dos lugares santos da Palestina que lhes foi reconhecida, quer pelos Papas, quer pelos soldões.»⁴⁸⁰

De acordo com o que foi exposto até aqui, fará todo o sentido em analisar a preponderância da Ordem de S. Francisco em Portugal, desde o seu aparecimento no século XIII e fundamentalmente, focalizar as conexões das suas dinâmicas com as principais figuras reinícolas, durante o século XV e princípios do XVI.

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 443.

⁴⁷⁶ Luís Filipe F. R. THOMAZ, *Descobrimentos e Evangelização*, p. 120.

⁴⁷⁷ Luís Filipe THOMAZ, *L'idée impériale manuéline*, p. 55.

⁴⁷⁸ Luís Filipe F. R. THOMAZ, *Descobrimentos e Evangelização*, p. 120.

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 119.

⁴⁸⁰ Ibidem, p. 111.

III. 1 A influência do franciscanismo em Portugal nos séculos XV e XVI

A presença dos frades franciscanos em Portugal remonta aos primórdios do século XIII e a sua difusão pode ser testemunhada ao longo do século XIV. A sua entrada na Península Ibérica teria ocorrido em 1219, dois anos após a realização do capítulo geral de 1217 que determinou o envio de frades franciscanos para fora de Itália, em grupos organizados sob a direção de *ministros* locais.⁴⁸¹ Assistiu-se então, a uma rápida expansão franciscana em Portugal, verificando-se uma alteração administrativa territorial em 1272, quando a custódia portuguesa se dividiu em duas, ficando uma em Lisboa e outra em Coimbra.⁴⁸²

Em finais do século XV conviviam lado a lado, no seio da Ordem dos Frades Menores portugueses, os ramos Conventual e da Observância. Este entrou em Portugal no ano de 1392, quando uns frades da Província de Santiago, entre os quais se contavam frei Diogo Árias e frei Mariño, abriram cinco eremitérios no norte de Portugal, a que vieram juntar-se mais de uma dezena, ao longo do século XV.⁴⁸³

Não deixa de ser interessante, neste contexto, o trabalho do mestre franciscano frei André do Prado que dedica a sua obra intitulada *Horologium Fidei* à iniciativa do infante D. Henrique, através de um diálogo com um pendor filosófico-teológico, que não elege os temas habituais, inerentes ao seu projeto marítimo, como «o estudo da astronomia, a preocupação com a conquista de novas terras, a preparação de batalhas, o esquadriñar de meios para sulcar novos mares».⁴⁸⁴ São identificadas fontes comuns no *Horologium Fidei* e as citadas por Cristóvão Colon, fundamentalmente, no *Libro de las Profecias* e nas suas anotações constantes nos cinco códices mais relevantes, conservados na Biblioteca Colombina em Sevilha: a *Imago Mundi* do cardeal Pierre d' Ailly, a *Historia rerum ubique gestarum* do Papa Pio II, nascido Enea Silvio Piccolomini, a *As Viagens* de Marco Polo, a *Historia Naturalis* de Plínio o Velho e as *Vidas Paralelas* de Plutarco.⁴⁸⁵ Os autores dessas fontes comuns são identificados numa correspondência que realizámos, a partir de um quadro geral das fontes do *Horologium Fidei*, inserido na obra de Aires de Nascimento⁴⁸⁶, sendo eles: Albumazar, Alfragano,

⁴⁸¹ Ibidem, p. 89.

⁴⁸² Ibidem.

⁴⁸³ Ibidem, p. 92.

⁴⁸⁴ Aires de NASCIMENTO, *Horologium Fidei – Diálogo com o Infante D. Henrique*, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos portugueses, Lisboa, INCM, 1994, p. 10.

⁴⁸⁵ Delno C. WEST e August KLING, *op. cit.*, p. 24.

⁴⁸⁶ Aires de NASCIMENTO, *op. cit.*, pp. 483-489.

Aristóteles, S. Agostinho, Averróis, Avicena, Beda, S. João Crisóstomo, S. Gregório, S. Jerónimo, S. Isidoro, Nicolau de Lira, Ptolomeu, S. Ambrósio, Francisco de Mayronnes e Platão. A lista das fontes e citações do almirante Cristóvão Colon é muito ampla de diversidade e de riqueza, reveladora de uma franca insaciabilidade de conhecimento, contrastante com a ideia de uma personalidade ignorante e obscura.

A espiritualidade e a cultura intelectual são protagonizadas por frades franciscanos que se constituíram mesmo como confessores do rei. Por exemplo, «frei Fernando de Astorga, frei Afonso de Alprão e frei João Xira foram confessores de D. João I; frei Vasco Pereira, de D. Duarte; frei Gil Lobo de Tavira, primeiro-ministro da província de Portugal, também foi confessor de D. Duarte, do regente D. Pedro e de Afonso V».⁴⁸⁷ Foram ainda confessores franciscanos observantes, do rei D. Afonso V, frei Dinis e frei Afonso Caeiro.⁴⁸⁸ Este rei tinha em Santo António uma profunda devoção que ficou patenteada quer no seu testamento, quer no mosteiro que lhe dedica no Varatojo e ainda no baptismo de naus de suas navegações, uma devoção impregnada de matriz franciscana observante e que tanta proteção lhe concedeu.⁴⁸⁹ Esta matriz franciscana era também dotada de uma especial devoção mariana, como é relevado por Saúl António Gomes. No circuito destas devoções de D. Afonso V contam-se a peregrinação a Nossa Senhora de Gaudalupe em 1464 quando estava doente, aos altares de Santa Maria de África, em Ceuta, de Santa Maria das Virtudes, em Aveiras de Cima, de Santa Maria da Vitória, na Batalha, de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães e de Santa Maria de Almendra.⁴⁹⁰

Manuel da Esperança observa esta dedicação de D. Afonso V, à causa dos franciscanos observantes: «O amor com que tratou sempre a nossa religião e em especial a família dos Observantes, nem a língua o pode dizer, nem a pena por mais que

⁴⁸⁷ João DIONISIO, *Literatura Franciscana no Leal Conselheiro de D. Duarte*, in Manuel Clemente et. al. (dir.), *Lusitânia Sacra*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2ª Série, tomo XIII-XIV, 2001-2002, p. 491. [Consultado em 16/5/2016]. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=aJs4UPzoq7QC&pg=PA491&lpg=PA491&dq=#v=onepage&q&f=false>.

⁴⁸⁸ Fernando da SOLEDADE, *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*, tomo III, Lisboa, Oficina de Manoel e Joseph Ferreyra, 1705, p. 380 in Saúl António Gomes, *op. cit.*, p. 265.

⁴⁸⁹ Saúl António GOMES, *Reis de Portugal, D. Afonso V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 262.

⁴⁹⁰ *Ibidem*.

se remontasse nos voos da elegância o poderia declarar»⁴⁹¹ e António Caetano de Sousa assinala uma passagem no seu testamento, lavrado por outro franciscano seu confessor, frei João de S. Mamede⁴⁹², o qual expressa essa afetuosidade para com a Ordem de S. Francisco: «tanto que eu falecer trigosamente se digam mil missas rezadas com seus responsos e dem desmolla quinze reis por cada missa com seu responso e todas seja de requiem as quaes se mandem dizer pellos moesteiros da observância de San Francisco deste regno». ⁴⁹³

O franciscanismo de D. João II está também identificado nos itinerários referenciados aos lugares franciscanos de sua particular devoção, onde realiza as suas promessas e novenas, como são os casos de Nossa Senhora do Espinheiro em Évora, de Santa Maria das Virtudes, perto de Azambuja, de S. António da Castanheira, na Loja Nova em Vila Franca de Xira, de Nossa Senhora da Pena em Sintra, S. Domingos da Queimada em Armamar e do convento de Santo António do Varatojo.⁴⁹⁴ É interessante constatar que D. João II permanece na região de Torres Vedras, de 31 de março de 1493 até 23 de setembro do mesmo ano, presume-se que a maior parte do tempo tenha sido passado no convento de Santo António do Varatojo, de acordo com o registo de Joaquim Veríssimo Serrão, reportado ao dia 8 de abril de 1493. Refere este historiador que D. João II passou a semana de Pascoela no convento do Varatojo ou em outra instituição religiosa nas proximidades de Torres Vedras, admitindo que nesse tempo tivesse sido realizado o Conselho para resolução do litígio entre Portugal e Castela, motivado pelo descobrimento oficial de Cristóvão Colon, em conformidade com os depoimentos de Rui de Pina e Garcia de Resende.⁴⁹⁵

Refere Manuela Mendonça que D. João II contou ainda com frei António de Elvas como seu confessor, o qual foi por duas vezes vigário geral dos franciscanos. Foi fiel a D. João II nos momentos mais intensos da sua vida, e nomeou-o na embaixada que foi enviada aos Reis Católicos para negociar a anulação das Terçarias de Moura.

⁴⁹¹ Manuel da ESPERANÇA, *Compêndio da História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, vol. 3, Lisboa, António Craesbeeck, 1666, in Manuela MENDONÇA, *Franciscanismo dos Monarcas do século XV*, Actas do Seminário, O Franciscanismo em Portugal – Séc. XIII-XVI, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, p. 146.

⁴⁹² Fernando da SOLEDADE, *op. cit.*, pp. 345 e 361-364 in Saúl António Gomes, *op. cit.*, p. 265.

⁴⁹³ António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II, 1ª parte, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1742, p. 11, in Manuela MENDONÇA, *Franciscanismo dos Monarcas do século XV*, p. 146.

⁴⁹⁴ Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, passim.

⁴⁹⁵ Ibidem, pp. 493-494.

Quando frei António de Elvas morreu, foi substituído por frei João da Póvoa, que entregou com a mesma intensidade, uma dedicação junto de D. João II. João da Póvoa foi pregador da bula de cruzada conferida por Inocêncio VIII, a pedido de D. João II, em 1485, tendo ainda sido conselheiro, confessor e redator do seu testamento.⁴⁹⁶

D. Manuel I foi educado por D. Diogo da Silva Meneses, que se tornou conde de Portalegre em 1498, irmão de dois franciscanos espirituais, a Santa Beatriz da Silva e o do Beato Amadeu da Silva, autor da obra *Apocalypsis Nova* embebida em messianismo.⁴⁹⁷ João Paulo Oliveira e Costa descreve que «desde a tenra idade, D. Manuel I conviveu com pessoas profundamente identificadas com a mística e o fervor dos reformadores da ordem franciscana, o que se refletiria depois em vários aspectos da sua política».⁴⁹⁸

Salienta-se também a importância que tinha a Ordem Terceira de S. Francisco, que incorporou inúmeros membros da Coroa de Portugal, desde o século XIII ao XVI. Para melhor elucidação deste panorama podem-se encontrar os membros da mais elevada nobreza a professar nesta ordem: os reis D. Sancho II (1209-1248), D. Afonso IV (1291-1357), D. Pedro I (1320-1367), D. Fernando (1345-1383) e D. Afonso V (1432-1481), as rainhas Santa Isabel (1271-1336), D. Brites (1293-1359), mulher de D. Afonso IV, D. Leonor (1458-1525) mulher de D. João II, D. Constança de Noronha (1394-1480), primeira duquesa de Bragança, D. Constança (1290-1313) filha de D. Dinis, que se tornou rainha de Castela, as duas filhas de D. Afonso IV, D. Maria (1313-1357) que foi rainha de Castela e D. Leonor (1328-1348) rainha de Aragão, D. Isabel mulher de D. Pedro, o infante das Sete Partidas, D. Catarina (1436-1463), filha de D. Duarte e D. Teresa Martins mulher de Afonso Sanches, filho de D. Dinis.⁴⁹⁹

Sucintamente, Luís Filipe Thomaz descreve o quadro que contém os principais ingredientes desse messianismo interpretado pelos franciscanos espirituais, agentes primordiais no empreendimento marítimo concretizado pela Ordem de Cristo, cujos

⁴⁹⁶ Manuela MENDONÇA, *Franciscanismo dos Monarcas do século XV*, p. 147.

⁴⁹⁷ Luís Filipe THOMAZ, *Descobrimentos e Evangelização*, p. 118.

⁴⁹⁸ João Paulo OLIVEIRA E COSTA, *Reis de Portugal, D. Manuel I*, p. 50.

⁴⁹⁹ Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1967, vol. I, p. 334.

discípulos de S. Francisco foram influenciados pela questão escatológica da Igreja e da ideologia de Joaquim da Fiori.⁵⁰⁰

Percorrido um caminho para a concetualização dos princípios do messianismo paraclitianiano de Joaquim da Fiori e as suas relações com a ala espiritual franciscana, conhecida pelos Frades Menores Observantes que influenciaram as classes dirigentes dos séculos XV e XVI, dar-se-á seguidamente espaço para analisar o pensamento messiânico de duas personalidades que foram determinantes para a definição dos impérios a Ocidente e a Oriente: o almirante Cristóvão Colon e o rei D. Manuel I.

III. 2 Comparação dos messianismos colonino e manuelino

Estas duas personalidades viveram as influências do ambiente franciscanista espiritual difundido na Península Ibérica e é plausível que tivesse havido alguns contactos entre si, como foi o caso verificado antes do regresso de Cristóvão Colon a Castela, em 11 de março de 1493.

Tanto Cristóvão Colon como o rei D. Manuel I tinham em mente a conquista de Jerusalém, uma ideia que pairava também no pensamento dos seus contemporâneos, porque este projeto estava intimamente ligado à aventura das Descobertas. Cristóvão Colon pretendia utilizar as riquezas conquistadas no Novo Mundo para financiar esta cruzada e D. Manuel I recebia um apoio fervoroso do seu conselheiro Duarte Galvão,⁵⁰¹ um dos amigos mais próximos de Afonso de Albuquerque. A respeito desta identidade com a recuperação de Jerusalém identificam-se citações coincidentes do Antigo Testamento, na pena de Duarte Pacheco Pereira e de Cristóvão Colon, sobre a mina de Ofir. Referem-se uma vez mais, ao ouro recolhido pelo rei Salomão para a construção do templo sagrado de Jerusalém. Duarte Pacheco Pereira evoca a passagem do Paralipómeno ou Primeiro Livro dos Reis, relacionando a bíblica Ofir com a grande mina que foi encontrada na região de Sofala, em Moçambique, de onde foram tomados os quatrocentos e vinte talentos de ouro.⁵⁰²

Neste período, Sofala era vista como uma grande fonte de ouro que acabou por

⁵⁰⁰ Luís Filipe THOMAZ, *Descobrimentos e Evangelização*, p. 112.

⁵⁰¹ Jean AUBIN, *Duarte Galvão*, in Arquivos do Centro Cultural Português, 1975, pp. 43-85 in Geneviève BOUCHON, *Afonso de Albuquerque, Leão dos Mares da Ásia*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000, pp. 96-97.

⁵⁰² Bíblia, *Primeiro Livro dos Reis* 9: 26-28, que na Vulgata é conhecido por Paralipómeno.

não demonstrar a sua capacidade comercial como ocorria com S. Jorge da Mina.⁵⁰³ Esta relação de Ofir com Sofala revela uma crença inabalável numa geografia espiritual, assente na Sagrada Escritura. Ofir não tinha um lugar cartográfico, referindo-se a um país no período bíblico, famoso pelo seu ouro, cujo comércio poderia ter ocorrido entre a Palestina e Ofir através do mar, a partir do porto de Ezion-Geber, referenciado apenas ao tempo do rei Salomão.⁵⁰⁴ Uns localizavam Ofir como uma ilha no mar Roxo, outros na Índia entre o rio Indo e a China, outros ainda sugeriram que fosse situada ao longo da costa da Península Arábica.⁵⁰⁵

Sobre esta passagem no prefácio do *Esmeraldo de situ orbis*, Luís Filipe Thomaz reforça a intenção de Duarte Pacheco Pereira em colocar D. Manuel I como o impulsionador da descoberta de Sofala, considerada a Ofir de Salomão, argumentando que tudo isso se devia a uma eleição divina particular e que entre todos os príncipes ocidentais da Europa, Deus escolheu o rei D. Manuel I.⁵⁰⁶ Sublinha ainda Luís Filipe Thomaz o interesse em identificar esta conceção, toda igual àquela que foi germinando na mente de Cristóvão Colon, esta conceção mística da riqueza, a tal ponto de forçar estes homens a confessarem-se e a comungarem antes de os enviar para recolherem o ouro.⁵⁰⁷

Cristóvão Colon cita no seu *Libro de las Profecías*, a partir dos Reis, Crónicas e Jeremias, do Antigo Testamento, dezassete referências a Ofir. E para fundamentar esta sua condição de predestinado providencial, recorre também à obra de Flávio Josefo, que Colon intitulou *Josepius De Antiquitatibus*, a partir da qual descreve a frota de navios mandada construir pelo rei Salomão no canal egípcio do mar Roxo. Nesta citação vem enunciado que o rei Salomão enviou muitos navegadores e especialistas em ciências marítimas para encontrarem o lugar chamado Ofir, o qual se tinha passado a chamar *País do Ouro*, localizado na Índia e donde mandou recolher quatrocentos talentos de ouro.⁵⁰⁸ Nas citações relativas às Crónicas I e II regista-se a riqueza aurífera de Ofir que

⁵⁰³ A. R. DISNEY, *op. cit.*, pp. 285-286.

⁵⁰⁴ Encyclopaedia Judaica, vol. 12, Jerusalem, Keter Publishing House Ltd., 1971 pp. 1413-1414.

⁵⁰⁵ Ibidem.

⁵⁰⁶ Luís Filipe THOMAZ, *L'idée impériale manuéline*, p. 79.

⁵⁰⁷ Gonzalo Fernandez de OVIEDO Y VALDÉS, *Historia General y natural de las Indias, islas y tierra-firme del Mar Oceano*, BAE, t. 117, pp. 120-121, in Luis Filipe THOMAZ, *L'idée impériale manuéline*, p. 80.

⁵⁰⁸ Flávio JOSEFO, *Antiquities of the Jews*, book 8, cap. 3, in Delno C. WEST e August KLING, *op. cit.*, p. 88.

teria garantido a edificação de Jerusalém pelo rei Salomão.⁵⁰⁹

Paralelamente a Ofir, outro toponímico bíblico foi exaustivamente citado por Cristóvão Colon. Trata-se de Társis que segundo a Enciclopédia Judaica era um porto distante de onde vinha para a Palestina a prata, o ferro, estanho, chumbo, marfim, macacos e pavões, cuja localização era incerta e por vezes contraditória, de acordo com as indicações bíblicas.⁵¹⁰ Em conformidade com as Crônicas II, 20:36, Társis deveria situar-se algures no Mar Vermelho ou no oceano Índico, onde o rei Salomão possuía a denominada *frota de Társis* sediada em Ezion-Geber, tal como descrito em Reis I, 10:22.⁵¹¹ Nesta referência do Antigo Testamento aparece descrito que de três em três anos, os navios vinham carregados de ouro, prata, marfim e pavões. Este topónimo aparece sessenta vezes registado no *Libro de las Profecías*, buscado a partir das citações bíblicas do Génesis, Reis, Crônicas, Judite, Salmos, Isaías e Jeremias. A relação de Ofir, Társis, ouro, Salomão e a reconstrução do templo de Jerusalém são elementos cruciais na mentalidade espiritual de Cristóvão Colon, determinantes na sua obstinação firme quanto ao projeto das Índias.

Geneviève Bouchon considerou que D. Manuel I manifestava essa vontade própria, de recuperar Jerusalém, através do grande auxílio que prestava às expedições cristãs no Mediterrâneo, assumindo um papel privilegiado para conceber uma estratégia projetada ao oceano Índico, na tentativa de alcançar o Islão pela retaguarda. Eram enviados emissários aos soberanos europeus da Cristandade para encorajar a concretização do projeto de Jerusalém. A sua determinação recebeu motivação acrescida, com o sucesso da armada da Índia, em julho de 1505, capitaneada por Lopo Soares de Albergaria, acompanhado por Duarte Pacheco Pereira, ambos trazendo conquistas e vitórias.⁵¹²

Afonso de Albuquerque alcançou o estatuto de intérprete bem posicionado para colocar em prática os intentos de D. Manuel I, Senhor da Conquista de Ormuz, de Goa e de Malaca, como se pode constatar por esta passagem: «Senhor, mamdai fazer a guerra, porque de bõa guerra vem bõa paz».⁵¹³ Neste capítulo das causas da guerra contra os

⁵⁰⁹ Ibidem, fol. 57 v.; Crônicas II [8:6, 17, 18]; Ibidem, p. 223.

⁵¹⁰ Encyclopaedia Judaica, vol. 15, Jerusalem, Keter Publishing House Ltd., 1971 p. 825.

⁵¹¹ Ibidem.

⁵¹² Geneviève BOUCHON, *op. cit.*, pp. 96-97.

⁵¹³ Maria Clara JUNQUEIRO, *Afonso de Albuquerque à Luz dos requisitos da guerra justa*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985,

infiéis é referido que essa intenção seguiu o propósito de difundir a fé, comportamento sempre presente nas políticas dos reis de Portugal.⁵¹⁴ Numa carta dirigida a D. João III é expressamente mencionado que «Este foy o principal intento del rey dom Manuel de gloriosa memória vosso pay».⁵¹⁵

João Paulo Oliveira e Costa sintetiza a política imperial manuelina enquadrada num ambiente de expectativas e de misticismo, onde o rei D. Manuel I se considerava um eleito por Deus para levar em frente a missão que lhe estava reservada, cuja ideologia parecia revestida de utopia.⁵¹⁶ D. Manuel I também absorveu esse ambiente místico característico do século XV, envolto num providencialismo milenarista que o associou a personagens do Antigo Testamento, a exemplo dos reis David ou Salomão.⁵¹⁷

Da análise de Luís Filipe Thomaz resulta que a ideia imperial manuelina representa uma síntese de todos os projetos de cruzada, mitos, aspirações e utopias próprios da Idade Média mas sobretudo essa ausência de modernidade que prevalece na sua conceção do poder, na sua obsessão com a recuperação de Jerusalém e no seu messianismo de ímpeto joaquimita.⁵¹⁸ Gil de Viterbo, geral dos Agostinhos, visualizou na ação de D. Manuel I «o rei messiânico que havia de derrotar definitivamente o Islão, reformar a Igreja e estabelecer o Império e a Paz Universal».⁵¹⁹

Se D. Manuel I materializou as conquistas para a formação do Império Português no Oriente, outro místico catapultou o desvelamento das fronteiras do Novo Mundo, que segundo o padre Nicolau de Oliveira, se deveu também à experiência e conhecimento das navegações portuguesas a Ocidente. Relata este sacerdote que «ficando a mão direita as Antilhas de Castela achadas também por portugueses e por eles reveladas a Cristóvão Colombo que naquele tempo residia na ilha da Madeira, qual

p. 197: Carta de Afonso de Albuquerque ao rei D. Manuel I, de 16 de outubro de 1510, in Cartas de Afonso de Albuquerque, tomo I, p. 20.

⁵¹⁴ Ibidem, p. 199: *Por que causas se pode mover guerra justa contra infiéis*, in As Gavetas da Torre do Tombo, vol. II, pp. 676-685.

⁵¹⁵ Ibidem: *Por que causas se pode mover guerra justa contra infiéis*, in As Gavetas da Torre do Tombo, vol. II, p. 684.

⁵¹⁶ João Paulo Oliveira e COSTA, *Reis de Portugal, D. Manuel I*, p. 175.

⁵¹⁷ Ibidem, p. 177.

⁵¹⁸ Luís Filipe THOMAZ, *L'idée impériale manuéline*, p. 98.

⁵¹⁹ Carmen RADULET e Luís Filipe THOMAZ (ed.), *Viagens Portuguesas à Índia (1497-1513)*, Fontes Italianas para a Sua História, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 2002, p. 41 in João Paulo Oliveira e COSTA, *Reis de Portugal, D. Manuel I*, p. 177.

por esta informação fez depois o descobrimento e tão importante para a Coroa de Castela».⁵²⁰

O messianismo de Cristóvão Colon está associado aos franciscanos observantes, os espirituais, que se pode comprovar pelos seus escritos, reveladores de uma espiritualidade genuína e da sua natureza religiosa. Sempre que sentia a presença de um perigo ou uma dificuldade extrema, Cristóvão Colon fazia votos religiosos, promessas de peregrinação e penitências. Encontramos assim, Colon atraído pela ideologia dos espirituais, compelidos pelo recolhimento, inspirados na pobreza e na oração, movimento que floresceu entre os franciscanos em Castela, depois de 1480. Bartolomé de Las Casas, cronista da História das Índias Ocidentais, faz um retrato da religiosidade de Cristóvão Colon, no princípio da História das Índias, com especial relevo para as expressões que utilizava com frequência e para as manifestações do seu comportamento religioso. São exemplos as evocações à Santíssima Trindade e à Virgem Maria, o juramento a S. Fernando e a devoção a S. Francisco.⁵²¹

A ligação aos franciscanos e a influência que estes exerceram na mentalidade de Colon, podem-se também testemunhar nas palavras de Alain Milhou que reuniu a posição de muitos historiadores, confirmando o papel dos franciscanos na preparação e realização do projeto colonino. Este investigador não só refere a ligação e a devoção de Colon à Ordem de S. Francisco, presente nos escritos de Bartolomé de Las Casas mas também as suposições do Padre Steck, que apontavam para os contactos proveitosos que Colon manteve em Portugal com franciscanos, antes de 1485, já que se dirigiu ao convento de La Rabida em Huelva com uma carta de recomendação de frades portugueses.⁵²²

A onnipresença do Espírito Santo, a devoção e a afetividade que tem à terceira Pessoa da Santíssima Trindade é amplamente notada na carta que dirigiu aos Reis Católicos em 1501, a qual consta no seu *Libro de las Profecías*. Esta obra denota a complexidade da formação do navegador, pelo extenso rol de citações de diversas autoridades religiosas, profetas e filósofos. As expressões que utiliza são evidentes no

⁵²⁰ Nicolau de OLIVEIRA (1566-1634), *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado VIII, cap. IV, Ordem da Santíssima Trindade, 1620, fol. 171 f.-171 v. [Consultado em 18/5/2016]. Disponível em https://books.google.pt/books?id=at4rtCgU1P0C&printsec=frontcover&hl=pt-pt&source=gbs_ge_summary_r#v=onepage&q&f=false

⁵²¹ Bartolomé de LAS CASAS, *op. cit.*, tomo I, p. 44, in Alain MILHOU, *op. cit.*, pp. 31-32.

⁵²² Alain MILHOU, *op. cit.*, p. 33.

plano do vocabulário afetoso, sensível e místico, como por exemplo: «Nuestro Señor me abrió la voluntad, este fuego, esa lumbre, consolar, consolación suabísima, milagro, revelar, revelación».⁵²³ Nessa mesma carta, escreve Colon: «Respondo aquello que dixo San Mateus: O, Señor, que quisistes tener secreto tantas cosas a los sabios, y rebelástelas a los ynoçentes!».⁵²⁴ Alain Milhou adianta que no entendimento de Cristóvão Colon, o Espírito Santo pode fazer de um humilde secular um eleito e porta-voz de Deus.

Como assinalou ainda, Alain Milhou, a consciência e a cultura messiânica de Cristóvão Colon, este visionário profético, estão perfeitamente identificadas com as ideias de Joaquim da Fiori, aliás, este ponto merece uma avaliação inequívoca, como se comprova pelas diversas passagens no *Libro de las Profecías*. Registou nesta sua obra que o abade calabrês, Joaquim da Fiori, predisse que viria de Espanha aquele que restauraria a fortaleza de Sião.⁵²⁵

A correlação espiritual colonina e manuelina encontra correspondência no Salmo 72 do Antigo Testamento. Segundo Luís Filipe Thomaz, aquele é o «salmo messiânico por excelência» dedicado ao rei Salomão, que se afigura inspirador da conduta do rei D. Manuel I.⁵²⁶ Já antes, em dezembro de 1485, este salmo vinha explicitado na Oração de Obediência que Vasco Fernandes de Lucena dirigiu ao Papa Inocêncio VIII.⁵²⁷ E também Cristóvão Colon elegeu este salmo no seu *Libro de las Profecías*, particularmente no que se refere aos tributos e dons dos reis de Társis e das ilhas, de Sabá e de Seba que deveriam ser oferecidos ao rei Salomão, em louvor da sua fama para que todas as raças aclamassem a sua felicidade.⁵²⁸ Está bem visível a centralidade que o rei Salomão tinha no pensamento de Cristóvão Colon, acrescentando outro trecho do Salmo 72 que manifesta a vontade do rei de Israel dominar todo o mar até aos confins da Terra.⁵²⁹ Na menção a este salmo, Colon aditou uma glosa do franciscano Nicolau de Lira, um dos seus mentores para o estudo da história e das profecias da Bíblia, juntamente com S. Agostinho e Pierre d'Ailly, que sem margem para grandes dúvidas, teria sido iniciado em 1481, quando ainda se encontrava em Portugal aquando da

⁵²³ Ibidem, p. 95.

⁵²⁴ Cristóvão COLON, *op. cit.*, fl. 4.

⁵²⁵ Ibidem, fl. 67 v.

⁵²⁶ Luís Filipe THOMAZ, *L'idée impériale manuéline*, p. 80.

⁵²⁷ Oração de Obediência de Vasco Fernandes de Lucena, em 11 de dezembro de 1485, dirigida a Inocêncio VIII, in Abel Fontoura da COSTA, *Às portas da Índia em 1484*, p. 85.

⁵²⁸ Cristóvão COLON, *op. cit.*, fl. 8 v.; Bíblia, Salmo 72:10-11, 17, 19.

⁵²⁹ Ibidem, fl. 21 v.; Bíblia, Salmo 72:8.

formação do seu grande plano.⁵³⁰ Esta glosa é um atributo ao grande oceano concebido como um único mar mas designado de diferentes modos segundo as suas partes, em cujas terras, alguns receberam a fé de Cristo mediante a predicação dos apóstolos e outros discípulos, seguindo o preconizado no Salmo 19 de David, pois que a toda a Terra chega o eco de Deus e ao extremo do mundo a sua linguagem.⁵³¹ Colon para reforçar este seu argumento acrescentou um motivo do Novo Testamento, baseado em Mateus, capítulo 28: «Toda a autoridade Me foi dada no céu e sobre a Terra. Portanto ide e fazei que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo o que vos ordenei».⁵³²

A natureza místico-religiosa de Cristóvão Colon fica demonstrada pela compilação de profecias que reuniu no *Libro de las Profecías*, para fundamentar a sua condição de predestinado, eleito, o escolhido para a descoberta, evangelização e desenvolvimento do Novo Mundo, acreditando nestes recursos para promover a cruzada para Jerusalém.⁵³³ Similarmente, D. Manuel I alimentou a sua obsessão por Jerusalém, intuído pelo seu estatuto de *imperador universal*, governador do Quinto Império esse reino de Deus sobre a Terra,⁵³⁴ profetizado por Daniel defronte o sonho de Nabucodonosor. O cronista Fernando Oviedo escreveu, poucas décadas depois da oficialização da descoberta do Novo Mundo, que este era o maior acontecimento da história imediatamente após a Encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo.⁵³⁵ Eduardo Lourenço considerou esta imagem de Oviedo revestida de ingenuidade, não tanto por glorificar a fortuna de Castela mas porque anunciava a compenetração de um novo tempo profano consubstanciado na descoberta de novas terras e gentes, comparado com o mistério da Encarnação.⁵³⁶ O misticismo envolto no desvelamento do mundo somente encontrava fundamentação no pensamento profético e messiânico, legitimamente interiorizado por Cristóvão Colon e D. Manuel I mas de certa forma, ainda distantes da modernidade.

Cristóvão Colon revela no seu *Libro de las Profecías* um profundo encantamento pela Cidade Sagrada e Monte de Sião, constatando-se uma intencionalidade na glorificação de Sião, um topónimo que aparece repetido em 84

⁵³⁰ Delno C. WEST e August KLING, *op. cit.*, pp. 91-92.

⁵³¹ Cristóvão COLON, *op. cit.*, fl. 21 v.; Bíblia, Salmo 19:1-5.

⁵³² Ibidem, fl. 21 v.; Bíblia, Mateus 28:18-20; Delno C. WEST e August KLING, *op. cit.*, p. 155.

⁵³³ Delno C. WEST e August KLING, *op. cit.*, p. 68.

⁵³⁴ Luís Filipe THOMAZ, *L'idée impériale manuéline*, p. 98.

⁵³⁵ Eduardo LOURENÇO, *op. cit.*, p. 30.

⁵³⁶ Ibidem.

citações recolhidas pelo navegador, a partir do Livro dos Salmos, Eclesiástico, Isaías, Jeremias, Baruch, Joel, Abdias, Miqueias, Sofonias e Zacarias. Na Bíblia, mais propriamente no Antigo Testamento, são fornecidas várias interpretações acerca de Sião, podendo significar o assento do Criador, a escolhida para a morada do Senhor, a mãe universal, centro do universo, santuário do Senhor, lugar onde todos poderão sentir a proximidade de Deus e nome alternativo a Jerusalém. Conforme já foi abordado, Santo Agostinho moldou a mentalidade espiritual de Colon, ao ponto das *Confissões* terem sido objeto de estudo para inclusão no *Libro de las Profecías*. É precisamente em Santo Agostinho que foi recolher inspiração para evocar o estatuto bem-aventurado de Jerusalém, a cidade «Pátria e Mãe, e para Vós, que sois o seu Rei, o seu Iluminador, o seu Pai, Defensor, Esposo, as suas castas e perpétuas delícias, a firme alegria, numa palavra, todos os bens inefáveis, porque sois único, sumo e Verdadeiro Bem».⁵³⁷

As fontes por excelência do alumbramento colonino são fundamentadas nas autoridades proféticas do Antigo Testamento, secundadas pelos doutores da Igreja que para além de Santo Agostinho, teve em Santo Isidoro de Sevilha uma fonte privilegiada. A sua dimensão profética leva-o a citar as *Etimologias* para clarificação das sete profecias tipificadas por Santo Isidoro, enfatizando a sétima que tem a plenitude do Espírito Santo, a qual está presente em todos os profetas.⁵³⁸ Durante a sua vida, Cristóvão Colon reclamou uma visão de natureza profética, acreditando que o Espírito Santo lhe comunicou que o seu nome iria ser proclamado através da humanidade, decorrente da descoberta do Novo Mundo.⁵³⁹

Para D. Manuel I e Cristóvão Colon, a restituição da Casa Santa de Jerusalém representava a salvação para o drama escatológico, capaz de iniciar a nova era de um reino indestrutível, sob a égide do Espírito Santo. Jean Aubin sintetizou muito bem essa multitude de dimensões manuelinas e coloninas ao concluir que D. Manuel I e Cristóvão Colon representaram a maior mudança no equilíbrio mundial, no termo do século XV.

⁵³⁷ Santo AGOSTINHO, *Confissões*, livro 12, cap. 16, in Cristóvão COLON, *op. cit.*, fl. 16.

⁵³⁸ Santo ISIDORO, *Etimologias*, livro 7, cap. 8, in Cristóvão COLON, *op. cit.*, fl. 12 v.

⁵³⁹ Delno C. WEST e August KLING, *op. cit.*, pp. 53-54.

CONCLUSÃO

A percepção do Império Português corresponde ao período da conceção ou percebimento do domínio territorial marítimo do Atlântico Sul que foi sendo elaborado, incubado ou preparado nos reinados de D. João II e nos primórdios do de D. Manuel I. Existe nesta nomenclatura uma ideia intrinsecamente gestacional com objetivos determinados nas ações políticas, joanina e manuelina. Esta gestação operou-se num ambiente ibérico complexo, competitivo e sigiloso, a par da percepção do Império de Castela, que concentrou uma elevada dinamização de ações políticas, operacionais e diplomáticas entre os tratados de Alcáçovas e de Tordesilhas. Neste enquadramento identificaram-se agentes que promoveram um conjunto de ações, movimentações e influências, designados por elos bilaterais luso-castelhanos na percepção do Império Português. Um desses elos foi o almirante Cristóvão Colon, figura incontornável da História Universal, cuja formação náutica e espiritual foi concebida em Portugal e com os portugueses. A sua condição bilateral ibérica colocou-o confrontado sob diferentes perspetivas históricas no contexto do seu relacionamento com Portugal e com Castela.

A metodologia seguida na presente dissertação permitiu uma abordagem holística e interdisciplinar para sistematização do conhecimento disponível nas fontes primárias e secundárias, permitindo concluir que Cristóvão Colon não serviu D. João II, inserido na rede de espionagem que o monarca dispunha em Sevilha. A sua ideologia messiânica incubou no seu pensamento, uma obstinação e predestinação para a realização de um feito de dimensão profética – a descoberta do Novo Mundo – onde o rei D. João II soube retirar os dividendos estratégicos para obter o domínio do Atlântico Sul, crucial para a concretização do plano da Índia.

O conhecimento global dos oceanos era ainda escasso, mas Portugal detinha uma posição geoestratégica privilegiada para desbravar os domínios geográficos com recursos a conhecimentos náuticos em franco desenvolvimento. Era notória a discrepância entre o conhecimento teórico muito baseado nas autoridades bíblicas e medievais e o conhecimento experimental que os homens do mar iam desvelando.

Em pleno século XV a cosmografia ibérica já tinha assumido plenamente a noção de esfericidade da Terra, contando com a experiência de Eratóstenes realizada no século III a. C., mas as noções de dimensão e das proporções dos continentes, ilhas e oceanos era ainda débil. Esta deficiência vinha demonstrada na adoção diferenciada do

valor do grau meridiano ou terrestre, que genericamente levou os portugueses e Espanhóis a adotarem o valor de 16,66 léguas, um valor muito diferente quando comparado com o que foi adotado por Cristóvão Colon, de 14,17 léguas. No que respeita ao valor da légua adotado por Cristóvão Colon este estudo permitiu concluir que aquele valor era de 5920 metros, conhecido como a antiga légua portuguesa.

D. João II demonstrou um sentido apurado na gestão da informação, a concluir pela dissimulação inerente à Oração de Obediência ao Papa Inocêncio VIII, em 1485, publicitando as conquistas nas proximidades do Promontório Prasso. Uma vez alcançado o Promontório Prasso que passou a chamar-se cabo da Boa Esperança, foi vital manter este facto sob alguma reserva, verificando-se a sua omissão da parte dos cronistas. Os Reis Católicos demonstraram ter conhecimento desta missão de Bartolomeu Dias, através do relato em carta dirigida a Cristóvão Colon em cinco de setembro de 1493, mas esses territórios estavam blindados para Portugal, ao abrigo do tratado de Alcáçovas. Ao invés, o feito de Cristóvão Colon não passou despercebido das crónicas portuguesas.

Portugal e Castela tinham um mesmo objetivo comum: rumar ao Oriente. Para alcançar este objetivo ao serviço dos Reis Católicos, as concepções geográficas de Toscanelli pesaram profundamente na insistência do projeto de Cristóvão Colon. A par disto foram também confrontadas as durações dessas duas expedições. O ciclo de ida e volta da primeira viagem de Cristóvão Colon teve uma duração de 110 dias, enquanto a viagem de Bartolomeu Dias durou 16 meses. Em Portugal, esta questão não foi consensual por parte dos especialistas náuticos de Quatrocentos, conforme foi registado por Duarte Pacheco Pereira, lembrando que existiram muitos debates a esse respeito, sobre a melhor rota para o Oriente.

A segunda metade da década de 80 quatrocentista foi muito rica de eventos com um peculiar significado histórico, no plano das expedições por terra e por mar, a que se junta o processo forense que determinou as penas dos conspiradores contra D. João II e a fuga de alguns nobres para Castela. Esta situação colocou sob pressão o fluxo de informações bilaterais luso-castelhanas que tinham tido uma expressão crucial na correspondência que o duque de Bragança mantinha com os Reis Católicos, veiculando vontades contra as políticas de D. João II.

D. João II conhecia bem a obstinação de Cristóvão Colon pelo projeto rumo ao

Oriente pelo Ocidente, mantendo o monarca a vigilância abrangente e necessária sobre as movimentações dos seus mais diretos competidores. D. João II reconheceu o apreço, a indústria e o engenho de Cristóvão Colon, através de carta dirigida em 1488, fazendo-lhe um apelo para vir a Portugal porque no que lhe respeitava, seria motivo do seu contentamento, sem temer qualquer intervenção da justiça. Sabe-se no entanto que o navegador deslocou-se para Castela em 1485 quando houve uma fuga de nobres portugueses que aí se exilaram. A sua movimentação em Sevilha não era de qualquer modo casual, agilizada no contexto de contactos privilegiados, como foi o caso de um dos mais destacados representantes da Casa de Bragança e seu protetor, D. Álvaro de Portugal.

A hipótese do navegador ser espião ao serviço de D. João II não encontra correspondência nesta proximidade social e afetiva de Colon com D. Álvaro de Bragança. Este raciocínio aplica-se também a D. Lopo de Albuquerque que andou fugido pela Europa sendo perseguido por D. João II. Cristóvão Colon teve como criado Diego Mendez de Segura, homem do círculo de confiança do conde de Penamacor. Em associação com esta linha de pensamento, regista-se o teor da carta que Cristóvão Colon escreveu um ano antes da sua morte, em 1505, ao rei D. Fernando, o Católico, expressando a sua resignação, porque ao longo de catorze anos não conseguiu convencer o rei D. João II sobre o alcance do seu projeto ao Oriente na direção do Ocidente.

O duque de Medina Sidónia informou os Reis Católicos sobre a armada de D. Francisco de Almeida, sendo o duque muito próximo de Cristóvão Colon e do duque de Bragança, facto que não é concordante com o estatuto de espião. Agitaram-se deste modo, as ações da política externa entre os dois reinos ibéricos. Os Reis Católicos enviaram o mensageiro Herrera que requereu a D. João II a suspensão da armada de D. Francisco de Almeida, até ser determinado a quem pertenciam os novos territórios. Paralelamente, encontrava-se em estado de prontidão a armada da Vizcaya que tinha sido formada para responder a ações navais desencadeadas pelo rei D. João II. Decorreu desta conjuntura uma preocupação incessante na estratégia seguida pelos Reis Católicos, traduzida na ordem emergente e insistente para o aprontamento de uma frota massiva em direção ao Novo Mundo.

As informações trazidas do Novo Mundo não correspondiam ao oceano Índico nem à mítica ilha de Cipango, mas mesmo assim, D. João II persistiu em manter o interesse estratégico pelas terras do Ocidente. A leitura de István León-Borja é uma referência central, considerando que a execução do projeto colonino reacendeu as rivalidades luso-castelhanas e o tratado de Tordesilhas aparece para os Reis Católicos como um dilema entre renunciar o projeto colonino, ao abrigo do tratado de Alcáçovas ou forçar a novas negociações com D. João II.

Na explanação dos elos luso-castelhanos sobressaem os fundamentos imbricados no documento do memorialista e a declaração do malogro da primeira viagem de Cristóvão Colon ao Novo Mundo. O autor do *El Memorial Portugués de 1494* escreveu que o projeto das Índias foi uma demonstração falsa do inimigo, uma obra do diabo sem fundamentação na Sagrada Escritura. O memorialista está em tudo identificado com a Casa de Bragança e manifestou desacordo com os projetos das Índias de Cristóvão Colon, concretamente na afetação de recursos humanos, materiais e financeiros que provaram um retorno assaz diminuto. Identifica-se uma incompatibilidade de interesses protagonizados por Cristóvão Colon na defesa do seu projeto e os defendidos pelo memorialista que mostrava uma inequívoca atração pelas conquistas e riquezas de África. O projeto de Colon não correspondia de todo, às aspirações dos nobres portugueses exilados em Sevilha.

O memorial de *La Mejorada* evidenciava bem a preocupação de Cristóvão Colon quanto ao sucesso da viagem de Vasco da Gama à Índia, face ao malogro das duas primeiras viagens ao Novo Mundo. O seu estado psicológico fragilizou-se como se demonstra em carta dirigida à ama do príncipe D. Juan de Castela em 1500. Passados sete anos após a sua chegada a Lisboa, manifestou uma espécie de desafogo nessa missiva, onde fala da tempestade, desprovido de velas para prosseguir a viagem e acusado de ter vindo ao reino de Portugal para oferecer as Índias ao rei D. João II.

Em março de 1502, numa altura em que se operava a progressão estimulante dos portugueses no oceano Índico, os Reis Católicos demonstraram alguma resignação ao declararem a Cristóvão Colon, a vontade de manutenção de paz com D. Manuel I, pedindo que fossem ressalvadas as amizades entre os soberanos de Portugal e de Castela, na iminência do almirante se cruzar com a frota de Vasco da Gama, na sua última viagem.

Após o tratado de Tordesilhas, Cristóvão Colon prosseguiu convicto na sua demanda, até finalmente descobrir as minas de ouro e a pimenta em Veragua, riquezas tão ambicionadas para pôr em execução o projeto de recuperação da Casa Santa em Jerusalém. Esta descoberta acabou por desviar o almirante das informações que recolhera sobre a existência de um istmo na região de Ciguare que separava um outro oceano, a nove dias de caminho. Deste modo, Cristóvão Colon nunca chegou a vislumbrar o oceano Pacífico que Fernão de Magalhães cruzou 18 anos depois, apesar de possuir informação de que navegando mais dez dias alcançaria as costas da China de Marco Polo.

Na perspectiva genealógica estabeleceram-se relações provenientes da confluência das casas de Trastâmara e de Avis e das principais famílias do reino, focalizando a relevância dos Noronhas e a sua relação familiar com os Perestrelos, por via do casamento de D. Filipa Moniz Perestrelo com Cristóvão Colon. Esta ligação entre Noronhas e Perestrelos fez-se através de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, com geração em Branca Dias Perestrelo e Isabel Perestrelo. Esta proximidade familiar determinou a identificação de alguns membros da família Noronha que tiveram relacionados com factos históricos, onde Cristóvão Colon esteve diretamente envolvido.

Cristóvão Colon conformou em Portugal os alicerces da sua formação náutica, humana e espiritual, que alimentou uma ideologia profética e messiânica, idêntica à que foi germinando na mente de D. Manuel I. Ambos foram impregnados pelos princípios do messianismo joaquimita, de natureza pareclitianiana, presente na matriz identitária portuguesa, muito promovida pelo movimento dos franciscanos espirituais em Portugal.

Constata-se uma intencionalidade na repetição contínua dos topónimos de Ofir e Társis, no ouro trazido por Salomão, no culto à cidade ou monte de Sião e a convicção da reconstrução do templo de Jerusalém, elementos focais da sua obstinação pelas Índias Ocidentais. Também D. Manuel I perseguiu essa fixação com Jerusalém, na condição de *imperador universal* aspirando governar o Quinto Império. Foi esta índole de eleito alumbrado, predestinado, envolto de messianismo, escolhido, persistente perseguidor do Novo Mundo que D. João II reconheceu em Cristóvão Colon, deixando que o seu ímpeto sonhador alimentasse o quadro estratégico joanino em prol da gestação do Império Português.

BIBLIOGRAFIA

I- Genealogias

BARUQUE, Julio Valdeón, *La dinastía de los Trastámara*, Madrid, Fundación Iberdrola, Ediciones El Viso, 2006.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Fac-simile da 2ª edição de Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921-1930, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973, Livro Primeiro, pp. 45-48 e Livro Segundo, pp. 78-79 e pp. 151-152.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Impressão do original manuscrito existente na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941, vol. VII, tomo XXI, p. 136 e p. 145, vol. VIII, tomo XXIII, p. 12.

MARTIN, Julio Larios, *Dinastias reales de España, Geografia politica y eclesiastica*, Madrid, Hidalguia, 1986, pp. 16-18.

SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Desde a sua origem até o presente. Com as Famílias Illustres que procedem dos Reys e dos Sereníssimos Duques de Bragança*, Lisboa, Joseph António da Sylva, 1737, tomo III, p. 125.

SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Livraria Editora Lda., 1948, tomo V, p. 244 e p. 284, 1954, tomo XII, parte II, p. 22.

SOUSA, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1742, tomo II, 1ª parte, p. 11.

II-Crónicas e outras fontes literárias

BARROS, João de, *Ásia de João de Barros, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.

BARROS, João de, *Da Ásia de João de Barros e de Diogo de Couto*, Lisboa, Regia Officina Typographica, 1778.

COLON, Cristóvão, *Libro de las Profecias*, fac-símile do original que se conserva na Biblioteca Capitular y Colombina del Cabildo Catredalicio de Sevilha, Madrid, Testemonio Compañía Editorial, 1984.

FERNANDES, Valentim, *Códice Valentim Fernandes*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 144-145.

GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel I*, 4 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade.

LAS CASAS, Bartolomé de, *Historia de Las Indias*, ahora por primera vez dada a la luz por el Marqués de la Fuensanta del Valle y D. José Sancho Rayón, 3 tomos, Publicação original: Madrid, Imprenta de Miguel Ginesta, 1875, Publicação virtual: Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007.

LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronicas DelRey Dõ Ioam de Gloriosa Memoria o I deste nome e dos Reys de Portugal o X e as dos Reys D. Duarte e D. Afonso o V*, cap. XXXIV, Lisboa, Antonio Alvarez Impressor DelRey, 1643, pp. 104-105.

PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de situ orbis*, Reprodução anastática da edição crítica anotada por Augusto Epifânio da Silva Dias, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1975.

PINA, Rui de, *Chronica d'El Rey Dom João II*, in José Corrêa da Serra, Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, tomo II, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1792.

PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, in José Corrêa da Serra, Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa dos Reinados de D. João I, D. Duarte,

D. Afonso V e D. João II, tomo I, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790.

REMÓN, Alonso, *Historia General de la Orden de Nuestra Señora de la Merced Redención de Cautivos*, tomo II, A la Magestad Catolica del Rey Nuestro Señor Filipe 4º, Madrid, 1633, fol. 89 r.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973.

RESENDE, Garcia de, *Chronica que tracta da vida e grandíssimas virtudes e bondades, magnânimo esforço, excelentes costumes & manhas, & claros feytos do Christianissimo Dom Ioão ho Segundo deste nome*, Lisboa, Impressa em Casa de Simão Lopez, 1596.

SERRA, José Correa da, *Chronica d'ElRey D. João II, por Ruy de Pina*, vol. IV, Cap. LXVI, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792.

III-Coletâneas documentais

MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimentos portugueses, Documentos para a sua História*, vols. II e III, 1461-1500, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

NAVARRETE, Martín Fernandez de, *Coleccion de los Viages y Descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV*, tomo I, Madrid, La Imprenta Real, 1825.

VARELA, Consuelo, *Cristobal Colón. Cartas y documentos completos*, 2ª Edición, Madrid, Alianza Editorial, 1989.

IV-Dicionários, enciclopédias e outras obras de referência

ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos portugueses*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. J-P, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, p. 195.

SAGRADA, Bíblia, *Edição Pastoral*, 3ª Edição, Apelação, Paulus Editora, 2009.

DOMINGUES, Francisco Contente (dir.), *Novo Dicionário da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores e Associação para o Desenvolvimento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016, pp. 289-293.

JUDAICA, Encyclopaedia, vol. 12, Jerusalem, Keter Publishing House Ltd., 1971, vol. 12, pp. 1413-1414 e vol. 15, p. 825.

V-Estudos

ALBUQUERQUE, Luís de, *Ciência e experiência nos Descobrimentos portugueses*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Edição sob os auspícios do Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Lisboa, 1983.

ALBUQUERQUE, Luís de, *Os Descobrimentos portugueses*, Lisboa, Alfa, 1983.

ALBUQUERQUE, Luís de, *O tratado de Tordesilhas e as dificuldades técnicas da sua aplicação rigorosa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1973.

ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), **DOMINGUES**, Francisco Contente, e **PERICÃO**, Maria da Graça, *Tratado de Tordesilhas e outros documentos*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 83 e pp. 86-90.

ALBUQUERQUE, Luís de, *O Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa - Reconstituição do seu texto seguido de uma versão francesa com anotações*, Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXIX, Coimbra, Imprensa de Coimbra, Lda., 1981, pp. 129-162.

ALEGRIA, Maria Fernanda, *Fontes Cartográficas de Cristóvão Colombo. O mito e a realidade in «Las Relaciones entre Portugal y Castilla en la Época de los Descubrimientos y la Expansión Colonial»*, coord. Ana Maria Carabias, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1994.

ALESSANDRINI, Nunziatella, *Os Italianos na Lisboa de 1500 a 1680: das*

hegemonias florentinas às genovesas, Tese de dissertação de doutoramento em História Moderna, Universidade Aberta, vol. I, 2009.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1967, vol. I p. 334.

AMARAL, Ilídio do, *Sobre descobertas europeias do Novo Mundo e primeiros contactos humanos no século XV e XVI*, in Francisco Ribeiro da Silva (ed.), *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

ARMAS, Antonio Rumeu de, *El Tratado de Tordesillas*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992.

AUBIN, Jean, *Le Latin et L'astrolabe, Études inédites sur le règne de D. Manuel I, 1495-1521*, vol. III, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

AVILES, Miguel, *Corrientes de espiritualidade en España en la época de los Descubrimientos*, in Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época, vol. V, Espiritualidade e Evangelização, Porto, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1989, pp. 146-147.

BERETTA, Antonio Ballesteros y, *Historia de America y de los Pueblos Americanos*, tomo III, *Génesis del Descubrimiento* por Antonio Ballesteros Beretta, *Los portugueses* por Jaime Cortesão, 1ª Edición, Barcelona-Buenos Aires, Salvat Editores, S.A., 1947.

BOUCHON, Geneviève, *Afonso de Albuquerque, Leão dos Mares da Ásia*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000.

BRAZ, Moura (pref. e org.), *A Náutica dos Descobrimentos. Colectânea de artigos, conferências e trabalhos inéditos do Almirante Gago Coutinho*, Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa, 1951.

CABALLOS, Esteban Mira, *Nicolás de Ovando y los orígenes del sistema colonial español, 1502-1509*, Centro de Altos Estudios Humanistas y del Idioma Español, Santo Domingo, Patronato de la Ciudad de Santo Domingo, 2000, p. 42.

CARVALHO, Joaquim Barradas de, *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no «Esmeraldo de Situ Orbis»*, São Paulo, Coleção Revista de História, 1968.

- CARVALHO**, Joaquim Barradas de, *Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, 1991.
- CASTELO-BRANCO**, Fernando, *Problemática do Tratado de Tordesilhas*, Anais da Academia Portuguesa da História, II Série, vol. 22, Lisboa, 1973.
- CATZ**, Rebecca, *Cristóvão Colombo nos Açores*, Lisboa, Academia de Marinha, 1991.
- COELHO**, Maria Helena da Cruz, *O Final da Idade Média*, in José **TENGARRINHA** (org.), *História de Portugal*, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração e Editora Universidade Estadual Paulista, Lisboa, Instituto Camões, 2000.
- COELHO**, Maria Helena da Cruz, *Reis de Portugal, D. João I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.
- COHN**, Norman, *Na senda do milénio – Milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1981.
- CORTE-REAL**, Francisco e **VIEIRA**, Duarte Nuno, *Princípios de Genética Forense*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 51.
- CORTESÃO**, Armando Z., *A Carta de Marear em 1487 entregue por D. João II a Pêro da Covilhã*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Comunicação apresentada na sessão da classe de Ciências em 3 de Maio de 1973.
- CORTESÃO**, Armando Z., *Cartografia portuguesa e a Geografia de Ptolomeu*, Lisboa, Comunicação apresentada à Classe de Ciências em sessão de 8 de Outubro de 1964.
- CORTESÃO**, Jaime, *História dos Descobrimentos portugueses*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990.
- CORTESÃO**, Jaime, *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e a Descoberta do Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda [edição original, 1922].
- CORTESÃO**, Jaime, *A política de sigilo nos descobrimentos portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997.
- COSTA**, Abel Fontoura da, *Às portas da Índia em 1484*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1936.

- COSTA**, Abel Fontoura da, *A ciência náutica dos portugueses na época dos descobrimentos*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1958.
- COSTA**, Abel Fontoura da, *A Marinharia dos Descobrimentos*, 3ª Edição, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1960.
- COSTA**, Antonieta, *O culto do Espírito Santo*, Lisboa, Ésquilo Edições & Multimedia, 2008, p. 23.
- COSTA**, António Domingues de Sousa, *Cristóvão Colombo e o Cónego de Lisboa Fernando Martins de Reriz, destinatário da carta de Paulo Toscanelli sobre os descobrimentos marítimos*, Extractum ex Antonianum 65, Roma, Pontificium Athenaeum Antonianum, 1990.
- COSTA**, João Paulo Oliveira e, *Reis de Portugal, D. Manuel I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.
- COSTA**, João Paulo Oliveira e (dir.), *A Nobreza e a Expansão, Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimonia Historica, 2000, p. 188.
- COSTA**, João Paulo Oliveira e (coord.), José Damião RODRIGUES e Pedro Aires OLIVEIRA, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014.
- COSTA**, João Paulo Oliveira e, *D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II*, in *Mare Liberum*, nº 17, Junho de 1999, pp. 39-71.
- COSTA**, João Paulo Oliveira e (org.), **RODRIGUES**, Vítor Luís Gaspar (org.), *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia, Actas do colóquio internacional A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, Lisboa, 2001, Lisboa, CHAM, 2004, p. 22.
- COSTA**, João Paulo Oliveira e (coord.), *A armada de Pedro Álvares Cabral. Significado e protagonistas*, in *Descobridores do Brasil: Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 11-70.
- COUTINHO**, Carlos Viegas Gago, *Descobrimento das Américas (Para ler na abita)*, Separata dos Anais do Clube Militar Naval, Lisboa, Tipografia da Liga de Combatente da Grande Guerra, 1958.

- COUTINHO**, Carlos Viegas Gago, *De como o plano Português da Índia levou à descoberta da América*, Memória apresentada ao Congresso Internacional de Geografia de Lisboa, Lisboa, Astória, 1949.
- COUTINHO**, Carlos Viegas Gago, *Influência que as primitivas viagens portuguesas à América do Norte tiveram sobre o Descobrimento das «Terras de Santa Cruz»*, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1937.
- CUNHA**, Mafalda de Sousa Machado Soares da, *A Casa de Bragança 1383-1483, Linhagem, Parentesco e Poder*, Évora, Universidade de Évora, Departamento de História e Arqueologia, 1988.
- DIFFIE**, Bailey W. e **WINIUS**, George D., *A Fundação do Império Português, 1415-1580*, vol. 1, Lisboa, Vega, Limitada, 1989, pp. 179-221.
- DIONISIO**, João, *Literatura Franciscana no Leal Conselheiro de D. Duarte*, in Manuel Clemente et. al. (dir.), *Lusitânia Sacra*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2ª Série, tomo XIII-XIV, 2001-2002, p. 491.
- DISNEY**, A. R., *História de Portugal e do Império Português*, vol. II, Lisboa, Guerra e Paz Editores, 2011.
- DOMINGUES**, Francisco Contente, *Colombo e a política de sigilo na historiografia portuguesa*, Série Separatas, nº 232, Lisboa, Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, 1992.
- DOMINGUES**, Francisco Contente, *A Travessia do Mar Oceano, A Viagem ao Brasil de Duarte Pacheco Pereira*, Parede, Tribuna da História, 2011.
- DUVALE**, Ángel de Altolaguirre y, *Llegada de Cristóbal Colón a Portugal*, tomo 21, Madrid, Real Academia de la Historia, 1892.
- ESPERANÇA**, Manuel da, *Compêndio da História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, vol. 3, Lisboa, António Craesbeeck, 1666.
- FONSECA**, Luís Adão da, *Reis de Portugal, D. João II*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.

- FONSECA**, Luís Adão da, *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*, Lisboa, Edições Inapa, 1991.
- FRANCO**, José Eduardo e **LOURÃO**, José Augusto *A influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa: Escritos de Natália Correia sobre a utopia da idade feminina do Espírito Santo*, Lisboa, Roma Editora, 2005.
- FRUTUOSO**, Gaspar, *As Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, Livro Segundo, p. 92 e Livro Terceiro, p. 34.
- GALVÃO**, António, *Tratado dos Descobrimentos*, Porto, Livraria Civilização, 1987.
- GIL**, Juan, *El exílio português en Sevilla – De los Braganza a Magallanes*, Sevilla, Fundación Cajasol, 2009.
- GODINHO**, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Editora Arcádia, 1963, p. 538.
- GOMES**, Saúl António, *Reis de Portugal, D. Afonso V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.
- GONÇALVES**, Júlio, *Motivos portugueses no planisfério de Fra Mauro*, Separata das Memórias, Classe de Letras, tomo VII, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1961.
- GRUZINSKI**, Serge, *What time is it there? American and Islam at the dawn of modern times*, Cambridge, Polity Press, 2010, pp. 117-118.
- GRUZINSKI**, Serge, *Les quatre parties du monde, Histoire d'une mondialisation*, Paris, Éditions de La Martinière, 2004.
- GRUZINSKI**, Serge, *A Águia e o Dragão, portugueses e Espanhóis na Globalização do século XVI*, Lisboa, Edições 70, Almedina, 2015, p. 81.
- GUEDES**, Max Justo, *O descobrimento do Brasil e suas consequências. O descobrimento e as primeiras viagens de reconhecimento*, in **ALBUQUERQUE**, Luís de (dir.), *Portugal no Mundo*, vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.
- HARLEY**, John Brian e **WOODWARD**, David, *The history of cartography*, vol. I, *Cartography in prehistoric, ancient and medieval Europe and the Mediterranean*, Chicago, University of Chicago, 1987, p. 155 e p. 184.

- HUMBOLDT**, Alexander von, *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*, tradução de Luís Navarro y Calvo, Caracas, Monte de Avila, 1992, pp. 53-62.
- JUNQUEIRO**, Maria Clara, *Afonso de Albuquerque à Luz dos requisitos da guerra justa*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985, p. 197 e p. 199.
- LACERDA**, Teresa, *Os Meneses de Cantanhede e o projecto Manuelino*, in João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (ed.), *A Alta Nobreza e a fundação do Estado da Índia*, Actas do Colóquio Internacional, Lisboa, CHAM, Universidade Nova de Lisboa, 2001, p. 77 e p. 79.
- LAVAJO**, Joaquim Chorão, *Ordem dos Frades Menores no Alentejo e no Algarve – A presença de S. António*, Separata de Eborensia, Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora, Ano XVII, nº 33, 2004.
- LEITÃO**, Henrique, *Ars e ratio: A náutica e a constituição da ciência moderna*, in María Isabel Vicente Maroto y Mariano Esteban Piñeiro (coords.), *La Ciencia y el Mar* Valladolid, 2006, pp. 183-207.
- LEITE**, José (org.) e **COELHO**, António José (rev. e atualiz.), *Santos de Cada Dia*, vol. II, 4ª Edição, Braga, Editorial Apostolado da Oração, 2003, p. 125.
- LEÓN-BORJA**, István Szaszdi e KLIMES-SZMIK, Katalin, *El Memorial Portugués, Una alternativa al Tratado de Tordesillas*, Madrid, Testimonio, Compañía Editorial, 1994. (Cotas RES. 2912 A [Edição fac-símile do original que se encontra no «*Archivo General de Simancas*», exemplar nº 309] e RES. 2913 A, da Biblioteca Nacional de Lisboa).
- LEÓN-BORJA**, István Szászdi, *Las paces de Tordesillas en peligro. Los refugiados portugueses y el dilema de la guerra*, in Ana María Carabia Torres (coord.), *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos u la expansión colonial*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1996.
- LEÓN-BORJA**, István Szászdi, *La Casa de La Contratación de la Coruña en el contexto de la política regia durante el reinado de Carlos V*, Coruña, Anuario da Facultade de Dereito da Universidade da Coruña, 12, 2008, pp. 905-914.
- LEÓN-BORJA**, István Szászdi, *Los portugueses y la fundación de la Casa de la Contratación sevillana el año de 1503. La huella de don Alvaro de Portugal*, O

- tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2005, pp. 283-324.
- LEÓN-BORJA**, István Szászdi, *El origen de la armada de Vizcaya y el Tratado de las Alcáçovas*, nº 26, Logroño, Fundación Dialnet, Universidad de La Rioja, Historia, Instituciones, Documentos, 1999, pp. 547-574.
- LOURENÇO**, Eduardo, *A morte de Colombo, Metamorfose e Fim do Ocidente como Mito*, Lisboa, Gradiva, 2005.
- LUZ**, Francisco Paulo Mendes, *Um parecer inédito do cosmógrafo João Baptista Lavanha sobre as Molucas e o Tratado de Tordesilhas* [Madrid, 8 de novembro de 1611], separata de Garcia de Orta, vol. III, nº 1, Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1955, pp. 63-77.
- MANZANO**, Juan Manzano y, *Colón y su secreto. El predescubrimiento*, 3ª Edición, Madrid, Instituto de Cooperacion Iberoamericana, Ediciones de Cultura Hispánica, 1989, pp. 269-270.
- MANZANO**, Juan Manzano y e Ana María Manzano **FERNÁNDEZ-HEREDIA**, *Los Pinzones y el descubrimiento de América*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1988, tomo I, p. 216, pp. 263-264, p. 396 e pp. 475-482 e tomo II, p. 6, p. 18 e p. 24.
- MARQUES**, Alfredo Pinheiro, *Portugal e o Descobrimento Europeu da América, Cristóvão Colombo e os portugueses*, 2ª Edição, Mem Martins, Círculo de Leitores, 1992, pp. 82-83.
- MATEO**, Andrés Maria, *Colón e Isabel La Católica*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas y Universidad de Valladolid, Valladolid, Seminario de Estudios de Historia Moderna Simancas, 1942.
- MENDES**, José Amado, *Caminhos e problemas da historiografia portuguesa*, in Luís Reis **TORGAL**, José Amado **MENDES** e Fernando **CATROGA**, *História da História em Portugal, Da historiografia à memória histórica*, Lisboa, Temas e Debates, 1998.
- MENDONÇA**, Manuela, *Recuperação da Casa de Bragança por D. Manuel I*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, in *Estudos em homenagem ao*

Professor Doutor José Marques, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

MENDONÇA, Manuela, *Problemática das conspirações contra D. João II*, CLIO – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, vol. 5, Lisboa, 1984-85.

MENDONÇA, Manuela, *D. Jorge da Costa “Cardeal Alpedrinha”*, Lisboa, Edições Colibri, 1991.

MILHOU, Alain, *Colón y su mentalid messiânica en el ambiente franciscanista español*, Valladolid, Casa Museo Colón, 1983.

MONTEIRO, Jacinto, *O episódio colombino da ilha de Santa Maria, nas suas implicações com o descobrimento da América*, Ponta Delgada, Oficina Tipográfica do Diário dos Açores, 1969.

MONTEIRO, Joaquim Rebelo Vaz, *Uma viagem redonda da carreira da Índia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985.

MONTEIRO, Joaquim Rebelo Vaz, *O «Propositado» encurtamento da largura do Atlântico nas cartas portuguesas do século XVI*, Separata da Universidade de Coimbra, vol. XXIV, Coimbra, 1970.

MORAN, Joe, *Interdisciplinarity*, 2ª edição, London, Routledge, 2010, pp. 180-181.

MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, vols. 1 e 2, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1979-1980.

MORENO, Humberto Baquero, *A conspiração contra D. João II, O julgamento do Duque de Bragança*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

MORENO, Humberto Baquero, *Uma carta do cardeal Alpedrinha ao Príncipe D. João sobre a situação política da Itália em 1480*, Separata da Revista de História, vol. I, Porto: Universidade Livre de Portugal, 1984, pp. 193-204.

MORISON, Samuel Eliot, *Cristóvão Colombo Almirante do Mar-Oceano*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1962, pp. 365-366.

MORISON, Samuel Elliot, *Cristóvão Colombo Almirante do Mar-Oceano*, Lisboa, Editorial Notícias, 1993, pp. 224-227.

- MOTA**, A. Teixeira da, *A viagem de Bartolomeu Dias e as conceções geopolíticas de D. João II*, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Outubro-Dezembro, Lisboa, 1958.
- MOURA**, Vasco Graça, *Tratado de Tordesilhas*, Lisboa, Banco Bilbao Viscaya, 1994.
- NASCIMENTO**, Aires de, *Horologium Fidei – Diálogo com o Infante D. Henrique*, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994, p. 10, pp. 483-48.
- NETANYAHU**, Benzion, *Dom Isaac Abravanel, Estadista e Filósofo*, Coimbra, Tenacitas, 2012.
- NEWITT**, Malyn, *A History of Portuguese Overseas Expansion 1400-1668*, New York, Routledge, 2005, p. 46.
- NEWITT**, Malyn, *Portugal in European and World History*, London, Reaktion Books Ltd., 2009, pp. 62-63.
- OLIVEIRA**, Nicolau de, (1566-1634), *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado VIII, cap. IV, Lisboa, Ordem da Santíssima Trindade, 1620.
- PERES**, Damião, *História dos Descobrimentos portugueses*, 3ª edição, Porto, Vertente, 1983, p. 174.
- PINTO**, Paulo Jorge Corino de Sousa, *No extremo da redonda esfera: Relações luso-castelhanas na Ásia, 1565-1640, Um Ensaio sobre os Impérios Ibéricos*, Tese de Doutoramento em Ciências Históricas, Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, 2010, pp. 262-294.
- QUESADA**, Miguel Ángel Ladero, «*La Armada de Vizcaya*» (1492-1493): *Nuevos datos documentales*, vol. 24, Madrid, Universidad Complutense, En La España Medieval, 2001, pp. 365-394.
- RADULET**, Carmen M., *As viagens de Diogo Cão, um problema ainda em aberto*, Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXXIV, Coimbra, 1988, pp. 105-119.
- RESENDE**, Vasco, *A sociedade da expansão na época de D. Manuel I. Mobilidade, hierarquia e poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente. Um estudo*

prosopográfico, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

RODRIGUEZ, Antonio Acosta, e **RODRIGUEZ**, Adolfo González, e **VILAR**, Enriqueta Vila, *La Casa de La Contratación y La Navegación entre España y Las Indias*, Sevilla, Universidad de Sevilla, Fundación El Monte, 2003, p. 232.

ROGERS, Francis M., *The Obedience of a King of Portugal*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1958, pp. 10-18.

ROZPIDE, Ricardo Beltrán y, *Cristobal Colón y Cristoforo Colombo*, Estudio Critico Documental, Real Academia de la Historia, Secretario General de la Real Sociedad Geográfica, Segunda Edición, Madrid, Imp. del Patronato de Huérfanos de Intendencia é Intervención Militares, 1921, pp. 41-44.

SANTO, Moisés Espírito, *As origens do Cristianismo Português*, 1ª Edição, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1993.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de E- Rei D. João II (1481-1495)*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1993.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Discurso por ocasião dos 500 anos da visita de Cristóvão Colon a Vale do Paraíso*, Vale do Paraíso, Azambuja, 6 de março de 1993.

SEIXAS, Miguel Metelo de, e **GALVÃO-TELLES**, João Bernardo, *A pedra de armas do paço dos alcaides-mores de Óbidos: uma memória heráldica*, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos da Universidade Lusíada de Lisboa, Edição do Município de Arcos de Valdevez, 2001.

SOLEDADE, Fernando da, *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*, tomo III, Lisboa, Oficina de Manoel e Joseph Ferreyra, 1705, p. 345, p. 361-364 e p. 380, in Saúl António GOMES, *Reis de Portugal, D. Afonso V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *Holding the World in Balance, The Connected Histories of the Iberian Overseas Empires, 1500–1640*, Bloomington, American Historical Review, 2007.

- TAROUCA**, Carlos da Silva, *A tragédia de um precursor português de Cristóvão Colombo*, Revista Brotéria, vol. 33, Agosto/Setembro, Lisboa, Brotéria, 1941, pp. 141-150.
- TAVARES**, Maria José Pimenta Ferro, *Judeus e Conversos Castelhanos em Portugal*, Separata de Anales de la Universidad de Alicante, nº 6, Departamento De História Medieval, 1987, pp. 343-345.
- TEIXEIRA**, André Pinto de Sousa Dias, *Uma linhagem ao serviço da «Ideia imperial manuelina», Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia*, in João Paulo Oliveira e Costa (org.), Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia*, actas do colóquio internacional em Lisboa, 2001, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, CHAM, 2004, pp. 109-174.
- TEIXEIRA**, Maria Anita, *A Família e a Casa de João Gonçalves Zarco*, Funchal, Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”, 2008, p. 34.
- TEIXEIRA**, Vítor Gomes, *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517)*, História, Património, Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa, Porto, Centro de Estudos Franciscanos, 2010, pp. 187-189.
- THACHER**, John Boyd, *Christopher Columbus, his life, his works, his remains as revealed by original printed and manuscript records*, vol. II, New York and London, G. P. Putman’s Sons, 1903.
- THOMAZ**, Luís Filipe F. R., *Descobrimentos e Evangelização – Da Cruzada à missão pacífica*, in Actas do Congresso Internacional de História, Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas, vol. I, *Cristandade Portuguesa até ao século XV*. Evangelização Interna, Ilhas Atlânticas e África Ocidental. Universidade Católica Portuguesa. Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos portugueses. Fundação Evangelização e Culturas, Braga, 1993.
- THOMAZ**, Luís Filipe F. R., *L’idée impériale manuéline* in Jean Aubin (org.), *La découverte, le Portugal et L’Europe*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Braga, Barbosa e Xavier Limitada, 1990.
- THOMAZ**, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1998, p. 164 e p. 171.
- THOMAZ**, Luís Filipe, *De novo o Colombo Português*, Revista Brotéria nº 182, 2016, pp. 25-39.

- THOMAZ**, Luís Filipe *Cristóvão Colón. Português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?*, in *Anais de História de Além-mar*, XVI, Universidade Nova de Lisboa, 2015.
- VALDÉZ**, Gonzalo Fernández de Oviedo y, *Historia General y natural de las Indias, islas y tierra-firme del Mar Oceano*, BAE, tomo 117, pp. 120-121.
- VARELA**, Consuelo, *Cristobal Colon. Retrato de un hombre*, Madrid, Alianza Editorial S. A., 1992.
- VARELA**, Consuelo, e **AGUIRRE**, Isabel, *Colombo, A queda do mito*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007, p. 46 e p. 62.
- VERLINDEN**, Charles, *Christophe Colomb et Barthélemy Dias*, Lisboa, Academia da Ciências de Lisboa, Instituto de Altos Estudos, 1979.
- VIGNAUD**, Henry, *La Lettre et la Carte de Toscanelli sur la route des Indes par l'Ouest. Adressés en 1474 au Portugais Fernam Martins et transmises plus tard a Christophe Colomb*, Étude Critique sur l'authenticité et la valeur de ces documents et sur les sources des idées cosmographiques de Colomb, Paris, Ernest Leroux, 1901.
- VIGNERAS**, L. A., *Diego Méndez, secrétaire de Christophe Colomb et le Comte de Penamacor*, Institut Français au Portugal, Nouvelle Série, Tome Trente, Amadora, Livraria Bertrand, 1969.
- WEST**, Delno C. e **KLING**, August, *The Libro de las profecías of Christopher Columbus*, Gainesville, University of Florida Press, 1991.
- WILLIAMSON**, James Alexander, *The voyages of the Cabots and the English Discovery of North America under Henry VII and Henry VIII*, London, Argonaut Press, 1929, pp. 159-184.

GLOSSÁRIO

Almadrava – Armação de redes para a pesca, nomeadamente, de atum; atividade relacionada a essa pesca; local onde a mesma se realiza. Fonte: Adalberto ALVES, *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013, pp. 174-175.

Declinação magnética – ângulo entre o norte geográfico e a direção apontada pela agulha (norte magnético). Varia de local para local e varia também em função do tempo. Fonte: António Costa Canas in Francisco Contente Domingues (dir.), *Dicionário da Expansão Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016, p. 331.

Declinação do Sol – é o seu apartamento da equinocial. Duas são as diferenças da declinação, uma da equinocial para norte e outra para o sul. A declinação do norte tem o Sol enquanto anda nos seis signos que estão apartados da equinocial para o norte, que é de 21 de março até 23 de setembro, e a declinação para o sul tem o Sol movendo-se pelos outros seis signos que da equinocial estão apartados para o sul e é de 24 de setembro até 20 de março. Fonte: João Baptista Lavanha, *Regimento Nautico*, Lisboa, Casa de Simão Lopez, 1595, p. 14.

Equinocial – a «linha» ou simplesmente o «equador» é o mais conhecido círculo máximo ou ortodromia. No equador, o raio da Terra totaliza 6378,5 km e o perímetro é de cerca 40.076 km. Fonte: António Manuel Gonçalves in Francisco Contente Domingues (dir.), *Dicionário da Expansão Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016, p. 351.

Estádio – medida de comprimento usada na Antiga Grécia correspondente a 125 passos duplos, sendo cada passo duplo de 1,48 m, ou seja, um estádio era igual a 185 m. Fonte: Abel Fontoura da COSTA, *A Marinharia dos Descobrimentos*, p. 216.

Latitude – Uma das coordenadas usadas para definir uma posição sobre a superfície da Terra, sendo a outra a longitude. A latitude mede-se desde o equador, de 0° a 90°, para norte ou para sul. Este sistema de coordenadas usava-se desde a Antiguidade clássica para localizar os diferentes lugares sobre o orbe. Fonte: António Costa Canas in Francisco Contente Domingues (dir.), *Dicionário da Expansão Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016, p. 629.

Légua –Antiga medida de comprimento portuguesa. A correspondência entre a légua e o grau meridiano era primeiramente de $16 \frac{2}{3}$ por grau; em fins do século XV, $17 \frac{1}{2}$ por grau. Duarte Pacheco Pereira e Manuel Pimentel propuseram o valor de 18 léguas por grau. Como a légua mede 5920 m, ou seja, 4 milhas italianas de 1480 m e porque o valor do grau é de 111,111 km, a que corresponde $18 \frac{3}{4}$ léguas por grau, $17 \frac{1}{2}$ por grau, valor atribuído no século XVI, traduzia um erro por defeito de 7%. Fonte: Joaquim Rebelo Vaz MONTEIRO, *Uma viagem redonda da carreira da Índia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985, p. 464.

Longitude – Coordenada que em conjunto com a latitude permite definir qualquer posição sobre a superfície terrestre. Atualmente mede-se de 0° a 180° para leste ou para oeste, a partir de um meridiano de referência, mas nem sempre foi assim, pois até ao século XIX era comum contar as longitudes de 0° a 360°, crescendo para leste. Fonte: António Costa Canas in Francisco Contente Domingues (dir.), *Dicionário da Expansão Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016, p. 653.

Loxodromia – é a linha que intercepta os vários meridianos segundo um ângulo constante. Embora a menor distância entre dois pontos na superfície da Terra seja uma ortodromia, isto é, o arco do círculo máximo que passe pelos dois pontos, em navegação é quase sempre mais conveniente navegar por uma loxodromia, isto é, por uma linha de rumo, indicada pela agulha, na qual a direção da proa do navio corta todos os meridianos sob um mesmo ângulo. Fonte: Dicionário Instituto Camões, [Consultado em 9/12/2016]. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/d2.html>

Medida do grau meridiano ou terrestre – distância em léguas entre dois meridianos consecutivos na linha equinocial.

Ortodromia – É o arco de círculo máximo que representa a menor distância entre dois pontos na superfície da Terra (considerada esférica para os fins comuns da navegação). A navegação sobre uma ortodromia exige constantes mudanças de rumo, pois os arcos de círculo máximo formam ângulos variáveis com os meridianos. Com exceção de rumos sobre o equador ou sobre um meridiano, seguir uma direção cardeal constante, tal como teoricamente indicada pela agulha náutica, obriga os navegantes a percorrer, entre dois pontos na superfície da Terra, não a menor distância entre eles, mas uma linha que faz um ângulo constante com os sucessivos meridianos, igual ao seu azimuth. Fonte: Dicionário do Instituto Camões, [Consultado em 9/12/2016]. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/d3.html>

Promontório Prasso – região do limite sul na cartografia de Ptolomeu, juntamente com a região de Agesimba, localizadas a 16° 25'S ou a 8200 estádios a sul do equador. Fonte: John Brian HARLEY e David WOODWARD, *The history of cartography*, vol. I, *Cartography in prehistoric, ancient and medieval Europe and the Mediterranean*, Chicago, University of Chicago, 1987, p. 184.

Ru'ah ha-Kodesh – este termo ocorre na Bíblia, no Salmo 51:13: «Não me rejeites para longe da tua face, não retires de mim o teu *santo espírito*» e em Isaías 63:10: «Mas eles revoltaram-se e aborreceram o seu *santo espírito*», mas a sua conotação específica como inspiração divina é totalmente pós-bíblica. No pensamento rabínico é o espírito da profecia que vem de Deus, a inspiração divina que dá ao Homem uma visão dentro do futuro e da vontade de Deus. O Espírito Santo está também prometido a outras categorias, por exemplo, os que ensinam a Torah, os que estudam por motivos puros e os que realizam um *mitzvah* (mandamento, preceito ou dever religioso) em completa fé. O Ru'ah ha-Kodesh não tem conotações como entidade separada de Deus. Nem existe alguma conotação de qualquer forma que seja parte de Deus, como se encontra no conceito Cristão do Espírito Santo, o qual foi traduzido por Ru'ah ha-Kodesh. Os problemas em torno do uso do termo Ru'ah ha-Kodesh decorrem dos usos diferentes

que ensombram um e outro conceito. Fonte: Encyclopaedia Judaica Jerusalem, vol 14. RED-SL, Jerusalem, Keter Publishing House Ltd., 1971, pp. 364-366.

Tibar – «de ouro puro», alusão à Costa do Ouro, região africana de onde vinha o metal precioso; ouro comercializado por árabes e europeus na região centro-africana; ouro. Fonte: Adalberto ALVES, *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013, pp. 820-821.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comparação dos perfis cartográficos do continente de África

Figura 2 – Reconstituição do mapa de Toscanelli por Kretshmer (1926)

Figura 3 – O istmo de Ciguare: a percepção imperfeita do outro oceano

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Valores do grau meridiano ou terrestre

Quadro 2 – Distância navegada e relatada à tripulação na primeira viagem de Cristóvão Colón

Quadro 3 - Dinastia de Borgonha desde Afonso IX, rei de Leão (1188-1230), filho de D. Urraca de Portugal e neto de D. Afonso Henriques

Quadro 4 – Nascimento da dinastia de Trastâmara

Quadro 5 – Ligação dos Noronha com a Casa de Bragança

Quadro 6 – Fundação da dinastia de Avis e da Casa de Bragança

Quadro 7 – Ligações entre as Casas de Viseu e de Bragança

Quadro 8 – Ligações entre os Noronhas, Perestrelas, Albuquerque e Casa de Bragança

Quadro 9 – Ligações entre as Casas de Viseu, de Vila Real e de Bragança

APÊNDICES

Apêndice A - Dados de navegação da primeira viagem de Cristóvão Colon (quadro da autoria de Carlos Paiva Neves)

Dados	Data no Diário (1492-1493)	Distância navegada			Direcção seguida	Razão da Léguas (m)	Observações
		Milha	Léguas	Metro			
1	03/Ago	60	15	88800	Sul	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em léguas
2	05/Ago	-	40	236800	-	-	Só é referida a unidade léguas
3	06/Ago	-	29	171680	-	-	Só é referida a unidade léguas
4	07/Ago	-	25	148000	-	-	Só é referida a unidade léguas; saiu da ilha Gomera a 9 de Agosto
5	08/Set	-	9	53280	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas
6	09/Set	-	19	112480	-	-	Só é referida a unidade léguas
7	09/Set	120	30	177600	-	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em léguas
8	10/Set	10	2,5	14800	-	5920,0	Velocidade da caravela em milha/h e léguas/h
9	11/Set	-	20	118400	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas
10	11/Set	-	20	118400	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas
11	12/Set	-	33	195360	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas
12	13/Set	-	33	195360	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas
13	14/Set	-	20	118400	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas
14	15/Set	-	27	159840	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas
15	16/Set	-	36	213120	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas
16	17/Set	-	47	278240	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas
17	18/Set	-	48	284160	-	-	Só é referida a unidade léguas
18	19/Set	-	22	130240	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas
19	19/Set	-	440	2604800	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas; distância da Nina às Canárias
20	19/Set	-	420	2486400	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas; distância da Pinta às Canárias
21	19/Set	-	400	2368000	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas; distância da Santa Maria, onde ia o Almirante, às Canárias
22	20/Set	-	8	47360	Oeste quarta de Noroeste	-	Só é referida a unidade léguas
23	21/Set	-	13	76960	-	-	Só é referida a unidade léguas
24	22/Set	-	30	177600	Oes-noroeste	-	Só é referida a unidade léguas
25	23/Set	-	22	130240	Noroeste, quarta de Norte e Oeste	-	Só é referida a unidade léguas
26	24/Set	-	14,5	85840	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas
27	25/Set	-	4,5	26640	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas
28	25/Set	-	17	100640	Sudoeste	-	Só é referida a unidade léguas
29	26/Set	-	31	183520	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas; relatou à tripulação 24 léguas
30	27/Set	-	24	142080	Oeste	-	Só é referida a unidade léguas; relatou à tripulação 20 léguas

31	28/Set	-	14	82880	Oeste	-	Só é referida a unidade légua; contaram 13 léguas
32	29/Set	-	24	142080	Oeste	-	Só é referida unidade légua; relatou à tripulação 21 léguas
33	30/Set	-	14	82880	Oeste	-	Só é referida a unidade légua; relatou à tripulação 11 léguas
34	01/Out	-	25	148000	Oeste	-	Só é referida a unidade légua; relatou à tripulação 20 léguas
35	02/Out	-	39	230880	Oeste	-	Só é referida a unidade légua; relatou à tripulação 30 léguas
36	03/Out	-	47	278240	Oeste	-	Só é referida a unidade légua; relatou à tripulação 40 léguas
37	04/Out	-	63	372960	Oeste	-	Só é referida a unidade légua; relatou à tripulação 46 léguas
38	05/Out	-	57	337440	Oeste	-	Só é referida a unidade légua; relatou à tripulação 45 léguas
39	06/Out	-	40	236800	Oeste	-	Só é referida a unidade légua; relatou à tripulação 33 léguas
40	07/Out	-	23	136160	Oeste	-	Só é referida a unidade légua; relatou à tripulação 18 léguas
41	07/Out	-	28	165760	Oeste	-	Só é referida a unidade légua
42	08/Out	-	12	71040	Oes-sudoeste	-	Só é referida a unidade légua
43	09/Out	-	21,5	127280	Sudoeste e Oeste quarta ao Noroeste	-	Só é referida a unidade légua; relatou à tripulação 17 léguas
44	10/Out	-	59	349280	Oes-sudoeste	-	Só é referida a unidade légua; relatou à tripulação 44 léguas
45	11/Out	-	27	159840	Oes-sudoeste	-	Só é referida a unidade légua
46	11/Out	90	22,5	133200	Oeste	5920,0	Chegada a Guanahani; Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
47	13/Nov	80	20	118400	Es-sueste e Oes- noroeste	5920,0	Terra de Bohio; Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
48	13/Nov	56	14	82880	Este	5920,0	Cabo de Cuba; Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
49	20/Nov	48	12	71040	Sudoeste e quase a quarta de Oeste	5920,0	Porto do Príncipe; Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
50	05/Dez	88	22	130240	Sudeste	5920,0	Cabo Lindo; Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
51	06/Dez	54	-	79920	Este quarta de Sudeste	-	Cabo do Elefante; Só é referida a unidade milha
52	06/Dez	28	-	41440	Es-sueste	-	Cabo Cinquin; Só é referida a unidade milha
53	07/Dez	24	-	35520	Sudoeste	-	Cabo da Estrela; Só é referida a unidade milha
54	07/Dez	32	-	47360	Nordeste	-	Cabo da Tortuga; Só é referida a unidade milha
55	14/Dez	16	-	23680	Nordeste	-	Ponta Lanzada; Só é referida a unidade milha
56	14/Dez	12	-	17760	Es-nordeste	-	Ponta Pierna; Só é referida a unidade milha
57	14/Dez	-	2	11840	Este	-	Rio perto do Porto da Concepción; Só é referida a unidade légua
58	19/Dez	60	-	88800	Oeste	-	Cabo Alto y Bajo; Só é referida a unidade milha
59	01/Jan	-	20	118400	-	-	Rei Guacanagari; Só é referida a unidade légua
60	09/Jan	60	-	88800	Es-nordeste	-	Ponta Roja e Monte Cristi (Republica Dominicana); Só é referida a unidade milha

61	11/Jan	-	4	23680	Este	-	Cabo Belprado; Só é referida a unidade légua
62	11/Jan	-	8	47360	Sudeste	-	Monte de Plata; Só é referida a unidade légua
63	11/Jan	-	18	106560	Este quarta de Sudeste	-	Cabo do Angel; Só é referida a unidade légua
64	12/Jan	44	-	65120	Este	-	Cabo de Padre y Hijo; Só é referida a unidade milha
65	12/Jan	32	-	47360	Este	-	Cabo do Enamorado; Só é referida a unidade milha
66	15/Jan	-	400	2368000	Este	-	Cria que estas Indias estavam a menos de 400 léguas das ilhas Canárias
67	16/Jan	48	12	71040	Nordeste quarta de Este	5920,0	Golfo das Flechas, ida para Castela; Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
68	17/Jan	84	21	124320	Nordeste quarta de Este	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
69	18/Jan	40	10	59200	Este quarta de Sudeste	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
70	18/Jan	30	7,5	44400	Sudeste quarta de Este	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
71	18/Jan	60	15	88800	Norte e quarta de Nordeste	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
72	19/Jan	84	21	124320	Quarta de Norte	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
73	20/Jan	36	9	53280	Nor-nordeste	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
74	21/Jan	88	21	130240	Quarta de Nordeste	6201,9	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
75	22/Jan	72	18	106560	Nordeste	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
76	23/Jan	84	21	124320	Nordeste quarta de Norte	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
77	23/Jan	30	7,5	44400	Nordeste	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
78	24/Jan	44	11	65120	Nordeste	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
79	25/Jan	28	7	41440	Es-nordeste	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
80	26/Jan	56	14	82880	Este quarta de Sudeste	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
81	26/Jan	24	6	35520	Norte	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
82	27/Jan	65	16,5	96200	Norte quarta de Nordeste	5830,3	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
83	27/Jan	24	6	35520	Nordeste	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
84	28/Jan	36	9	53280	Es-nordeste	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
85	29/Jan	39	9,5	57720	Es-nordeste	6075,8	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
86	30/Jan	-	7	41440	Es-nordeste	-	Só é referida a unidade légua
87	30/Jan	-	13,5	79920	Sul quarta de Sudeste	-	Só é referida a unidade légua
88	31/Jan	65	16	96200	Norte quarta de Nordeste e Nordeste	6012,5	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
89	01/Fev	-	45,75	270840	Es-nordeste	-	Só é referida a unidade légua
90	02/Fev	40	10	59200	Es-nordeste	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua

91	02/Fev	77	19,25	113960	Es-nordeste	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
92	03/Fev	110	27	162800	Es-nordeste	6029,6	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
93	04/Fev	130	32,5	192400	Este quarta de Nordeste	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
94	04/Fev	77	19,25	113960	Este	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
95	05/Fev	54	13,5	79920	Este	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
96	05/Fev	110	27,5	162800	Este	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
97	06/Fev	143	35,25	211640	Este	6004,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
98	06/Fev	154	38,5	227920	Este	5920,0	Erro no Diário: refere o total navegado noite e dia 64 léguas mas o somatório do dia 6FEV dá 73,75 léguas
99	07/Fev	130	32,5	192400	Este	5920,0	65 léguas a sul das Flores; Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
100	07/Fev	88	22	130240	Este	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
101	08/Fev	-	12	71040	Sudeste	-	Só é referida a unidade légua
102	08/Fev	54	13	79920	Sul-sudeste	6147,7	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
103	09/Fev	-	3	17760	Sul-sudeste	-	Só é referida a unidade légua
104	09/Fev	-	5	29600	Sul quarta de Sudeste e Nordeste	-	Só é referida a unidade légua
105	09/Fev	-	9	53280	Este	-	Só é referida a unidade légua
106	10/Fev	130	32,5	192400	Este	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
107	10/Fev	99	24,75	146520	Este	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua; Anafê em África, a Este; esta noite deixava a ilha das Flores a Norte
108	11/Fev	-	55,5	328560	Norte	-	Só é referida a unidade légua; navegando a Norte nenhum tomara a ilha de Santa Maria
109	12/Fev	73	18,25	108040	Este	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua; aqui começou grande mar e tormenta
110	12/Fev	-	11	65120	Este	-	Só é referida a unidade légua; com muito trabalho e perigo
111	13/Fev	52	13	76960	Este	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
112	13/Fev	55	13,5	81400	Este	6029,6	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
113	14/Fev	20	-	29600	Este	-	Só é referida a unidade milha
114	14/Fev	54	13	79920	Nordeste quarta de Este	6147,7	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua; a caravela Pinta, onde ia Martin Alonso Pinzón, desapareceu
115	14/Fev	-	7,5	44400	Es-nordeste e quarta de Nordeste	-	Só é referida a unidade légua
116	14/Fev	-	2,5	14800	Nordeste	-	Só é referida a unidade légua
117	15/Fev	52	13	76960	Es-nordeste	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua; alguns diziam que era a Madeira, outros a Roca de Sintra
118	15/Fev	-	5	29600	Es-nordeste	-	Cristóvão Colon contava 5 léguas da caravela até terra e estava com as ilhas dos Açores; só refere a légua
119	16/Fev	-	8	47360	Sul e Sul-sudoeste	-	Viu pela popa outra ilha a 8 léguas (S. Miguel); só refere a légua; à noite chegou à ilha mas a cerração não permitiu identificá-la
120	17 e 18 Fev	-	-	-	-	-	rodou a tina e barlaventou toda a noite; depois do nascer do sol chegou outra vez à parte Norte da ilha de Santa Maria e mandou uma barca a terra
121	24/Fev	45,5	-	67340	Este	-	Só é referida a unidade milha
122	24/Fev	111,5	28	165020	Este	5893,6	Entre 18 a 24 Fevereiro encontra-se em Santa Maria; unidades em milha e légua
123	25/Fev	131	32,75	193880	Este	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua, apenas num dos dois valores referidos
124	26/Fev	100	25	148000	Este	5920,0	Referidas as unidades milha e respectiva conversão em légua
125	26/Fev	-	8	47360	Es-nordeste	-	Só é referida a unidade légua; em 27Fev está a 125 léguas Cabo S. Vicente, 80 léguas da Madeira e 106 léguas Santa Maria
126	01/Mar	-	12	71040	Este quarta de Nordeste	-	Só é referida a unidade légua
127	01/Mar	-	23,5	139120	Este quarta de Nordeste	-	Só é referida a unidade légua
128	02/Mar	-	28	165760	Este quarta de Nordeste	-	Só é referida a unidade légua
129	02/Mar	-	20	118400	Este quarta de Nordeste	-	Só é referida a unidade légua
130	03/Mar	60	-	88800	Este	-	Só é referida a unidade milha

Apêndice B – Texto transliterado do *El Memorial Portugués de 1494*

István Szaszdi León-Borja e Katalin Klimes-Szmik

Cota Reservados Cód. 2912 A, edição fac-símile do original que se encontra no *Archivo General de Simancas*, exemplar nº 309 e cota Reservados Cód. 2913 A, da Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 119-137.

Muy alta i muy poderosa

Cristianíssima: Reyna nuestra

Senhora:

[P1] Sepa i crea Vuestra Alteza, que nuestro contrario, enemigo de todo bien que es ell diablo con envidia de la grande hy virtuosa prosperitat de aquella, i de la muy maior y en que consiste la maior parte del bien i rreparacion de toda la cristandat, i toda la de aquesta Vuestra Espanha hy perpetua sseguritat delha, hy de la ssublimitat dell estado de Vuestra Alteza hy de ssucessores perpetuamente por le desbiar de aquesto que teneis de cara hy a la puerta, le atravesso dos cosas falsas i vanas no ssolamente no provechosas, mas danhosas i costosas i peligrosas, la una a mano derecha y la otra a mano ssiniestra, por os desbiar de la de medio en que esta todo ell bien que sse puede dezir hu pensar, hy a que sobre todas las cosas mas obligada Vuestra Alteza es [P2] hy la que aquesto viejo malvado diablo le atravesso hy asseguro a mano derecha de lo bueno hy verdadeiro, fueron aquestas a que lhaman Indias aziendole dar fe ha opiniones erradas i contrarias a toda rrazon hy a la platica hy vista de lo que por los ojos vemos hy all verdadeiro entendimento de la Sagrada Escritura hy de los verdaderos i ssabios filosofos, hy a fegura de poma u esfera rredonda, como que tal queste mundo inferior abitan, hy la mar hu mares navegables que la çercan, i que sse navegan, aquesto el verdadeiro entendimento de la Sagrada Escritura hy verdaderos autores lo contradizem, i la platica hy vista de nuestros ojos, que como quiera que el jenerall dilúvio transformasse i mudasse la tierra de lo que de antes era que era toda lhana, fazendo montes i vales i çerros etc enpero vemos que aylhamos a tan bien assy en la tierra como

en la mar i todo aquesto es contrario a la figura hu forma totalmente rredonda, i lo que my rrudo enten[P3]dimento con lo que tengo bien visto con los ojos que es mas de lo que Vuestra Alteza hu alguen penssa, juzga hy tengo y creo es quanto mas fueren al poniente que tanto sse mas alexaron dell levante i que quanto mas all norte tanto sse mas alexaron dell ssud i tanto iran mas de menos calhiente en mas frio, i por el conssiguiemte quanto mas fueren all levante tanto mas sse alexaran del poniente i tanto iran de menos calhiente en mas calhiente, i assy por el ssud dell norte, hy que la mar que cubre la tierra que esta cubierta debaxo de nos ssera hy es innavegavell, i que elha i la tierra que elha cubre sseran en forma rredonda hy innavegable la mar hy inhabitable la tierra, y que es fantasia pensar que por debaxo de nos ssea de navegar de levante a poniente ny de poniente a levante, ny que por ell poniente ssean de falhar las Indias, las quales [P4] çierto ssabemos que sson en levante hy aun entre levante hy ssud ny tiyerra calhiente mas ny tanto como esta Vuestra sse puede por aquell caminho que dizen que lhieven falhar hy es çierto que ssy aquestos que aquesto buscan hy tienen huviessen hu ovieren de falhar tierra firme, que an Assia ha de sser i no en Africa, hy ssy en Assia no la pueden falhar all ssud ny aun all poniente, salvo all noroeste hu mas verdadeiramente all norte porque ssy por ell ssud hu poniente sse falhasse tierra firme de Assia, aquesta mar grande que sse navega a que lhaman Oçeano Medio Terrano quedaria, hy alhiende de todo lo derecho sso correçion de quien lo mejor entenda, yo he navegado hy andado por aquelhas mares i tierras dell poniente i dell norte a donde creo que otra persona daquestas partes nunca fue e visto i ssabido cosas que otros no vieron ny ssaben ssyno yo, hy informado me muy bien de todo lo que me quedo por [P5] andar i lo çierto de lo que vy i ssupe es que toda la costa de la mar que dezimos oçeana que va a la lengua de Noruega bien mil legoas de costa desde el comienço de Noruega que es fronteiro de Escoçia fasta ell cabo delha la quall costa toda va all oes noroeste, desde que acaba Europa i comiença Assia e Rossya volve dell todo la costa al noroeste hy all norte i de mas frio en mas frio fasta la tierrasser inhabitada por la extrema frialldat, i la mar no sse osar navegar, assy que ssegun my juizio i flaco entendimento i lo que tengo andado hy visto i ssabido aquesto de aquestas Indias de poniente fue es enganho i mostrança falssa dell enemigo para ocupar a Vuestras Altezas en ello i con gasto de dineros i de guentes de que aquesta Vuestra tierra es a tam pobre hy por les desbiar de lo en que esta todo ell bien i rreparo i ssalvaçion de Vuestra Espanha i de toda la cristandade, i la sseguridat perpetua de Vuestras Altezas i de ssus prosperidades i Reales estados, [P6], hy la que a Vuestras Altezas atravesso hy figuro a mano ezquyerda fue lo de Melila cosa fuera de

todo juizio i buena rrazon de qual quiera honbre de buen entendimento que daquela costa de mar y tierra algo tenga visto i ssepa, porque aquelho no es ni sseria ssino costa grande de dineros i mantimentos, i perdiçion de gientes i navios, hy aquesto muy çierto, hy ssyn ningun provecho ny honrra ny sserviçio de Nuestro Senhor, en antes todo ell contrario, por que alhy hy a toda aquelha costa de agua de Gibraltar, Cadiz, Sam Lucar etc. no pueden hir ssino con poniente, hy con ell ningun navio magno que no ssea galea hu galeota hu fusta de remo hu vela latina, no puede aferrar ni tomar tierra porque el vento es todo sobre la tierra, los que de Malaga hu Cartagena etc. alha oviessen de hir costa hy como toda elha es brava hy desmamparada hy ssin ningun abrigo en la mar en elha con ell levante en tierra a tan brava i rronpe a tan alto i tam rrezio que ningun navio que con el levante vaya no puede tomar tierra ny aun tiene para [P7] desde correr ny los que ssobreell lugar hu sobre la costa estoviessen possados tienen rremedio alguno salvo vararlos en tierra ssy sson fustas ho navios pequenhos hu an rronperensse ssy no los podieren varar en tierra, hy para la jente de cristianos que em la dicha vilha o lugar de Melila estoviera hu estoviesse poder fazer cosa alguna buena ny para SSu Alteza del Rey Nuestro Senhor por alhy ny por lugar alguno otro de aquelha costa poder aver entrada no ay disposiçion ninguna porque assy como de la parte de mar lhievan la costa brava i desierta assy de la tierra estan cerrados i cercados de bravas ssierras i montanhas que no se pueden cavalgar e poblada la dicha ssierra hy tierra de las mas pobre i mas miserable jente que a yen todo el Reyno de Fez i la mas áspera tierra de ssierra que puede sser, assy que todo lo de alhy no era ssino [P8] costa i perdicion de jente hy dineros i de mantinimientos i navios ssin alguna honrra ny provecho ni sserviçio de Nuestro Senhor hy lo de que aqueste malvado diablo queria hy quiere quanto el puede desbiar a Vuestras Altezas en que consyste todo ell bien que sse puede pensar hu dezir es lo que esta en medio de entre estas dos, es a saber la Mina verdadeira de Guinea i la conquista de Africa derecha hy çierta por Tanjar hy Arzilha hu por Larache i Çale i la Mamora que todos aquestos estan a Vuestras puertas i tiran derecho a Fez que es lo todo i por lhano como la palma hy muy corto camincho, i que por rrio pueden lhegar fustas i galeas fasta dentro a Fez, hy la conquista de Portugall que es de Vuestra Alteza i le pertence con lo ssuso dicho i no a otra persona [P9] alguna como adelante lo dire claro hy ssin disputa, la qual conquista es assy breve i çierta que sseiendo ordenada i fecha como deve y con las cosas h yen la manera que ell tienpo i la calidat delha rrequiere no ay para un anho, hy aun en la ora que sse anssy començare luego este Rey que aora es de Portugall pierde toda la rrenta que dell dicho Reyno ha hy todo i muy mas doblada la

cobran luego Vuestras Altezas, lo de aquesta verdadeira Mina de Guinea cepa Vuestra Alteza que aqueste oro delha es todo lo de que sse proveia Espanha toda hy aun Italia, hy aqueste venia daquesta propia tierra de Guinea e Mina por tierra con mucho trabajo i peligros a Tunez hy prinçipallmente a Mon de Barcas que es un lugar cerca de la mar ena quelha costa y no muy lexos de Tunez i traian ell dicho oro assy como ell agora [P10] viene de la Mina, hy lo traian en camelhos, y los dichos negros que lo traian delhos a ssus espaldas, e llevavan en rretorno delho de aquestos alanbes i panhos moriscos y alcatifas pequenas de las de Veneçia i otras cosas que les conplian para ssu tierra, i de aqueste oro daquesta propia tierra de Guinea hy Mina llevavan las galeaças de Veneçia i de Florençia de Tunez i de Mon de Barcas por ssus mercaderias i los espanholes en ell tienpo que tenian paz hy amistad con el Rey de Tunez i con todos tierras de moros de Africa, i tratavan elhos alha i los moros venian i tratavan aqua como en ssu propia tierra i mas francamente aun i mejor, hy aqueste oro venia assy mismo a Fez i de Fez aqua a Espanha, assy por via de trato i mercaderias, hy con ell h y en aquesta manera, sse enriqueçio tanto Espanha como ena quelhos tienpo era, hy aqueste oro era ell que venia al Reyno [P11] de Granada de limosnas i por ssus ssedas i mercaderias dell dicho Reino ell qual era aqueste mismo oro de la Mina de Guinea hy assy en polvo i sse lhamava tibar, hy de aqueste venia a Castilha en ssus mercadorias i tratos, hy era elha proveida de oro porque de otras partes ni modos ny maneras no lo podia ny puede ser, i de aqueste oro quando venia de aquelhas parte de Tunez etc., hy sse traya hy enbiava a Granada assy de limosna como para llevar ssus mercadorias sse tomavan muchas vezes hy muchas por castelhanos i portogueses, e assy por otros, en navios moriscos en que lo passavan quatro mill hy çinquo mil hy diez mil pesos aquelhos moros dizen miticales de oro en polvo este propio de la Mina de Guinea a que elhos lhaman tibar, hy yo por my estando en Çepta, [P12] vy traer ay tomados navios de moros que passavan a Granada, hy el Senhor Don Halvaro presydenete dell Conssejo de Vuestra Alteza que nasçio en Çepta le dara informaçion de lo que çerca desto ay vido, hy quando la cantidat de aqueste oro para passar desde Tunez a Granada era muy grande por las lismosnas sseren muchas que sse dezia ell baçin de Granada hy ell otro oro de mercadores passavano en carracas hy nãos muy gruessas, hy tanto que aquesta via de Guine hy quanto mas sse lhego a la Mina sse començo a descobrir i tratar tanto luego por los grandes trabajos i peligros que rreçebian los negros i guineos en [P13] hir a Tunez hy a Mon de Barcas çessaran de llevar ell dicho oro alha, i ny alha ny aqua no va ny viene, con esta burla hy enganho daqueste Rey de Portugall hy çegedat i mengua de

verdadeiro conhecimento hy informaçion de la verdat de aqueste caso de toda la cristiandat h yen espaçiall de los mas vecinos hy comarcanos i sobre todos de aquesta vuestra Espanha i de Vuestras Altezas ssenhores hy gobernadores delha la qual nunca otro ssostenymiento ny bien tenporall tuvo ni pudo ny puede tener para aver oro i moneda de plata ssy aqueste i por la atrás dicha manera no, hy acabado que aquesta çesso esta como esta i cada vez ssera mas pobre fasta no sse falhar en elha, pieça de oro ni de plata, aquesta general çegue [P14] dat en aqueste caso pongo yo que es por ell danho de aquesta cosa sser aun rrezente que no es prinçipallmente que de quarenta anhos aqua, hy por las turbaçiones hy fatigas que en aquestos tienpos sse sseguiron a la cristiandat, assy como a Italia hy a todo o levante en lo dell turco hy a Espanha las que Vuessa Alteza ssabe, hy junto con aquesto la mengua de que no digo França hy Ingratierra que jenerallmente lo tienen hy creen mas aun en Vuestra Espanha muy muchos, que Guinea es una Isla hy pequenha i toda dell Rey de Portugall hy que en elha es aquesta Mina de Oro ssuya hy que ell tiene hun Castilho ssobrelha hy que elha esta dentro e nell castilho. I que de alhy manda [P15] ell traer ell oro, hy aun muy alta poderosa hy cristianíssima Reina Nuestra Senhora la principal causa que a my joizio ae hy es de aquesta çeguedat es la particular codiçia hy interesse particular que agora jenerallmente es hy ae en toda la cristiandat que sse pospone dell todo ell bien comun i general que sse dize devino por ell particular hy en aqueste particular sse acupan hy aell sse dan dell todo todos jenerallmente hy con humill rreverençia hy no entendiendo aquesto en Vuestras Altezas, los rreys i prinçipes i gobernadores no ssolamente olvidando i posponiendo ell dicho provecho hy bien comun por ell particular i privado, [P16] mas aun hiendo clara i manifestamente contra ell bien comun i destruiendolo dell todo hy aviendo ell bien jenerall hu de otros hy estimandolo por propio danho ssuyo, el qual pecado que assy a tanto rreina i las injustiçias pecados i males otros que sse delho ssiguen van del todo contra el ssegundo preçepto que es lo del próximo en los quales dos: Primero de amar a Nuestro Senhor sobre todas cosas hy en aqueste ssegundo dell proximo dicho por la boca de Nuestro Senhor consiste toda la ley i profetas hy assy vemos manifestamente i devemos de tener hy crer, que los en tales viçios i pecados abituaados h yen elhos permanençientes, nuestro Senhor los permite çegar que no conoscan la verdat hy que penssando fazer de ssu provecho [P17] pagan de ssu perdida i danho, hy que lo que assy mall i como no deven adquieren en mall i con poca honrra i trabajosamente lo gasten i despendan, i que no gozen de elho nil o posean por largo tienpo.

I quanto en lo de aquesta Mina yo pensso que sse en elho h y en lo que hay hy pertence lo que quiza otros ni otro no ssabe, hy con mucha rrazon hy crea Vuestra Alteza que aquesta es la maior e mas provechosa hy rrica cosa que en ell mundo ae hu puede aver tratada como deve hy no como es porque alhiende de por mercadorias hy trato delhas Vuestros Reinos de Castilha sse poderen enchir de oro, por cueros i panhos que sse en elha fazen i pueden muy muchos mas fazer assy de ssus propias lanas como de ssu algodón i de muchas otras cosas de poco preçio, i tener tantos navios [P18] i mantinimeintos e tantas otras buenas disposiçiones para elho, aun alhiende de todo i mas prinçipall es que guardado el tienpo i modo i devida manera como yo piensso que lo sse bien Vuestra Alteza poderia bien ssegun a donde aquesta Mina esta guardando bien lo ssuso dicho, e de la misma Mina mandar ssacar i traer el oro ssegun la dispusyçion para elho tiene que otras ningunas, provinçias ny prinçipes tienen ny pueden tener, hy aquesta sseria hu es la maior bienaventurança i rriqueza tenporall que ay hu puede en ell mundo sser, i crea Vuestra Alteza i ssepa que aquy a esta Guine hy Mina enbiava Rey Salomon desde Jerusalem ssus navios con los del Rey de Tunez que ponian tres anhos [P19] en hun viaje hy le traian ell oro con que labro ell templo i de que tanto enriqueçido hy dentes de elefantes, ssegun se dize en el libro de Paralipomenon en ell reinado dell dicho Salomon, hy aquell Infante Duen Henrrique de Portugall que aquesto invento i descubrio en aquesta autoritat sse fundo, hy anssy lo falho i lo vemos agora, hy de aquesta atan grande riqueza hy bien para toda la cristiandat, aqueste Rey de Portugall no lhieva otro provecho ny ganância a manera de fablar ssino encobrilho hy ocupalho mala hy injustamente hy quitalho a Vuestros Reinos de Castilha hy que para elho tienen las disposiçiones hy aparejo hy posibilidad que tienen hy a toda la cristianidat hy aun con perdida hy destruiçion de Portugall por ssu indi[P20]spusiçion de la tierra de todo lo que para el dicho trato es necessário hy conve por la malíssima condiçion i natureza hy viçios del Rey,

Ell derecho hy obligaciones en que Vuestra Alteza tiene hy en que es, a la conquista de Portugall, hy a todas aquestas cosas atrás dichas, es a tal hi a tam grande hy tan claro, que e sen tres maneras de eredar las quales en Vuestras Altezas todas concurren hy sson, cada una de las quales por ssy ssola sseria ssuficiente i bastante, quanto mas todas tres juntamente hy a tan claras hy manifestas hy ssin ninguna disputa I la que pongo por primera es que Vuestra Alteza es la ssola ligitima y verdadera eredera dell Reyno de Portugall por falhiçimiento del Rey Don Fernando Rey que fue del dicho Reyno de

Portogall hy [P21] de ssu fija la Reina de Castilha que iaze en Toro en ell monesterio de las monjas filha del dicho Rey Don Fernando i de la Reina Duenha Leonor muger que era de Joam Lorenço de Cunha, sse aquesta sse podia dezir hu aver por legitima, hu por faliçimeinto de aquestos otro nimguno legitimo eredero no quedo ny ay ssalvo Vuestra Alteza hy aquesto en esta manera, El-Rey Don Alonsso de Castilha el que vemçio la batalha dell Salado cabe Tarifa caso con fija del Rey Don Alonsso de Portogall que fue ha ajudar a la dicha batalha del Salado, i de aquesta fija legitima del Rey Don Alonsso de Portogall huvo aqueste Rey Don Alonsso de Castilha hy io creo que El-Rey Don Pedro hy El-Rey Don Pedro hyja casada con el duque de Lencastre, hy delha la Reina Duenha Caterina madre del senhor Rey Don Johan padre de Vuestra Alteza, hy dell Vuestra Alteza ssu legitima hy verdadeira eredera hy ssubçessora, hy todos [P22] aquestos legítimos i por linea derecha, El-Rey Don Alonsso de Portogall huvo fijo, El-Rey Don Pedro aqueste Rey Don Pedro huvo hun fijo legitimo, El-Rey Don Fernando, de Duenha Constança Manuell fija de Don Dom Joam Manuell gram ssenhor aqua en Castilha e huno mas bastardos de Duenha Ines de la Guerra que ssu padre El-Rey Don Halonsso por ssu misma mano degolho despues de la muerte de Donha Costança Manuell, ell Infante Don Juan que sse lhamo, hy ell Infante Don Denis ssu ermano, hy, no sse çierto ssy la Infanta Duenha Maria fija del dicho Rey Don Pedro bastarda a todo my ssaber hy creer la quall caso con ell Conde Don SSancho de Castilha assy bastardo i sse lhamo elha la Rica Duenha ssy aquesta fue fija de la Duenha Ines de la Guerra madre de los ssobredichos Infante Don Joan hy Infante Don Denis hu de otra mas a todo my creer elha bastarda era, e assy caso con bastardo, hy no pensse Vuestra [P23] Alteza que por aquestos sse lhamaren Infantes sse avian ny nonbravan assy por ligitimos, antes por el contrario porque los legítimos ny ell eredero ny ssu muger ho mugeres sse no lhamavan, ssyno Don Fulano hy Duenha Fulana ny El-Rey Don Pedro de Portogall de que aquy sse faze mençion en vida de ssu padre sse lhamo Infante ssyno Don Pedro ny ssu muger ssyno Donha Costança Manuell, hy assy todos los otros de atrás los que venian de la ssangre Reall por bastardia ho muy lechos dell deudo Reall se lhamavan Infançones hy Infantes como aqua en Castilha sse lhamavan los de Lara hy de Carrion, porque cosa muy nueva es creo que en Espanha hy sse muy çierto que en Portogall nonbre de Infantes a los fijos ny fijas de los Reis ligitimos ny príncipe all eredero, hy de Aragon hy [P24] de Inglatierra vino aquesta novedat a Portogall hy a tan nuevo que los primeiros Infantes que sse nunca nonbraron en ell de fijos ligitimos de Rey fueron los fijos del Rey Don Joan abuello del Rey Don Halonsso que ssanta gloria haya, hy ssu

padre del dicho Rey Don Halonsso que ssanta gloria haya que fue El-Rey Eduardo sse lhamava Infante eredero hy aquesta novedat traxo de Inglatierra la Reina Duenha Felipa ingressa fija del duque da Lencastre i de otra primera mujer que ell ovo antes de la fija del Rey Don Pedro de Castilha, la qual Duenha Felipa caso con El-Rey Don Joan de Portogall que fue monje y hubo en elha El-Rey Eduardo hy Infante Don Pedro hy el Infante Don Enrique hy el Infante Don Joan padre de la Senhora Regina madre de Vuestra Alteza cah aquestos fueron los primeiros fijos legítimos de Rey que sse en Portogall lha[P25]maron Infantes, hy ell primer príncipe el Rey Duen Halonsso que ssanta gloria aya que lo traxo aquell nonbre de Aragon la Reina Duenha Leonor ssu madre/

Aqueste fijos de Duenha Ines de la Guerra i del Rey Don Pedro de Portogall, Infante Don Juan hy Infante Don Denis ssu madre en vida de Duenha Costança Manuell la tenia ell muy a furto de ssu padre porque ssu padre era muy virtuoso onbre hy amava mucho a la dicha Dona Costança por ssu gram virtud delha, hy aun oy que en ssu vida delha naçio el Infante Don Juan, hy porque sse presumyo que a causa desta manceba Duenha Ines de la Guerra fuera la muerte de Duenha Costança Manuell por esso la degolho El-Rey Don Alonsso padre de Don Pedro por ssu propia mano [P26] dieron mas por fijo al dicho Rey Don Pedro despues de ssu muerte rreinando el Rey Don Fernando a Don Joahn maestre que fue de Avis que dixieron que el oviera en una muger casada con hun escrivano de la çiudad de Lixbona, el quall Don Joan Maestre de Avis se fizo despues Rey como adelante se dira,

El-Rey Don Fernando fijo del Rey Don Pedro hy ermano daquestos bastardos de que atrás sse faze mençion tomo la muger a Joan Lorenço de Cunha ssu vassallo i casosse cone lha, i de aquesta hubo a Duenha Beatriz que caso con El-Rey Don Joan de Castilha con la quall como con legitima hy eredera del Reino de Portogall le fue dado hy outorgado la ssuçession del con çiertos capítulos hy condiciones, fecho assy este casamento hy la dicha Duenha Beatriz en Castilha con ssu marido hy Reina, moriosse en [P27] Portogall El-Rey Don Fernando i quedo la Reina Duenha Leonor ssu muger hy muger que fuera de Joan Lorenço de Cunha una diabólica hy mala muger hy en aqueste tienpo por diabolica manera hy maldat que sseria muy prolixa para escrevir, eran aqua en Castilha a ssu causa delha echados i desterrados los Infantes Don Joan i Don Denis de Portogall, tanto que El-Rey Don Joan de Castilha ssupo la muerte del Rey Don Fernando de Portogall, por no sse le poner division ny enbaraço en lo que el queria fazer

en Portugall que era entrar en ell antes de aver fijo ho fija de ssu muger que era contra lo capitulado hy assy en otras cosas rretuvo aqua en Castilha los dichos Infantes hy entro en Portugall i ganolo todo ssalvo ssola a Lixbona por la pestilencia que fue grande hy ell puerto de Portugall, [P28] la comunidat i pueblos de Portugall porque en ell no avia ssenhores ny personas muy notables porque todos esos que avia los tenía presos El-Rey Don Joan de Castilha, que no quedavan ssueltos en el Reino ssyno los comunes que sse estoviesse por lo capitulado, sobre que enbiaron a rrequerir al Rey Don Joan hy no quiso estar por ello tomaron por defensor de la justicia dell Reino all ya dicho Maestre Davis ell qual con aquell cargo sse lhamava i lhamo ssienpre fasta que lo levantaron por Rey Ioan i o Maestre Davis defensor del Reyno de Portugall por ell Infante Don Joan my ssenhor, no le lhamando Rey porque bien ssabian que no lo [P29] podia derechamente sser, i lhamavale my ssenhor porque de antes benia con ell, passaron estas cosas de entre Castilha i Portugall hy el Rey de Castilha en possession de todo lo mas i mejor dell fasta que vino aquell desastre hu aquell Rey Don Joan de Castilha menguado de buena fortuna, en que fue vencido en la que dizen de Aljubarrota, por el dicho Maestre de Avis i por los que con ell eran, el qual vençimiento no fue ssino muy pequenho i poco, ssalvo el gran temor que el dell tomo que luego ssin detener embarco en la vilha de Santaren en galeas i sse vino a Sevilla i desmanparo del todo el Reino, [P30] quando aquell Maestre Davis a levantado hy a, por Rey vido a tanta buena ventura ssuya hy a tan contraria de ssu contrario, hy que en la Iglesia avia cisma hy Castilha i Françia tenian con un Papa hy otros Reinos con otro fizo fazer al Pueblo una eleccion hy ssuplicacion toda falssa i contraria a la verdat en que dezian que por quanto el Reino estava vaquo hy ssin erederio hy ellos a causa dello elegian a Don Joam cah le ssuplicavan que lo confirmasse, hy enbiole mas a rrequerir que desmembrasse dell bispado de Tuy lo que tenia en Portugall que es mucho, i dell de Badajoz assy mismo i dell de [P31] Çiuda Rodrigo, hy que esentase all Maestrazgo de Santiago de Portugall de lo de Castilha cuyo ssu fraganho era hy ell de Avis de Calatrava, hy ell monesterio de Alcobaça i los otros de Sam Bernardo, de la visitaçion hy ssu geçion de Claravall de Françia deziendo que porque aquellos eran enemigos i dell Reino, hy enbiole con esto la obediencia hy ell confirmoselo todo, lo qual todo en Roma esta ávido por ninguno hy rrevocado, segun yo traxe por palabra dell Papa Inocençio dicho a my en presençia del Cardenall de Portugall [P32] hy que aquesto no estava assy sse no porsse no rrequerir ssegun yo a Vuestra Alteza dixe en Cordova quando de alha de Roma vine (ssy bien sse le) en aquella breve audiençia que delha huve ssy bien sse le nenbra, hy Duen Halvaro

bien ssabe. En todos aquellos tienpos passados la linea hy derechos del Rey Don Pedro de Castilha por cuya cabeça all Senhor Rey Don Joan padre de Vuestra Alteza hy a elha por ssu faleçimyento dell perteneçia hy perteneçe la verdadeira ssuçession hy erençia dell Reino de Portogall estava muerta hy todos ssus contrários prosperados i ssobidos fasta ell çielo, el Senhor Rey Don Juan padre de Vuestra Alteza quedo en la cuna i despues ssienpre [P33] governado por el tirano de Alvaro de Luna Maestre de Santiago ell qual para sse favorecer en ssus tiranias con Portogall fazia hy fizo sses cosas dell i dell Rey i rregiente como elhos lo pintavan. Enpero acabado de ssalir de ssu sugeçion i governo luego i luego començo de entender en lo de Portogall hy bien biva i calhientemente. ssyno que le atajo la muerte a tam en breve como Vuestra Alteza (mi) mejor sabe. I quiso nuestro Senhor que aquesto con las otras cosas por elha ya acabadas que em joizio de my penssamiento de honbres no podyera caber ny entrar, quedasse con ell poder grande que para elho tiene hy con las [P34] causas hy obligaçiones hy neçessitat para elho dobladas. Hy aquesta es la primera manera i modo i titulo hy derecho de verdadeira ssuçession hy erençia del Reyno de Portogall que Vuestra Alteza ssola hy ssus erederos teneis hy tienen al dicho Reino. I todo lo aquy cerca delho escrito hy dicho es verdadeira verdat como ell Evanjelio.

Ell ssegundo titulo hy derecho muy claro que Vuestra Alteza al dicho Rey no tiene, es que originalmente ell fue del Reino de Castilha hy los Reies de Castilha lo ganaran a los moros hy El-Rey de Castilha l odio al Conde Don Henrique dize en la coronica de Portogall que era fij del Rey de Ungria hy casado con una ssu fija no sse ssy legitima ssy bastarda, hy i elo dio en titulo de condado que sse lhamava Conde de Portogall, hy ssu [P35] vassalho. Hy aquesto non puede aver mucho tienpo porque desde entonçes fasta agora no fueron en Portogall mas de doze Reis, el fijo daqueste Conde Don Henrique a que lhamaron Don Halonsso el Bravo sse elevanto contra el Rey de Castilha hy por los tienpos le ajudasen sse intitulo en Rey hy fue despues preso en Badajoz que el tenia tomado, por capitanes hy jentes del Rey de Castilha que ssobrell venieron con que ell ssalio a pelear hy porque lo tomaron con una pierna quebrada le tomaron la fe hy pleito hy omenaje de vassalhaje al Rey ssu ssenhoy hy que tanto que fuesse en dysposiçion de ssu pierna para poder cavalgar que luego iria a ssu corte hy conpliria todo lo que ell le mandasse, lo que no conplio ny guardo, aqueste [P36] gano Lixbona a los moros. El Reino dell Algarve de Portogall, El-Rey de Castilha lo dio al Rey de Portogall hy creo yo que El-Rey don Halonsso ell que vençio la dell Salado cabe Tarifa,

i digo yo que aqueste Rey Don Halonssso porque yo tengo libro muy autentico en que faze mençion como aqueste Rey Don Halonssso de Castilha tenía hy era ssuyo el Algarve i ell hobispo hy jentes dell sse lhamavan ssus vassalhos, hy las coronicas de Portogall dizen que El-Rey de Castilha l odio a un ssu nieto fijo del Rey de Portogall que le fue a ver a Sevilha.

Aora puesto caso que Vuestra Alteza no fuera ligitima hy verdadera eredera del Reyno de Portogall como lo es, hy que los rreies [P37] de Castilha pudiessen consentir en la rebelion hy elevantamiento que sse con ell dicho Reino que entonçes era condado ssuyo sse fizo hu lo podiessen desmembrar dell todo hy assy ell Algarve i dar (ssin) con todo ssupremo ssenhorio i rreconoçimiento lo que de derecho ny de justiçia sse no puedo ni puede fazer enpero en caso que podiera, quem duda que sseiendo verdadera la eleçion fecha al Rey Don Joan de Portogall que fue Maestre de Avis, hy ssuplicaçion all Papa no aprovado ni confirmado en tienpo de çisma como atrás dicho es. Lo que todo fue por informaçion falssa i contraria a la verdat hy que el dicho Reino [38] sseiendo el verdadeiramente destinto de eredero, que lo que fue hy era de Castilha sse le deviesse bolver i tornar i ssea verdadeiramente ssuyo.

El terçero titulo de adquirir hy eredar hy ssanto hy verdadero, es tomar la tierra e ssenhorio all tirano e malo i dar i fazer vengança dell a los por ell injustamente oprimidos hy perseguidos, hy aver a lo tal tirano hy quebrantador de la ley, hy de la justiçia hy verdat que es Dios hy ssu enemigo que le ell lhama por propio enemigo hy rrestituir a los por el injustamente tratados hy perseguidos i rrobados en lo ssuyo i darles vengança dell i tomarle la tierra que ssenhorea i tiraniza i ponelha en justiçia, de aquesto esta lhena toda nuestra Sagrada Escritura [P39] hy a Rey Saul primeiro Rey de los Jodios ungido por mandamiento de Nuestro Senhor, i dadole espíritu profetico, porque dio la vida a un mall Rey quito Nuestro Senhor el Reino a ell hy a ssu generaçion hy le quito ell espíritu de profecia i permitio que ell ispirito malo entrasse en ell i le atormentasse, i que moriesse como morio a propósito de lo qual dize aquell ssanto filosofo Seneca, que ningun serviçio ni ssacrefiçio mas abundosso ni mas plazible a Dios sse le puede oferecer ni fazer que dell tirano i mall Rey, a los fijos de Jaco permitio nuestro Senhor que ssobre paz assentada entre ellos hy Rey Amor hy (ssu hen) ssu fijo ssobre la fuerça hy corronpimiento de ssu ermana delhos he no guardassen la dicha concórdia [P40] hy paz que tomassen vengança no ssolamente dell dicho Rey i de ssu fijo mas aun de todo ell Pueblo de la ciudat mugeres hy ninhos hy fasta los animales

que no quedasse cosa biva, de donde nos queda doctrina ssanta i verdadeira, que a los tales tiranos quebrantadores de la ley de Dios i de ssu justiçia hy verdat. La verdat ny justiçia les no ssea guardada hy los ayan por ssus enemigos propios por los quales dize Davit ssanto profeta, *veruntamen qui te oderunt Domine oderaet ssuper inimicos tuos tabesteban perfecto odeo oderan. I los inimiçi facty ssunt michy*. Que quiere dezir, çertamente Senhor los que avorreçieron a ty yo los aborreçere i les terne odio, i de perfecto odio les aborreçere hy mis enemigos sson fechos, assy que Dios Nuestro Senhor a los [P41] tales tiranos i malos por enemigos ssuyos los nonbra hy tiene hy nos lo dize en muchos lugares de la Sagrada Escritura assy dell Viejo Testamento como dell Nuevo hy ell odio a lo tales es justo i devido hy por boca de SSalomon nos manda que nos guardemos delhos, pues qual mayor ny mas malo en todos los generos de maldades que aqueste de Portogall, ny qual (my) maior obligaçon que la Vuestra Alteza contra ell i assy por las cosas que tiene fechas i faze i de que sse no rrepiente como por alhiende del poderio i grandeza que nuestro Senhor ssobre ell os dio i la vezindat a tan cercana lo fazer en tierrade Vuestra naturaleza hy Vuestra (a que) a que muy mucho mas obligada Vuestra Alteza es hy en ssu propia ssangre de Vuestra Alteza digo alhiende de próximos i vassalhos, hy aun como elha mejor ssabe, [P42] hy bien deve Vuestra Alteza de conoçer quantas ssenhales de amonestaçiones nuestro Senhor tiene mostrado a Vuestras Altezas cerca de Vuestras alianças hy abonamientos, hy travamentos de deudo que con el aveis querido tener hy como os muestra ell caminho de ssu voluntad hy tanto sserviçio ssuyo e rreparamiento de toda la Cristandat hy exaltamiento de ssu ssanta Fe hy de tanto hy tan grande acresçentamiento de los estados de Vuestras Altezas hy totall sseguridat delhos.

Agora ssy Vuestra Alteza (ssaber) quiere ssaber la neçessidat que de aquesto de Portogall tiene i los inconvenientes que de no lo acabar hy averssele delho pueden seguir, ssepa que ssin ell hy lo que ell ora (i lo que) ocupa [P43] Vuestros Reinos de toda la otra Espanha alhiende de lo que agora sson de aquy a non mucho tienpo lievon caminho hy necessariamente, am de venir a tanta pobreza a que no sse falhe ni pueda en elhos aver oro ni plata ny moneda delho, porque tienen todas entradas çerradas y que de todas las mercaderias que dell ssalen no bolve en rretorno ssino mercaderias, hy tiene de ssalida çierta gran contia de oro para donde no loa y ny entrada dell nynguna, hy con aquesto que aqueste Vuuestro Portogall en que Vuestra Alteza tanto i tam claro derecho i derechos hy justiçia tiene, ocupa, sseria toda Espanha lhena de oro i de plata i la mas

rica tierra de las dell mundo hy Vuestras Altezas los mas [P44] rriquissimos i mas poderosos i mas famosos dell, todo de mas en mas, i con tanto hy tam grande serviçio de nuestro Senhor, hy exalçamento de ssu ssanta Fe.

Otro inconveniente de Portogall estar como esta, es las cosas que en estos otros (Reinos) vuestros Reinos Vuestras Altezas no proveen ny rremedian ssegun deverian i sson obligados i creo que lo averian ya fecho hu lo farian ssi no fuesse por elho este Portogall estar como esta, hy lo mas de aquesto no es para escrito/

Otro aun maior inconveniente es que estos Vuestros Reinos no tienen otra mas peligrosa entrada (para) ny mas segura ni mejor para los françeses engreses ho otras gentes que los [P45] quisiessen danhar hy en elhos entrar que por mar por puerto de Lixbona que es ell mejor u de los mejores de todo el mundo en que poderan entrar hy estar en ell i como en rrio que es hy alhy desen(barcar)barcar hy estar i de alhy para entrar en Castilha caminho lhano ssin cuesta ni deçendida ssino todo lhano como la palma, hy la mejor i mas gruesa tierra que ae en todo o Portogall, hy assy la entrada de Castilha para donde quiera que quisiessen aora, Badajoz Merida Caçeres Torsylho etc aora a Çida Rodrigo Salamanca Medina etc. aora para Andaluzia todo por alhy y desde alhy, lhano i tierras y gruessas hy (abondosas)[P46] abundosas de mantimentos i de todas cosas, hy por los inconvenientes grandes que a Vuestras Altezas sse le sseguirian de neçessitat i sseguirian estando esto de Por(po)rtogall como esta, hy el mucho serviçio de Nuestro Senhor e exalçamiento de ssu ssanta Fe, hy del estado i prosperidat de Vuestras Altezas i de ssus Reinos i ssenhorios, hy ssu perpetua feliciçat i sseguridat (de lo contrario) aviendo ell diablo enbidia delho i rreçelando tanto ssu danho i mall, ha andado hy anda a tan ssoliçito en lo desbiar que conoçiendo que aquesta ocupaçion en que les puso de las Indias hy Melila no podia turar que en breve sse no conoçiesse torno i torna con otras tales hu quiça peores desto de França hy Italia hy Navarra para todabia desbiar [P47] a Vuestras Altezas de lo en que tanta justiçia hy obligaçion tienen hy a tan neçessaria i provechosa, hy fazer por donde ganado el Rey de França a Napolle que quiça ssera assy hy estando Vuestra Alteza rroto con ell hu en desgrado i malas voluntades hy estando Portogall como esta hy Vuestros Reinos a tan pobres como sson i cada vez sseren mas que no avera delhos que ssacar, trastorne i confonda toda la prosperidat de Vuestras Altezas (i de...) hy quanta mas les esta a mano hy aparejada hy tanto hy tan gran sserviçio de Nuestro Senhor. Hy en conclusion de a tan larga escritura [P48] humillmente beso las Reales Manos a Vuestra Alteza i le ssuplico mire hy vea i

conosca bien estes lazos hy enganhos i nudos dell diablo i los quiera cortar como Alixandre a los dell yngano, hy en quanto el Rey de França faze ssu conquista en Italia faga hy acabe aquesta de Portogall la quall ssy bien la ordena i no mas que con la meitad dell poder y possança que Nuestro Senhor para elho le dio, primeiro que el Rey de França acabe lo de Napoll hy Italia hy en menos de un anho hy mucho menos la acabara dell todo hy desde el dia que la assy cominçare gozara de todo el provecho i lo quitara todo a ssu contrario e acabada elha quedaran maiores i mas poderosos i mas rriquissimos Vuestras Altezas, que el Rey de França con todo lo que tiene i puede (ga) [P49] ganar, hy lo contrario (hy) enemistandosse agora ya a tan tarde con el Rey de França estando ell como esta hy Vuestras Altezas como estan a my joizio hy ver, es ssenhall de total perdiçion, por muchas hy muy manifestas (causas) hy evidentes causas que ay que no sson para escrito ni sse poderian en ell onestamente ny bien dezir, hy a my quiera perdonar la neçedat hu locura ssy en elho cabe i sse puede atribuir de assy ielo dezir porque lo que toca a lo atrás contenido fue hy es por conpri ssu mandamiento hy es todo assy verdadera verdat, (hy)ssim falta (punto) ninguna hy aquesto mas que digo es con ell gran desseo hy amor hy afiçion que Nuestro Senhor ssabe que a sserviçio [P50] de Vuestra Alteza hy a ssu properidat tengo, ssin ssolamente penssar en cosa que a my pertenezca ny en Portogall a que ssienpre tuve hy tengo perdidos los desseos, ssyno ssolamente por lo que a Vuestra Alteza perteneçe, hy me a my muy claro parece libre de toda passion que en lo porvenir por via de buena rrazon assy ha de sser, i sseran como lo diguo.